

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA
CAMILO ANDRÉS SALCEDO MONTERO

CAMPONESES E CONFLITOS SOCIAIS PELO PROJETO HIDRELÉTRICO EL
QUIMBO-HUILA, COLÔMBIA

RIO DE JANEIRO

2014

Camilo Andrés Salcedo Montero

CAMPONESES E CONFLITOS SOCIAIS PELO
PROJETO HIDRELÉTRICO EL QUIMBO-HUILA,
COLÔMBIA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Sociologia e Antropologia (com concentração em Antropologia)

Orientadora: Prof^a Beatriz Maria Alasia de Heredia

Co-orientadora: Prof.^a Elina Pesanha

Rio de Janeiro

Agosto de 2014

S159c Salcedo Montero, Camilo Andres
Camponeses e conflitos sociais pelo projeto
hidrelétrico El Quimbo-Huila, Colômbia / Camilo Andres
Salcedo Montero. -- Rio de Janeiro, 2014.
196 f.

Orientadora: Beatriz Maria Alasia de Heredia.
Coorientadora: Elina Pesanha.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências
Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e
Antropologia, 2014.

1. Hidrelétrica El Quimbo. 2. Atingidos. 3.
Conflitos. 4. Compensações. 5. Comunidades
camponesas . I. Alasia de Heredia, Beatriz Maria
, orient. II. Pesanha, Elina , coorient. III. Título.

Camilo Andres Salcedo Montero

CAMPONESES E CONFLITOS SOCIAIS PELO
PROJETO HIDRELÉTRICO EL QUIMBO-HUILA,
COLÔMBIA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de
Pós-graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto
de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal
do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos à obtenção
do título de Mestre em Sociologia.

Aprovada em:

Presidente: Prof.^a Dr.^a Elina Pesanha

Prof.^a Dr.^a Luciana Almeida , Pós-Doc/UFRJ (titular externo)

Prof. Octavio Bonet, PPGSA/IFCS/UFRJ (titular interno)

Prof. Cesar Gordon, PPGSA/IFCS/UFRJ (Suplente)

Prof.a. Leonilde Servolo, CPDA/UFRRJ (Suplente)

Rio de Janeiro

Junho de 2014

AGRADECIMENTOS

Aos camponeses que, apesar de estarem passando por momentos difíceis e de crise, me ajudaram e hospedaram em suas casas. Sem eles, este trabalho teria sido impossível, eles depositaram em mim sua confiança e me proporcionaram um conhecimento infinito com seus diálogos e reflexões. Espero conseguir retribuí-los de alguma forma com o presente trabalho.

À professora Beatriz Heredia, a quem sempre vou ter um agradecimento especial, pois sua confiança, recomendações e críticas, ensinaram-me novas formas de trabalhar, refletir e pensar.

À toda minha família, que me ajudou econômica e moralmente para poder chegar ao Rio de Janeiro. Aos meus pais e minha irmã que me ajudaram de diferentes formas em todo o transcurso de minha estadia no Brasil. A meus tios Paola, Orlando, Amparo e Iván, que me ajudaram a chegar ao Rio de Janeiro e a minha tia Nohora que me hospedou com todo seu carinho em Neiva (Huila-Colômbia) para que pudesse desenvolver mais facilmente meu trabalho de campo.

Aos meus amigos da cidade de Neiva, com quem aprendi a importância social de trabalhar sobre as regiões: Jennifer, Miller e Leyla.

Às pessoas que me brindaram com sua hospedagem e carinho em minha chegada ao Rio de Janeiro: Anabella, Leandro, María Elena e Laura. Com eles, consegui encontrar pessoas que me deram sempre um apoio com sua amizade.

Àqueles que no transcurso destes dois anos me ajudaram de diferentes formas no Brasil e na Colômbia para que este trabalho pudesse chegar a bom término com sua amizade e recomendações: Adriana, Alana, Andrea, Diego, Leonardo, Ilich, Christian e Luis.

À minha amiga Renata, que desde minha chegada ao Brasil me brindou sua amizade e ajuda em tudo o que precisei. Com ela consegui acabar satisfatoriamente este trabalho. Sem sua valiosa ajuda a versão aqui apresentada não seria a mesma, ela teve a paciência de ler cada linha deste trabalho, corrigir com detalhe e me dar seus conselhos.

A todos os professores com os quais tive o prazer de aprender durante meu mestrado e aos professores de minha banca de qualificação Maria Barroso e Jorge Romano, que colocaram questões centrais para desenvolver este trabalho. Igualmente agradeço a Luciana Almeida por seus valiosos comentários e apontamentos na defesa da dissertação do mestrado. Devido a eles a versão final da dissertação melhorou notavelmente.

Aos professores Catalina Toro e Cesar Giraldo que me permitiram participar dos espaços de discussão acadêmica desde seus grupos de pesquisa na Universidad Nacional de Colombia.

À Flavia, que tem me acompanhado em diferentes momentos do desenvolvimento do presente trabalho, e por me ensinar questões que vão além da academia. Sem sua companhia, carinho e conselhos expressados em diferentes momentos e formas, todo este processo teria sido mais difícil.

A todo o pessoal do PPGSA que sempre me ajudou no que precisei.

Por último, à CNPq, que através do programa PEC-PG financiou meus estudos no Brasil e ao financiamento do trabalho de campo fornecido pelo PPGSA. Sem o apoio destas instituições e uma visão ampla de cooperação, seria muito mais difícil conseguir realizar e desenvolver este tipo de pesquisa.

RESUMO

Camponeses e conflitos sociais pelo projeto hidrelétrico El Quimbo-Huila, Colômbia.

Camilo Andrés Salcedo Montero

Orientadora: Prof.^a Beatriz Maria Alasia de Heredia

Co-orientadora: Prof.^a Elina Pesanha

Este trabalho é uma reflexão sobre o modo como o projeto hidrelétrico El Quimbo, localizado sobre a área de seis municípios do Departamento (estado) de Huila, Colômbia, gerou diversos conflitos com os camponeses que moravam com suas famílias em pequenas propriedades/”posesiones” ou nas propriedades de seus patrões. A área estava organizada em torno de comunidades camponesas conformadas por famílias extensas e vizinhos, imersas em determinadas formas de trabalho, regras sociais e ciclos de vida. A implantação do projeto alterou a organização da vida destas comunidades e conformou grupos de *atingidos*. Com a expedição da Licencia Ambiental (Resolución nº899 de maio de 2009 do Ministerio de Medio Ambiente), a multinacional Emgesa (proprietária do projeto) aplicou compensações designadas a cada “grupo poblacional” de “atingidos”. Apesar disso, geraram-se protestos, resistências, negociações e divisões nas comunidades: alguns camponeses foram compensados e conseguiram reproduzir parte de seus ciclos e práticas de vida anteriores; outros ficaram *sujeitos* a seus familiares ou não foram reconhecidos como “atingidos”; e outros são compensados de tal forma que os impossibilita de reproduzirem suas práticas de vida anteriores, sendo *expropriados* de suas condições sociais de produção. Portanto, procuro demonstrar os efeitos da imposição das classificações e compensações do projeto, a partir da análise das rupturas e alterações nas tradições dos camponeses, da formação de novos grupos, e da crise de representação política às quais essas comunidades foram submetidas.

Palabras chave: hidreletrica “El Quimbo”, conflitos, compensações; *atingidos*; comunidades camponesas.

RESUMEN

Campesinos y conflictos sociales por el proyecto hidroeléctrico El Quimbo-Huila,
Colombia

Camilo Andrés Salcedo Montero

Orientadora: Prof.^a Beatriz Maria Alasia de Heredia

Co-orientadora: Prof.^a Elina Pesanha

Este trabajo es una reflexión sobre el modo como el proyecto hidroeléctrico el Quimbo, localizado sobre área de seis municipios del Departamento (estado) de Huila, Colombia, generaron diversos conflictos con los campesinos que vivían con sus familias en pequeñas propiedades, o en las propiedades de sus patrones. El área afectada, estaba organizada alrededor de comunidades campesinas formadas por familias extensas y vecinos, que estaban inmersas en unas formas de trabajo, unas reglas sociales, y unos ciclos de vida. La llegada del proyecto alteró la organización de la vida de estas comunidades y conformó grupos de *afectados*. Con la expedición de la licencia ambiental (Resolución 899 de mayo de 2009 del Ministerio de Medio Ambiente), la multinacional Emgesa (propietaria del proyecto) aplicó unas compensaciones, que contaban con unas asignaciones para cada “grupo poblacional” de afectados, a pesar de lo cual, se han generado protestas, resistencias, negociaciones y divisiones en las comunidades: unas personas fueron compensadas y pueden reproducir parte de sus prácticas de vida anteriores, otros quedaron sujetos a sus familiares o no fueron reconocidos como afectados, y otros son compensados de forma tal, que los imposibilita de reproducir sus prácticas de vida anteriores, *expropiándolos* de sus condiciones sociales de producción. Por lo cual, busco demostrar los efectos de la imposición de las clasificaciones y compensaciones que tuvo el proyecto, a partir del análisis de las rupturas y alteraciones, en las tradiciones de los campesinos, la formación de nuevos grupos, y la crisis de representación política a las que sus comunidades fueron sometidas.

Palabras clave: hidroeléctrica El Quimbo; conflictos; compensaciones; *afectados*; comunidades campesinas.

ABSTRACT

Peasants and social conflicts over the hydroelectric project El Quimbo-Huila, Colombia

Camilo Andrés Salcedo Montero

Orientadora: Prof.^a Beatriz Maria Alasia de Heredia

Co-orientadora: Prof.^a Elina Pesanha

This work is an exploration of the conflicts caused by the hydroelectric dam project “El Quimbo.” Spanning six municipalities in the *departamento* (state) of Huila, Colombia, “El Quimbo” was the epicenter of tribulations for the peasants residing on their own properties or on the proprieties of their *patrones* (*landowner*). This region was organized around small producer’s communities comprised of extended family and neighbor networks engaged in specific forms of work, social norms, and life cycles. The establishment of the dam, endorsed by Colombia state, altered the organization of social life in these communities and created *affecter’s* groups. According to the environmental licensing regulations of the Ministry of Environmental Affairs (specifically, Resolution 899 of May 2009), the multinational responsible for the project, Emgesa, was mandated to compensate for each “population group” affected by the dam. However, affected communities staged protests, engaged in other acts of resistance, and also negotiated with the multinational, leading to divisions within communities. Some who were compensated have been able to sustain their original way of life, while others have become dependent on their families or were not recognized as affected to begin with. For others, compensation occurred in ways that made it impossible to sustain traditional lifestyles, *expropriating* them from their traditional social conditions of production. In this context, this research seeks to demonstrate the effects of the project’s imposition of classifications and the manner of compensation that took place. It focuses specifically on the ways in which those processes transformed the traditions of peasant communities and led to the formation of new groups, as well as to a crisis in political representation in affected communities.

Keywords: Hydroelectric Project “El Quimbo”, conflicts; compensation, *affecter*, peasant communities.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
PARTE I – A ÁREA DE INFLUÊNCIA E OS HABITANTES ANTES DO PROJETO	37
1 A ORGANIZAÇÃO DA ÁREA ATINGIDA E OS USOS DO SOLO	38
1.1 A ÁREA E SUA ORGANIZAÇÃO	38
1.2 OS USOS DO SOLO NA ÁREA	41
2 OS HABITANTES DA ÁREA	47
2.1 OS PATRÕES EM DECADÊNCIA E OS EMPRESÁRIOS AGROPECUÁRIOS	47
2.2 A DIVERSIDADE DE TRABALHOS E OS CICLOS DE VIDA DOS CAMPONESES DA ÁREA	57
2.3 OS PEQUENOS PROPRIETÁRIOS: O SOLAR E A MANGA	66
2.4 O ACESSO A TERRA PELOS CAMPONESES DA ÁREA	72
PARTE II – O PROJETO HIDRELÉTRICO “EL QUIMBO”	75
3 CONCESSÕES E CONDIÇÕES CRIADAS PELO ESTADO PARA A REALIZAÇÃO DO PROJETO HIDRELÉTRICO EL QUIMBO	76
4 AS EXPECTATIVAS DOS CAMPONESES PELA CHEGADA DO PROJETO	84
PARTE III - OS CONFLITOS EM TORNO DO PROJETO HIDRELÉTRICO	93
5 AS COMPENSAÇÕES E OS CONFLITOS DAS POPULAÇÕES	94

6 OS CONFLITOS DE PATRÕES E TRABALHADORES	114
7 AS COMUNIDADES EM CONFLITO	127
7.1 DIVISÃO ENTRE AS COMUNIDADES E CONFLITOS FAMILIARES	127
7.2 A ALTERAÇÃO NA TRANSMISSÃO DO PATRIMÔNIO	135
7.3 CÁLCULOS, EXPROPRIAÇÕES E REASSENTAMENTOS	143
8 PROTESTOS, LÍDERES E DISPUTAS PELA REPRESENTAÇÃO DOS ATINGIDOS	154
8.1. AS DISPUTAS PELA REPRESENTAÇÃO DOS ATINGIDOS	154
8.2. OS PROTESTOS E A CRIAÇÃO DOS ESPAÇOS DE INTERLOCUÇÃO PELOS ATINGIDOS	165
CONCLUSÃO	183
REFERÊNCIAS	188
ANEXOS	194

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Paisagem da área de inundação (2010).	37
Fotografia 2 – <i>Labranza</i> (cacau) (2010)	46
Fotografia 3 – Camponeses colheitando arroz (2013)	46
Fotografia 4 – Desvio do rio Magdalena para obras (2012).	75
Fotografia 5 – Destruição de casa por trabalhadores da Emgesa, San José de Belén (Agrado) (2013).	93
Fotografia 6: Passeata convocada por Asoquimbo na área (outubro 2013)	154

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resumo da área anual física e coletadas-Área de Influência Direta (AID)	42
Quadro 2 – Estrutura da propriedade rural. Municípios da Área de Influência Indireta AII	43
Quadro 3 – Dados dos censos de 2007 e 2009.	96

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AID – Área de Influência Direta

AII – Área de Influência Indireta

ANLA – Autoridad Nacional de Licencias Ambientales

ANUC – Asociación Nacional de Usuarios Campesinos

ASOQUIMBO - Asociación de Afectados por la Hidroeléctrica El Quimbo

CAM – Corporación Autonoma del Alto Magdalena

CGN – Contraloría General de la Nación

CHB – Central Hidroelectrica de Betania

COM-UNIDAD – Comunicación para el Desarrollo Social

EEB – Empresa de Energia de Bogotá

EIA – Estudio de Impacto Ambiental

ESMAD – Escuadrón Móvil Antidisturbios

FARC – Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia

FEDECACAO – Federación Nacional de Cacaoteros

ICA – Informe de Cumplimiento Ambiental

IGAC – Instituto Geográfico Agustín Codazzi

ILSA – Instituto Latinoamericano para una Sociedad y un Derecho Alternativo

INCORA – Instituto Colombiano para la Reforma Agraria

INCODER – Instituto Colombiano para el Desarrollo Rural

JAC – Juntas de Acción Comunal

MAB – Movimento de Atingidos por Barragens

PGN – Procuraduría General de la Nación

SENA – Servicio Nacional de Aprendizaje

SMLV – Salários Mínimos Legales Vigentes

UAF – Unidad Agrícola Familiar

USCO – Universidade Surcolombiana

VMT – Verba de manutenção temporária

ZRC – Zona de Reserva Campesina Agroalimentaria

INTRODUÇÃO

A dissertação de mestrado tem como objetivo compreender os conflitos derivados da construção do projeto hidrelétrico El Quimbo, localizado em uma área que abrange seis municípios do Departamento (estado) de Huila, Colômbia – Gigante, Garzón, El Agrado, Pital, Paicol e Tesalia (ver Anexo I) –, cuja implementação resultou na expulsão de camponeses que moravam com suas famílias em pequenas propriedades ou nas propriedades de seus patrões. O projeto hidrelétrico, realizado pela empresa privada de energia Emgesa e instalado no rio Magdalena, irá ocasionar o alagamento de 8.500 hectares. A inundação está prevista para finais de 2014 e o início do funcionamento da hidrelétrica para 2015.

Os camponeses que estão em processo de expulsão moravam em pequenos povoados ou em núcleos dispersos que administrativamente pertenciam a *veredas* (bairros rurais)¹, onde podiam se dedicar a diferentes atividades relacionadas com a produção agrícola – de cacau, arroz, milho, tabaco, entre outros produtos –, a pecuária extensiva e a pesca artesanal. Além do trabalho na terra e das técnicas de cultivo, esses camponeses tinham um amplo conhecimento do meio no qual moravam: podiam pescar no rio Magdalena ou em riachos próximos, caçar ocasionalmente animais silvestres e, em caso de doenças (dor de estômago, por exemplo), tinham conhecimento de plantas e árvores medicinais.

Comumente, dentro das famílias de camponeses da área, alguns membros possuíam pequenas propriedades e, ao mesmo tempo, estavam vinculados em diferentes graus de dependência a formas de trabalho e à hierarquia nas propriedades dos patrões. Além disso, estas famílias contavam com uma divisão interna de tarefas segundo o sexo e a idade, bem como espaços de autonomia entre seus membros.

¹ A Colômbia é dividida administrativamente em: os *departamentos*, equivalentes aos estados no Brasil, tendo em conta que diferentemente deste país a Colômbia não é uma República Federal, mas sim uma República Unitária; os *municípios*, correspondentes às cidades, que são as capitais dos *departamentos*; os *pueblos*, unidades municipais com um prefeito e um conselho municipal; os *corregimientos*, pequenos povoados administrativamente inscritos na jurisdição do *pueblo*; as *veredas* que poderiam se denominar como “bairros rurais” que ao igual que nos bairros nas cidades e *pueblos* possuem Juntas de Acción Comunal (JAC), que constituem organismos de representação local similares às associações de moradores no Brasil.

As famílias extensas tinham entre si relações de amizade e de vizinhança, isto é, tomando o conceito de comunidade trabalhado por GEERTZ (1965)², estes camponeses estavam imersos em um conjunto de relações configuradas a partir de valores, lugares, crenças, práticas e laços de solidariedade comuns, que os diferenciava de outras comunidades ou pessoas “de fora”, conformando assim uma unidade de relações sociais.

Cada uma das *veredas* nas quais esta população reside, dispõe de Juntas de Acción Comunal (JAC)³, organização local cuja função é servir como meio de interlocução e de representação dos habitantes das *veredas* perante diferentes instituições e os governos nacional, departamental e municipal. Antes da chegada da barragem, seus representantes procuravam solucionar com a ajuda de políticos locais algumas necessidades da comunidade, como conseguir professores para as escolas ou melhorar os caminhos das *veredas*. Igualmente, em troca destes favores era frequente que os membros das JAC ajudassem algum político local com votos em tempo de eleição, departamental ou nacional.

A chegada do projeto hidrelétrico reorganizou a vida destes camponeses, uma vez que designou diferentes compensações para os “grupos poblacionales”⁴, aplicou três censos de “atingidos” em 2007, 2008 e 2009 e gerou diversos conflitos com aqueles que residiam nessa área. Isto posto, essa pesquisa procurou compreender os *atingidos* da área que será

² Em seu artigo “Form and variation in Balinese Village Structure” (1965), GEERTZ procura encontrar os menores denominadores comuns que organizam a vida das pessoas que habitavam as aldeias onde realizou a sua pesquisa. Essas unidades analisadas pelo autor são: o templo, onde eram compartilhados os rituais e as adorações; o lugar comum de residência; os costumes que existem em torno do cultivo da terra em sociedades de irrigação; a comunidade adstrita a um status social ou de castas; laços de consanguinidade ou de afinidade; membros comuns em outra organização “voluntária”; e a subordinação legal a um governo administrativo oficial.

³ As JAC foram criadas por meio da lei nº14 de 1958 para organizar as áreas rurais administrativamente e para que o Estado conseguisse criar nelas canais de interlocução. Atualmente as JAC estão regulamentadas pela lei nº743 de 2002 e pelo decreto presidencial nº2350 de 2003.

⁴ A Licencia Ambiental definiu os diferentes “grupos poblacionales” a partir do Estúdio de Impacto Ambiental (EIA; 2008) realizado pela empresa INGETEC, que a partir de vários trabalhos de campo definiu a existência de nove grupos: 1) camponeses beneficiários do programa de reforma agraria, 2) camponeses minifundiários proprietários e não proprietários; camponeses invasores recentes, 4) finqueros, 5) hacendados; 6) jornaleros; 7) partijeros; 8) pescadores artesanais; y 9) mayordomos (EIA; 129). Após isso, o Ministério de Ambiente solicitou à Emgesa informação adicional através do Auto nº512 de 2 de marco de 2009. Com as Audiencias Públicas realizadas e as Mesas de Concertación (realizadas em finais de 2018 e inicio de 2009; ver Capitulo 3 e 4) foram definidos treze “grupos poblacionales” na Licencia Ambiental: 1) areneros, paleros; 2) mayordomos; 3) jornaleros; 4) transportadores; 5) arrendatários de propiedades; 6) grandes arrendatários de propiedades com vinculação de mão de obra; 7) partijeros; 8) contratistas; 9) comerciantes ou produtores que fazem parte das cadeias produtivas; 10) pescadores artesanais e piscicultores; 11) população receptora; 12) mães chefes de família; 12) adultos maiores chefes de família; 13) população localizada na área de entorno da barragem; 14) outros grupos populacionais “atingidos” (Resolución nº899 de 2009, p. 235).

alagada, sua organização antes da implantação do projeto, suas reivindicações e diferenças internas, a existência de beneficiados e as razões pelas quais os camponeses realizaram ações de protesto em diferentes momentos desde o ano 2008 quando foi declarada de “Utilidad Publica” a área de influência do projeto. Dentre estas ações, podem-se elencar as numerosas passeatas realizadas por grupos de camponeses da área, a expulsão de funcionários da empresa Emgesa das *veredas* onde esses camponeses habitavam, a paralisação de obras que se encontravam em andamento em lugares e momentos específicos como os *pescadores* diante do início das obras da barragem em fevereiro de 2011, ou o bloqueio de camponeses no momento da reforma de trechos da rodovia nacional que serão alagados e do levantamento do viaduto de 1.708 metros de extensão que vai comunicar os municípios de Garzón e Agrado em obras em 2013 e 2014 nas *veredas* de San José de Belén e Escalereta.

É importante ressaltar ainda que, no processo argumentativo da dissertação, se teve cuidado com os diferentes sistemas classificatórios que estão em jogo e disputa. Para dar conta disto, construíram-se diferenciações na escrita do texto que expressam essas disputas, com o uso de aspas para as classificações relacionadas aos atores externos às comunidades e de itálico para as classificações próprias das comunidades da área. Assim, no primeiro caso, se encontram as classificações da Licencia Ambiental e da Emgesa – como os “atingidos”, incluídos nos cadastros censitários, os “invasores” de propriedades da Emgesa ou os “grupos poblacionales”. Já as categorias dos camponeses da área abarcam os camponeses *atingidos*, camponeses *nascidos e criados*, ou aqueles que se dedicavam às atividades realizadas na área, como *jornalero/mayordomo/administrador/mensualero* etc.

Para resolver estas questões de pesquisa, foram empregados dados recolhidos previamente, visto que visitei a área em 2010 para a realização de minha monografia de graduação na Universidad Nacional de Colombia, que tratou sobre a mesma hidrelétrica (Salcedo, 2010) ⁵. Naquele período, por meio de contatos na universidade conheci

⁵ A monografia de graduação intitulada “Negociaciones y Coaliciones de Política: el caso de la hidroeléctrica El Quimbo” constituiu-se como uma primeira aproximação sobre a hidrelétrica. Este trabalho se baseou principalmente na recopilación de leis, materiais da imprensa, entrevistas e documentos produzidos pela Asoquimbo. Essa monografia teve uma série de limitações, as quais a presente dissertação de mestrado busca superar; por exemplo, por meio do questionamento tanto das categorias e critérios presentes no Estudio de Impacto Ambiental (EIA, 2008) e na Licencia Ambiental (Res. 899 de 2009), quanto da crença existente de

integrantes da Asociación de Afectados por la Hidroeléctrica El Quimbo (Asoquimbo)⁶, associação formada por membros da Universidad Surcolombiana (USCO) e camponeses *atingidos* pelo projeto El Quimbo que se opõem radicalmente à sua implementação. Na época, esses integrantes guiaram o curso da pesquisa e, com isso, consegui contatar camponeses da área em alguns espaços de discussão que foram realizados na USCO, situada na cidade de Neiva (capital do *departamento* de Huila).

A partir das conversas estabelecidas nesses eventos, passei a manter relações de confiança com alguns camponeses *atingidos* pelo projeto, os quais me hospedaram em suas casas nas *veredas* de Rodapasos (Gigante), La Honda (Gigante) e Rioloro (Gigante) (ver Anexo II). Neste último povoado conheci a ex-presidenta de Asoquimbo (2009-2012), uma pequena proprietária que trabalhava em programas de assistência social do Estado e estava vinculada por laços familiares à JAC de Rioloro (Gigante). Além de me explicitar as diferentes problemáticas que existiam em seu povoado, essa ex-presidenta da associação me levou ao povoado vizinho Veracruz (Gigante) e, por meio de suas relações familiares, a La Escalereta (Agrado), outro dos povoados atingidos.

Após a conclusão da monografia, continuei acompanhando os fóruns, assembleias e protestos relacionados à hidrelétrica realizados em Bogotá, Neiva ou nos pequenos povoados onde havia a participação de camponeses *atingidos*. Acompanhei presencialmente essas atividades até janeiro de 2012, quando fui ao Rio de Janeiro para dar início ao curso de mestrado.

Com o conhecimento adquirido de uma nova literatura antropológica e sociológica e com as sugestões de minha orientadora ao longo do mestrado, conjuntamente com a pesquisa anterior sobre a área estudada, elaborei o projeto de qualificação cujo exame foi realizado em agosto de 2013. Na banca, foram colocadas importantes questões referentes à desconstrução das categorias de “grupos poblacionales” e de “atingidos”, os quais

que os atos de resistência das populações seriam uma questão “automática” devido à chegada de atores externos a elas mesmas.

⁶ A criação de Asoquimbo foi impulsionada por alguns professores e estudantes de comunicação social da USCO e por ONG's regionais ambientalistas e de direitos humanos agrupados na Plataforma Sur de Organizaciones Sociales (dissolvida em 2011 em razão de problemas internos). Os integrantes da Plataforma começaram a participar desde 2008 das Audiências Públicas e dos diferentes eventos que tinham alguma relação com a barragem, opondo-se radicalmente à construção do projeto e criando relações com os camponeses *atingidos* da área. A partir desses contatos, foi fundada em 2009 a Asoquimbo, cuja presidenta morava no povoado de Rioloro até 2012.

constavam no Estúdio de Impacto Ambiental (EIA, 2008) e foram introduzidos com novos critérios na Licencia Ambiental (Resolución nº 899 de maio de 2009 do Ministério de Ambiente). Isto posto, passou a ser central na pesquisa o aprofundamento sobre o sentido das reações das populações frente aos critérios classificatórios impostos e à sua aplicação pela empresa Emgesa.

Assim, no período compreendido entre setembro e novembro de 2013, retornei para a Colômbia tendo em vista a coleta de dados em arquivo e no campo. Primeiramente, consultei o arquivo 4090 do projeto hidrelétrico El Quimbo, que está armazenado em um escritório da Autoridad Nacional de Licencias Ambientales (ANLA) do Ministerio de Medio Ambiente. Este arquivo foi criado em 2007, quando a Emgesa deu início ao trâmite da Licencia Ambiental, e continha, no dia 5 de outubro de 2013, 25.365 folhas organizadas em 107 pastas, nas quais se somavam diversos documentos, como: 1) “derechos de petición” e cartas informativas encaminhadas ao Ministério de Ambiente por camponeses, pessoas agrupadas em associações legais ou grupos que compartilhavam algumas condições em comum, organizações sociais e autoridades municipais, departamentais ou de organismos de controle; 2) respostas do Ministério de Ambiente aos diferentes “derechos de petición” que grupos, pessoas ou instituições encaminharam a essa instituição sobre diferentes questões relacionadas ao projeto e à Licencia Ambiental; 3) os Informes Técnicos de Seguimiento do projeto hidrelétrico⁷ que contêm informação referente aos trabalhos de campo realizados por funcionários do Ministério e possuem o objetivo de comprovar se a Emgesa está cumprindo com os requerimentos da Licencia Ambiental; 4) diferentes resoluções e atos administrativos relacionados com o projeto hidrelétrico que foram expedidos por diferentes instituições do Estado; 5) fragmentos de estudos socioeconômicos produzidos por consultoras contratadas pela Emgesa e entregues ao Ministério de Ambiente; 6) os Informes de Cumplimiento Ambiental (ICA) da empresa Emgesa enviados semestralmente ao Ministério de Ambiente desde 2010, armazenados em CD’s na ANLA. Em outubro de 2013 existiam oito ICA’s no arquivo 4090, os quais

⁷ Os “Informes Técnicos” são documentos que consistem em revisar periodicamente com trabalhos de campo os cumprimentos tanto sociais quanto ambientais da Licencia Ambiental. A partir disso, se realiza um informe que vai dar como resultado uma Resolución ou um Acto Administrativo por parte do Ministério de Ambiente, com o objetivo de corrigir ou reafirmar as obrigações que a empresa deve cumprir de acordo com o Ministério e a Lei.

dispõem de uma abundante quantidade de dados, como estudos etnográficos realizados por consultoras contratadas pela empresa, diversos mapas sobre a área atingida, além de documentos que mostram a conclusão das metas propostas pelo projeto e os conflitos e problemas que têm impedido o avanço das obras no tempo previsto.

Em seguida, realizei o trabalho de campo na área estudada a partir de contatos prévios. Morei na casa de alguns camponeses e percorri os povoados: San José de Belén (El Agrado), Rioloro (Gigante), Veracruz (Gigante) e La Jagua (Garzón). As populações destes povoados possuem particularidades em relação ao projeto que precisam ser abordadas. Rioloro e Veracruz correspondiam a duas *veredas* diferentes do município de Gigante e seus habitantes compartilhavam relações familiares, de vizinhança e de amizade. Grande parte das terras da população de Rioloro estava em Veracruz, havendo assim uma relação estreita entre estas localidades. No entanto, a primeira *vereda* não será alagada, enquanto a segunda sim. Fiquei hospedado em Rioloro na casa da ex-presidenta da Asoquimbo e de sua família, que guiou neste local o trabalho de campo e com quem desenvolvi relações de confiança desde 2010.

Em outra *vereda*, San José de Belén, fiquei hospedado na casa de uma das famílias que aí moravam e que resistiram enquanto grupo de sua *vereda* às compensações oferecidas por Emgesa, exigindo o reassentamento coletivo. Conheci este povoado através de uma professora de biologia da USCO que realizava trabalhos de campo com seus estudantes há alguns anos. Os habitantes desta *vereda*, que irá desaparecer com o alagamento, falavam de mudanças como: a queda do número de estudantes na escola *veredal* – uma vez que seus habitantes tinham aceitado as compensações e tinham ido embora da área –; a chegada de “desconhecidos” que passavam pelos povoados, fazendo com que cuidassem de suas casas frente a possíveis furtos – faziam referência aos funcionários de Emgesa ou a empresas contratadas por ela, que transitavam pelo povoado para realizar estudos arqueológicos, etnográficos ou ambientais –; ou a injustiça das compensações pela implantação do projeto em relação a outros *atingidos* que não eram *nascidos e criados* na área.

Por último, outro povoado no qual passei algumas noites foi o La Jagua, onde se concentrava uma grande quantidade de *atingidos* pela compra de propriedades para o reassentamento daqueles que foram deslocados da área alagada (ver Anexo III). Esses

atingidos não foram reconhecidos pelo projeto hidrelétrico, visto que o impacto sofrido foi posterior aos censos de “atingidos”. Neste local, presenciei uma assembleia e manifestações realizadas pela Asoquimbo nos dias 10, 11 e 12 de outubro de 2013.

Durante o trabalho de campo convivi tanto com camponeses que estavam vinculados a Asoquimbo quanto com aqueles que não estavam ligados diretamente à esta organização ou que haviam renunciado a ela⁸ (por exemplo, a ex-presidenta da Asoquimbo). Isto possibilitou o contraponto com outros camponeses que pertenciam a ela, ou que entravam na organização conforme o projeto avançava. Ademais, consegui entrevistar uma patroa da área que administrava a terra de seus irmãos, a quem conheci através de uma amiga da Universidad Nacional de Colombia. A condição desta patroa era característica da área, posto que além de sua terra ser produto de várias sucessões em sua família, ela não possuía uma grande quantidade de terra, sentindo-se assim prejudicada pela implantação do projeto.

Portanto, consegui ter acesso a uma ampla informação empírica, como: entrevistas realizadas em trabalhos de campo; cartas encaminhadas por diferentes atores ao Ministério de Ambiente; as respostas da ANLA às cartas; e testemunhos dos camponeses da área através de documentos das empresas de consultoria (Econometria, Ingetec, Coderarrollo). Deste material, foram extraídas para a dissertação algumas partes que contribuíram para o processo argumentativo e, no caso dos testemunhos dos habitantes da área (através das entrevistas, cartas ou materiais secundários), realizaram-se duas colunas para que o leitor consiga ler os testemunhos tanto na língua original quanto em português. Em relação a outros documentos, como as leis e documentos normativos, eles foram citados em sua versão traduzida, sem a versão em espanhol, devido aos objetivos da dissertação.

Dessa forma, para poder trabalhar e organizar esses conflitos levou-se em consideração dois grandes temas que têm sido trabalhados por diversos autores: por um lado, a organização e as mudanças na vida de comunidades camponesas; por outro lado, os efeitos sociais oriundos da implantação de grandes projetos sobre populações rurais.

⁸ Como estudei a área desde 2010, conheci pessoas que integravam a organização na época inicial da pesquisa e retiraram-se da mesma quando aceitaram a compensação oferecida pela Emgesa.

Da literatura sobre comunidade e campesinato, tomou-se como referencial inicial alguns dos trabalhos realizados com pequenos produtores no nordeste brasileiro (HEREDIA, 1979; 1988; GARCIA JR., 1983; 1990), os quais se apoiaram em “clássicos” dos estudos camponeses (CHAYANOV, 1966; GERTZ, 1965; BOURDIEU, 1970; SHANIN, 1972; REDFIELD, 1969). Esta série de autores ajuda a pensar questões como a análise da comunidade enquanto unidade de relações sociais, a organização de espaços de autonomia dentro das comunidades a partir da divisão de tarefas e a existência de lógicas de produção internas, cujos fatores estão imersos em um mundo mais amplo com o qual estão relacionados. Na Colômbia, a tradição sobre estudos de campesinato⁹ colaborou em parte nestas discussões, sendo notáveis os trabalhos realizados por FALS BORDA nas regiões das cordilheiras andinas (1961) e o caribe colombiano (2002).

Outro ponto de referência da presente pesquisa foi a importante tradição existente no Brasil¹⁰ sobre os estudos dos efeitos da implantação de grandes projetos hidrelétricos sobre populações rurais, contando com uma ampla bibliografia dentre a qual se destacam alguns autores para a realização dessa dissertação (SIGAUD, 1992, 1995; MARTINS-COSTA, 1988; LIMA DAOU, 1988; VIANNA, 2012; SCOTT, 2009). Estes estudos contribuem para se pensar metodologicamente sobre a importância de trabalhar os conflitos do ponto de vista dos *atingidos*, as razões de suas mobilizações e os efeitos da intervenção do Estado na ruptura das representações, tempos, práticas e tradições existentes nas comunidades camponesas.

A partir desse conjunto de elementos, no período posterior ao trabalho de campo e depois de sistematizados os dados de arquivo e das entrevistas, foi estabelecida a organização da dissertação em três grandes partes. A primeira, que apresenta as

⁹ Por outro lado, existem na Colômbia trabalhos importantes que têm um foco diferente do que é aqui proposto, pois estão baseados principalmente na exposição da distribuição assimétrica da propriedade rural e na ineficiência do latifúndio, propondo desse modo que é necessário realizar uma reforma agrária (MONDRAGÓN, 1999; FAJARDO, 2009) e/ou modernizar o campo (MACHADO, 2002; KALMANOVITZ, 2006) para tirar o país do atraso.

¹⁰ Sem desconsiderar sua importância, os estudos relacionados com essa temática na Colômbia têm um foco diferente. Eles se fundamentam em análises que tentam mostrar como a implantação desse tipo de grandes projetos representa o avanço do capital transacional no país e nos territórios (ROA Y DUARTE, 2012; TORO, 2012), ou como os conflitos decorrentes destes projetos estão relacionados com a modificação das leis, a violação dos direitos humanos, ou o engendramento de mobilizações sociais (CINEP/ PROGRAMA POR LA PAZ, 2009). No caso da hidrelétrica El Quimbo, há uma dissertação de mestrado em sociologia desenvolvida por Sandra Naranjo (2013) na Universidad Nacional de Colombia que compartilha um foco similar.

características da área e as populações que aí moravam antes da implantação do projeto (Parte I). A segunda, que aborda o projeto impulsionado pelo Governo Nacional e as expectativas que as populações tinham antes de sua implantação (Parte II). E a terceira, cujo foco é a organização dos diferentes conflitos aos quais as comunidades da área têm se visto submetidas com a chegada da barragem (Parte III).

Assim sendo, a primeira tarefa foi tratar sobre a área e a região estudada, a organização administrativa das *veredas* e povoados, as Juntas de Acción Comunal (JAC) e os diferentes usos do solo – cultivos, atividades pecuárias e pesqueiras – que faziam parte do cotidiano daqueles que habitavam a área (Capítulo 1). Em seguida, foram trabalhadas algumas características dos povoadores da área (Capítulo 2).

Os padrões podem ser distinguidos em dois grupos. Por um lado, havia os padrões cujas propriedades provieram de antigas fazendas que estavam em decadência devido aos baixos preços do cacau e do gado (ambos característicos destas propriedades) e à impossibilidade de adquirir novas terras na área há várias décadas, o que gerou a divisão constante das propriedades. Por outro lado, havia proprietários também denominados de padrões que conseguiram no passado um importante grau de acumulação e de articulação com entidades financeiras, o que possibilitou a diversificação de suas atividades produtivas em extensões médias de terra (de 20 a 50 hectares, aproximadamente). Este segundo grupo era constituído pelos donos de piscícolas, os dedicados à suinocultura e alguns produtores de arroz, que se denominavam a eles mesmos como *empresários agropecuários*. Suas terras proporcionavam uma melhor margem de lucro do que aquela alcançada pelos antigos fazendeiros, mobilizando grandes quantidades de dinheiro.

Na área estudada somente havia uma *hacienda*, a Garañón, que possuía uma grande extensão de terra (1.200 hectares). Nela se manteve uma estrutura tradicional de trabalho, composta por um *administrador* que morava com sua família na *hacienda* e cumpria as funções do *patrón* quando ele não estava disponível ou morava longe do local. O *administrador* se encarregava de: ordenar a seus subordinados (*mayordomos*, *mensualeros* e *jornaleros*) o conserto das cercas danificadas pelo gado; pagar os trabalhadores pelos cultivos da propriedade (arroz); manejar a contabilidade da *hacienda*. Em alguns casos, o *administrador* obtinha o direito de cultivar um pequeno pedaço de terra com sua família.

No entanto, nas outras propriedades da área, o *patrón* controlava essas atividades, isto é, não tinha um *administrador* que se encarregava dessas funções como na *hacienda* Garañón. A divisão destas propriedades fez que os herdeiros dos antigos patrões se associassem entre si. Um dos herdeiros, chamado de *administrador* pelos irmãos, se encarregava de dar as ordens para o funcionamento da propriedade, enquanto os demais familiares trabalhavam em atividades diferentes relacionadas à terra.

Os camponeses que trabalhavam nas propriedades dos patrões, por seu turno, eram denominados comumente, segundo o tipo de trabalho e de atividades, de: *mayordomos*, *partijeros*, *mensualeros* ou *jornaleros*. O *jornalero* é aquele que recebe uma soma de dinheiro por dia de trabalho (*jornal*) em um determinado cultivo (frequentemente na safra ou plantio de arroz, cacau e tabaco). O *mayordomo* é aquele que recebe uma casa, seu salário e, em alguns casos, uma *remesa* (mercado semanal) e/ou uma pequena parcela de terra onde sua esposa pode trabalhar¹¹. Por último, o *mensualero* recebe salário pelo trabalho mensal e pelo apoio aos *mayordomos* no que eles precisem.

Ao lado disso, alguns patrões da área adotavam a modalidade de *partija*¹² (conhecida também como *aparceria*) em suas propriedades, a qual consiste em dividir os lucros de um cultivo com um camponês. O *partijero* trabalhava (na semeadura, cultivo, colheita, manutenção e venda) e o patrão realizava os investimentos sobre o cultivo (as sementes, os tanques de fumigação e a terra). Quando o produto era vendido, o

¹¹ O *mayordomo* contava com uma pessoa que desempenhava funções similares e que era denominada de *administrador* (diferente daquele exposto anteriormente), o qual trabalhava com seu núcleo familiar em atividades que não a criação de gado, como a criação de porcos (suinocultura intensiva) e/ou o cuidado das piscícolas, sendo controlado diretamente pelo patrão. Estas denominações mostram um certo status que os *mayordomos* possuem sobre este tipo de *administrador*, no que se refere à criação de gado; porém, em suas comunidades, os filhos de um ou de outro podiam se casar ou morar no mesmo povoado, não existindo uma diferenciação social entre eles.

¹² A denominação de *partija* relativa a algum produto é utilizada em variadas situações que implicam diferentes relações entre as pessoas envolvidas nas mesmas: 1) entre um patrão que não quer controlar diretamente o processo produtivo e uma família *partijera*, que se encarrega de cuidar da propriedade de forma permanente, garantindo sua vivência, como no caso da plantação do cacau; 2) entre um patrão e um *partijero* que trabalha em partes de uma grande ou média propriedade conforme as épocas do ano, com o objetivo de realizar rotação de cultivos com o milho para recuperar o solo, depois do proprietário ou arrendatário ter semeado mais de duas ou três vezes o arroz ou o tabaco (que utiliza uma grande quantidade de produtos químicos); 3) entre familiares que, conjuntamente, realizam o trabalho e os investimentos sobre o produto dividindo os lucros entre suas pequenas propriedades; e 4) no caso da criação de gado, pode haver acordo entre uma pessoa que possui terra e se encarrega da criação (*tenedor*) e o dono do gado. Frequentemente, o leite produzido garante a renda mensal do *tenedor* e os lucros divididos entre as partes derivam dos bezerros ou da venda da carne de novilhos.

investimento era subtraído do total e o lucro era dividido entre as partes. Os *partijeros* podiam ser permanentes, que moravam nas propriedades de seus patrões e eram encarregados de cuidar da propriedade e de cultivar produtos de ciclos longos de crescimento (como o cacau), ou podiam ser *partijeros* temporários, os quais ocupavam por períodos curtos de tempo pequenas extensões de terra nas propriedades dos patrões da área, utilizando-as principalmente para a renovação dos cultivos com milho após várias safras de arroz e/ou de tabaco.

Assim, as propriedades dos patrões eram trabalhadas tanto por camponeses que pertenciam às comunidades da área e foram *nascidos e criados* em seus povoados e *veredas*, quanto por camponeses que, embora cumprissem as mesmas funções, tinham famílias extensas distantes da área estudada e trabalhavam por temporadas no local. Isto proporcionou a convivência de grupos de camponeses que, apesar de compartilhar práticas comuns, diferenciavam-se por pertencer ou não a uma mesma comunidade.

Além disso, os camponeses que possuíam pequenas propriedades costumavam trabalhar nas propriedades dos patrões como *jornaleros* e desenvolviam em suas comunidades práticas comuns derivadas da escassez de terra. Dentre elas, pode-se mencionar a produção em pequenas extensões de terra com o trabalho e o investimento de irmãos e familiares, por meio da modalidade de *partija*, o que ajudava a manter o patrimônio na comunidade e, ao mesmo tempo, complementava seus rendimentos. Ademais, as casas eram construídas nessas pequenas propriedades dos patrões e as mulheres, os filhos e os jovens podiam trabalhar por determinados períodos nas propriedades dos patrões sob o *jornal* ou a *partija* de algum cultivo, tendo rendimentos próprios, o que lhes conferia autonomia frente ao chefe da família.

Outra modalidade presente nas propriedades da área era o *arriendo*, que podia se dar tanto por um patrão que contratava trabalhadores para realizar a produção em um pedaço de terra, quanto por camponeses que tinham recursos suficientes para *arrendar* uma extensão de terra para cultivá-la através do trabalho familiar ou de vizinhos de suas comunidades. O *arriendo* era adotado geralmente para cultivos como o de arroz, que podia ser realizado por pequenos produtores em reduzidos lotes. O *arriendo* era usado ainda para

o cultivo de tabaco; no entanto, este produto era comandado por empresas produtoras de tabaco que eram de outras regiões do país, de onde traziam os trabalhadores.

Essas questões relacionadas com a vida dos camponeses que moravam em seus povoados e nas propriedades dos patrões foram objeto da pesquisa. Além disso, foram estudadas as implicações das decisões do Estado referentes ao projeto hidrelétrico nas vidas desses camponeses.

O Governo Nacional impulsionou o projeto apesar de ações anteriores contrárias à construção da hidrelétrica, como a concessão de Licencia Ambiental ter sido negada em 1997 devido a seus impactos sociais, bem como os pronunciamentos avessos à obra por parte de determinadas entidades do Estado (Procuraduría General de la Nación-PGN), o que mostra uma disputa constante entre diferentes organismos do Estado (Capítulo 3). No entanto, as ações do Governo Nacional tornaram o projeto viável a partir da criação das condições para gerar investimentos para a obra, concedendo-a a multinacional Emgesa por meio do mecanismo do leilão público¹³, realizado em junho de 2008, e declarando de utilidade pública os terrenos de influência do projeto, contabilizados em 8.500 hectares (Resolución nº321, de setembro de 2008, do Ministério de Minas). Ademais, ampliou-se a extensão desses terrenos para 23.125 hectares (Resolución nº003, de 20 de janeiro de 2012, do Ministério de Minas) quando foi necessário, bloqueando assim os empréstimos das entidades financeiras aos produtores da área.

Ao lado disso, o Estado autorizou a realização de “amparos policiais” pela Emgesa, obrigando dessa forma o Escuadrón Móvil Antidisturbios ESMAD (Força da polícia) a interferir no caso de alterações no desenvolvimento considerado normal do projeto. Com isso, a violência tem sido importante na definição de situações como as ocupações de terra ou os bloqueios organizados pelos camponeses em diversos momentos. Em paralelo a isso, com o respaldo da lei colombiana, a Emgesa tem o poder de expropriar legalmente a

¹³ Neste leilão avaliou-se que 100% da área de construção do projeto é propriedade da empresa Emgesa. Ademais, o Estado se comprometeu a garantir receitas fixas desde que haja produção de energia. Para o ex-presidente Álvaro Uribe (2002-2010), com o leilão público “conseguimos adjudicar esses projetos sem arriscar recursos do orçamento do Estado, sem arriscar o crescimento, o endividamento da nação”. Cf. Palabras del Presidente de la República, Álvaro Uribe Vélez, durante el homenaje al Presidente del Congreso, senador Hernán Andrade Serrano (26 set. 2008). Disponível em: <http://web.presidencia.gov.co/discursos/discursos2008/septiembre/senado_26092008_i.html>. Acesso em 18 nov. 2013.

propriedade da terra daqueles que não aceitarem as condições da negociação determinadas pela empresa¹⁴.

Por outro lado, as populações da área tinham diferentes expectativas com relação ao projeto. Alguns desconfiavam da intromissão de um ator externo que poderia mudar a sua cotidianidade, enquanto outros pensaram que o projeto somente lhes traria benefícios (Capítulo 4). Contudo, logo após a expedição da Licencia Ambiental que normatizou as compensações para os diferentes “grupos poblacionales” (Resolución nº899, de maio de 2009, do Ministério de Ambiente) e o “manual de preços” das propriedades da área (Resolución nº180480, de 23 de março de 2010, do Ministério de Minas), foram gerados diversos conflitos na área com o avanço do projeto (Capítulo 5).

Segundo a Licencia Ambiental, “a compensação será realizada de uma só vez quando comprovado o pertencimento a uma categoria de um grupo populacional” (Resolución nº899, art.10, nº3.3.3), baseando-se em três grandes critérios: 1) *sua condição de proprietário de lotes da área atingida*¹⁵, agrupados em três escalas: a) “grandes”, com mais de 50 hectares, os quais possuíam a opção de serem realocados em outra terra ou de negociarem diretamente em dinheiro, b) “médios”, que possuem de 5 a 50 hectares e deviam escolher entre o reassentamento com a mesma quantidade de terra e o preço estimado no “manual de preços”, c) pequenos proprietários ou “poseedores”¹⁶ de menos de

¹⁴ A lei colombiana permite que uma empresa privada que provê um serviço público possa emitir um ato administrativo, de forma a decretar e ordenar o início dos trâmites judiciais de expropriação. Segundo o artigo 39 do Decreto nº2.024 de 1982, que regulamenta parcialmente a lei nº56 de 1981: “o Gerente, Diretor ou representante legal da entidade respectiva, deve expedir a Resolución que singulariza por sua localização [...] os imóveis atingidos pela declaratória de utilidade pública. [...] O ato administrativo mediante o qual se decreta a expropriação é o que contém a decisão da entidade proprietária de iniciar juízos de expropriação que foram precisos, por ter fracassado a via da negociação direta com os proprietários” (Decreto 2.024, 1982, tradução nossa). Para um caso de expropriação de um proprietário por parte de Emgesa, consultar: <[http://www.proyectoelquimboemgesa.com.co/site/Portals/0/documents/RESOLUCIONES/RESOLUCION_000091_DEL_28_DE_OCTUBRE_DE_2013%20\(1\).pdf](http://www.proyectoelquimboemgesa.com.co/site/Portals/0/documents/RESOLUCIONES/RESOLUCION_000091_DEL_28_DE_OCTUBRE_DE_2013%20(1).pdf)>. Acesso em 20 mar. 2014.

¹⁵ Uma das fontes pelas quais os proprietários e “poseedores” tem mais direito que o resto das pessoas *atingidas* tem suas origens no Código Civil colombiano, que estima uma “escala de direitos” que os protege melhor que os não proprietários. A defesa da propriedade privada é um dos fundamentos do Estado moderno europeu e que foi imposto pelos conquistadores em uma grande quantidade de países do mundo. Esta imposição do princípio da propriedade privada para “organizar” comunidades nativas foi trabalhado por Bohannan (1967) na África.

¹⁶ Para que os “poseedores” tenham os mesmos direitos do que os proprietários devem comprovar a “posesión” da propriedade com documentos (como recibos públicos) que mostrem a ocupação por mais de 5 anos antes da Declaratória de Utilidad Publica da área, instituída em setembro de 2008. De acordo com o Código Civil colombiano a “posesión” é dada “se depois de quatro anos de decretada a posesión provisória, não tivesse sido reclamada a terra por alguém, ou não se tiverem notícias que motivarem a distribuição de

5 hectares, cuja compensação é de 5 hectares de terra e uma casa; 2) *sua condição de dependência da área atingida*, sendo eles não proprietários, mas “residentes” ou “não residentes” da área, os quais foram obrigados a aceitar uma compensação monetária; 3) *o pertencimento ao mesmo “grupo familiar”*, definido pela Licencia Ambiental como o “conjunto de pessoas com laços de afinidade ou consanguinidade que compartilham a propriedade, a “posesión”, ou a ocupação de uma propriedade com ou sem moradia”.

Deste modo, a imposição de novas condições de vida rompeu as comunidades que viviam no local e gerou diferentes espaços de conflito nos quais se inserem os camponeses da área: 1) *o espaço das relações entre mayordomos e patrões*, uma vez que a compensação em dinheiro imposta a estes camponeses e a venda das propriedades de seus patrões forçou-os a se retirarem dessas propriedades com suas famílias, o que motivou a organização de grupos de resistência que se recusaram a sair das propriedades de seus antigos patrões; 2) *o espaço familiar e de vizinhança*, posto que membros da mesma comunidade receberam diferentes compensações por ter ou não “posesión” de terra na área alagada, ou ainda por pertencer a um determinado “grupo familiar”; 3) *o espaço da representação local*, decorrente do fato de que os líderes das Juntas de Acción Comunal (JAC) adotaram posições variadas dependendo de sua condição familiar e pessoal, por vezes aceitando as compensações oferecidas pela empresa Emgesa, o que engendrou uma crise de representatividade neste organismo; e 4) *o espaço de demandas sociais frente ao Estado*, produto das mobilizações sociais, das demandas jurídicas e da divulgação do problema pela Asoquimbo. A imposição destas condições pelo projeto gerou diferentes tempos de resistência e de negociação entre os camponeses *atingidos* e seus patrões, havendo ainda mudança de membros da Asoquimbo ao longo do avanço do projeto.

Os proprietários que contavam com grandes extensões de terra inférteis – ou seja, com pouca ou nenhuma produção – dedicadas ao gado venderam-nas rapidamente para a empresa Emgesa (entre 2010 e 2011). Já aqueles que eram *empresários agropecuários*, com uma extensão média de terra, resistiram inicialmente à venda devido aos baixos preços oferecidos por suas terras no “manual de preços” (o preço máximo por hectare estabelecido foi 20 milhões de pesos colombianos, que equivale a cerca de 20 mil reais), impulsionando

seus bens, segundo as regras gerais, decreta-se a posesión definitiva e cancela-se as causações” (ARTIGO 105).

e financiando, em alguns casos, ações de protesto na região contra a hidrelétrica (em 2009, 2010 e 2011). No entanto, os *empresários agropecuários* por fim venderam suas terras frente às ofertas e ameaças de expropriação por parte da empresa. Por último, para os camponeses sem terra ou com pequenas extensões de terra e suas famílias, apresentaram-se diversas situações, as quais são tratadas nos Capítulos 6 e 7.

Outro aspecto central dos conflitos gerados pelo projeto está relacionado com os censos realizados pela empresa em 2007, 2008 e 2009, os quais determinam a compensação a ser oferecida. Inicialmente, o censo de 2007 realizado para a Emgesa pela empresa consultora Ingetec contabilizou uma “população residente” de 1.466, distribuídos em 362 famílias. Dois anos depois, em 2009, o cadastro do censo registrou 1.764 pessoas “residentes” distribuídas em 458 famílias, registrando uma “população não residente com atividade econômica” que somava 1.577 “trabalhadores” distribuídos em 69 “categorias” e 35 “comerciantes” da *vereda* Rioloro. No último censo, foram incluídas mais 169 pessoas “não residentes” (Informe de la Contraloría General de la Nación, 2012).

No entanto, um grande número de grupos e pessoas tem protestado por se encontrarem excluídas dos censos de “atingidos”. Protestam porque os critérios classificatórios do censo não levaram em consideração mulheres, crianças e jovens no processo de compensação, ou porque não foram cadastrados nos dias que os recenseadores estiveram nos povoados, ou ainda por terem surgido novos *atingidos* em decorrência do avanço do projeto, visto que, com o processo de reassentamento e de compra de terras produtivas, geraram-se novos deslocamentos e *atingidos* não contabilizados pela Emgesa no registro dos “atingidos”.

Em relação a este último grupo, constituído pelos novos deslocados, o Ministério de Ambiente tinha previsto seu surgimento, já que “não era possível encontrar terra suficiente para realocar 300 famílias sem gerar um novo deslocamento”¹⁷ (Carta de Asoquimbo, 6

¹⁷ Segundo a Procuraduría Judicial Ambiental y Agraria del Huila (2013), as dificuldades do programa de reassentamentos dos “atingidos” da área no Departamento de Huila eram resultado de: “1) uma escassez de terra no Departamento, visto que 19 municípios estão submetidos a ‘Zona de Reserva Forestal’, figura que faz com que o ‘banco’ de disponibilidade de terras aptas para atividade agrícola-pecuária, seja escassa (lei nº2 de 1959); 2) a quantidade de processos em trâmite preveem um alto volume de controles desnecessários, o que torna a ação do Instituto Colombiano de Desarrollo Rural-INCODER ‘lenta e dispendiosa’ para adquirir terras; e 3) a ausência de um cadastro censitário agropecuário, assim como de infraestrutura, faz com que seja mais caro a reativação das atividades produtivas dos atingidos.” (Carta ao Ministerio de Ambiente de “Apoyo

de outubro de 2011. Em: ANLA, Arq.4090, pasta 91, p.8598). Assim, a Emgesa opôs-se a reconhecer os novos “atingidos” e, ao mesmo tempo, no processo de negociação com as populações, a empresa pressionou os proprietários a vender diretamente ao invés do reassentamento, oferecendo altas somas de dinheiro aos proprietários de menos de 5 hectares e ameaçando de expropriação os proprietários de 5 a 50 hectares que não quiseram negociar, além de expulsar com o emprego das forças policiais os camponeses que se mantiveram nessas terras.

Desse modo, à medida que o projeto avançava o número de *atingidos* crescia. A Asoquimbo apresentou no dia 23 de fevereiro de 2012 à Contraloría General de la Nación, sección Huila, a existência de 1.279 *atingidos* “não cadastrados”, sendo que pouco depois, no dia 6 de julho de 2014, foram feitas à Emgesa mais de 13.000 solicitações para a inclusão no censo de “atingidos”¹⁸. Isto foi realizado em um período de constante disputa jurídica entre as instituições do Estado e a Emgesa, o que pode ser ilustrado pela sentença judicial da Corte Constitucional colombiana que exigiu que a Emgesa realizasse um novo censo de “atingidos” (Sentencia T-135, de 13 de março de 2013).

Entretanto, o presente estudo concentra-se nos *atingidos* da área alagada, sem ser aprofundada a situação dos outros *atingidos*, entre eles: os trabalhadores temporais dessas terras; os novos deslocados pela compra de propriedades tendo em vista o reassentamento de “atingidos”; os pescadores artesanais que têm sido afetados pela redução da quantidade de peixes tanto na área de alagamento quanto ao longo do rio águas acima e águas embaixo; os comerciantes de produtos como cacau, queijo, leite; os transportadores; assim como diversos outros grupos que reclamam sua inclusão no cadastro de “atingidos”.

Após a exposição dos conflitos em geral, foram investigados os efeitos da venda das propriedades para os patrões e seus trabalhadores (Capítulo 6). As compensações para os camponeses sem terra que moravam nas propriedades de seus patrões, classificados como “residentes não proprietários”¹⁹, foram elaboradas conforme “planos de restituição

de la Procuraduría a la convocatoria de la expedición de normatividad especial para adquisición de tierras-PHEQ”. Neiva, 23/01/2013. ANLA, Arq.4090, pasta 91, p. 21234, tradução nossa).

¹⁸ Cf. “Emgesa recibió 13.000 solicitudes para el censo” (jornal La Nación, 18/07/2014). Disponível em: <<http://www.lanacion.com.co/index.php/noticias-regional/huila/item/238126-emgesa-recibio-13->>. Acesso em 20 mar. 2014.

¹⁹ Os “residentes não proprietários” são aqueles que, apesar de morar nas terras da área, não têm nenhuma propriedade ou “posesión”, e por isso são obrigados a aceitar a compensação em dinheiro.

econômica das diferentes atividades produtivas” (Resolución nº899, de 2009). Na prática, isso consistiu no pagamento em dinheiro ao “atingido”, cujo valor é calculado com base no: 1) custeio de uma capacitação técnica do Servicio Nacional de Aprendizaje (SENA), de duração de seis meses; 2) o recebimento de um “capital semente”, dinheiro que é entregue à pessoa quando a capacitação é concluída e que depende do valor monetário cadastrado nos Censos Socioeconómicos dos anos 2007, 2008 e 2009.

Alguns *mayordomos* aceitaram facilmente a compensação, dado que suas comunidades não tinham previsão de serem atingidas, enquanto outros resistiram a sair das propriedades de seus patrões. Frente à expulsão de camponeses das terras vendidas, o que foi recorrentemente denunciado pela Asoquimbo, o Ministério de Ambiente buscou mitigar os impactos do projeto por meio da Resolución nº123 de 29 de novembro de 2011, que criou a figura dos “comodatos reestruturados”. Estes tinham como função obrigar a Emgesa a devolver as terras compradas a seus antigos donos, para que eles continuassem as explorando, de modo que os seus trabalhadores não fossem demitidos durante a construção da obra.

Embora esses planos de mitigação existissem, grupos de camponeses decidiram permanecer nas casas e terras de seus antigos patrões (*mayordomos* e *partijeros*), não aceitando assim a compensação em dinheiro oferecida. A Asoquimbo promoveu jornadas de “recuperação de terras” (ocupação de terras), baseada na ideia de criar na área uma Zona de Reserva Campesina (ZRC)²⁰, figura legal (lei nº160, de 1994) que consiste em garantir o acesso à terra ao camponês, bem como em ser uma:

[...] área delimitada geograficamente onde não exista a possibilidade legal de que um proprietário tenha mais de uma Unidad Agrícola Familiar (UAF) – de extensão variável, segundo a qualidade do solo e a proximidade de mercados – que poderia vender para outro camponês, porém, não poderia comprar uma adicional. A ideia é frear, em algumas regiões camponesas e de colonização, o avanço latifundista e defender assim a média e pequena propriedade (BRAVO, 2010).

²⁰ Na Colômbia, entre os anos 1997 e 2002 foram criadas seis ZRC no país: Cabrera (Cundinamarca, centro do país), El Pato- Balsillas (Caquetá, na fronteira com o Departamento de Huila), Calamar (Guaviare, início da Amazônia colombiana), Bajo Cuembí e Comandante (Puerto Asís-Putumayo, na fronteira com o Equador), Arenal e Morales (Sul de Bolívar, no norte do país próximo ao Caribe colombiano) e o Valle del Río Cimitarra (Nordeste antioqueño e Sul de Bolívar, interior do noroeste do país).

Ao lado disso, os *mayordomos* que resistiram receberam ajuda de membros da Asoquimbo, os quais convocaram outras famílias camponesas que trabalhavam por diária (*jornal*)²¹ e não foram incluídas nos censos e, conseqüentemente, nas compensações²². Esses grupos de camponeses que ocuparam conjuntamente as terras compradas pela multinacional controlaram-nas desde setembro de 2012, até o momento em que as pressões realizadas pela Emgesa e pela polícia os obrigaram a sair da área – eles encontravam-se concentrados na *vereda* La Honda – entre outubro e dezembro de 2013. Com isso, alguns foram obrigados a aceitar a compensação em dinheiro, ao passo em que os que não foram registrados como “atingidos” nos censos, viram-se obrigados a procurar seus meios de sobrevivência em outras atividades da região ou fora dela.

Por outro lado, nas comunidades localizadas na área de alagamento, apresentaram-se diversos conflitos decorrentes da divisão, criada pela Licencia Ambiental, de seus residentes em três conjuntos (Capítulo 7). O primeiro abarca os proprietários de 5 hectares a 50 hectares, que devem escolher entre o reassentamento individual ou coletivo com a mesma quantidade de terra que possuíam anteriormente, ou um valor em dinheiro

²¹ Participaram dessas ocupações camponeses sem terra de toda a região, os quais tinham relações de amizade ou familiares com outros trabalhadores que moravam permanentemente nas terras que foram compradas pela multinacional.

²² De acordo com o professor universitário da USCO e membro da Asoquimbo, Miller Dussan: “Asoquimbo es una organización social fundamentalmente integrada por sectores a quienes se les han vulnerado sus derechos en la zona del Quimbo, a personas que nunca se les consultó cuales eran las condiciones para que accedieran a salir de la zona, personas que han sido desplazadas directamente por las obras o por la destrucción de las cadenas productivas, ese núcleo es el que hace fundamental Asoquimbo. En términos de poblaciones uno puede hablar de jornaleros, partijeros, mayordomos, pequeños propietarios, pescadores, mineros artesanales, madres cabeza de familia y algunos pocos medianos propietarios. Inicialmente se plantea un propósito claro que es aglutinante, corresponde a Asoquimbo defender los derechos económicos sociales culturales y ambientales del proyecto El Quimbo, es decir partimos del hecho que esas personas no son indirecta o directamente afectadas, sino que esas personas son ciudadanos sujetos de derechos a donde el mismo Estado les niega la condición de ciudadano y sujeto de derechos. Entonces estamos hablando frente a un sujeto de derechos que ha sido vulnerado por la pérdida de sus derechos que están establecidos por la constitución y la ley. Pero no nos quedamos simplemente en eso, sino que Asoquimbo como organización se propone desde el principio defender integralmente al territorio. Eso que quiere decir (...) que ante todo se propone que son los mismos miembros de ese territorio los mismos sujetos de ese territorio que deben gobernar el territorio y en consecuencia que no pueden aceptar a las empresas transnacionales. Y de allí surge la idea de crear la Zona de Reserva Campesina alimentaria no solo como una posibilidad de construcción y de producción colectiva, sino como una posibilidad de auto gobierno donde se articulen los intereses individuales con los intereses colectivos” (entrevista concedida por Miller Dussan em novembro de 2013).

determinado pelo “manual de preços”²³. Esses proprietários resistiram fortemente à venda e ao reassentamento, uma vez que seu patrimônio não aumentaria.

O segundo era composto pelos proprietários de menos de 5 hectares ou eram “poseedores” que lograram comprovar legalmente sua condição com documentos públicos que certificavam a antiguidade mínima (5 anos) de sua casa antes da declaratória de utilidade pública em 2008. Eles têm direito a 5 hectares mais uma casa (por reassentamento individual ou coletivo) ou um valor equivalente. Assim, a condição de “poseedor” somente foi aplicada para aqueles que conseguiram comprová-la, deixando uma grande quantidade de pessoas que não tinham esses documentos excluídos dessa compensação.

Por fim, o terceiro englobava aqueles que não conseguiram comprovar a “posesión” de suas propriedades, sendo classificados como “residentes não proprietários” e obrigados a aceitar uma compensação em dinheiro. Por conseguinte, ficaram impossibilitados de serem realocados com suas comunidades e/ou foram forçados a se submeterem àqueles que receberam a compensação em terra.

Ademais, para todos os pequenos proprietários ou “poseedores”, a compensação foi dirigida ao “grupo familiar” cadastrado, que inclui diferentes membros da família. Isto, por seu turno, provocou conflitos derivados da perda da autonomia que os diferentes membros dos “grupos familiares” (os filhos, as mulheres e os *agregados*²⁴) tinham em relação ao chefe de família. Assim, foram alteradas as hierarquias pré-existentes nos núcleos familiares, visto que, com a forma de distribuição da compensação, esses membros ficaram *sujeitos* ao proprietário ou “poseedor”, o que gerou disputas, conflitos, expulsões e preocupações familiares, relacionadas com o presente e o futuro dessas pessoas.

No que tange à perda de autonomia por parte de membros familiares, as opções de compensação disponíveis para os proprietários ou “poseedores” possibilitou que eles escolhessem o reassentamento coletivo, o que, segundo argumenta o presente trabalho, está relacionado com a vontade de conservar e dar continuidade a certas tradições de suas

²³ Nestas comunidades camponesas não existiam pessoas que tiveram mais que 50 hectares, devido que elas eram dos patrões. Igualmente é importante aclarar que existiam patrões com menos de 50 hectares pelo processo de divisão de propriedades que já foi descrito.

²⁴ *Agregado* no sentido aqui conferido refere-se à pessoa que mora na mesma casa de um familiar e tem algum laço de afinidade com o chefe de família, como um sobrinho, enteado, primos de primeiro e de segundo grau.

comunidades anteriores²⁵. Já os “não proprietários” pertencentes às comunidades estão impossibilitados de realizar esta escolha e, portanto, foram *expropriados* de suas formas sociais de produção e de vida prévias.

Outro conflito entre membros familiares manifestou-se em torno das sucessões, posto que, frequentemente, a propriedade de terra não era dividida formalmente em cartório, o que pode continuar durante várias gerações. A Emgesa tem argumentado nestes casos que a compensação se dá em referência à terra da sucessão e não de forma independente aos membros dela, isto é, que é feita a restituição do mesmo pedaço de terra que os avôs ou pais tinham em vida. Porém, isso gerou conflitos entre familiares que consideraram essa decisão injusta, uma vez que os descendentes tinham autonomia perante os demais membros. Desse modo, foram forçados a tomar uma decisão entre a restituição da terra ou a compensação em dinheiro (tanto para aqueles que tinham ido embora da área no passado, quanto para os que ficaram), rompendo assim regras e acordos que existiam antes da chegada da barragem. Além disso, o projeto acarretou a desintegração de organismos de representação das comunidades, como as Juntas de Acción Comunal (JAC), o que ocorreu paralelamente aos protestos dos *atingidos* (Capítulo 8).

As compensações do projeto introduziram diferenciações entre os membros das comunidades e seus líderes, os quais geralmente eram pequenos proprietários ou “poseedores”. Além disso, uma das estratégias da Emgesa tendo em vista neutralizar protestos foi fornecer informação privilegiada a alguns líderes, para que eles realizassem ações como, por exemplo, dividir suas propriedades entre familiares ou legalizar suas “poseciones”. Com isso, o projeto os beneficiou e os distanciou do destino dos *atingidos* de suas comunidades.

Essa diferenciação fez com que alguns líderes das JAC virassem representantes de seu grupo compensado enquanto proprietário ou “poseedor”, assim como os impeliu a romper as relações que tinham com os membros de suas antigas comunidades. Ao contrário deles, outros líderes das JAC opuseram-se fortemente ao projeto. Porém, com o tempo e as pressões, acabaram aceitando as compensações e se afastaram dos processos de resistência.

²⁵ É relevante para esse argumento o trabalho realizado por Ana Luiza Lima Daou (1988) na área da barragem de Sobradinho, visto que nele se ressalta a importância de encontrar as continuidades existentes nas decisões tomadas pelas comunidades ao tentar ter uma margem de ação e de “liberdade”.

Dessa forma gerou-se uma crise de representatividade dos organismos locais, tornando-se o protesto uma forma de expressão dos *atingidos*, por meio de bloqueios de obras, expulsão de funcionários da Emgesa de suas *veredas* e manifestações públicas. Alguns protestos foram organizados pela Asoquimbo, conseguindo uma maior difusão na mídia, ao passo em que outros foram produto da mobilização de camponeses não vinculados diretamente a essa organização, suscitando reuniões diversas e protestos contrários à Emgesa.

Nesse sentido, a Asoquimbo teve um papel importante nos processos de mobilização, dado que, por meio do contato com alguns *atingidos* pelo projeto, conseguiu criar espaços de diálogo com o Estado, exigindo sempre a suspensão do projeto. Assim, logrou que o Estado expedisse decretos que mitigaram os impactos sobre as populações, conseguindo deter por momentos a construção da barragem, atrasando a conclusão da obra.

Em paralelo a isso, esta organização tem conseguido atuar em cenário internacional, participando, por exemplo, do encontro contra represas realizado em Temacapulin-México em 2011, no qual se articulou com outras organizações contra barragens, como o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) do Brasil e o International Rivers. Ao mesmo tempo, na Colômbia a Asoquimbo tem se articulado ao movimento nacional Rios Vivos, que aglutina movimentos locais contra barragens em outras partes do país²⁶, principalmente em Hidrosogamoso (no departamento de Santander, ao nordeste colombiano) e Hidroituango (no departamento de Antioquia, ao noroeste do país). No entanto, essas articulações nacionais e internacionais do movimento social não foram objeto desta pesquisa.

Portanto, com esse estudo que desenvolve cada um dos conflitos anteriormente identificados, espero contribuir para as pesquisas existentes sobre os impactos sociais da implantação de grandes projetos. Particularmente, nos aspectos referentes à análise da sociedade local, às divisões geradas pela imposição de categorias por parte do Estado e à

²⁶ Na Colômbia tem sido recorrente a organização de mobilizações regionais e nacionais que agrupam vários setores avessos à construção de barragens, como a ação realizada em 20 de setembro de 2012 na cidade de Neiva, na qual camponeses e diferentes sindicatos e estudantes de escolas da cidade participaram. Conferir Marcha 20 de setembro de 2012. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=3AXKS4RWOMo>>. Acesso em 20 mar. 2014.

compreensão das razões pelas quais essas comunidades têm realizado diferentes ações a partir das alterações em seu sistema social.

PARTE I – A ÁREA DE INFLUÊNCIA E OS HABITANTES ANTES DO PROJETO



Fotografia 1: Paisagem da área de inundação (2010).

Fonte: fotografia do autor.

1 A ORGANIZAÇÃO DA ÁREA ATINGIDA E OS USOS DO SOLO

1.1 A ÁREA E SUA ORGANIZAÇÃO

O estudo proposto compreendeu a área do conjunto de povoados e *veredas* impactados pelo projeto hidrelétrico El Quimbo, isto é, tanto aqueles que estão localizados na área alagada quanto os que têm sido impactados pela compra de propriedades que se encontram em produção para o reassentamento das pessoas da área inundada.

De forma a dar seguimento ao presente trabalho, é necessário esclarecer primeiramente o emprego de duas expressões centrais, cuja delimitação se fez presente na análise de autores como Heredia (1988) e Fals Borda (v.1, 2002): área e região. A primeira faz referência às *veredas* e povoados que estão sendo pontualmente atingidos pelo projeto hidrelétrico (que compreende tanto as terras alagadas quanto as atingidas pelos reassentamentos oriundos do projeto), sendo o *lócus* no qual se desenvolvem os conflitos objeto da pesquisa.

Já a segunda expressão faz referência à região sociogeográfica²⁷ que compreende um espaço mais amplo que a área e no qual se compartilham uma série de valores e elementos humanos e físicos. Assim, a região, da qual faz parte a área estudada, foi objeto de importantes estudos historiográficos que a caracterizam a partir de sua unidade como Departamento de Huila (INSTITUTO HUILENSE DE CULTURA, 1996), dotada de uma série de elementos culturais que fazem com que as pessoas que moram neste departamento sintam uma certa identidade comum (o *opita*²⁸).

Igualmente, caracterizando-a geograficamente, a área estudada faz parte da região andina (IGAC, 2013)²⁹ localizada entre as cordilheiras central e oriental da Colômbia (parte

²⁷ Em relação às características da região na formação nacional, o trabalho de Luis López de Mesa no livro, “De cómo se ha formado la nación colombiana” (Bogotá, 1934) distingue sete regiões nacionais. Há ainda a classificação geográfica do Departamento Nacional de Planeación (DNP) e do Instituto Geográfico Agustín Codazzi (IGAC).

²⁸ De forma similar aos termos existentes no Brasil, como o termo carioca para designar aqueles que nasceram na cidade do Rio de Janeiro, na região estudada as pessoas que são originárias do Departamento de Huila são denominadas de *opita*.

²⁹ Disponível em:

<http://geoportal.igac.gov.co/mapas_de_colombia/IGAC/Tematicos2012/RegionesGeograficas.pdf>. Acesso em 15 mar. 2014

do sistema da cordilheira dos andes) e os vales inter-andinos³⁰ do Alto Magdalena³¹. Nesta região predomina o gado e pode-se encontrar nas partes baixas do vale do rio Magdalena grandes extensões de arroz, tabaco e cacau, e nas partes altas de montanha o café.

Segundo o Estudo de Impacto Ambiental (EIA, 2008), a área alagada compreende a todas as propriedades que resultarem atingidas pelo alagamento dos 8.500 hectares, sendo 809 propriedades que cobrem uma superfície de 19.974 hectares (EIA, 2008. p. 659). Assimesmo abarca “28 unidades territoriais” que correspondem a “19 *veredas*, oito *empresas comunitárias* e dois centros povoados”³² (idem, p. 144). Do mesmo modo, existem quatro “áreas de reassentamento coletivo” (EMGESA-ICA 8; 2013) para reassentar os deslocados pelo projeto: Llanos de la Virgen (Altamira), Santiago e Palacios (Garzón), Montea (Gigante) e a Galda (El Agrado). Por último, tem-se os reassentamentos individuais que estão espalhadas pela região³³.

Dentro das *veredas* da área se encontravam oito *empresas comunitárias* que foram formadas durante os processos de reforma agrária dos anos 1970 e 1980 e cobriram uma superfície de 3.444 hectares, sendo que só algumas serão alagadas em sua totalidade. Essas empresas foram produto de ocupações de terras por parte de camponeses a *haciendas* da área. O Estado, por meio do Instituto Colombiano para la Reforma Agraria (INCORA) e

³⁰ De acordo com o IGAC, a Colômbia pode ser dividida em sete regiões: caribe, andina, orinoquia, amazônia, depressões interandinas, pacífico e sistemas isolados. A região das depressões interandinas é uma das mais modificadas (utilizadas) na Colômbia, logo após do caribe (ao norte do país), “essas terras estão dedicadas fundamentalmente a atividades pecuárias e a uns usos agrícolas com cultivos transitórios como o arroz, sorgo, soja, semipermanentes como a cana de açúcar e permanentes como o cacau” (IGAC- CORPOICA; 2002).

³¹ O rio Magdalena corre de sul para norte e se divide em: Alto Magdalena, do seu nascimento até o município de Girardot; Meio Magdalena, de Girardot até a depressão momposina; e Baixo Magdalena, desde a depressão momposina até sua desembocadura no mar Caribe. A área da pesquisa está situada no Alto Magdalena, onde faz parte da paisagem os vales do rio e as montanhas inclinadas e onde são cultivados diferentes tipos de cultivos e descem riachos das partes altas das cordilheiras.

³² Segundo o EIA (2008, p. 150) as “unidades territoriais” são, em Gigante: *vereda* Veracruz, *vereda* Rioloro – Centro povoado Rioloro, *vereda* El Libertador, *vereda* La Honda, *vereda* El Espinal, *vereda* Matambo, *empresa comunitaria* Los Cocos (*vereda* Matambo), *empresa comunitaria* Remolinos (*vereda* Matambo), *empresa comunitaria* Las Peñas (*vereda* Matambo), *empresa comunitaria* la Libertad (*vereda* Veracruz). Em Garzón: centro povoado La Jagua, *vereda* Alto San Isidro, *vereda* Monserrate, *vereda* Balseadero, *vereda* Jagualito, *vereda* Barzal, *vereda* Los Medios. Em Agrado: *vereda* La Cañada, *vereda* La Escalereta, *vereda* Yaguilga, *vereda* San José de Belén, *vereda* El Pedernal, *empresa comunitaria* La Cañada (*vereda* La Cañada), *empresa comunitaria* Los Lagos (*vereda* La Cañada), *empresa comunitaria* El Triunfo (*vereda* La Cañada), *empresa comunitaria* La Escalereta (*vereda* La Escalereta). Em Altamira: *vereda* Llano de la Virgen. Em Tesalia: *vereda* Alto de la Hocha. Em Paicol: *vereda* Domingo Arias Bajo.

³³ No trabalho de campo, teve-se contato principalmente com os núcleos que exigiram reassentamento coletivo, não sendo aprofundado o estudo das pessoas que escolheram o reassentamento individual e suas implicações.

conforme as leis nº135, de 1961, e nº1, de 1968, comprou e disponibilizou essas terras sob a modalidade de *empresas comunitárias*, nas quais os camponeses deveriam se associar para explorarem as terras em comum (propriedade coletiva), funcionando como uma unidade econômica de produção única, por meio da participação pessoal e direta.

Com isso, os camponeses assumiram uma dívida econômica com o Estado para pagar suas terras sem que fosse possível dividir a propriedade entre seus sócios ou comercializá-las. No entanto, com o tempo essas *empresas comunitárias* se desintegraram enquanto unidade de produção, isto é, cada família fundadora assumiu a *posesión* de uma parcela de terra e, em alguns casos, formalizaram a divisão da propriedade.

Por outro lado, as *veredas* estavam organizadas politicamente sob as Juntas de Acción Comunal (JAC), que representavam suas comunidades frente a diferentes instituições e governos. Elas eram constituídas por vizinhos que frequentemente tinham laços de parentesco e que, portanto, partilhavam a mesma comunidade, compartilhando sua cotidianidade. A relação do presidente da JAC com sua comunidade era entre iguais, sendo frequente que os habitantes entrassem em sua casa ou na de seus pais. Nela conversavam em meio a um café sobre as questões referentes à comunidade, à família, aos preços dos cultivos e do gado, aos políticos, às necessidades que a população poderia ter, ou ainda sobre as possíveis fofocas com relação a familiares, vizinhos ou amigos. Eles podiam dedicar-se à terra como os demais membros de suas comunidades ou trabalhar em planos de assistência social do Estado.

Deste modo, as JAC detinham nas *veredas* um poder local de representação e de intermediação entre a comunidade e o Estado, e podiam ser presididas tanto por homens quanto por mulheres³⁴. Nas épocas eleitorais, comumente os membros das JAC conseguiam votos para determinado prefeito, concejal (do município), deputado (do departamento), ou governador, os quais estão ligados a políticos nacionais e pertencem, em geral, a alguma vertente dos partidos tradicionais (liberal e conservador). Esses políticos por vezes ajudam na gestão de recursos para conseguir melhorar o aqueduto, a eletricidade, os caminhos internos, a escola e aumentar a quantidade de professores, ou seja, eles contribuem para a resolução de algumas necessidades que se apresentam à comunidade.

³⁴ A presidência da JAC não tinha diferenças marcadas pelos sexos, podendo ser integrada por mulheres (como nas *veredas* de Rioloro, Veracruz e San José de Belén) e por homens (como em Escalereta).

1.2 OS USOS DO SOLO NA ÁREA

A área tinha uma distribuição dos usos do solo entre as atividades agrícola, pecuária e florestal³⁵. Os cultivos podiam ser divididos em: cultivos transitórios (ciclo de 6 meses aproximadamente) como o arroz, o milho, o sorgo, o tabaco e o tomate; cultivos permanentes, como o cacau e os cítricos; cultivos semipermanentes (de um ou dois anos), como o plátano (um tipo de banana) e a cana. Seus povoadores costumavam ainda colher plantas medicinais³⁶ cultivadas em grades copos ou encontradas em árvores. Havia pecuária extensiva e, em extensões médias de terra, se praticava suinocultura intensiva e piscicultura com uma alta produtividade, precisando de uma fonte constante de água.

Essas atividades dependiam tanto da extensão da terra e de suas qualidades quanto do capital – econômico (ou dinheiro) ou social (a solidariedade) – de quem as dirigia ou nela trabalhava. O arroz podia ser cultivado nas grandes e pequenas extensões de terra. O cultivo de tabaco era dirigido por empresas comercializadoras e produtoras que alugavam terras. O milho era um cultivo ligado ao trabalho dos camponeses em suas pequenas propriedades (quando as tinham), assim como em uma extensão da propriedade dos patrões, e o tomate era cultivado de forma intermitente em pequenas propriedades. O cacau não estava só presente nas pequenas propriedades de camponeses, mas também nas propriedades dos patrões que derivavam das antigas *haciendas*, nas quais podia haver criação de gado. Existiam ainda pequenos proprietários com gado, como em algumas empresas comunitárias derivadas da reforma agrária e de antigas *haciendas* da área, mas que não conseguiram diversificar suas atividades. Por último, as atividades de piscicultura ou suinocultura se encontravam em extensões médias de terra (30 hectares aproximadamente), onde apresentavam alta produtividade.

O cacau³⁷ é conhecido na região como *labranza* e é associado às árvores madeiráveis (cuja madeira é utilizada na mesma propriedade), de plátano e frutíferas. O

³⁵ Segundo Licencia Ambiental do projeto (Resolución nº899 de 2009; p. 61), as florestas somavam 3.034 hectares, compostos por: bosque multiestrata (818,60ha), bosque ripario (842,10ha), bosque secundário (8,20ha), rastrojo alto (1.161,10ha), pastos arbolados (204,00ha).

³⁶ O uso das seguintes plantas medicinais era comum entre os camponeses da área: el paico (purgante), a sábila (para emagrecer e para dor de estômago), a tuna (dor nas costas), o bejuco (diarreia), o mata ratón (para combater a coceira, além de ser transformado em combustível com fogo).

³⁷ Na área existiam diferentes tipos de cacau dentro dos quais podem se destacar dois: o que se conhece como cacau “tradicional” com uma duração de crescimento de aproximadamente 5 anos de crescimento para estar em produção plena e o cacau “clonado” que tem uma maior produtividade e dura 3 anos em crescer para estar

cacau é plantado nas ladeiras dos riachos, o que possibilita sua irrigação por gravidade através de *acequias*, canais que transportam água dos riachos ou do rio Magdalena e que podem se abrir ou fechar para irrigar um ou vários lotes de cultivo.

Quadro 1: Resumo da área anual física e coletadas-Área de Influência Direta (AID)*

Uso	Hectares		Intensidade de uso (COS/AÑO)
	Físicas	Coletadas	
Arroz	826,00	1.410,00	1,71
Maíz (milho)	437,00	862,00	1,97
Sorgo	176,00	206,00	1,17
Tabaco	292,00	413,00	1,41
Pancoger *	129,00	155,00	1,20
Subtotal Cultivos Transitorios	1.860,00	3.046,00	1,64
Cacao	748,00	748,00	1,00
Plátano (banana)	50,00	50,00	1,00
Maracuyá	30,00	30,00	1,00
Cítricos	39,00	39,00	1,00
Otros Cultivos (outros cultivos)	392,00	392,00	1,00
Subtotal Cultivos Permanentes	1.259,00	1.259,00	1,00
TOTAL USO AGRICOLA	3.119,00	4.305,00	1,38
Uso Pecuário (Pastos e Piscicultura)	1.404,00	1.404,00	1,00
Total Agropecuario	4.523,00	5.709,00	1,26
Otros Usos no Agropecuarios (outros usos não agropecuários)	4.063,00	4.063,00	1,00
TOTAL	8.586,00	9.772,00	1,14

Fonte: INGETEC S.A Censo Económico. Agosto de 2008 (EIA, 2008, p. 314)

* A AID é a área que vai ser estritamente alagada para a realização do projeto.

** Pancoger são “alimentos de subsistência”: mandioca, feijão, legumes, batata etc

em produção plena (introduzido desde inícios do século XXI). A árvore de cacau pode durar 20 anos produzindo, logo após do qual, é preciso voltar a semear para manter a produtividade do cultivo.

Quadro 2: Estrutura da propriedade rural. Municípios da Área de Influência Indireta AII (Gigante, Garzón, Agrado, Altamira, Pital, Paicol e Tesalia).

Tamanho do prédio	Prédios		Proprietários		Áreas	
1 < ha	6.930	29,72%	8.101	27,07%	2.182	0,78%
1 = < 5	8.621	36,97%	10.333	34,53%	21.017	7,54%
5 = < 20	5.122	21,96%	6.957	23,25%	50.200	18,02%
20 = < 50	1.613	6,92%	2.582	8,63%	49.872	17,90%
50 = < 100	592	2,54%	1.037	3,47%	41.129	14,76%
100 = < 200	265	1,14%	476	1,59%	35.545	12,76%
> = 200	175	0,75%	436	1,46%	78.666	28,24%
TOTAL	23.318	100,00%	29.922	100,00%	278.611	100,00%

Fonte: IGAC. Estadística predial de Huila. 2007. (EIA, 2008, p. 208).

Ele é coletado principalmente duas vezes ao ano quando está maduro e a cor do fruto passa de verde para amarelo ou de vermelho para vermelho pálido nos meses de junho, antes das festas de San Pedro e San Juan, e dezembro, no natal. Entretanto, ainda que sejam feitas duas grandes colheitas por ano, era possível a colheita de seus frutos maduros durante o ano. Igualmente, esta é uma lavoura que torna viável a colheita um mês após o amadurecimento da *mazorca* (como é conhecido o fruto da árvore do cacau), o que facilita o trabalho familiar. Depois de ser desfiado, os grãos do cacau são colocados ao sol por três ou quatro dias e são vendidos nos centros de abastecimento em Gigante, Garzón e Agrado. A escolha do local depende dos preços que cada uma dessas praças ofereça, bem como o custo de transporte.

O cacau provinha da época da colônia e era cultivado principalmente nas *haciendas* da região. No entanto, a divisão destas *haciendas* fez com que os filhos ou netos dos antigos *hacendados* mantivessem médias extensões de terra. Ademais, alguns camponeses com pequenas propriedades ou *poseciones* de terra tinham *labranza*, que ajudava a complementar a renda familiar em diferentes níveis, dependendo de sua produção, com o trabalho nas propriedades de outros.

Outro importante cultivo da área era o arroz, que foi introduzido mais recentemente – nos anos 1980 na área alagada e nos anos 1930 no Departamento de Huila – e deslocou parcialmente a pecuária e o cacau em algumas propriedades³⁸. O arroz era cultivado tanto por camponeses que alugavam ou tinham uma pequena parcela de terra, quanto grandes produtores em grandes propriedades que transformaram parte de suas terras em função do arroz, instalando sistemas de irrigação.

Na região estudada, a produção de arroz depende dos *molinos*, que são os que compram a produção e realizam empréstimos a alguns produtores para o cultivo. Os *molinos* se encarregam de fornecer o topógrafo (a pessoa encarregada de nivelar o solo para sua irrigação) e o agrônomo (que sugere a quantidade de químicos que o terreno precisa ou a semente adequada) para o produtor de arroz. Assim, o *molino* vende a semente e os pesticidas necessários para a produção desse cultivo.

Em determinados momentos, alguns proprietários decidiam alternar o cultivo de arroz com o milho, uma vez que o milho “recupera o solo” dos pesticidas utilizados e ajudava a “queimar”, isto é, a desmatar de forma natural (matar a erva ruim) e a diminuir as pragas (*puerco*, *matarocio*, *caminadora*) no terreno.

O milho não só se alternava com o arroz, mas também com o tabaco. Da mesma forma que o arroz, o tabaco foi introduzido à área recentemente (anos 1990) sendo cultivado por empresas produtoras de tabaco que se encarregavam de dirigir o processo produtivo: alugar a terra, contratar os trabalhadores por *jornal*, prover os insumos necessários para o cultivo e, após a colheita, alugar fornos de tabaco para seu processamento (para secar a folha do tabaco). Geralmente essas empresas traziam trabalhadores de “outras partes do país” e, ao mesmo tempo, empregavam uma importante quantidade de mão de obra da região.

O cultivo do tabaco ocupava uma grande quantidade de mão de obra em todo o processo produtivo. Desde a preparação do terreno, a semeadura, a *polcada* (formação de montículos de terra ao redor das plantas para a conservação da unidade na irrigação), a

³⁸ Antes da chegada do projeto hidrelétrico, Ivan Perdomo, era o dono da maior propriedade da região: a Garañón, que conta com 1.200 hectares. Esta *hacienda*, voltada predominantemente para o gado, foi sendo transformada desde finais dos anos 1980 para o cultivo de arroz, ao mesmo tempo em que Iván Perdomo comprava terras que semeavam cacau para introduzir o arroz, devido ao fato de que este produto era mais rentável economicamente que o gado ou o cacau.

fumigação e a colheita. Na área, alguns proprietários não gostavam de alugar sua terra para este cultivo devido a grande quantidade de químicos utilizados³⁹.

Tanto na produção de arroz quanto na de tabaco era empregado o trabalho do *jornaleiro*, na semeadura e na colheita. Esta função não era exclusiva da mão de obra masculina, mas também das mulheres, crianças e jovens.

Das antigas grandes propriedades, uma parte significativa era dedicada à pecuária “duplo propósito”, isto é, para carne e para leite. Se a qualidade da propriedade o permitir, ou seja, se tinham extensão e quantidade de água suficientes, todo o ciclo do crescimento do gado do sexo masculino era realizado na mesma propriedade (nascimento, crescimento, desmama, *ceva* e venda para carne). Quando as propriedades não tinham essas condições, obtinham uma renda com os bezerros. Já o leite é uma fonte de renda constante, diferentemente dos nascimentos ou da venda dos novilhos (o gado macho) para a produção de carne.

Os camponeses que tinham pequenas propriedades frequentemente cultivavam o milho, o tomate (estes dois cultivos são alternados tendo em vista a recuperação da terra posteriormente ao uso dos pesticidas para o plantio do tomate), a *habichuela* (ejote) e o feijão. Ao mesmo tempo, essas pequenas propriedades podem ter ainda uma árvore de *plátano* (um tipo de banana), cana⁴⁰ e uma árvore de laranjas. Esses produtos são consumidos pela mesma família, repartidos entre vizinhos ou vendidos, principalmente no caso do tomate e do milho, na *galeria* (feira) dos *pueblos*.

³⁹ No entanto, o tabaco sofreu uma expansão na área, a partir da queda de cultivos como o arroz, depois da área ser declarada de “utilidade pública” pelo projeto hidrelétrico em setembro de 2008. Desse modo, para muitos proprietários há uma despreocupação por suas terras, decidindo alugá-las durante o período de construção da barragem.

⁴⁰ Em povoados como La Cañada persistem extensões importantes de cana, porém com uma função diferente daquela existente para os pequenos produtores que antigamente a vendiam para a licoreira departamental. Nesse local segundo o estudo etnográfico levado a cabo no município de Agrado pela empresa Codesarrollo para a empresa Emgesa (2013) havia uma propriedade com “tinha 924 hectares em cana e potreiro para o gado e cultivos de sorgo e maracujá, a propriedade tinha 505 cabeças de gado” (morador, entrevistado em 11 de julho de 2012, vereda La Cañada). Dessa forma, “agora persistem algumas extensões de cana e famílias dedicadas a moer, para isso é preparado o lote com trator, a agricultura é mecanizada, arada, rastelo e rajado com a máquina para fazer sulcos (surcadora). Vem o processo da semeadura, aos 5 ou 4 meses aduba, deixa-se emadurecer, que é o tempo de corte, aproximadamente 13 ou 14 meses. Disso vem o processo da rapadura que requer do corte, do transporte ao trapiche, moe-se, cozinha-se e verte-se nos moldes para empacotar e vender” (Codesarrollo-ICA nº7 (2013). “Estudio etnográfico sobre la población del Área de Influencia Directa (AID) municipio el agrado. Presentado a Emgesa”. In: Informe de Cumplimiento Ambiental-ICA nº7. sep. 2012 a feb. 2013).

Assim, cada um desses cultivos presentes na área faz parte da cotidianidade e das relações construídas entre seus diferentes habitantes. Eles continuaram existindo até a chegada do projeto hidrelétrico e, tal como as unidades administrativas (*veredas*) e políticas (JAC) que ordenam a área para o Estado, desapareceram fisicamente no momento do enchimento da barragem.



Fotografia 2: *Labranza* (cacau) (2010)

Fonte: fotografia do autor



Fotografia 3: Camponeses colheitando arroz (2013)

Fonte: fotografia do autor

2 OS HABITANTES DA ÁREA

2.1 OS PATRÕES EM DECADÊNCIA E OS *EMPRESÁRIOS AGROPECUÁRIOS*

Dentre os habitantes da área, havia os patrões de suas propriedades. Eles podiam ter sua origem nas antigas *haciendas* da área, dedicadas principalmente ao gado e ao cacau, ou podiam ser *empresários agropecuários* dedicados principalmente a atividades intensivas (em extensões de 30 hectares aproximadamente) como a piscicultura, a suinocultura ou o cultivo de arroz.

Das *haciendas* tradicionais da área, existia somente uma que tinha uma grande extensão de terra e uma estrutura de trabalho considerada tradicional, sendo ela a *hacienda* Garañón, de 1.200 hectares (nomeada também como Providencia ou Garañoncito). Ela estava organizada a partir de uma série de hierarquias definidas. Tinha um *administrador* que morava com seu núcleo familiar na *hacienda* e era encarregado de fazer a contabilidade e dar ordens aos trabalhadores⁴¹. Estes, por seu turno, eram constituídos por: *mayordomos*, os quais também moravam com seu núcleo familiar na *hacienda* e eram encarregados das atividades relacionadas com a criação de gado; um *mensualero*, que era solteiro, morava nos povoados próximos e ajudava o *mayordomo* no que ele poderia precisar; e os *jornaleiros*, que moravam com seus núcleos familiares nos povoados próximos e na região, trabalhando com o cultivo de arroz na *hacienda*, sendo que seu pagamento se dava com relação aos dias trabalhados nas diferentes atividades que necessárias para o funcionamento da propriedade.

Vea, por aquí comienza, que son pocas las fincas y las personas que tienen administradores. El patrón tiene el administrador, porque vive lejos, porque no puede ir a la finca, porque no le queda tiempo, tiene un problema que no puede hacer. Entonces comienza en la escala, después del dueño de la finca, comienza el administrador, después sigue el

Olha, por aqui começa, que são poucas as propriedades e as pessoas que têm administradores. O patrão tem o administrador, porque mora longe, porque não pode ir a sua propriedade, porque fica sem tempo, tem um problema que não pode fazer. Assim começa a escala, após do dono da propriedade, começa o

⁴¹ Na área existiam três “tipos” de *administradores*: um *administrador* que era oficial para todo mundo, que era a mão direita do patrão e mandava sobre outros trabalhadores. Outro *administrador* era aquele que assumia as funções dos irmãos e era assim chamado por seus irmãos, mas não por seus trabalhadores que o chamavam de patrão. Por último, se encontram os administradores que são similares aos *mayordomos*: eles não têm subordinados e, embora sejam chamados de *administradores* por seu patrão, os camponeses das veredas diziam que ele trabalhava pela *mensualidade*, em suas comunidades eles não tinham diferenças sociais nem econômicas com seus vizinhos, que também eram camponeses que trabalhavam na área. Assim, embora sob o mesmo nome de *administrador*, eles estavam localizados em diferentes posições sociais na área.

mayordomo y después sigue el mensualero. Y el mensualero es el acompañante del mayordomo. Está el administrador que lo consigue el patrón, es el que le gusta y dice este si me sirve, este no me sirve. El mayordomo, se va a vivir a donde lo consigue con toda la familia, los hijos y la mujer, va a vivir ahí, y ese es el que se hace cargo de lo que suceda en la finca. De mirar el ganado, las bestias (caballos), arreglar cercos, ir a recoger ganado, ordeñar. Y el mayordomo o el administrador buscan al mensualero, es el acompañante del mayordomo, mientras el mayordomo no mande al mensualero, el mensualero no se mueve, o sea él le dice vamos a tal parte, vamos a sacar ganado, vamos a cercar, o vámonos a dormirnos debajo de ese palo y él lo tiene que hacer.” (Campesino jornalero residente en la vereda de San José de Belén. Entrevistado en noviembre 2013).

administrador, depois, segue o mayordomo e depois segue o mensualero. E o mensualero é o acompanhante do mayordomos. Está o administrador que o consegue o patrão, é a pessoa que ele gosta, e diz ele me serve e ele não me serve. O mayordomos vai a morar na propriedade com toda sua família, os filhos e a mulher, vai morar ai e esse é o que se faz cargo do que suceda na propriedade. De olhar o gado, as bestias (cavalos), concertar os cercos, ir pegar o gado, ordenhar. E o mayordomos ou o administrador procuram mensualero, ele é o acompanhante do mayordomo, enquanto o mayordomo não dirija ao mensualero, o mensualero não se move, isto é, ele diz vamos para lá, vamos pegar o gado, vamos cercar, ou vamos dormir embaixo dessa árvore e ele o tem que fazer. (Camponês jornalero, residente da vereda de San José de Belén, entrevistado em novembro de 2013, tradução nossa).

Na ausência do patrão, que não morava na propriedade, o *administrador* era o encarregado de tomar as decisões em relação à produção, de fazer contratar e transportar os trabalhadores necessários (*mayordomo*, *mensualero* e *jornaleros*) para a propriedade, de alternar os cultivos para renovar o terreno, de contabilizar a venda e os nascimentos de gado, assim como os rendimentos, custos e lucros da propriedade.

O *administrador* tinha relações de confiança com o *patrão* e, assim, utilizava seu carro para se deslocar e possuía o direito de cultivar uma parcela de terra da propriedade. Além disso, recebia uma *remesa*, isto é, uma compra mensal ou semanal referente à alimentação de seu núcleo familiar, deixando seu salário mensal “livre”. As relações de subordinação nas quais os trabalhadores se encontravam em relação ao *administrador* são expostas por um camponês que *jornaleaba* nessa *hacienda*:

P: ¿pero el administrador era como un segundo patrón?

R: Si era la mano derecha, su hombre de confianza del patrón, no estaba llamándolo y averiguando ¡hágale! Que cuánto es ese contrato, qué por tanto se lo hago, no, hágala por tanto [dinero] que si el patrón no responde yo respondo [negociaba por el patrón]. Entonces él no tenía que andando pidiéndole permiso, o llamándolo, eso era una sola palabra e iba pa' lante [es decir se realizaba]] (Campesino poseedor de un pequeño lote y jornalero residente en la vereda de San José de Belén, entrevista realizada en noviembre de 2013).

P: mas o administrador era como um segundo patrão?

R: Sim era a mão direita, seu homem de confiança, não estava ligando para ele ou averiguando 'faça isso!'. Quanto é esse contrato, que por essa quantidade eu faço isso, não, faça isso por tanto [dinheiro], que se o patrão não responder, eu respondo [negociava pelo patrão]. Então ele não tinha que andar pedindo licença ou ligando para ele, isso era uma única palavra e era feito. (Camponês poseedor de um pequeno lote e jornaleiro, residente da vereda de San José de Belén, entrevista realizada em novembro de 2013, tradução nossa).

Do mesmo modo, a substituição deste tipo de *administrador* não era fácil. A chegada de um novo administrador podia acarretar a alteração de algumas relações com seus subordinados e com o patrão. Em 2006, por exemplo, o assassinato do *administrador* da principal *hacienda* da região (antes *mayordomo* da mesma *hacienda*), fez com que o novo *administrador* não tivesse o mesmo poder que o anterior. Diferentemente de seu antecessor, ele não controlava o carro do patrão e não tinha o direito ao cultivo em uma pequena porção de terra, além de terem sido suspensas práticas como a alternância dos cultivos de arroz e de milho.

Assim, antes do ocorrido era realizada a renovação dos cultivos nessa *hacienda* sob a direção do *administrador*. Neste caso, a produção se dava sob a modalidade de *partija*, ou seja, os camponeses que moravam nas *veredas* ou pequenos povoados da área trabalhavam e cultivavam porções de terra da *hacienda* com milho e, em seguida, duas ou mais colheitas de arroz para recuperar os terrenos dos pesticidas utilizados. A produção de milho consistia em uma dívida entre o patrão, que investia na propriedade através do *administrador*, e os camponeses que nela trabalhavam. Nessa forma de produção, quando os homens estavam ocupados realizando outras atividades, essas *partijas* podiam ser realizadas por mulheres e filhos, que com isso geravam recursos próprias.

Por outro lado, havia os patrões que provieram das antigas *haciendas*⁴², agora em decadência. Sua condição era produto de vários fatores, entre os quais: a dificuldade de adquirir novas terras, a constante fragmentação das propriedades e a queda dos preços do cacau, desde o início dos anos 1990, e do gado nos últimos anos. Além disso, essas terras não sofreram processos de intervenção de políticas estatais que impulsionassem grandes transformações em seu interior⁴³.

Em relação às sucessões das *haciendas*, era comum que herdeiros das antigas *haciendas* procurassem evitar a fragmentação do controle da propriedade. Primeiramente eram divididas as cabeças de gado entre os irmãos e os herdeiros podiam se associar em torno de uma só administração. Eles designavam um deles para gerenciar conjuntamente as propriedades divididas, com o intuito de não perderem seu patrimônio e de assegurar que a cada um fosse concedida uma renda da terra.

Essa pessoa era denominada de administrador pelos seus irmãos e, ao mesmo tempo, era chamada de patrão pelos seus trabalhadores, e era responsável pelas decisões referentes à terra, as quais deveriam ser respeitadas pelos demais herdeiros. As rendas ou benefícios das terras eram divididos entre os herdeiros, sendo que ao administrador era conferida uma parte maior.

Os descendentes de antigos patrões tiveram que diversificar suas atividades, arrendando terras de outros ou estudando e trabalhando em empregos não relacionados ao campo. Dessa forma, herdeiros de terras decidiram morar em outras regiões ou municípios do país, tendo na terra uma renda que complementava seu provento.

P: ¿y cuantas hectáreas eran originalmente y cuantas tienes tú?

P: e quantos hectares eram originalmente e quantos você tem?

⁴² O tema da decomposição de grandes proprietários tem sido contemplado por diversos autores, entre os quais cabe ressaltar: García Jr. (1989), segundo o qual esse processo pode gerar “a libertação de terra” para outros grupos sociais; Fals Borda (2002, v.3, p.143b), para quem as elites emergentes podem se apropriar destas terras para reproduzir novas formas de dominação; Heredia (1988), que demonstra que, por processos de modernização induzidos pelo Estado, propriedades em decadência se transformaram com relação à produção e passaram a impor novas formas de trabalho e de vida.

⁴³ No entanto, cabe ressaltar que os “pacotes tecnológicos” da segunda metade do século XX, aplicados em produtos como o arroz, transformaram parte dessas grandes propriedades (KALMANOVITZ, 2006) e, ao mesmo tempo, introduziram novas formas de trabalho salariais. Ademais, algumas propriedades da área se tornaram *empresas comunitárias* de camponeses beneficiários do programa de reforma agrária dos anos 1970 e 1980, e em algumas destas *empresas* se conseguiu cultivar arroz, fazendo com que seus membros virassem pequenos produtores deste cultivo.

R: como cuatrocientas y pico en ganadería extensiva y cultivo de cacao, esos eran básicamente los negocios.

P: ¿Y cómo fue originalmente esa tierra, eran 500 hectáreas y como se fue dividiendo?

R: una sucesión si, éramos doce hijos y los abuelos tuvieron tres hombres y dos niñas, mi papá heredó una parte y compró otra y eso fue lo que dividimos nosotros, entonces prácticamente nosotros lo que tenemos son parcelas. [...].

P: ¿y porque tus sobrinos [sucesores de la tierra] no siguieron acá en el campo?

R: porque tal como está el campo, el campo no es viable, nosotros hemos subsistido porque nos hemos asociado [bajo su administración], no tenemos sino una sola administración y ellos se han dedicado a cosas diferentes [del campo] estudiando. (Administradora de la propiedad de sus hermanos residente en Garzón, entrevista realizada en noviembre de 2013).

R: uns quatrocentos e pouco em pecuária extensiva e cultivo de cacao, esses eram basicamente os negócios.

P: e como foi originalmente essa terra, eram 500 hectares e como foi se dividindo?

R: uma sucessão se, éramos doze filhos e os avôs tiveram três homens e duas mulheres, meu pai herdou uma parte e comprou outra e isso foi o que dividimos nós, então praticamente o que a gente tem são parcelas. [...].

P: e por que suas sobrinhas [sucessoras da terra] não seguiram no campo?

R: porque tal como está o campo, o campo não é viável não, a gente [os irmãos e ela] tem subsistido porque estamos associados sob uma mesma administração e eles tem se dedicado a coisas diferentes [do campo], estudando. (Administradora de la propiedad de sus hermanos residente en Garzón, entrevista realizada em novembro de 2013, tradução nossa).

Todas essas propiedades contavam com *mayordomos* que se encarregavam da cria e ordenho do gado, bem como de cuidar das *labranzas* juntamente com seu núcleo familiar (quando o tinham). A rotina destes camponeses subordinados aos patrões consistia em uma jornada de segunda a sexta-feira, que iniciava às quatro horas da manhã e finalizava às quatro horas da tarde. No sábado trabalhavam até meio-dia e no domingo separavam as vacas, as ordenhavam e ficavam livres. O *mayordomo* tinha o apoio de um *mensualero*, que estava subordinado ao que aquele precisava nas diferentes tarefas a serem realizadas na propriedade, recebendo mensalmente um salário do patrão ou do *administrador* (como em Garañón), o qual podia variar de um mês para outro.

Tradicionalmente, o *mayordomo* e seu núcleo familiar recebiam contraprestações por parte do patrão, como: o cuidado dele e de seu núcleo familiar se em algum momento um de seus membros ficasse doente; uma *remesa* semanal ou mensal; o acesso a uma pequena parcela de terra que era cultivada e cuidada por sua esposa, podendo criar nela galinhas e animais de curral (diferente da suinocultura). Portanto, esses camponeses não só eram trabalhadores assalariados da propriedade, mas estavam imersos em uma série de relações de favores mútuos que os unia a seus patrões.

No entanto, em alguns casos, as relações estritamente salariais entre o patrão e seus subordinados começaram a jogar um papel mais ativo. Ao longo de várias décadas, a decadência dos patrões e a legislação trabalhista contribuíram para que essas relações se modificassem. As esferas de sociabilidade entre patrões e camponeses que moravam em suas propriedades têm se reduzido com o tempo, tal como mostra a entrevista realizada com uma administradora das propriedades de seus irmãos.

P: ¿y por qué cambiaron las relaciones con su mayordomo?

R: por las leyes, por las circunstancias, como te estoy diciendo ahora tu afilias al trabajador al seguro social y no te lo pagan. La legislación enfrentó como si fuera patrón y trabajador enemigos, los intereses diferentes, cuando si le va bien al patrón le va bien al trabajador. Hasta hace poco, los mayordomos venían disque de descanso a la casa mía y yo los atendía, hasta que les dije no porque, es el descanso mío también, ellos tienen familia, ellos deben saber a dónde llegar. Ellos reciben su plata compran lo que quieren, se alimentan de acuerdo a lo que quieren. Entonces eso de pronto también ha ayudado a abrir la brecha cultural ¿no? Porque cuando vivíamos con ellos [en la época de su padre y su abuelo] a nosotros nunca nos dieron comida diferente a ellos, de lo mismo que se hacía para todos igual. (Administradora de la propiedad de sus hermanos residente en Garzón, entrevista realizada en noviembre de 2013).

P: e por que mudaram as relações com seu mayordomo?

R: pelas leis e pelas circunstâncias, como estou te falando agora você afilia o trabalhador ao seguro social e não te pagam isso. A legislação enfrentou como se o patrão e o trabalhador fossem inimigos, os interesses diferentes, quando o patrão está bem, o trabalhador está bem. Até há pouco tempo, os mayordomos vinham descansar na minha casa e eu os atendia, até que falei para eles não, porque é o meu descanso também, eles têm família, eles devem saber aonde chegar. Eles recebem seu salário, compram o que querem, se alimentam de acordo com o que querem. Então isso talvez também ajudou a abrir a brecha cultural, né? Porque quando morávamos com eles [na época de seus pais e seu avô] a gente nunca teve comida diferente a deles, do mesmo que se fazia para todos por igual. (Administradora da propriedade de seus irmãos, residente de Garzón, entrevista realizada em novembro de 2013, tradução nossa).

O processo de decadência dos patrões da área, caracterizada pela divisão da terra, a queda da rentabilidade de seus cultivos e as exigências da legislação trabalhista (com as prestações sociais), fez com que alguns patrões tomassem a decisão de deixar de ser responsáveis pelos seus *mayordomos* e seu núcleo familiar. Em alguns casos, deixaram de dar a *remesa* para eles, venderam seu gado e entregaram sua propriedade sob a modalidade de *partija* a camponeses com quem tinham relações de confiança.

Assim sendo, dentre as formas de trabalho existentes na região, um *mayordomo* subordinado ao patrão podia se converter em seu *partijero*. Isso ocorria quando o patrão

queria se concentrar em um só cultivo (como o cacau) e deixar de ser responsável pelo seu subordinado.

P: ¿y a su mayordomo usted le da plata y él contrata a los jornaleros para el trabajo?

R: al mayordomo yo le doy una parte de la cosecha y él pone la mano de obra (partija), yo pongo los impuestos, los insumos y las inversiones, hemos arreglado así, porque eso se había convertido prácticamente en paternalismo, ellos eran como nuestros hijos, uno le llevaba el mercado, les pagaba un vuelto (transporte), si se enfermaban los traía, ahora no. (Administradora de la propiedad de sus hermanos, residente en Garzón, entrevista realizada en noviembre de 2013).

P: e a seu mayordomo você dá a grana e ele contrata os jornaleros para o trabalho?

R: eu dou uma parte da colheita para o mayordomo e ele coloca a mão de obra (partija), eu coloco os impostos, os insumos e os investimentos, combinamos assim, porque isso se converteu praticamente em paternalismo, eles eram como nossos filhos, nós levávamos o mercado, pagávamos o transporte, se ficavam doentes os trazíamos, agora não. (Administradora da propriedade de seus irmãos, residente de Garzón, entrevista realizada em novembro de 2013, tradução nossa).

Na área, a prática da *partija* era uma configuração utilizada por vários patrões que, em alguns casos, podiam ter um *partijero* por várias décadas. Desse modo, famílias camponesas subsistiam com essa prática estando subordinados aos patrões. Isso dependia dos acordos entre camponeses e patrões e a *partija* por vezes acompanhava outras práticas como o *arriendo* (arrendamento) de terras. Desse modo, camponeses sem terra estavam imersos dentro dessas configurações que existiam na área e que permitiam que continuassem morando e vivendo no campo. Como mostra a seguinte carta encaminhada por um camponês *atingido* pelo projeto hidrelétrico ao Ministério de Ambiente:

Tengo 52 años de edad y vivo en el municipio de Garzón vereda Jagualito, soy PARTIJERO del predio de propiedad de la señora Aura María Falla, (...) en donde desarrollo mi trabajo en un total de 2 hectáreas, desde hace 20 años, dentro del área de influencia del PHEQ. Soy partijero, lo que significa que puedo realizar un trabajo agrario en un predio que no es mío y cuya producción la comparto con el dueño del predio, o pago un arriendo y el excedente es para mí subsistencia, este trabajo me garantiza la seguridad de vivienda, la estabilidad del trabajo rural y la seguridad alimentaria aunque no tenga tierra, es el trabajo agropecuario del cual depende mi vida. (Carta enviada desde la vereda de Jagualito-Garzón. 25 de abril de 2011, ANLA Arch. 4090, carpeta 32, p. 6883).

Estou com 52 anos de idade e moro no município de Garzón, vereda Jagualito, sou PARTIJERO da propriedade da senhora Aura [...] onde realizo meu trabalho em um total de 2 hectares, há 20 anos, na área de influência do PHEQ. Sou partijero, o que significa que posso realizar um trabalho agrário em uma propriedade que não é minha e cuja produção compartilho com o dono da propriedade, ou pago um arrendo e o excedente é para minha subsistência; esse trabalho garante para mim a segurança da moradia, a estabilidade do trabalho rural e a segurança alimentária embora eu não tenha terra, é o trabalho agropecuário do qual depende minha vida. (Carta enviada da vereda de Jagualito-Garzón, 25 de abril de 2011, ANLA Arq.4090, pasta 32, p.6883, tradução nossa).

Os patrões, por sua vez, podiam utilizar a *partija* em duas situações. A primeira se dava quando deixavam pequenas extensões de suas terras para serem cultivadas com milho (sua semente era facilmente comprada e vendida nas *galerias*), para em seguida ser cultivado o arroz ou o tabaco, sendo neles empregada uma grande quantidade de pesticidas. A segunda ocorria quando os patrões queriam deixar de ter responsabilidade por sua propriedade e por seus subordinados, recorrendo de forma permanente à modalidade de *partija* da propriedade com o cultivo da *labranza*. Sob essas duas formas de *partija* o patrão assegurava uma renda derivada do trabalho do camponês, da onde provinham os investimentos necessários à propriedade, os quais continuavam nas mãos do patrão ao passo em que os riscos da produção eram compartilhados entre as partes, uma vez que o lucro era dividido entre elas.

Contudo, as relações tradicionais presentes nas propriedades dos patrões coexistiam com as mudanças pelas quais vinham sofrendo as propriedades da área que diversificaram suas atividades com cultivos comerciais que deixavam maior taxa de lucro. Alguns cultivos como o sorgo (anos 1980), o arroz (desde 1980 até hoje), o algodão (inícios de 1990) e o tabaco (desde finais de 1990) tiveram seu auge na área. Além disso, algumas das propriedades da área se dedicaram a atividades como a piscicultura e a suinocultura. Isso, por seu turno, ampliou a demanda de mão de obra na área e na região. Em geral, os produtos mencionados precisam de entidades financeiras (como a Caja Agraria) para serem cultivados, sendo importantes em seu ciclo de produção. Esses patrões se autodenominavam de empresários, e por isso são conhecidos como *empresários agropecuários*.

Na área, a produção desses cultivos foi realizada com a adaptação das formas de trabalho que existiam previamente. Assim, os patrões que eram *empresários agropecuários* podiam escolher um camponês que trabalhou e cuidou de sua propriedade em conjunto com seu núcleo familiar para ter tarefas similares ao *mayordomos*. Esse camponês também era denominado de administrador e se encarregava de trabalhar e fazer a contabilidade das pequenas extensões de terra nas quais não havia criação de gado⁴⁴, e com isso recebia seu

⁴⁴ Embora existam semelhanças em relação à forma de trabalho familiar, o cuidado do gado por parte de camponeses com suas famílias outorga o status de *mayordomos*, a diferença de quês se encarregam de outras atividades com suas famílias, denominados como administradores.

salário. Os administradores podiam misturar essas relações com *partijas* com o patrão e obter dele uma parcela de terra para que sua esposa pudesse trabalhar.

Desse modo, ainda que a construção de suas relações fosse diferente, existiam três formas pelas quais se recebia o título de administrador. Em primeiro lugar, podia ser o administrador da *hacienda* Garañón, que na prática tinha o papel de ser como um segundo patrão. Em segundo lugar, podia ser um familiar que se encarregava de administrar a propriedade oriunda de uma sucessão, a qual era compartilhada por vários irmãos. A terceira possibilidade ocorria quando o trabalhador morava com seu núcleo familiar na propriedade do patrão e trabalhava em uma atividade que não a criação do gado, administrando e fazendo a contabilidade das atividades produtivas das quais estivesse encarregado – como a criação de porcos na suinocultura ou de peixes na piscicultura –, sendo controlado pelo patrão semanalmente (que, nesse caso, morava nos *pueblos* da área).

Além disso, os novos cultivos e atividades comerciais introduzidos por empresas produtoras da área permitiram que os camponeses que tivessem pequenas extensões de terra ou fossem sem terra procurassem complementar ou constituir sua renda (dependendo da quantidade e da qualidade de terra) com o trabalho por temporadas em cultivos como o arroz e o tabaco, isto é, através do *jornal*. Alguns patrões que queriam deixar de serem os responsáveis por suas propriedades arrendavam-nas às empresas comercializadoras de tabaco, as quais passavam a ser encarregadas de contratar a mão de obra e de dirigir todo o sistema produtivo.

Portanto, *arrendar* mediante um contrato escrito⁴⁵ era outro meio empregado por parte dos proprietários da área para obter uma renda da terra. Ela podia ser arrendada tanto em pequenas extensões de terra ao camponês que trabalhava com sua família para complementar a renda familiar (frequentemente alugada para outro familiar ou conhecido), quanto aos produtores que contratavam mão de obra para a produção. Os *arrendatários*

⁴⁵ A seguir, serão expostas algumas cláusulas de um contrato de arrendamento na área encaminhado ao Ministério por um arrendatário que tenta comprovar o impacto sofrido pelo projeto: “PRIMERA. El lote en mención tiene una extensión de 1 hectárea, encontrándose libre de embargos, hipotecas y cualquier litigio. SEGUNDA El predio consta por riego por gravedad y pasto. TERCERA el lote se destinara a la plantación de cultivos transitorios como tabaco, CUARTA el arrendador entrega a paz y salvo el predio por concepto de servicios, QUINTA El monto de arrendamiento del predio será de 700.000 pesos por cosecha de Tabaco. SEXTA El tiempo estipulado para este será para 1 cosecha prevista hasta el 1 de julio de 2006. SEPTIMA el arrendatario no reconocerá costo alguno por mejoras hechas al predio durante el periodo que dure el presente contrato, al final del cual el lote será entregado a su propietario” (ANLA, Arq.4090, pasta 96, p.22856).

assumiam os custos de produção do produto, solicitando empréstimos a entidades financeiras e, no caso do arroz, com os gastos dos *molinos* de processamento do grão (localizados no município de Campoalegre). Quando se tratavam de pequenas extensões de terra, elas podiam ser trabalhadas com a família e, em casos de extensões maiores, os produtores podiam contratar trabalhadores que cultivavam e coletavam o grão.

Yo (...) mayor y vecino de Garzón (...) me dirijo a usted con el fin de manifestarle que he sido arrendatario, de predios (...) desde el año 2007, donde he cultivado tabaco y sorgo, en una extensión superficial aproximada de 14 hectáreas. A raíz de mis actividades agrícolas, he necesitado o emplear a diferentes personas para el cultivo de tabaco y sorgo en los cuales se realizan labores, como manejo de semilleros, preparación del terreno, siembra, riego, abono y limpieza del cultivo, aporque, fumiga, recolección, deflore de chupones amarre, cargue en hornos, descargue, horneo, curación y clasificación, revisión y empaque, transporte a la venta y demás labores propias de estos cultivos. (Carta de arrendatário del área al Ministerio de Ambiente. Garzón Huila, 19 de Julio del 2012. ANLA Arch. 4090, carpeta 76, folio 17415).

Eu [...] maior de idade e vizinho de Garzón [...] estou encaminhando a carta com o fim de lhe manifestar que eu tenho sido arrendatário de propriedades [...] desde o ano 2007, sendo que cultivei tabaco e sorgo em uma extensão de superfície aproximada de 14 hectares. Minhas atividades agrícolas implicaram o emprego de diferentes pessoas para o cultivo de tabaco e sorgo, para os quais se realizam trabalhos, como a gestão de sementes, preparação da terra, semeadura, regadio, adubo e limpeza do cultivo, aporque [ação de cobrir com terra certas plantas], fumiga, recollecção, deflore, carregue nos fornos, descarregue, cura e classificação, revisão e empacotamento, transporte para venda e outras atividades próprias destes cultivos. (Carta de arrendatário del área al Ministerio de Ambiente. Garzón Huila, 19 de Julho de 2012, ANLA Arq. nº4090, pasta 76, p.17415, tradução nossa).

É importante observar que o *arrendatário* que trabalhava a terra com sua família assemelhava-se ao *partijero* no sentido de ter autonomia sobre o processo produtivo. Em alguns casos, um *partijero* podia ser também *arrendatário* de uma pequena extensão de terra. No entanto, eles se diferenciavam na medida em que o *arrendatário* investia todo o capital econômico no processo produtivo: os insumos, os empréstimos, os salários dos trabalhadores e os demais gastos necessários ao cultivo, isentando o dono da propriedade de qualquer responsabilidade; além disso, tinha como respaldo o contrato escrito. Já o *partijero*, embora manejasse o processo de trabalho na propriedade, devia pedir ao patrão os insumos necessários ao cultivo, tendo como respaldo a confiança entre as partes que dividem os lucros ao final do processo produtivo.

2.2 A DIVERSIDADE DE TRABALHOS E OS CICLOS DE VIDA DOS CAMPONESES DA ÁREA

O meio pelo qual os camponeses da área desenvolviam suas vidas caracterizava-se por uma diversidade de opções. Desde crianças, os habitantes da área aprendiam práticas e regras sociais que organizavam suas vidas e eram transmitidas de uma geração para outra, como o dever de obedecer aos pais e cuidar dos idosos, o direito que o trabalho dava de adquirir uma renda através da terra e a divisão de espaços e tarefas entre sexos e idades.

Da mão de seus pais ou avós, assimilavam técnicas que os permitiam ganhar seu sustento na área⁴⁶, tais como as formas de trabalhar na terra, de renovar cultivos, de manejar os diferentes animais domésticos – gado, *bestias*⁴⁷, porcos e galinhas –, de pescar no rio Magdalena e nos riachos, de caçar animais e de conhecer as plantas medicinais da área. Quando cresciam (depois dos 12 anos de idade, aproximadamente), ganhavam seu sustento do trabalho nas propriedades dos outros, contribuíam para a casa e, tanto homens quanto mulheres, conseguiam construir um campo de autonomia relativa do pai de família. Com os recursos obtidos por meio do *jornaleo*, do *mensual* e/ou da *partija* em extensões de terra que o patrão permitia por determinados períodos, colaboravam para a casa e, com o que sobrava, compravam suas roupas, iam a festas e, quando conseguiam poupar, podiam adquirir bens como uma moto, a qual facilitava seu transporte.

No momento em que decidiam constituir um núcleo familiar próprio⁴⁸, podiam trabalhar e morar nas propriedades dos patrões como *mayordomos/partijeros*. Isso se devia à escassez ou à falta de terra enfrentada por suas famílias, que os forçavam a sair de casa, conseguindo assim autonomia de seu núcleo familiar. Ademais, nos casos em que existisse terra da família, podiam construir sua casa nesta terra e trabalhar como *jornaleros* ou *mensualeros* na área.

⁴⁶ Em uma entrevista realizada com um camponês da área, ele expõe que: “eu lembro que quando tinha 6 ou 7 anos já ajudávamos a meu pai nesses lotes de arroz, nessa época os pais ensinavam a trabalhar.” (Camponês administrador, residente na vereda de San José de Belén, entrevista realizada em novembro de 2013).

⁴⁷ *Bestia* é como chamam o cavalo na área estudada.

⁴⁸ Era comum que em muitas das famílias da área não existisse casamento ou grandes eventos nestas uniões, como sucede em outras sociedades tradicionais no mundo (STIRLING, Paul, 1965). Eles simplesmente “juntavam-se” e decidiam ter filhos. Sua vida como casal podia se realizar inicialmente na casa das famílias do pai ou da mãe de família, e se eles o permitiam e existisse terra disponível, podiam construir sua casa em sua terra, de não ser assim estavam empurrados a ser *mayordomos* ou administradores de algum patrão para ter moradia.

Dentre as famílias que tinham pequenas propriedades, era comum que a terra fosse trabalhada por meio da modalidade da *partija*, de modo que a família compartilhasse o custo dos insumos e realizasse de forma conjunta o trabalho. A *partija* nessas comunidades podia ser um complemento ao trabalho de *jornaleo* por parte de pequenos proprietários/“poseedores”, dependendo da extensão e qualidade de terra. Assim, quanto mais reduzidas fossem suas propriedades, mais dependentes eram das diferentes atividades oferecidas nas propriedades dos patrões.

Nos casos em que se tivesse uma certa quantidade de recursos, podia-se *arrendar* uma pequena extensão de terra para trabalhar e produzir de forma permanente ou por temporada, conforme a situação de seus recursos físicos e econômicos, como expõe um camponês da área em uma das cartas encaminhadas ao Ministério de Ambiente:

Vivo en el municipio del Agrado en la vereda la cañada, trabajo en el predio de Rosalba como partijero y arrendatario, soy asociado a la empresa comunitaria los lagos desde hace 24 años, somos nacidos y criados en la región, en este lugar desarrollo trabajo agropecuario, en 2,5 hectáreas, dentro del área de influencia del PHEQ. De mi trabajo depende mi esposa y 4 hijos a los que les garantizo el acceso efectivo a la educación, la salud, la alimentación, la vivienda y demás derechos que se ponen en riesgo sobretodo porque nunca fueron censados. Entre las labores que desarrollo se encuentra la producción de maracujá, patilla, ahuyama, plátano, papaya, caña, badea, cacao y demás productos propios de la región. (Agrado-Huila, 5 de abril de 2011. ANLA, Arch. 4090, carpeta 29, folio 6167).

Moro no município de Agrado na vereda a cañada, trabalho na propriedade de Rosalba como partijero e arrendatário, sou associado à empresa comunitária lagos faz 24 anos, somos *nacidos e criados* na região, neste lugar desenvolvo meu trabalho agropecuário, em 2,4 hectares, na área de influência do PHEQ. De meu trabalho depende minha esposa [...] e 4 filhos aos que garanto o acesso efetivo à educação, à saúde, à alimentação, à moradia e demais direitos que estão em risco sobretudo porque nunca foram cadastrados. Entre os trabalhos que desenvolvo encontra-se a produção de maracujá, melancia, abóbora, banana, papaia, cana, badea, cacau, e outros produtos próprios da região. (Agrado-Huila, 5 de abril de 2011, ANLA, Arquivo nº4090, pasta 29, p.6167, tradução nossa).

Devido à escassez de terra enfrentada pelas suas famílias, muitos habitantes da área trabalhavam como *jornaleros*, *mensualeros*, *mayordomos* ou *administradores* de alguma propriedade junto com seus núcleos familiares. Esse fenômeno acompanhava a decadência dos patrões, que fez com que os núcleos familiares que moravam nas suas propriedades tivessem que realizar com o tempo mais funções do que no passado. Por isso, camponeses dedicados ao *jornal* viam os residentes das propriedades dos patrões como *mayordomos* e *administradores* “menos livres” e com menos autonomia, uma vez que o trabalho por *jornal* permitia uma maior flexibilidade e tempo livre, além de possibilitar que, caso

alguém adoecesse ou tivesse alguma dificuldade para realizar o trabalho, fosse feita a sua substituição por outro membro da comunidade.

Portanto, os núcleos familiares da área estudada estavam imersos em relações de trabalho que os conferiam um maior ou menor nível de autonomia em relação aos patrões. Ao optar por ser *mayordomo* ou *administrador* de alguma atividade nas propriedades dos patrões, logravam uma estabilidade de trabalho para seu núcleo familiar e não dependiam permanentemente de suas famílias para subsistir⁴⁹. No entanto, o patrão controlava grande parte de suas ações cotidianas: tinha a obrigação de trabalhar durante a semana toda, fazer a contabilidade da mesma e prestar contas ao patrão continuamente, o que implicava para esse núcleo familiar uma alta carga de esforço.

Por outro lado, os camponeses dedicados ao trabalho por *jornal* moravam em casas construídas em pequenas propriedades nos povoados da área e ganhavam seu salário conforme a quantidade de dias trabalhados. Eles recebiam seu salário aos sábados, comprando a *remesa* para suas casas aos domingos na *galeria* dos *pueblos* próximos. Esses camponeses podiam ter pequenas parcelas de terra onde moravam e podiam trabalhar com membros de sua comunidade sob a modalidade da *partija*, de forma a complementar as suas necessidades. Para esses camponeses que *jornaleaban*, era comum a prática da *partija* para cultivos temporários nos *solares* e *mangas* ou por temporadas nas propriedades de patrões ou vizinhos de suas comunidades.

Assim, muitos habitantes não se dedicavam a uma só atividade, mas dependendo da quantidade de tempo de trabalho e da sua renda, podiam desempenhar duas ou mais atividades ao mesmo tempo (cultivar uma pequena porção de terra com suas famílias, e simultaneamente ser *partijero*, *jornalero*, *mensualero* ou *pescar*). Essa diversidade de

⁴⁹ A situação enfrentada por aquele que não construía sua casa e se via forçado a ser *mayordomo* ou *administrador* de uma propriedade com sua família, é apresentada por um *administrador* da área entrevistado: “P: e porque você nunca construiu sua casa? R: A casa de minha cunhada, essa casa lá, quando eles fizeram o projeto de fazer a casa, eu tive o meu. A mãe de minha esposa (dona do solar) me falou ‘filho faça a casa aqui’. Para a casa de minha cunhada eu comprei 12 guaduas (um tipo de madeira), eu fui lá, falei com o dono Lucas [...], ele me falou que podia pegar as que eu quisesse (...). Eu cortei a guadua e medi para fazer a casa, porém saiu um irmão de minha esposa e me falou que eu não podia construir, que precisava tirar escritura, colocou problema. E minha sogra me falou que isso era meu, que eu podia construir. E eu falei para ela que não, deixei as guaduas lá, então depois disso, com o tempo falaram que não queria fazer nada, porque até telhas tinha. Você sabe que quando dá raiva a gente não faz nada ...eu sou assim, esse senhor colocou pleito e não fiz isso. Se eu tivesse construído a casa teria compensação (por Emgesa) como minha cunhada, que depois construiu a casa com o material que eu deixei.” (Camponês administrador, residente da vereda de San José de Belén. Entrevista realizada em novembro de 2013).

atividades e sua complexidade criou conflitos em torno das classificações e das compensações da empresa Emgesa (descritas na Parte III)

A modalidade de *partija* guardava uma importância central na cotidianidade dos camponeses da área. Ela se baseava na confiança e na necessidade que tinham as partes no momento, existindo três situações nas quais era empregada. Em primeiro lugar, nas pequenas extensões de terra cedidas pelos patrões com o objetivo de renovar a terra com o milho, ou em segundo lugar, em extensões médias de terra onde era cultivada a *labranza*, nas quais os patrões permitiam que o trabalhador e seu núcleo familiar morassem na propriedade para garantir o cuidado e a produção de forma permanente. Por último, tinha-se o trabalho realizado nas comunidades de camponeses da área, nas quais alguns moravam em pequenas propriedades onde podiam compartilhar o trabalho e os gastos necessários ao cultivo.

P: ¿Y la partija depende del cultivo o de que dependen esos tratos?

R: no, no depende de nada, depende del trato que haga cada uno. No es el cultivo es uno el que hace el trato. El cacao puede haber mitad/mitad, puede haber a tercera, puede haber de tres partes una. Pero no tiene nada que ver el cultivo.

P: ¿y eso de que depende, del cálculo de cada persona?

R: si del cálculo de cada persona y de cómo las necesidades de cada persona. Por ejemplo, yo voy a hacer una partija con usted, y usted necesita de pronto sacarme más provecho a mí, entonces usted me dice, yo le doy de tres partes una, entonces como yo soy el que me voy a joder (trabajar mucho), entonces usted le dice no, no me sirve, me sirve mitad/mitad y entonces usted me dice no tampoco me sirve, entonces no hay negocio. Porque, pa' que vamos a hacer negocio si voy es a perder. (Campeño jornalero residente en la vereda de San José de Belén, entrevista realizada en noviembre de 2013).

P: E a partija depende do cultivo, ou de que dependem esses acordos?

R: não, não depende de nada, depende do acordo que cada um faça. Não é o cultivo, é a pessoa que faz o acordo. O cacau pode ter metade/metade, pode ter a terceira, pode ter de três partes uma, mas não tem a ver com o cultivo.

P: e isso de que depende, do cálculo de cada pessoa?

R: sim do cálculo de cada pessoa e das necessidades de cada pessoa. Por exemplo, eu vou fazer uma partija com você e você precisa talvez tirar mais proveito de mim, então você me diz, eu vou de três partes uma, então como eu sou a pessoa que vou trabalhar, então você diz não, não serve para mim, serve metade/metade e então você me diz não, também não serve para mim, então não tem negócio. Porque para que vamos fazer negócio se eu vou perder? (Campeño jornalero, residente da vereda de San José de Belén, entrevista realizada em novembro de 2013, tradução nossa).

Desse modo, várias atividades podiam mudar ou se misturar segundo as épocas do ano nessas comunidades camponesas e em relação às propriedades dos patrões. A chegada do projeto hidrelétrico criou um antes e um depois dessas relações, que estavam em

processo de mudança. O censo realizado pela Emgesa congelou e unificou critérios em torno da complexidade existente das relações entre as atividades que cada um desses camponeses podia desenvolver na área.

Os acordos que podiam ser firmados entre o patrão e o camponês podiam combinar ou trocar facilmente a modalidade de trabalho assalariado com a modalidade de *partija*. Quando era desenvolvida a *partija* entre o núcleo familiar e o patrão, este estava isento a pagar sua seguridade social e, além disso, dividia os riscos da produção com o camponês, o qual devia produzir para ter uma margem de lucro. Essas relações de confiança entre patrões e camponeses permitia, no caso do *administrador*, que o patrão cedesse uma parte da propriedade para que a esposa do *administrador* trabalhasse e complementasse sua renda e a de seu núcleo familiar como um todo, o que, por sua vez, garantia sua estabilidade na propriedade.

Assim, passar de uma forma de trabalho para outra se inseria nas possibilidades existentes na área, que dependiam da mudança das situações, como evidencia o seguinte *administrador* da produção de peixes (piscicultura) e porcos (suinocultura), realizada em uma extensão média de terra (30 hectares):

P: ¿y donde usted sembraba el tomate y la papaya?

R: ahí en la finca del tablón [en la propiedad del patrón]. El patrón nos había dejado a nosotros una partecita. Cuando llegó el censo, lo primero que dijo el patrón fue que como usted tiene un ingreso que es lo que está ganando aquí. Y eso de la papaya, los tomates y los cerdos, póngalo a su esposa, eso es un ingreso que le entra a ella y así se puso y cuando ya llamaron para firmar la compensación y voy y miro que a la señora no le tocaba nada.

P: ¿porque?

R: Porque no había puesto un ingreso, que no ganaba nada.

P: ¿porque no tenía un ingreso monetario?

R: pues es que pa' allá va el cuento. Ellos llegaron, ósea el muchacho que hizo el censo y llego y promedió cuanta papaya se cogía semanalmente, 5 canastillas mensuales, se venden en un promedio de tanto, se sacó, se gana 150 mil mensuales. Que el tomate, se sacaban 30 libras eso

P: e onde você semeava o tomate e a papaia?

R: aí no tablón [na propriedade do patrão]. O patrão tinha nos deixado uma parte. Quando chegou o cadastro do censo, o patrão falou primeiro que como você tem uma renda, que é o que estava ganhando aqui. E isso da papaia, dos tomates e dos porcos, coloque para sua esposa, isso é, uma renda que entra para ela e, assim, a gente colocou e quando ligaram para assinar a compensação e vou e olho que a senhora não tinha nada.

P: por que?

R: porque não colocou um ingresso, que não ganhava nada.

P: por que não tinha um ingresso monetário?

R aí é uma história. Eles chegaram, isto é o rapaz que fez o cadastro, e chegou e fez uma média de quanta papaia era coletada semanalmente, 5 canastillas mensais, são vendidas em X dinheiro e são 150 mil mensais. Que o tomate, coletavam 30 libras semanais, isso era pouquinho, 30 libras, e

si era poquito, hizo todo y se ganaba como 120 mil pesos mensuales, todo eso se puso ahí. También nosotros teníamos 60 cerdos al partir que nos habían dado ellos a nosotros.

P: ósea usted no solamente era trabajador de la finca, sino que también utilizaba la partija.

R: si teníamos 60 cerdos al partir y nada de eso apareció [en el censo], hasta el día de hoy no sabemos si está o no está ahí escrito.

P: ¿pero cuantos cerdos son, siempre el trabajo para el patrón era por partija?

R: en este momento debe tener 600, 700 cerdos. Eso era ahí un ensayo [la partija de los cerdos], entonces ya pasó a ser mayoristas de cerdos [pasó a producir una gran cantidad de cerdos]. Al principio yo no quería que me aseguraran [a la seguridad social], entonces uno decía, no me aseguren porque a mí me sirve más el SISBEN [el sistema público de salud] y me atienden rapidito, y si tengo que comprar una pasta [para alguna enfermedad], allá mismo tengo que comprarla. Ya después fue que la finca comenzó a ser certificada por el ICA (Instituto Colombiano Agropecuario), entonces toco meterme al seguro [a la seguridad social financiada por el patrón]. Y entonces ahorita ya no tenemos partija sino voy a tener una bonificación anual, poquita [la plata] pero también nos sirve, que anualmente me puede representar un millón de pesos [mil reales] (Campesino administrador residente en la vereda de San José de Belén, entrevista realizada en noviembre de 2013).

ganhava 120 mil pesos mensais, tudo isso foi colocado. Também a gente tinha 60 porcos por partija que eles colocaram no cadastro.

P: ou seja, você não somente era um trabalhador da propriedade, mas também utilizava a partija.

R: sim, tínhamos 60 porcos com partija e nada disso apareceu [no cadastro], até o dia de hoje não sabemos se está ou não está escrito isso.

P: mas quantos porcos são, sempre o trabalho para o patrão é com partija?

R: neste momento deve ter 600, 700 porcos. Isso aí era uma prova [a partija de porcos], então agora passou ser atacadistas de porcos [isto é um grande produtor de porcos]. A princípio, eu não queria ser segurado [à seguridade social], então eu dizia não quero seguridade social, eu gosto do SISBEN [o sistema público de saúde] e eles me atendem rápido e se eu precisar comprar uma pílula, lá mesmo posso comprar. Após a propriedade ser certificada pelo ICA, então foi obrigatório me afiliar à seguridade social. Então agora não temos partija, mas vou ter uma bonificação anual, pouca [o dinheiro], mas também serve para a gente, que anualmente pode representar um milhão de pesos [mil reais]. (Camponês administrador, residente da vereda de San José de Belén, entrevista realizada em novembro de 2013, tradução nossa).

Ademais, todas essas formas de trabalho contam com uma organização interna dos núcleos familiares que possibilita seu funcionamento, com uma divisão do trabalho nas diferentes atividades por sexo e por idade. Assim, a partir de sua análise e exposição, é possível entender o funcionamento das atividades e algumas relações existentes nas grandes, médias e pequenas propriedades da área.

As divisões e as formas de organização de famílias camponesas têm sido analisadas por diversos autores, dentre os quais se podem destacar referências importantes como BOURDIEU (1970), com o estudo da casa Kabile, e HEREDIA (1979) sobre os pequenos produtores no nordeste brasileiro, visto que mostram a forma como comunidades camponesas estabelecem uma divisão dos espaços da casa e do trabalho entre sexos e

idades. Eles demonstram ainda como são construídas uma série de autonomias e dependências de tarefas e de espaços que estavam inscritos em seu cotidiano.

Esses autores ajudaram a pensar a maneira pela qual os camponeses da área organizavam suas vidas e possibilitavam o funcionamento da unidade de produção familiar, na qual a mulher era central para viabilizar as diferentes formas de trabalho. Tradicionalmente, dentro dos núcleos familiares, a mulher organizava o espaço da casa, acordava antes do amanhecer (entre 4 e 5 horas da manhã), preparava e servia o café de manhã, limpava a casa, lavava a roupa, fazia o almoço e cuidava dos filhos, que aprendiam a trabalhar através de seus pais.

O núcleo familiar podia se estender quando era necessária maior quantidade de mão de obra (como durante a colheita ou a semeadura). Quando o homem estava ocupado nessas épocas, surgia a possibilidade das mulheres e crianças trabalharem, fosse *jornaleando* em atividades simples que não precisassem de um alto esforço físico, ou sob a modalidade de *partija* em algum cultivo transitório. Desse modo, os membros do núcleo familiar e de sua comunidade, apoiavam-se nos momentos em que pudessem ser geradas rendas maiores para a família e para a comunidade.

As esposas do *mayordomo* ou do *administrador* ficavam encarregadas do cultivo de uma pequena parcela de terra cedida pelo patrão e com isso podiam adquirir a própria renda e, conseqüentemente, ganhar autonomia do chefe de família⁵⁰. Em alguns casos, a mulher podia ajudar a fazer a contabilidade da casa e os registros dos ganhos, dos gastos, das faturas e das compras de insumos, pagos pela venda diária de leite (no caso de ser *mayordomo*) ou pelo cuidado da *labranza*, limpando as folhas que caíam das árvores para poder controlar as pragas.

Em cultivos como o cacau havia uma divisão sexual do trabalho: os homens eram encarregados de colher a *mazorca* das árvores com um *machete* (uma facão que os camponeses utilizavam para diversas atividades) e um carrinho de mão; e as mulheres

⁵⁰ O estudo realizado por HEREDIA (1979) mostra o sistema de roçado-roçadinho como uma forma pela qual as mulheres e os filhos solteiros ganham uma autonomia relativa do chefe de família. No caso estudado, a esposa do *mayordomo* controlava um pequeno lote de terra e, entre os pequenos proprietários, os filhos e as mulheres ganhavam essa relativa autonomia com o trabalho nas propriedades da área.

estavam encarregadas de debulhar, uma vez que se considera que ela “é mais hábil com as mãos”, e de fazer a comida para os trabalhadores em épocas de grandes colheitas.

P: ¿y para usted cual es la importancia de la mujer?

Isaías: Imagínese usted, uno sin la mujer en una finca, o sea en un trabajo fijo, usted no es nada, porque si usted hace de comer, uno solo va a hacer de comer, no puede trabajar, o si usted va a hacer las cosas, no usted no las puede hacer. Y si trabaja todo el día entonces no le queda tiempo de hacer de comer, o sea la mujer es una ayuda que no se reconoce (por Emgesa), que pa’ uno poder ganarse el sueldo en el núcleo familiar, la mujer es muy influyente. (Camposino administrador residente en la vereda de San José de Belén, entrevista realizada en noviembre de 2013).

P: E para você, qual é a importância da mulher?

R: Imagine-se, a pessoa sem uma mulher em uma propriedade, ou seja, em um trabalho fixo, você não é nada, porque se você faz de comer, a pessoa só vai fazer de comer, não posso trabalhar, ou se você vai fazer as coisas, não as pode fazer. E se trabalhar o dia todo, então não lhe resta tempo para fazer de comer, isto é a mulher é uma ajuda que não é reconhecida (pela Emgesa), que para alguém poder ganhar o salário no núcleo familiar, a mulher é muito influente. (Camponês administrador, residente da vereda de San José de Belén, entrevista realizada em novembro de 2013, tradução nossa).

Tanto o homem quanto a mulher podiam trabalhar *jornaleando* ou na *partija*. Para esses camponeses, a mulher e suas filhas podiam realizar atividades de *jornaleo* nas propriedades dos patrões, como a retirada da erva daninha dos lotes semeados com arroz ou tabaco, ou por meio da *partija*, para semear e colher o milho. No entanto, o chefe de família tinha a responsabilidade de trazer uma quantidade de dinheiro constante para a casa e de comprar a *remesa* semanal (no caso de não ser *mayordomo* ou do patrão não ser responsável pela sua compra). As mulheres dedicadas às atividades do cuidado da casa, quando conseguiam uma renda própria, compravam seus objetos pessoais e ajudavam no que o núcleo familiar precisasse, o que não é reconhecido pelo projeto hidrelétrico. Excepcionalmente, havia ainda mulheres com pequenas propriedades que eram mães solteiras, tendo assim uma vida difícil, considerando-se que deveriam administrar sua pequena propriedade e *jornalear* periodicamente com os filhos, controlando a renda necessária ao seu núcleo familiar.

Dentre os habitantes das comunidades da área, os *jornaleros* estavam imersos em épocas de alta demanda de mão de obra (colheita e semeadura) e momentos de demanda constante voltados para a manutenção do cultivo. Por conseguinte, quando acabavam os braços de camponeses que moravam nos povoados e *veredas* da área, eram trazidas pessoas de “outras partes”, as quais ajudavam a complementar o trabalho agrícola:

R: pues yo trabajé toda la temporada ahí [en el cultivo del arroz] y pues nosotros hacíamos lo del paleo, la siembra, separar los lotes, fotografiar, después caballonear, y se botaba la semilla, o si la iban a sembrar en quema entonces primero preparaban el lote para sembrar y botarle la semilla [actividades relacionadas con el cultivo del arroz]. [...] cuando traen personas de Campoalegre [municipio a unos 50 km de distancia] 10 o 12 por temporada, entonces sembraban un solo lote, nosotros hacíamos fumigar y abonar y los de Campoalegre no hacían sino palear, mojar los lotes listos pa' que el arroz creciera, listo solo pa' fumigar y abonar, a veces duraban dos meses, tres meses que traían siete, ocho viejitos de Campoalegre por temporada y dormían en el galpón de la hacienda.

P: ¿y porque esos trabajadores no tenían casa?

R: no hicieron casa acá porque venían por temporada a trabajar, los traían ya cuando aquí la gente se agotaba, porque todo el mundo se mantenía con trabajo. (Campesino jornalero residente en la vereda de San José de Belén, entrevista realizada en noviembre de 2013).

R: pois eu trabalhei toda a temporada aí [no cultivo de arroz] e a gente fazia o de paleo, a sementeira, dividir os lotes, fotografar, depois caballonear e se jogava a semente, ou se iam semear em queima, então primeiro preparavam o lote para semear e jogavam a semente [atividades relacionadas com o cultivo de arroz]. [...] quando trazem pessoas de Campoalegre [município a uns 50 Km de distância] 10 ou 12 por temporada, então semeavam um lote só, a gente fumigava e adubava, às vezes duravam dois meses, três meses que traziam sete, oito pessoas de Campoalegre por temporada e dormiam no galpão da hacienda.

P: e por que esses trabalhadores não tinham casa?

R: não fizeram casa aqui porque vinham por temporada a trabalhar, os traziam quando se esgotavam as pessoas aqui, porque todo mundo tinha trabalho por aqui. (Camponês jornalero, residente da vereda de San José de Belén, entrevista realizada em novembro de 2013, tradução nossa).

Além disso, a organização das famílias nas comunidades da área tinha outras funções sociais com as quais elas mantinham sua estabilidade e reprodução. Quando os integrantes das comunidades envelheciam, eles ficavam sob o cuidado de suas famílias extensas. Nos casos em que um(a) filho(a) ficasse solteiro(a), esta pessoa cuidava cotidianamente de seus pais, e comprava a *remesa* semanal com o apoio econômico de seus irmãos que tinham conformado seus núcleos familiares, os quais colaboravam com dinheiro ou comida e garantiam o que seus pais precisavam na casa:

Pero todos colaboramos [los hermanos con la mamá anciana], le llevamos una libra de arroz, una cuca [un tipo de pan], o sea no se ha perdido la forma que le llevan, un pedazo de pollo y así pendejadas, de los hermanos que hay aquí y los que están en Garzón. En el pasado, trabajábamos cinco en la casa ahí, entonces ya hacíamos la recolecta de tanto [dinero] cada 8 días pa' la remesa. Y cada uno el sábado por la tarde yo salía el domingo a hacer la remesa. [...]. Los hermanos le mandan, le llevan, le traen, algotros le aportan en dinero. Pero pues como le digo yo, como me

Mas todos colaboramos [os irmãos com a mãe velha], levamos uma libra de arroz, um pão, isto é, não se perdeu a forma que levam, um pedaço de frango e assim qualquer coisa, dos irmãos que estão aqui e os que estão em Garzón. No passado, trabalhávamos cinco na casa aí, então já fazíamos a coleta do dinheiro a cada 8 dias para a remesa. E cada sábado pela tarde eu saía no domingo para fazer a remesa. [...]. Os irmãos encaminhavam, levavam, traziam, outros contribuía em dinheiro. Mas como eu falo, como me dizem [a empresa Emgesa] que o responsável de minha mãe sou eu

dicen [la empresa de energía EMGESA] que el responsable de la casa soy yo [hijo soltero que vive con su madre], la compensación se la van a dar a mi mamá [que es viuda], pero yo le digo, es que eso no es mío, es que solamente a mí no me parió mi mamá, todos tienen que colaborar, pero no es obligación. (Campeño jornalero residente en la vereda de San José de Belén, entrevista realizada en noviembre de 2013).

[filho solteiro que mora com a mãe], a compensação vai ser entregue só para minha mãe [que é viúva], mas eu te digo, isso não é meu, somente eu não fui parido por minha mãe, todos tem que colaborar, mas não é obrigação. (Camponês jornalero, residente da vereda de San José de Belén, entrevista realizada em novembro de 2013, tradução nossa).

O depoimento anterior revela uma série de responsabilidades que existiam entre os membros da família. Os irmãos deviam colaborar por igual e proteger a mãe quando ela ficava velha e, por isso, todos mereceriam a mesma compensação. No entanto, como é analisado mais adiante quanto aos conflitos oriundos da chegada do projeto hidrelétrico (parte III), os irmãos são compensados de forma diferente dependendo dos critérios impostos: filhos são incluídos na compensação dos pais, outros são classificados como “residentes não proprietários”, sendo obrigados a aceitar um valor monetário, enquanto alguns irmãos conseguiram comprovar seu direito a “posesión”, tendo com isso a opção de serem reassentados. Dessa forma, as responsabilidades referentes ao cuidado e a solidariedade que existia por igual entre os diferentes membros das famílias são rompidas pela nova distribuição dos recursos imposta pelo projeto.

Assim, no passado, o meio no qual os camponeses estavam imersos permitia que eles conseguissem seu sustento e que vivessem em relativa tranquilidade. As comunidades eram organizadas por famílias extensas e núcleos familiares que mostravam uma série de autonomias relativas e responsabilidades que ordenavam suas vidas (homens/mulheres, pais/filhos, familiares/idosos). Isto é, antes do projeto hidrelétrico, asseguravam seu sustento e o cuidado no momento da velhice por meio de suas comunidades.

2.3 OS PEQUENOS PROPRIETÁRIOS: O SOLAR E A MANGA

O *solar* e a *manga*, como são conhecidos, são unidades de medida empregadas pelos habitantes da região para medir pequenas propriedades. O *solar* é um pequeno lote de terra situado atrás de suas casas e a *manga* é uma porção de terra maior, que pode conter um *solar*. Nestas extensões de terra, podiam ser cultivados diferentes tipos de cultivos para o consumo interno das *veredas* ou para a venda.

A dificuldade de acesso a uma terra nova na região fez com que se desenvolvessem práticas comuns na área: os herdeiros de um terreno ou seus esposos(as) podiam, em determinado momento, construir uma casa no *solar* ou na *manga* de seus familiares para se manterem próximos de suas comunidades e o trabalho na terra de suas famílias podia ser realizado coletivamente sob a modalidade da *partija*.

O *solar* podia conter cultivos transitórios (como tomate, feijão, milho, *habichuela*) junto com pequenas quantidades de cultivos de mais longa duração, como a cana, o plátano (um tipo de banana), ou árvores como o laranjal. O cultivo da terra estava determinado pela época de chuvas, visto que se tratava de uma *tierra secana*, ou seja, sem água.

Frente às condições adversas pela constante divisão das pequenas propriedades, as comunidades adaptaram-se ao seu meio construindo fortes laços de solidariedade nas famílias extensas. Desta forma, são centrais para este trabalho as análises que alguns autores têm desenvolvido sobre outras sociedades camponesas⁵¹ que procuram alcançar um equilíbrio entre os bens necessários para satisfazer o consumo familiar e o esforço necessário para isso (CHAYANOV, 1966; FALS BORDA, v.2, 2002, p.26b). Isto é, o trabalho necessário para conseguir satisfazer as necessidades da família.

Práticas de solidariedade dentro das comunidades eram recorrentes, tais como: a ajuda na construção da casa de um familiar; o trabalho entre irmãos que compravam os insumos conjuntamente para trabalharem na terra por meio da *partija*; a ajuda entre familiares em momentos de crise. O cultivo e a venda dos produtos do *solar* constituíam ganhos complementares aos adquiridos pelo *jornal*. Deste modo, os ganhos provenientes da *partija* eram “adicionais” e eram gastos na compra de algum utensílio para a casa, como uma cama, uma televisão ou uma geladeira:

P: ¿cuál es la importancia del solar además de lo que ganan en el jornal?

P: qual é a importância do solar além do que ganham no jornal?

⁵¹ Existem diversos trabalhos sobre esse tipo de relações, em sociedades não capitalistas que estão submetidos e se relacionam com o sistema capitalista dominante. Dentre os trabalhos mais reconhecidos sobre esse tema encontra-se o de Chayanov, baseado em sistemas não capitalistas na Rússia do início do século XX. Cf. Chayanov (1966). Na Colômbia, Fals Borda (2002, v.2, p. 77b-87b) definiu isso como um modo de produção comercial simples, parcelaria ou camponês, em seu trabalho com camponeses do caribe colombiano. Heredia (1979), por seu turno, investigou esse tema com populações do nordeste brasileiro a partir da análise da organização de seu cotidiano e vida social. Existem ainda outros trabalhos neste sentido, como o de Amin & Vergopoulos (1975, 34-42), o de Garcia Jr. (1983), entre outros.

R: si ayuda mucho, aquí en este lote [del que él es poseedor] y el de mi mamá también [estos dos lotes son dos solares]. Pues el solar de aquí yo lo trabajaba anteriormente con mi hermano, nosotros sembrábamos tomates juntos. Él ponía los insumos y yo ponía el trabajo del tomate, nosotros simplemente sembrábamos tomate aquí y cuando se recogía la cosecha que ya pasaba se partía lo que quedara, se sacaban los insumos. [...]. Y pues con el tomate me fue bien para comprar mercado, comprar una cama, cualquier cosa así que uno necesite aquí en la casa. Después del tomate hicimos una siembra de arveja calentana con otro hermano [con la partija] no cogimos ni pa' la semilla, nada, porque nos cogió una plaga para un 31 de diciembre para los tamales, después frijol, también tuve maíz, de yuca, pero la yuca [mandioca] yo la sembré todo el lote, pero esa fue pa' consumo, de esa si no vendimos. (Campesino poseedor de un pequeño lote y jornalero residente en la vereda de San José de Belén, entrevista realizada en noviembre de 2013).

R: sim ajuda muito, aqui neste lote [do qual ele é poseedor] e o que minha mãe tem também [os dois lotes são dois solares]. No solar daqui eu trabalhava anteriormente com meu irmão, nós semeávamos tomates juntos. Ele colocava os insumos e eu colocava o trabalho do tomate, nós simplesmente semeávamos tomate aqui e quando era feita a colheita, era dividida por partija o que ficava, após tirar os insumos [...]. E pois com o tomate foi bom para comprar o mercado, comprar uma cama, qualquer coisa que fosse necessária aqui em casa. Depois do tomate, a gente fez uma semeadura de ervilha com outro irmão [com a partija], não conseguimos coletar nem para pagar a semente, nada, porque a gente pegou uma praga para um 31 de dezembro para os tamales [uma comida], depois feijão, também tive milho, mandioca, mas a mandioca eu a semeiei no lote todo, mas essa foi para consumo, dessa sim não vendemos. (Camponês poseedor de um pequeno lote e jornalero, residente da vereda de San José de Belén, entrevista realizada em novembro de 2013, tradução nossa).

A produção dos cultivos transitórios tinha dois destinos: podiam ser consumidos na mesma *vereda*, repartindo-a ou trocando-a entre familiares; ou podiam ser vendidos na *galeria* de algum município próximo, quando as pessoas da comunidade não precisavam deles, sob as modalidades de intercâmbio comercial, aos sábados.

P: ¿y por qué no vendía el producto del solar?

R: porque era la misma familia acá casi toda. ¡Pues llévela, arránquela! También el tomate, yo sacaba y les daba así estuviera caro, llévase dos libras de tomate. Y también el maíz, pues cuando he sembrado maíz, yo dejo que se eche [que crezca] y cuando ya comienza, pa' cholo pa' hacer comida y siempre vienen, que véndame una chola, no pues llévesela pal' gasto también y pues lo que ya está pues lo vendía. Pues la mayoría de las veces yo he sembrado y todos los hermanos para repartir. Siempre ha sido esa unión familiar de repartir cosas. Y la panela ("rapadura") también lo mismo, se saca una parte, se vende, y otra parte la consumimos (Campesino poseedor de un pequeño lote y jornalero, residente en la vereda de San José de Belén, Entrevista realizada en noviembre de 2013).

P: e por que não vendia o produto do solar?

R: porque era a mesma família aqui quase toda. Leve isso! Também o tomate, eu pegava e dava [para a comunidade] se estivesse caro. Leve duas libras de tomate! E também o milho, pois quando semeiei milho, eu deixei que crescesse e quando começa, para choclo [uma comida] para fazer comida e sempre vem, que me venda um, não pois leve para o gasto também e o que sobrava eu vendia. A maioria das vezes eu semeiei e todos os irmãos para repartir. Sempre foi essa união familiar de repartir coisas. E a rapadura também é o mesmo, a gente tira uma parte, é vendida, e a outra parte a consumimos. (Camponês poseedor de um pequeno lote e jornalero, residente da vereda de San José de Belén, entrevista realizada em novembro de 2013, tradução nossa).

Essas parcelas de terra permitiam à comunidade ter uma reserva para momentos de escassez ou de crise. Esse é o caso da cana⁵², comum a muitas das pequenas propriedades porque pode durar um longo tempo na terra sem estragar (mais de 18 meses). A cana pode ser processada em qualquer momento para fazer caldo de cana (*guarapo*) ou rapadura (*panela*) com o trapiche encarregado de moê-la (mecânico ou com um animal como o cavalo ou burro). O caldo de cana ou a rapadura são vendidos nas estradas próximas às respectivas veredas e com isso os membros da comunidade podem obter recursos adicionais.

R: y esa caña la colocamos también [en el solar], esa la colocamos hace solo dos años. La coloqué yo del Pital [un municipio cercano del área], traje unas semillas y sembré. Esa se corta y se hace la panela. Y Ahorita como chucho [su hermano] montó trapiche allá [en la carretera], entonces viene y corta pa' llevar.

P: ¿pero eso se hace con partija?

R: no, eso no se parte, él viene y la corta. Que yo sé que él está pagando el trapiche que tiene, entonces tiene que trabajar pa' reunir esa plata, pa' que ya le quede libre lo del trapiche. (Campesino poseedor de un pequeño lote y jornalero, residente en la vereda de San José de Belén, entrevista realizada en noviembre de 2013).

R: e essa cana a colocamos também [no solar], essa a colocamos faz dois anos só. A coloquei eu do Pital [um município próximo], trouxe as sementes e semeei. Essa se corta e se faz a rapadura. E agora como meu irmão colocou um trapiche lá [na estrada], então ele vem e corta para levar.

P: mas isso é feito com partija?

R: não, isso não é por partija, ele vem e corta. Que eu saiba ele está pagando o trapiche que tem, então tem que trabalhar para reunir o dinheiro para que fique livre do trapiche. (Camponês poseedor de um pequeno lote e jornalero, residente da vereda de San José de Belén, entrevista realizada em novembro de 2013, tradução nossa).

Portanto, o *solar* era importante frente a uma situação de necessidade ou de mudanças na família. Quando os donos de um *solar* ficavam velhos e não podiam trabalhar, essa terra podia ser trabalhada sob a modalidade de *partija* entre irmãos e familiares. Assim, a *partija* nos *solares* fazia parte dos ciclos de vida dos membros das comunidades, uma vez que, com ela, essas pessoas ganhavam seus primeiros recursos ou obtinham uma renda complementar. No entanto, no caso de precisão de algum familiar, em um momento de crise, os produtos do *solar* ajudavam-no tendo em vista a manutenção do equilíbrio social e econômico da comunidade.

⁵² De forma similar a outras famílias camponesas cuja fonte para poupar é algum produto agrícola como a mandioca, como foi descrito por HEREDIA (1979).

Frequentemente os camponeses que somente tinham um *solar* trabalhavam nas propriedades dos outros, de forma semelhante ao que faziam seus filhos, para adquirir sua fonte principal de sustento. Contudo, os pais mantinham o controle sobre os seus *solares* e os recursos oriundos de sua produção, enquanto seus filhos, embora vivessem na mesma casa e propriedade de seus pais, tinham que trabalhar e começar a ter maior autonomia de seu núcleo familiar quando cresciam, trabalhando como *jornaleros*⁵³.

Os camponeses dedicados ao *jornal* podiam se casar e constituir um novo núcleo familiar. Neste caso, podiam continuar vivendo na casa de um familiar ou, se alguma das famílias do casal tivesse um pedaço de terra, o novo núcleo familiar podia construir uma nova casa. Quando não existisse a possibilidade de construir uma casa ou de permanecer na casa de um familiar em seus povoados, o núcleo familiar trabalhava como *mayordomo/partijero/administrador* de algum dos patrões da área, residindo nesta propriedade.

A escassez de terra nessa área fez com que membros dessas comunidades fossem forçados a se tornarem *mayordomos/administradores/partijeros/mensualeros/jornaleros* de patrões. Aqueles que possuíam um maior grau de autonomia com relação aos patrões tinham a posse das *mangas* de terra, visto que praticamente não dependiam do trabalho nas propriedades dos outros. Sua extensão permitia que a *manga* fosse *arrendada* para cultivos como o arroz e o tabaco ou cultivada por meio da modalidade de *partija* com as pessoas de sua comunidade para renovar a terra com algum cultivo como o milho.

O terreno de uma *manga* podia ser organizado da seguinte maneira: a) 14 hectares para cultivos rotativos (arroz ou tabaco); b) 1 hectare para cultivos de subsistência como hortaliça, milho, *plátano*, feijão, abóbora, ao lado de cultivos permanentes como o cacau e frutas; c) 5 hectares para o gado (EIA, 2008, p.301). A distribuição apresentada corresponde à da empresa comunitária da Escalereta (470 hectares divididos em 21 sócios

⁵³ No que tange a casos que possuem algumas similaridades frente a uma situação de escassez de terra, é importante o trabalho de GARCIA JR (1983), que a partir de seu trabalho no nordeste brasileiro definiu esse tipo de trabalho realizado pelos pequenos produtores desta região como *trabalho alugado*. Em termos gerais, isso consistia na maior dependência do trabalho nas terras de outros por parte dos pequenos proprietários em situações de escassez de terra.

fundadores), sendo similar ao que se encontra em algumas *mangas* de camponeses da área⁵⁴.

No entanto, ainda que os proprietários de uma *manga* de terra fossem mais independentes do que aqueles que tinham um *solar*, eles pertenciam ao mesmo grupo. Havia casamentos mútuos entre os membros das comunidades que tinham diferentes quantidades de recursos, havia ajuda e colaboração para cultivar sob a modalidade da *partija*, ou eram trocados favores mútuos em suas cotidianidades. Isso conformava as relações que faziam com que eles(as) pertencessem às suas comunidades.

Além disso, essas comunidades tinham uma série de regras referentes às sucessões de terra. A sucessão é um momento crítico, visto que, da mesma forma que já foi trabalhado por outros autores, a transferência do patrimônio de uma geração para outra ultrapassa as relações assinaladas pelo aparato legal (SHANIN, 1972, HEREDIA, 1979). Existia desse modo uma série de costumes comuns para a sucessão da terra entre pequenos proprietários, que levam à reorganização dos membros das famílias e dos seus direitos sobre a terra e seus usos.

Nessas comunidades, quando a mãe ficava viúva, ela passava a ter autoridade sobre a terra de seu esposo, contando com a supervisão e ajuda de seus filhos para subsistir. Entretanto, no momento de sua morte, a sucessão se dava pela distribuição igualitária do patrimônio aos herdeiros imediatos (filhos) que decidiam ficar na área trabalhando na terra, perdendo esse direito os que iam embora.

Os irmãos podiam trabalhar na terra de forma conjunta ou dividi-la em lotes. No momento em que os sucessores consolidavam seus núcleos familiares, os netos da sucessão podiam construir suas casas nesses terrenos. Ademais, quanto menor era a propriedade, mais provável era o trabalho na terra entre familiares sob a modalidade da *partija*, conservando com isso o patrimônio familiar e dividindo os gastos e os lucros entre membros da comunidade em épocas de precisão, dívida ou crise de um familiar.

⁵⁴ Os habitantes que tinham uma manga e não foram beneficiados pela reforma agrária comentaram em uma entrevista sobre a distribuição dos lotes: “P: e a manga de sua família que tinha? R: tinha um pedaço de cacau, e tinha outro para semear milho ou arroz.” (Campinês mensualero, residente da vereda de San José de Belén, entrevista realizada em novembro de 2013).

2.4 O ACESSO A TERRA PELOS CAMPONESES DA ÁREA

A dificuldade de encontrar novas terras por parte dos camponeses se manifestava na constante divisão de suas propriedades, na necessidade de construir suas casas nos *solares* ou *mangas* de seus familiares e na dedicação ao trabalho para os patrões, sob diferentes modalidades.

Desde a metade do século XX, algumas famílias dos habitantes do vale do rio Magdalena, assim como habitantes de toda a região, colonizaram as últimas áreas disponíveis no alto das cordilheiras com o cultivo do café⁵⁵. O esgotamento da terra fez com que fossem desenvolvidas estratégias pelas famílias para não perder o patrimônio familiar, como as constantes alianças e uniões entre familiares (com casamentos entre primos de diferentes graus).

No entanto, a maior quantidade de terra concedida aos camponeses da área se deu com a reforma agrária realizada desde inícios da década de 1970 até finais da década de 1980. A reforma agrária foi executada a nível nacional⁵⁶ (ZAMOCS, 1986), com fortes implicações locais na área estudada. Nela, a distribuição da terra foi resultado de ocupações de terra nas *haciendas* da região, e uma lei de Reforma Agrária que permitiu a compra da terra por parte do Estado.

Alguns donos das *haciendas* da região foram obrigados a vender ao Estado algumas parcelas de suas propriedades para os camponeses sem terra. O Instituto Colombiano para la Reforma Agrária (INCORA) era responsável pela entrega das terras sob o título de *empresas comunitárias*, condicionando assim a entrega destas terras a uma titulação coletiva, com o objetivo de que virassem “empresas capitalistas” do tipo *farmers* (MACHADO, 2009, p.159).

Como resultado, constituíram-se oito *empresas comunitárias* na área. Em alguns casos, através delas conseguiram diversificar e melhorar seus recursos, provenientes das

⁵⁵ Embora não existam estudos acadêmicos acerca do avanço de camponeses sobre as montanhas dessa região, sabe-se por relatos de algumas famílias entrevistadas que tem familiares nas partes altas de montanha nas cordilheiras, onde há décadas já não é possível a expansão das terras cultiváveis com queimada de floresta por limites físicos e controle de entidades do Estado ao desmatamento.

⁵⁶ O modelo de redistribuição de terra se baseou na lei nº135 de 1961 da Reforma Agrária, sendo impulsionado somente seis anos depois com a criação, pelo decreto presidencial nº755, da Asociación Nacional de Usuarios Campesinos (ANUC), que organizou inúmeras ocupações de terra a nível nacional e na área estudada.

condições do terreno, da vontade de grupos de camponeses⁵⁷ e das políticas do Estado. O cultivo do arroz teve um papel importante para alguns camponeses. Ele era feito em uma porção plana de terra e contava com sistemas de irrigação por bombeamento (uma máquina bombeia a água para irrigar os terrenos pelos canais) ou por gravidade (canais construídos para fazer a irrigação sem necessidade de máquinas), como ocorria na *empresa* Libertad, na *vereda* de Veracruz, e na *empresa* Escalereta (Agrado).

Contudo, as *empresas comunitárias* em geral continuaram cultivando o que havia previamente nas *haciendas* (cacau e/ou gado). Isso permitia a seus integrantes adquirir alguns recursos que deviam complementar com o trabalho em outras propriedades da região. Assim, algumas das *empresas comunitárias* não diversificaram suas atividades e se dedicaram ao gado, ao cacau e aos cultivos de curta duração que podiam semear nessas terras, como as *empresas* dos Cocos e Remolinos, que nasceram da reforma agrária na década de 1980 sobre uma parcela da antiga *hacienda* Garañón.

Com o tempo, essas empresas passaram a ser submetidas a um processo de subdivisão. Um exemplo é a *empresa comunitária* da Escalereta em que, dos 21 sócios fundadores no ano 1974 (pessoas que eram de diversos lugares da região, como La Jagua, Rioloro, Mago, Jagualito e Agrado) passou-se para 92 núcleos familiares em 2010. Os filhos dos sócios fundadores construíram suas casas em suas propriedades, dedicando-se a *jornalear* na área com seus núcleos familiares, ou ajudando seus pais nas atividades que eles precisassem.

No entanto, nem todos os habitantes da área decidiram se inserir nos processos de reforma agrária. Sucessivos períodos de prosperidade econômica desde a década de 1970 fizeram com que alguns camponeses da área lograssem manter sua renda por meio de

⁵⁷ A *empresa comunitaria* La Libertad (162 hectares) foi construída no ano de 1977, sendo a primeira parcela que existiu em Veracruz-Rioloro, após de sete anos de luta, nove ocupações à *hacienda* Jericó e no qual muitos de seus membros foram a parar temporadas a cadeia. A compra destas terras, foram resultado da reforma agrária, no qual o grande proprietário tinha a possibilidade de conservar a metade da propriedade com a obrigação de vender a outra parte. Se o dono não queria vender a propriedade ela ia a briga com o INCORA como aconteceu com Libertad. Finalmente com o esforço dos camponeses a terra foi ganhada, porém a falta da construção de um sistema de regadio fez que muitos dos camponeses da *empresa* desistiram de cultivar. Quando as coisas eram mais difíceis para os camponeses da *empresa*, apareceu um senhor com dinheiro que propus que ele construiria um sistema de regadio por gravidade com água do Riachuelo Rioloro, com a condição de explorar a terra durante 15 anos. Os camponeses aceitaram devido que pelo menos seus filhos teriam a possibilidade de fazer realidade o sono de ter uma terra própria e fértil para trabalhar. O aniversário dos 15 anos chegaram em 2004 e quando seus filhos iniciaram o trabalho foi declarada de utilidade pública em setembro de 2008 (Salcedo, Camilo; Trabajo de grado, Universidad Nacional de Colombia, 2010; p. 121).

atividades na área, ainda que suas propriedades tivessem sofrido processos de divisão decorrentes das sucessões. Além disso, era comum que habitantes da região complementassem suas necessidades com o que “dava a natureza”. Eles se dedicavam a trabalhar sobre uma diversidade de atividades, como a coleta do *pindo* (um tipo de palma para fazer chapéus), a pesca ou a caça.

En la época del pindo y el cacao [años 1960 a 1980] hubo otra forma que sobrevivían y era con el maíz y la pepa de pana que se mantenía en la labranza y eso lo vendían, una pepa así grandota que dura, vendían la bolsadita [una fruta]. También se jartaban [comían] los animales [el horugo]. El pescado también, y la cacería le daban mucho también mucho armadillo, venado, guacaraca, porción de animalitos que veían se lo iban jartando. (Campesino mensualero, residente en la vereda de San José de Belén, entrevista realizada en noviembre de 2013).

Na época do pindo e o cacau [anos 1960 e 1980] teve outra forma que sobreviviam e era com o milho e a semente da pana [uma árvore] que estava na labranza e isso vendiam, uma semente bem grande, vendiam a bolsadita [uma fruta]. Também comiam os animais, o peixe e a caçada de tatu, veado, guacaraca, qualquer animal que viam comiam. (Camponês mensalero, residente da vereda de San José de Belén, entrevista realizada em novembro de 2013, tradução nossa).

Desse modo, as formas de subsistência na área estudada incluíam uma série de saberes e práticas sobre o meio ambiente, os quais não advinham exclusivamente do trabalho agrícola. Usavam de diversas formas os elementos naturais do meio: as fontes de água, os peixes, os animais nativos e as árvores frutíferas. Estes também proporcionavam os meios de subsistência de uma parte de seus habitantes. No entanto, essas atividades mostravam sinais de esgotamento desde antes da chegada da barragem. No caso do pindo “acabou-se pelos pecuaristas que ocuparam as beiras dos rios onde nascia a palma” (camponês dedicado ao jornal que morava em San José de Belén, entrevista realizada em novembro de 2013), criando ao mesmo tempo conflitos com pescadores que moravam nas beiras do rio Magdalena.

PARTE II – O PROJETO HIDRELÉTRICO “EL QUIMBO”



Fotografia 4: Desvio do rio Magdalena para obras (2012)

Fonte: www.vanguardia.com

3 CONCESSÕES E CONDIÇÕES CRIADAS PELO ESTADO PARA A REALIZAÇÃO DO PROJETO HIDRELÉTRICO EL QUIMBO

O projeto hidrelétrico El Quimbo vinha sendo planejado desde a década de 1970, momento em que foi proposta a realização da barragem de Betania, construída pelo Estado uma década depois e terminada em 1988. Esta hidrelétrica alagou uma área de 7.400 hectares e se situa a 35 km abaixo do lugar onde está sendo construída a barragem de El Quimbo. Nesse processo foi criada a empresa estatal Central Hidroelectrica de Betania (CHB) responsável pela sua administração.

Em 1995, a CHB deu início a trâmites no Ministério de Ambiente para a expedição da Licencia Ambiental do projeto hidrelétrico El Quimbo. No entanto, após avaliações do Ministério, foi negada a sua licencia ambiental pelo Auto nº517 de 1997, posto que:

[...] não existem garantias para que exista um plano de manejo que mostre uma capacidade de restituir as condições de vida desta população. Se o impacto não pode se manejado em condições de iguais ou melhores, o reassentamento deve ser qualificado como crítico. (Auto nº517 de 1997. In: Arq. nº1031do Ministério de Ambiente, 1995, tradução nossa)

E o documento conclui: “realizada a avaliação às alternativas apresentadas no documento ‘*Estudio de factibilidad para el desarrollo hidroeléctrico El Quimbo en el alto magdalena*’(grifo do autor) nenhuma das alternativas planteadas para o projeto é viável.” (Arq. 1031de Ministério de Ambiente, 1995)⁵⁸.

Na mesma época em que foi negada a Licencia Ambiental para a realização de El Quimbo, a CHB estava em processo de privatização. Em dezembro de 1996, a empresa multinacional Endesa (de capitais chilenos e espanhóis) comprou a CHB. Um ano depois, a mesma empresa comprou o setor de geração de energia⁵⁹ da Empresa de Energia de Bogotá (EEB), fundando a empresa de energia Emgesa S.A. Em 2006, as composições acionárias da CHB e da Emgesa se uniram, conformando assim uma única empresa. Finalmente, em

⁵⁸ O Archivo nº1031 do Ministério de Ambiente abriu a primeira solicitação de Licencia Ambiental do Projeto hidrelétrico El Quimbo por parte da CHB na década de 1990.

⁵⁹ A lei nº143 de 1994 dividiu o setor energético na Colômbia em quatro subsetores: geração, transmissão, distribuição e comercialização. Cada um desses setores está sob a incumbência de diferentes empresas privadas ou estatais.

fevereiro de 2009, a Endesa passou para as mãos da estatal italiana Enel, como resultado da crise financeira europeia⁶⁰.

Após sua privatização, e embora existissem estudos sobre os impactos do projeto e a impossibilidade de sua restituição, os últimos governos nacionais impulsionaram novamente o projeto com o objetivo de atrair capital estrangeiro, criando para isso “novas condições” para garantir a “confiança investidora” no país. Em 2007, a Emgesa apresentou ao Ministério de Ambiente uma nova solicitação para a expedição da Licencia Ambiental do projeto hidrelétrico El Quimbo.

O governo do ex-presidente Álvaro Uribe Veléz (2002-2006; 2006-2010)⁶¹ incluiu o projeto El Quimbo nos planos de expansão da capacidade energética da Colômbia⁶², o que é conhecido como Plan 2019, ou Visión Colombia II Centenario, promovendo a expedição de diversas decisões para a realização do projeto. Assim, o ex-presidente Uribe designou a barragem para a empresa Emgesa por meio de um leilão público ocorrido em junho de 2008⁶³. Esse mecanismo de leilão consiste em um “cargo por confiabilidade” que expressa, de maneira geral, o compromisso da empresa de energia com a construção da barragem e

⁶⁰ Cf. “La italiana Enel toma el control de Endesa” (21/02/2009) Disponível em: <http://elpais.com/diario/2009/02/21/economia/1235170802_850215.html>. Acesso em 18 nov. 2013.

⁶¹ Esse plano se baseou em oito pontos: “a) consolidar uma estratégia de crescimento; b) garantir a consistência macroeconômica; c) desenvolver um modelo empresarial competitivo; d) aproveitar as potencialidades do campo; e) aproveitar os recursos marítimos; f) gerar uma infraestrutura adequada para o desenvolvimento; g) assegurar uma estratégia de desenvolvimento sustentável; e h) fundamentar o crescimento no desenvolvimento científico e tecnológico” (PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA-DNP, 2005; p.26). Disponível em: <file:///C:/Users/isidro%20salcedo/Downloads/Vision_Colombia_2019_Resumen_Ejecutivo.pdf>. Acesso em 18 nov. 2013.

⁶² Além de El Quimbo, planeja-se a construção de outras barragens da Cuenca Alta do rio Magdalena: Isnos, Guarapas, Chillurco, Oporapa, Pericongo, Paez, Aranzazu, La Plata e Paicol. Esse planejamento encontra-se no “Plan Maestro de Aprovechamiento del Río Magdalena”, que atualmente (2014) realiza “La Corporación Autónoma Regional del Río Grande de la Magdalena”-CORMAGDALENA, em convênio com o governo da China, por meio da empresa estatal Hydrochina. Cf. “El Proyecto Hidroeléctrico el Quimbo sigue sin cumplir su licencia ambiental” (09/02/2014). Disponível em: <<http://polinizaciones.blogspot.com.br/2014/02/meses-despues-de-los-desalojos-de.html#.U3u5APldWb2>>. Acesso em 18 nov. 2013.

⁶³ Sob esse mecanismo têm sido designados outros projetos de geração de energia, pelos quais se previu a instalação de 3.419 MW adicionais de energia entre 2012 e 2018, representando 25% a mais da capacidade do país. No dia 6 de maio foram leiloadas três centrais: Gecelca III (carvão - capacidade de 150 MW); Amoyá (Hidráulica - capacidade de 78 MW); e Termocol (Gás - capacidade de 200 MW). No dia 13 de junho, outorgaram-se seis centrais: Pescadero Ituango (Hidráulica, capacidade de 1,200 MW); Sogamoso (Hidráulica, capacidade de 800 MW); Quimbo (Hidráulica, capacidade de 396 MW); Ponce IV (Hidráulica, capacidade de 400 MW); Miel II (Hidráulica, capacidade de 135 MW); e Cucuana (Hidráulica, capacidade de 60 MW).

com a produção de “energia firme” de 396 MW a partir de 2014, ao passo que o Estado colombiano garante uma renda fixa a multinacional por 20 anos.

Igualmente, seu sucessor na presidência, Juan Manuel Santos (2010-2014), deu continuidade a esse projeto pelo Plan Nacional de Desarrollo (2010-2014), o qual foi chamado de “locomotora minero-energética” e que visa manter o crescimento econômico a partir da intensificação da exploração de minerais e recursos energéticos.

As novas condições sob as quais foi designado o projeto geraram interesse da empresa privada para realizar o investimento, como afirmou o diretor e gerente da Emgesa Lucio Rubio: “é importante destacar que o sistema de leilão mediante o qual foi adjudicado é bastante inovador e isso o governo fez com maestria. Em outros países isso não existe, o que faz com que os investidores não façam esse tipo de projeto” (Portafolio, 16/06/2008)⁶⁴.

Após o leilão, o governo nacional declarou 8.500 hectares de terra de “utilidade pública”, por meio da Resolución n°321 de setembro de 2008 do Ministerio de Minas e Energia, compreendendo terras dos municípios de Gigante, Garzón, El Agrado, Pital, Paicol e Tesalia. A declaração de utilidade pública resultou: 1) no bloqueio dos empréstimos que os diferentes produtores da região podiam solicitar às entidades financeiras; 2) na imposição de que o único comprador das terras da área atingida fosse a empresa Emgesa; 3) na possibilidade da Emgesa decretar a expropriação da propriedade da terra⁶⁵ daqueles que não aceitarem a negociação (instrumento que começou a ser usado em 2013).

Nesse processo de concessão do projeto a Emgesa, a participação formal dos *atingidos* se deu na expedição da Licencia Ambiental⁶⁶, que precisa da realização de

⁶⁴ Cf. “Queremos Invertir Más En Colombia”. Entrevista com o director nacional da Endesa (Portafolio, 16/06/2008). Disponível em: <<http://www.portafolio.com.co/archivo/documento/MAM-2976777>>. Acesso em 20 nov. 2013.

⁶⁵ Em resposta a uma das cartas encaminhadas pelo Senador da república Jorge Robledo ao Ministério de Minas y Energia, relacionada com o que aconteceria com a oposição à negociação por parte de camponeses, sua resposta foi “a negociação adiada sob o amparo da primeira opção de compra ou com posterioridade a ela e que tenha fracassado, permite que o proprietário do projeto proceda expedindo o Acto Administrativo que decreta a expropriação, entendendo essa nos termos do artigo 39 do decreto 2024 de 1982” (Carta respondida ao senador Jorge Robledo pelo Ministro de Minas, Tomas González Estrada. Em: ANLA, Arq. 4090, pasta 23, p.4906).

⁶⁶ A Licencia Ambiental é definida como “uma ferramenta de planificação no contexto da gestão ambiental e uma de suas particularidades é a promoção da participação dos diferentes atores sociais que podem se encontrar *atingidos* em distintos graus pelos projetos de desenvolvimento” (Resposta de Luz Helena Sarmiento Villamizar. Diretora general da ANLA a petição de Asoquimbo. Em: ANLA, Arq.4090, pasta 48, p.10713).

audiências públicas (efetuadas em 4 de julho de 2008, 16 de dezembro de 2008, 21 de janeiro de 2009 e 12 de fevereiro de 2009) e mesas de concertação (realizadas em 22 de dezembro de 2008, 14 e 22 de janeiro e 4 de fevereiro de 2009). As primeiras consistiam em reuniões abertas ao público, nas quais qualquer pessoa que apresentasse um discurso podia falar. Já as segundas contaram com a participação de um grupo fechado de representantes, e não houve representação plena e constante das comunidades da área através de suas JACs. Em meio a esses processos, os membros da USCO e os camponeses da área que desconfiavam do projeto, fundariam a Asoquimbo, que gerou um constante debate público sobre a execução da hidrelétrica, tanto nessas reuniões, quanto na mídia regional, promovendo e difundindo ações de resistência por parte de camponeses, visibilizando os problemas enfrentados e mostrando sua inviabilidade devido aos seus impactos.

Assim, na última audiência pública realizada em Gigante, no dia 12 de fevereiro de 2009, mais de 1.500 pessoas compareceram e foram apresentados 170 discursos, havendo uma forte presença da força pública. Nessa audiência, segundo relata o jornal *La Nación*, se “evidenciaram um claro desacordo com o projeto, pelas consequências sociais, econômicas e ambientais” (*La Nación*, 13/02/2009)⁶⁷.

Ademais, instituições do Estado emitiram declarações contrárias à expedição da Licencia Ambiental. A Procuraduría General de la Nación (PGN), por exemplo, solicitou em maio de 2009 a não expedição da licença ambiental por considerar o projeto “inconveniente para a economia da região, visto que vai alagar as melhores terras com vocação agrícola, em um departamento com escassez de terras produtivas, o que torna difícil sua restituição” (PGN, 2009)⁶⁸.

Contudo, as audiências públicas e as declarações emitidas por outras entidades são de caráter consultivo, empregadas principalmente para adicionar novos requerimentos às licencias ambientais. Assim sendo, o governo, por meio do Ministério de Ambiente, expediu a Licencia Ambiental, pela Resolución nº899 de maio de 2009. A Resolución foi

⁶⁷ Cf: “Quimbo alcanzó la máxima cota”, jornal *La Nación*, Neiva (13/02/2009).

⁶⁸ Cf: “PGN solicita al Min Ambiente abstenerse de otorgar licencia ambiental al proyecto hidroeléctrico El Quimbo”. Disponível em: <http://www.procuraduria.gov.co/html/noticias_2009/noticias_234.htm>. Acesso em 02 jul. 2013. O critério da procuradoria foi similar àquele empregado à negação de outorga à Licencia Ambiental do projeto em 1997.

demandada tanto pela Emgesa quanto pela Fundación El Curibano (uma ONG ambientalista da USCO associada à Asoquimbo), e o Ministério realizou algumas modificações, flexibilizando prazos para a Emgesa e reafirmando os principais critérios das compensações com a expedição da Resolución nº1628 de agosto de 2009⁶⁹. Diante dessa situação, a Emgesa manifestou sua preocupação pelos “custos adicionais que o tornam financeiramente inviável e o investimento que deve ser executado não seria recuperável em médio prazo” (La Nación, 28/04/2010)⁷⁰. Em meio a isso, o presidente Uribe declarou:

[...] estive com o diretor da Emgesa e estava preocupado com os elevados custos. E eu falei: o que é preciso fazer é um diálogo que racionalize tudo. Aqui não pode existir abuso [...]. Se a gente exige o que não pode dar, ficamos sem o projeto. Por isso é preciso muito equilíbrio (La Nación, Cidade de Neiva, 8 de março de 2010, tradução nossa)⁷¹.

O governo nacional expediu a Resolución nº2810 de 5 de agosto de 2010, decreto por meio do qual passou a ser possível a modificação, de maneira indefinida e direta, das licenças ambientais pelo Ministério de Ambiente – sendo que antes, a Licencia tinha que passar por uma série de instituições judiciais e processos de concertação. Através desse decreto, o projeto hidrelétrico se antecipou à entrega das compensações para as populações da área, tendo sofrido 14 modificações até dezembro de 2013, e apresentou redução de custos para a empresa⁷². Desse modo, com as novas possibilidades do projeto o governo nacional de Juan Manuel Santos inaugurou as obras em fevereiro de 2011⁷³.

⁶⁹ Essa Resolución sofreu algumas modificações, como a ampliação e a flexibilização de prazos para que a Emgesa implementasse planos de atendimento psicológico às populações. No entanto, grande parte de suas obrigações em relação às compensações sociais, ambientais e de infraestrutura se mantiveram.

⁷⁰ Cf. “Quimbo sería inviable”, jornal La Nación (28/04/2010). Disponível em: <<http://www.lanacion.com.co/2010/04/28/%E2%80%98quimbo-seria-inviable%E2%80%99/>>. Acesso em 20 fev. 2014.

⁷¹ Cf. “Uribe pide agilizar El Quimbo”, jornal La Nación (8/03/2010). Disponível em: <<http://www.lanacion.com.co/2010/03/08/uribe-pide-agilizar-el-quimbo/comment-page-1/>>. Acesso em 25 fev. 2014.

⁷² Uma das modificações acerca das compensações sociais que constavam na Licencia Ambiental (Resolución nº899 de maio de 2009) referiu-se ao “grupo populacional”, classificado como “ocupantes”, definidos na Licencia como a “pessoa que ocupa com ou sem moradia e com atividade agropecuária, espaços de uso público com restrições legais para sua aquisição, ou propriedades comprovadas, sempre que tenha ostentado tal condição por um tempo maior aos cinco anos de anterioridade à Resolución nº321 de setembro de 2008 do Ministério de Minas e Energia”. Essa condição vai permitir a todas essas pessoas contempladas a receberem uma compensação de 5 hectares, tivessem ou não os “papeis em regra”. Porém, a Emgesa demandou e conseguiu modificar essa parte da resolução, fazendo com que esse grupo passasse a se chamar de “ocupantes em situação irregular” pela Resolución nº1628 de agosto 2009, que anulou a obrigação da empresa de dar terra a essas pessoas, sujeitando suas compensações a um “estudo de vulnerabilidade” (Resolución nº1814 de setembro de 2010). O estudo de vulnerabilidade foi realizado pela mesma empresa em 2011, mas os

Perante o avanço e as novas necessidades do projeto, o governo decretou mais 23.125 hectares de utilidade pública, “necessários para o programa de reassentamento e reativação econômica das famílias atingidas com o projeto” no dia 20 de janeiro de 2012, por meio da Resolución nº003 do Ministério de Minas e Energia. Isto gerou novos *atingidos* pelo projeto que não têm sido reconhecidos da mesma forma que aqueles situados na área alagada.

Ademais, o Estado protegeu o projeto ao conceder determinados poderes à Emgesa, como o fez pela decretação dos “amparos policiais”, o que autorizou a empresa a solicitar a intervenção de forças policiais para expulsar das propriedades declaradas de utilidade pública as pessoas que rejeitam a negociação. Com isso, a empresa subjugou as autoridades locais, que comandam as forças policiais em seus municípios e devem dar a ordem de desalojar aqueles que resistam a sair das propriedades. Assim, à pergunta do prefeito de Gigante sobre acatar esses procedimentos, o Ministério de Ambiente respondeu:

Em virtude do Decreto Nacional nº1575 do 14 de maio de 2011, as empresas de serviços públicos as quais tenham ocupado bens imóveis contra sua vontade ou sem seu consentimento, para o caso concreto, Emgesa, vão poder em qualquer tempo, promover o amparo policial [...] com o fim de preservar a situação que exista no momento em que se produz a perturbação, ou obter a restituição desses bens, sem o prejuízo das ações que a lei atribui aos titulares de direitos reais (Artigo 1).

Por outro lado, quando a autoridade municipal não se pronunciar [...] em até dois dias seguintes à solicitação da empresa, o Governador do Departamento ou o seu delegado vai assumir a competência, sem prejuízo das investigações disciplinares que tenham lugar.

Levando-se isso em consideração o anterior, tanto a prefeitura municipal quanto o governo do departamento de Huila, são autoridades competentes para atender às solicitações de querela policiais apresentadas pela empresa Emgesa (Resposta da ANLA à carta enviada pelo prefeito de Gigante, Iván Luna, sobre os amparos policiais, Arq. nº4090, pasta 88, p.20447, tradução nossa).

Portanto, apesar das autoridades locais, enquanto autoridades máximas no que se refere à polícia em seus municípios, poderem opor-se à emissão de ordens de despejo, essas podem ser expedidas, quando houver petição da Emgesa, por outra autoridade civil

“vulneráveis” foram classificados como “residentes não proprietários”, forçando-os a aceitarem uma compensação em dinheiro, reduzindo assim os custos das compensações sociais da Emgesa.

⁷³ Cf. “Presidente Santos pone la primera piedra de hidroeléctrica El Quimbo”, El Tiempo (08/02/2011). Disponível em: <<http://m.eltiempo.com/colombia/otraszonas/presidente-santos-pone-la-primera-piedra-de-hidroelctrica-el-quimbo/8915780>>. Acesso em maio de 2014.

(governador ou seu encarregado). Dessa forma, essas autoridades locais passam a se submeterem aos interesses da multinacional.

Além disso, a expropriação caminha junto com a violência. Assim, prevendo-se resistências e conflitos sociais contra o projeto hidrelétrico, foi criado o “Batallón Especial Energético y vial número 12 'José María Tello'” em abril de 2009, integrado por 1.200 soldados do exército. Diante disto, em 2009 um dos congressistas de Huila, Carlos Ramiro Chavarro (do Partido Conservador, próximo ao ex-presidente Uribe), afirmou que “o Quimbo é um motor de desenvolvimento regional que precisa de um batalhão para pacificar essa parte do país da alta influência da guerrilha das FARC^{74,75}”.

O batalhão teve como objetivo a proteção da infraestrutura energética da região em face de atentados e, ao mesmo tempo, acolher contingentes do Escuadrón Móvil Antidisturbios (ESMAD), pertencentes à polícia nacional. Assim o ESMAD tem tido um papel ativo na expulsão de camponeses da área, como será mostrado nos capítulos seguintes.

Isto posto, o Estado tem sido o mediador e o facilitador do projeto, cedendo à Emgesa instrumentos jurídicos e forças policiais. Dentre esses instrumentos que fortalecem a ação da multinacional em detrimento das populações locais, encontram-se: a) os censos socioeconômicos feitos por empresas contratadas pela Emgesa – como a Ingetec em 2007 para a realização do Estudio de Impacto Ambiental (EIA) e em 2008 para complementar o estudo anterior, bem como o novo censo feito de setembro de 2009 a janeiro de 2010, o qual foi executado por funcionários da Emgesa; b) a principal fonte de informação da população sobre o projeto tem sido os próprios funcionários da Emgesa, e a negociação das compensações se deu diretamente entre as populações atingidas e a multinacional⁷⁶, com uma participação marginal de funcionários do Estado; c) Emgesa tem a autoridade de emitir ordens de expropriação (Resolución nº321 de 2008) e de desalojamento (amparos policiais, do Decreto nº1575 de 2011) que devem ser acatadas pelas autoridades locais.

⁷⁴ As Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) são uma guerrilha existente no país e que se situam nas montanhas das cordilheiras central e oriental, as quais atravessam o Departamento de Huila.

⁷⁵ Cf. “El Quimbo tendrá Batallón”; Rafael Rodríguez, La Nación, Neiva (18/03/2009).

⁷⁶ Segundo a Defensoría del Pueblo, houve “restrição do direito à informação aos grupos em situação de vulnerabilidade, o que implica que desconheçam as medidas de compensação que devem beneficiá-los.” (Documento Asoquimbo. “Estado y Emgesa vulneran derechos fundamentales en el Quimbo”, 6 de octubre de 2011. Em: ANLA, Arq.4090, pasta 40, p.8598).

Assim sendo, o projeto avança e, com o tempo, a Emgesa tem “superado os diferentes inconvenientes, que são normais em todo projeto de grande infraestrutura” (entrevista realizada com Lucio Rubio, contida no documentário “El Gigante”⁷⁷, 2012). Esses “inconvenientes” são principalmente as ações, tanto judiciais quanto de resistência civil, realizadas pelos *atingidos* do projeto hidrelétrico e pela Asoquimbo. As populações atingidas não têm sido passivas perante a implantação do projeto, o que gerou modos de resistência e de negociação: alguns camponeses têm ganhado ações judiciais, conseguindo ser inseridos nos cadastros dos censos socioeconômicos da empresa, tendo em vista o recebimento da compensação; tutelas jurisdicionais têm freado por alguns meses as ordens de despejo que expulsam os camponeses que resistem à saída da área ou às ordens de expropriação emitidas pela Emgesa; numerosas manifestações de protesto foram organizadas contra o projeto na região; ou, simplesmente, se fala cotidianamente sobre o projeto e suas implicações nas comunidades.

⁷⁷ O documentário “El Gigante” foi realizado por Bruno Federico, Andrea Ciacci e Consuelo Navar, um grupo de italianos que passou vários meses na área de influência do projeto coletando informação sobre os *atingidos*. Eles conseguiram contatar as populações atingidas através dos contatos que tinham com a Asociación de Afectados por la Hidroeléctrica El Quimbo (Asoquimbo) e, por serem estrangeiros, conseguiram uma entrevista com o diretor da Emgesa, Lucio Rubio. Documentário disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bWHKtjHnm1E>>. Acesso em 20 mar. 2014.

4 AS EXPECTATIVAS DOS CAMPONESES PELA CHEGADA DO PROJETO

Nosotros vivimos de un jornal, hemos vivido de los terratenientes que tienen las grandes propiedades porque prácticamente nadie tiene más que la vivienda y entonces, pues al llegar la empresa con grandes ofrecimientos para la comunidad, toda la comunidad se llenó de una expectativa. Pues imagínate tú, que uno nunca ha tenido nada, tiene una vivienda y vengan y le ofrezcan otra vivienda y cinco hectáreas de tierra, pues todo el mundo se llenó de ilusiones y todo el mundo hizo cuentas, y como dice el dicho, de ser una vereda pobre pasamos a ser unos ricos. Pero ricos de palabra, porque en determinado momento llegó la empresa y dijo, ‘usted sí y usted no’, entonces se cayó el castillo de naipes otra vez.” (Don José campesino jornalero, residente en la vereda de San José de Belén, entrevista realizada en junio de 2011, contenida en el documental “El Gigante”).

A gente vive aqui do jornal, vivemos dos proprietários que têm as grandes propriedades porque praticamente ninguém tem mais do que a moradia, e então, pois ao chegar a empresa com grandes oferecimentos para a comunidade, toda a comunidade se encheu de uma expectativa. Pois você pode imaginar que as pessoas aqui nunca tiveram nada, tem uma moradia e venham e ofereçam outra moradia e cinco hectares de terra, pois todo mundo se encheu de ilusões e todo mundo fez contas e, como diz o ditado, de uma vereda pobre passamos a ser uns ricos. Mas ricos de palavra, porque em determinado momento chegou a empresa e falou ‘você sim e você não’, então o castelo de naipes caiu” (Don José campesino jornaleiro, residente da vereda de San José de Belén. entrevista realizada em junho de 2011, extraída do documentário “El Gigante”, tradução nossa)

Foram diversas as reações que se apresentaram no momento do anúncio da chegada do projeto hidrelétrico à área atingida. Em alguns casos, camponeses rejeitaram totalmente os funcionários da Emgesa, uma vez que o projeto ameaçava desestabilizar suas comunidades. Outros camponeses mostraram-se mais receptivos ao que a Emgesa oferecia, por considerarem-na uma empresa “com dinheiro” que não tinha motivos para atingir as populações que moravam no local. Assim, alguns acharam que “tinham ganhado a loteria” e que foi “o melhor que já aconteceu à comunidade”, enquanto outros se mantiveram desconfiados e afastados do que acontecia.

Nesse contexto, as comunidades da área tiveram contatos com diferentes funcionários da empresa Emgesa. Entre estes se encontra uma ampla gama de trabalhadores que dependiam do momento de desenvolvimento do projeto: os advogados que defendem a

empresa e que respondem às petições das populações com argumentos jurídicos; os assistentes sociais que fazem a intermediação cotidiana entre a empresa e as comunidades, tendo em vista a aceitação de algumas das compensações oferecidas, coordenando reuniões com as populações; os antropólogos e economistas que realizam estudos na área para cumprir requisitos legais da lei ambiental; os psicólogos que atendem as “populações vulneráveis”⁷⁸; os recenseadores; os arquitetos ou “engenheiros” (como são chamados os trabalhadores da empresa que tem mais status), os quais divulgaram os planos de reassentamento para os assistentes sociais. Além disso, um grande número de camponeses começou a trabalhar como operário nas obras do projeto como parte do “programa de restituição de emprego”, determinado pela Licencia Ambiental.

O primeiro contato das populações com funcionários relacionados ao projeto ocorreu após o censo de 2007, quando a empresa Ingetec realizou trabalhos de campo para o Estudio de Impacto Ambiental (EIA), apresentado pela Emgesa ao Ministério como requisito para a expedição da Licencia Ambiental. As primeiras publicações mostravam o projeto como um fato que vinha sendo respaldado pelo Governo Nacional.

La primera impresión que yo tuve en las primeras reuniones que se hizo, lo que yo recalque fue por qué, el gobierno no había mandado a hacer una encuesta a la gente de la región afectada a preguntarle ¿oiga usted está o no está de acuerdo con hacer una represa?, es algo que nunca hicieron eso. Cuando llegaron aquí ya llegaron fue a decirnos que ya se venía una represa y que la reunión venía siendo la concertación, las formas de pago, las formas de compensación, y todo eso. De una vinieron fue a eso, que la represa se venía, que ya es un hecho. (Campesino administrador,

A primeira impressão que tive nas primeiras reuniões que fizeram, o que eu insisto foi por que o governo não tinha mandado fazer uma pesquisa das pessoas da região atingida que as perguntasse: olha, você está ou não está de acordo com a construção de uma barragem? É algo que nunca fizeram. Quando chegaram aqui, já chegaram dizendo-nos que o que vinha era uma barragem e que a reunião era a concertação, as formas de pagamento, as formas de compensação e tudo isso. Vieram para isso, que a barragem vinha, que já era um fato (Camponês administrador, residente da

⁷⁸ A Licencia Ambiental estabeleceu o “critério de vulnerabilidade” (Resolución n°899 de 2009, p. 38), segundo o qual “entre os grupos populacionais categorizados se identifica população especialmente vulnerável que, em razão de suas características especiais e situação de desvantagem e/ou de indefensabilidade, deve ser objeto de proteção especial. Assim, busca-se que o projeto melhore substancialmente as condições de vida dos grupos vulneráveis.”. Esse critério é estabelecido “de acordo com os principais indicadores de desenvolvimento identificados previamente, como cobertura de saúde, educação, ausência de serviços públicos e localização de moradias em áreas expostas a perigos ou áreas com restrição – ocupações na via (casas que estavam nas margens das vias públicas das *veredas*) ou propriedades privadas –, densidade de ocupação do espaço e nível de Necessidades Básicas Insatisfeitas, segundo o Departamento de Planeación Nacional” (Resolución n°899 de 2009, art. 10, n.1.4.2; p. 236). Sob esse critério, os proprietários de menos de 5 hectares foram compensados com 5 hectares ou seu valor equivalente. No entanto, embora existisse esse critério, na prática os que podiam ser considerados como os mais vulneráveis, isto é, os não proprietários que moram na área, são compensados de uma forma que os força a sair da região e a se separar de suas comunidades, como será explicado detalhadamente no Capítulo 6.

residente en la vereda de San José de Belén, entrevista realizada en noviembre de 2013).

vereda de San José de Belén, entrevista realizada em novembro de 2013, tradução nossa).

A empresa costumava dar comida e presentes para os camponeses da área no natal⁷⁹ ou nas festas de San Pedro e de San Juan (no mês de junho). A Emgesa recolhia assinaturas para atender ao requisito do trâmite da licencia ambiental no Ministério. Desse modo, a mando do funcionario “engenheiro” da Emgesa Julio Santafé, realizaram-se as primeiras reuniões em todas as *veredas* da área, nas quais se prometia que todas as populações sairiam em “iguais ou melhores condições”. No entanto, as populações não tinham conhecimento naquele momento das implicações do projeto ou dos diferentes critérios de classificação pelos quais seriam dadas as compensações.

Inicialmente Emgesa dijo que era como ganarse una lotería porque los que no tienen nada, se les va a dar unas compensaciones y trajeron unos libros, unos folletos ya hechos para que nosotros le hiciéramos la firma, que con esas firma, lo que ellos hacían era, pa’ que le pagaran el sueldo a ellos. Pero en ningún momento, ellos nos dijeron que esa firma que le echábamos era la que le iban a presentar al gobierno, al Ministerio de Ambiente. Ellos no nos dijeron en ningún momento, desde que comenzaron y eran solo tamales, jugos, hamburguesas, empanadas, chicha [diferentes tipos de comidas], traían unas carradas [autos de juguete] para repartirle a los niños y a los ancianos, de eso del proyecto. Y cuando ya hicieron eso, ya se apareció fue Julio Santafé, a socializar eso, que el proyecto era lo mejor que le podía venir al Huila, donde si usted se iba igual o mejor. (Campesino jornalero, residente en la vereda de San José de Belén, entrevista realizada en noviembre de 2013).

Inicialmente, a Emgesa falou que era como ganhar uma loteria, porque os que não têm nada iam receber umas compensações, e trouxeram uns livros, uns folhetos já feitos para que nós assinássemos, que com essa assinatura, o que eles faziam era para que os pagassem o salário. Mas em nenhum momento eles nos disseram que essa assinatura era a que apresentariam ao governo, ao Ministério de Ambiente. Eles não nos disseram em nenhum momento, desde que começaram e eram unicamente tamales, sucos, hambúrgueres, empanadas, chicha [diferentes tipos de comida], traziam umas carradas [carros de brinquedo] para as crianças e os velhos, isso do projeto. E quando já haviam feito isso, apareceu Julio Santafé a divulgar isso, que o projeto era o melhor que podia vir a Huila, pois se você tinha que ir embora, ia ser em igual ou melhor condição. (Campesino jornalero, residente da vereda de San José de Belén, entrevista realizada em novembro de 2013, tradução nossa).

Nas *veredas*, os membros das comunidades pensaram que, por ser um projeto de grande envergadura, eles iam ser beneficiados. Nas reuniões realizadas nas veredas, funcionarios da Emgesa prometiam terra para os filhos de pequenos proprietários e o aumento do patrimônio dos pequenos proprietários da área. Iludiram os camponeses e

⁷⁹ Em uma entrevista realizada em 2010 com a presidenta da Asoquimbo, habitante de Rioloro e pequena proprietária afirmou: “O primeiro processo da Emgesa foi que íamos ficar bem, ganhar as pessoas com comidas, atenções, com o apoio a eventos que faziam, eventos de natal, eles apoiavam. Todo mundo aqui dizia que a Emgesa era o melhor que podia acontecer, esse foi o engano.” (Elsa Ardila, ex presidenta da Asoquimbo, vereda Rioloro, entrevista realizada em abril 2010, tradução nossa).

neutralizaram o inconformismo existente com o projeto. Muitos pensaram que suas condições de vida melhorariam, como expõe o seguinte camponês da área:

A los residentes no propietarios prácticamente no se sabía a qué derecho tenía y en esa reunión que había [en las de socialización del proyecto], que era la primera reunión que había, se paró un primo y preguntó a Santafé que los que no tenían [propiedad] que pasaba. Es jornalero, no tiene casa, pero es de aquí de la vereda. Pero qué pasa con los que no tenemos casa, pero tenemos un núcleo familiar ósea vivimos aquí y trabajamos en la región, que nos corresponde. Se paró Santafé y dijo a esas personas mínimo una casa y tres hectáreas de tierra, ah bueno listo [es decir no había problema] [...] También Santafé vino a exponer también que a los que tuvieran su casita, así no tuvieran escritura, ósea vivían aquí, por antigüedad, tenía una compensación de cinco hectáreas de tierra más la casa. (Campesino administrador residente en la vereda de San José de Belén, entrevista realizada en noviembre de 2013).

Os residentes não proprietários, praticamente não se sabia qual direito tinham e nessa reunião [nas de divulgação do projeto], que era a primeira reunião que teve, um primo meu levantou-se e perguntou para Santafé que os que não tinham propriedade o que acontecia. Ele é jornaleiro, não tem casa, mas é daqui da vereda. Mas o que acontece com os que não temos casa, mas temos um núcleo familiar, isto é, moramos aqui e trabalhamos na região, o que nos cabe. Santafé se levantou e disse a essas pessoas mínimo uma casa e três hectares de terra, ah tudo certo [ou seja, não havia problema [...]]. Também Santafé veio para expor também que aos que tiveram sua casa, não tiveram escritura, isto é, moravam aqui por antigüidade, tinha uma compensação de cinco hectares de terra mais a casa. (Camponês administrador, residente da vereda de San José de Belén, entrevista realizada em novembro de 2013, tradução nossa).

Assim sendo, a expectativa era de que todas as pessoas que compunham essas comunidades iriam sair juntas e com terra. Portanto, filhos de pequenos proprietários que estavam dedicados ao jornal, os núcleos familiares que moravam na casa de familiares e que não tinham propriedade, núcleos familiares que moravam nas propriedades dos patrões, pensaram que, embora fosse desaparecer o lugar onde tinham construído suas vidas, eles teriam a possibilidade de acesso a terra com o projeto.

Dentre as promessas feitas por funcionários da Emgesa às comunidades, havia aquelas dirigidas aos proprietários. Em reuniões realizadas com as comunidades, como a localizada na Escalereta, composta por camponeses da *empresa comunitária* de mesmo nome, prometeu-se que os membros fundadores aumentariam seu patrimônio de terra. No entanto, quando foi expedida a Licencia Ambiental, as expectativas desses pequenos proprietários de aumentar seu patrimônio acabaram, visto que se estabeleceu a restituição da mesma quantidade de terra àqueles que tivessem mais de 5 hectares:

Cuando salió la licencia que decía que quien tuviera más de 5 hectáreas no tenía derecho a ninguna compensación, le dijimos a Santafé que

Quando saiu a licencia que dizia que quem tivesse mais de 5 hectares não tinha direito a nenhuma compensação, dissemos para Santafé que então as

entonces las mesas de concertación [en la que se prometió trato preferencial a los miembros de las empresas comunitarias], fueron un burlesco y él me dijo [Santafé] que porque estaba descompuesta y yo le dije que a mí me da rabia que anden con mentiras, sean honestos nosotros merecemos que nos respeten y que sean honestos con lo que proponen. Nosotros hemos sido honestos y directos con ustedes, y así merecemos que nos respeten. Y ellos dijeron que ellos no tenían la culpa porque quienes habían avalado la licencia eran los del Ministerio de Medio Ambiente y que no ellos y que por lo tanto ellos no podían hacer nada porque eso era una orden directamente del gobierno. (Miembro de la empresa comunitaria La Escalereta, entrevista realizada en abril de 2010).

mesas de concertação [nas quais foi prometido tratamento preferencial aos membros das empresas comunitárias], foram uma piada e ele me disse [Santafé] que porque estava desfeita e eu falei para ele que me da raiva que mintam, sejam honestos, nós merecemos que nos respeitem e que sejam honestos com o que propõem. Nós temos sido honestos e diretos com vocês, e por isso merecemos respeito. E eles disseram que eles não tinham culpa porque quem havia autorizado a licença eram os do Ministério de Meio Ambiente e não eles, portanto eles não podiam fazer nada porque isso era uma ordem diretamente do governo. (Membro da empresa comunitaria La Escalereta, entrevista realizada em abril de 2010, tradução nossa).

A desconfiança dessas populações se direcionava ainda à chegada de pessoas “externas” às suas comunidades. Nos censos, camponeses respondiam que tinham “baixos salários”, pois achavam que aqueles ligados ao projeto podiam tirar suas coisas ou que os classificados como mais “vulneráveis” fossem receber mais – em consonância com a lógica dos programas de assistência social como o Famílias em Acción, similar ao Programa Bolsa Família no Brasil. Além disso, os critérios do censo não reconheceram muitas mulheres como atingidas, por considerar que não realizavam “atividades produtivas”.

En el censo ese día estaba el patrón ahí y pues a nosotros no nos habían informado que lo que uno ponía ahí era para la compensación. Entonces la mayoría pusimos un sueldito bajito. La mayoría de mujeres de los mayordomos, del núcleo familiar que había en esas cosas no quedaron con nada, porque no explicaron pa’ que era ese censo. (Campeño administrador residente en la vereda de San José de Belén. Entrevistado en noviembre de 2013).

No censo, esse dia estava o patrão aí e não nos informaram que o que se colocava aí era para a compensação. Então a maioria colocamos um salário baixinho. A maioria das mulheres dos mayordomos, do núcleo familiar que tinha nessas coisas, não ficava com nada, porque não explicaram para que era esse censo. (Camponês administrador, residente da vereda de San José de Belén, entrevista realizada em novembro de 2013, tradução nossa).

Grande parte dos camponeses da área dava continuidade às suas cotidianidades trabalhando nas propriedades da área e iam para as reuniões em suas *veredas* quando eram convocadas pela Emgesa. Com relação às reuniões convocadas em lugares distantes da área, como Neiva e Bogotá, elas contavam com a presença de alguns presidentes das JAC quando estes dispunham do dinheiro necessário para ir – para a passagem de ônibus e o alojamento –, sendo em alguns casos difícil para os mesmos assistir a essas reuniões para trazer informações a suas comunidades.

Dessa forma, além das reuniões de divulgação nas quais os funcionários da Emgesa percorriam as diferentes *veredas* para recolher assinaturas, havia outro tipo de reunião realizada fora das *veredas*. Para a sua viabilização, era necessária a participação de representantes das comunidades, como ocorreu com a mesa temática convocada por representantes do Congreso de la República (Bogotá, 13 de novembro de 2008), as audiências públicas (realizadas entre julho de 2008 e fevereiro de 2009) e as mesas de concertação (realizadas entre dezembro de 2008 e fevereiro de 2009).

Em uma destas reuniões abertas, realizada no Congreso da República no dia 13 de novembro de 2008, o gerente da Emgesa Lucio Rubio, perante alguns representantes das comunidades (das JAC), congressistas, o ministro de Meio Ambiente, representantes dos Ministerios de Minas e Energia e de Agricultura, o governador de Huila, alguns prefeitos e concejales, membros da Universidade Surcolombiana (USCO) e representantes de entidades controladas pelo Estado, comprometeu-se a “colocar para produzir 2.200 hectares de terra”, além de declarar que “as comunidades são as que têm que dizer aonde querem ser reassentadas” e que isso irá resultar em vinte anos de transferências “que geram 140 bilhões de pesos (140 milhões de reais), conforme a lei nº99 de 1994 estima” (Mesa Temática sobre o Projeto Hidrelétrico El Quimbo, Congreso da Republica, Bogotá, 13 de novembro de 2008).

Ao lado disso, as reuniões serviram para que alguns representantes das comunidades estabelecessem vínculos com membros da USCO que se opuseram ao projeto. Isto ocorreu principalmente com camponeses das *veredas* de Rioloro, Veracruz e La Escalereta. A partir desses contatos, em julho de 2009 foi criada a Asoquimbo, encabeçada por uma pequena proprietária que tinha laços familiares com os membros da JAC de Rioloro. No entanto, esses vínculos não tem sido constantes e tem mudado desde 2008 devido às condições encontradas por líderes das *veredas* e camponeses com relação às compensações outorgadas pela Emgesa, sendo que a Asoquimbo tem mantido desde o início uma postura radical contra o projeto, estando dirigida e orientada pelos membros da USCO.

Essas reuniões abertas que aglomeravam grande parte da população atingida eram realizadas simultaneamente às reuniões fechadas entre diferentes representantes e atores ligados ao projeto. As últimas eram qualificadas de as mesas de concertação, compostas por

14 membros⁸⁰ (e seus convidados), dos quais nenhum era membro das JAC das *veredas* da área. Membros das JAC só podiam tomar conhecimento *a posteriori* do que era acordado nestas reuniões.

Essas mesas temáticas resultaram na assinatura do “Documento de Cooperación entre la Gobernación del Departamento del Huila, los Municipios del Agrado, Garzón, Altamira, Gigante, Paicol y Tesalia, El Ministerio de Minas y Energía, El Ministerio de Agricultura y la empresa EMGESA S.A. E.S.P.” (março de 2009). Vários pontos deste documento foram inseridos posteriormente na Licencia Ambiental (maio 2009), dentre eles o que discorre acerca da:

[...] adequação de terras, tendo em consideração que a EMGESA tem se comprometido a adequar 5.200 ha, das quais 2.500 correspondem à compensação das famílias que devem ser reassentadas e as 2.700 restantes deverão ser restituídas aos municípios da Área de Influência Direta (AID) proporcionalmente à área atingida em cada um. (Resolución nº899 de 2009, art. 10, nº 2.1., tradução nossa).

Contudo, a compra dessas terras para os *atingidos* do projeto não foi concretizada, permanecendo “letra morta” (até julho de 2014), embora o governo nacional tenha expedido o decreto nº277 de junho de 2013 do Ministério de Agricultura, “por meio do qual se estabelece um programa especial de dotação de terras” que determina a entrega de terras às pessoas consideradas vulneráveis pelo projeto.

Após a expedição da Licencia Ambiental em maio de 2009, os camponeses da área perceberam uma série de contradições referentes às imposições do projeto, o que engendrou conflitos e rivalidades nas comunidades. Ao longo do tempo, as pessoas da área tem tomado conhecimento das compensações que lhes são devidas segundo a licença, seja através de comentários feitos por amigos ou vizinhos em seu cotidiano ou por meio das

⁸⁰ Os 14 membros das mesas de concertação foram os seguintes: 1) o presidente da mesa de concertação, o governador; 2) o vice-ministro de Minas; 3) o representante do Ministério de Agricultura; 4) a representante do Ministério de Ambiente, Diana Marcela Zapata, diretora de licenças ambientais; 5) o representante da Asamblea del Huila; 6) o representante dos grandes proprietários de terra; 7) o representante dos médios proprietários de terra; 8) o representante dos pequenos proprietários de terra; 9) o representante do Congresso da República; 10) o representante do grêmio dos produtores, o diretor executivo do Comité de Cafeteiros de Huila; 11) o representante da Emgesa, Lucio Rubio Díaz, gerente geral e o diretor do projeto, Julio Santafé; 12) os prefeitos dos municípios da área de influência do projeto; 13) o reitor da Universidade Surcolombiana (USCO); 14) o representante da Corporación Autónoma del Alto Magdalena (CAM). Cf. “Continúa concertación sobre el Quimbo en Neiva” (fevereiro de 2009), Gobernación del Huila. Disponível em: <http://www.huila.gov.co/index.php?option=com_content&view=article&id=7534&Itemid=16> . Acesso em 18 dez. 2013.

reuniões convocadas pela empresa, seja através das suas lideranças que participavam de reuniões fechadas, ou ainda pelos canais de interlocução forçada criados pelos habitantes mediante protestos (Capítulo 8).

P: ¿Y cómo ha hecho Emgesa para confundirlos y crear discordia en la comunidad?

R: Por ejemplo vienen y dicen a usted le voy a dar las 5 hectáreas en una reunión donde hay poquita comunidad, dicen les vamos a dar 5 hectáreas por la casa, van a otra comunidad y les dicen que no le van a dar nada, entonces unos dicen que si otros dicen que no, nunca se logran poner de acuerdo porque ellos mismos se prestan para eso. Por ejemplo van a Veracruz y les dicen una cosa, vienen acá a Rioloro y les dicen otra y los pone en discordia y no dejan que se pongan de acuerdo y se unan, para ponerse de acuerdo sea para ponerse de acuerdo, sea para ponerse en oposición, ellos los mantienen en discordia. (Campeño jornalero residente en la vereda de Rioloro, entrevista realizada en abril 2010).

[P: E como a Emgesa fez para confundir vocês e criar discórdia na comunidade?

R: por exemplo, vêm e dizem a você vou dar 5 hectares em uma reunião que têm pouca comunidade, dizem vamos dar para vocês 5 hectares pela casa, vão para outra comunidade e falam que não vão dar nada, então uns dizem que sim e outros dizem que não, nunca conseguem estar de acordo porque eles mesmos estão para isso. Por exemplo vão para Veracruz e falam uma coisa, vem para Rioloro e dizem outra e os colocam em discórdia e não deixa que se coloquem de acordo, seja para estar de acordo, seja para estar em oposição. Eles os mantêm em discórdia. (Camponês jornalero, residente da vereda de Rioloro, entrevista realizada em abril 2010).]

A discórdia que o camponês apresentou entre aqueles que habitavam Veracruz e os que habitavam Rioloro diz respeito à relação com o projeto, uma vez que o primeiro povoado vai ser alagado, enquanto o segundo não. Inicialmente, os camponeses destas duas veredas que *jornaleaban*, usavam a *partija* ou eram *mensualeros* nas propriedades da área, dependiam das mesmas terras e meios para subsistir e compartilhavam laços familiares e de vizinhança, o que os levou a pensar que a sua compensação seria igual.

No entanto, o projeto diferenciou os camponeses que perderam sua casa com o alagamento – na Área de Influência Direta (AID) –, concedendo 5 hectares de terra para as pessoas que comprovassem o direito de *posesión* (5 anos antes da declaração de utilidade pública em 2008), daqueles que seriam igualmente “atingidos”, mas que moravam em um povoado ou lugar vizinho da área – na Área de Influência Indireta (AII) –, os quais não tinham propriedade na área alagada e foram forçados a aceitar uma compensação econômica. Essa diferenciação pode ser ilustrada por aqueles que moravam em Veracruz, que seria alagada, e seus vizinhos do povoado de Rioloro, cuja área não tem previsão de alagamento.

Desse modo, a Emgesa disponibilizou a informação de forma paulatina e segmentada. Suas versões mudaram com o tempo, confundindo as populações da área com relação às suas compensações. Desde o início, os objetivos dos censos não foram explicitados, as populações se informavam tardiamente acerca das compensações que lhes cabiam conforme a Licencia Ambiental, o impacto sofrido pelas pessoas que viviam previamente sob as mesmas condições e pertenciam às mesmas comunidades foi dividido e, por último, ao passo em que o projeto avança surgem novos *atingidos*: inicialmente, em 2008, foram declarados 8.500 hectares de utilidade pública, que foram ampliados para 21 mil hectares em 2011, produzindo “novos atingidos pelo projeto”⁸¹ com menos direitos do que os anteriores.

⁸¹ Uma *administradora* da propriedade de seus irmãos (patroa de seus trabalhadores) entrevistada queixava-se da informação paulatina que a Emgesa disponibilizava sobre o projeto e seus impactos: “a gente tomou conhecimento do projeto porque nos convidavam a reuniões, contratavam camponeses lá em Taperas (San José de Belén), isso ia como uma maravilha, e na capacitação falaram que a Emgesa era como o rei Midas, que no lugar havia dinheiro. Eles nos convocaram a algumas reuniões e fomos, mas não sabíamos como era, por exemplo, no caso da minha parcela que são 8 hectares de terra e a Emgesa me comprou menos de 3 hectares porque era a cola do reservatório, e eu falei que pelo menos ficava a casa velha e uma manga de terra, ficava um pequeno lago que tenho na propriedade para cultivar peixe e fica uma labranza de 5 hectares, mas Emgesa falou agora que essas terras também eram do projeto e eles precisavam para a restauração biótica, porque o governo colocou essa condição, o Ministério de Meio Ambiente, então já essa terra não vão comprar pelo mesmo preço, vai ser mais barata, então de algum modo, nós vamos subsidiar a restauração biótica, tem gente que saiu beneficiado, por exemplo em San José de Belén as pessoas que tem uma casa, eles vão receber uma casa e cinco hectares, diferentemente de nós. Eu vou receber 160 milhões de pesos (cerca de 160 mil reais) e as pessoas dizem, bom isso está bem, mas vou comprar com esse dinheiro alguma coisa parecida e não vale isso, vale mais. (Administradora da propriedade de seus irmãos, residente de Garzón, entrevista realizada em novembro de 2013).

PARTE III - OS CONFLITOS EM TORNO DO PROJETO HIDRELÉTRICO



Fotografia 5: Destruição de casa por trabalhadores da Emgesa, San José de Belén (Agrado) (2013).

Fonte: fotografia do autor.

5 AS COMPENSAÇÕES E OS CONFLITOS DAS POPULAÇÕES

El anuncio de la construcción del PHEQ y la declaración de utilidad pública del proyecto, ha creado expectativas, la gente conversa y discute sobre si vender o no, yo personalmente no tengo nada que vender y no quiero irme de la vereda. He escuchado de las propuestas de empleo en la construcción del proyecto, pero solo es por un periodo muy corto, el futuro es lo que me preocupa, por eso este trabajo no me interesa, mi trabajo es el trabajo de la tierra. Las expectativas creadas por el proyecto empiezan a afectar la estabilidad de mi derecho al trabajo rural, muchas fincas son vendidas y los mayordomos, jornaleros, arrendatarios, y partijeros quedan sin trabajo y lo que ofrecen no tiene nada que ver con mis técnicas y saberes, desconozco hasta la fecha los términos de mi compensación individual, toda vez que el proyecto de construcción avanza y aún no he sido vinculada a ningún proyecto que implique compensaciones a mis actividades que están siendo afectadas. (Carta de campesina del área. Garzón, Huila 16/04/2011. ANLA, Arch. 4090, carpeta 32, p. 6851).

O anúncio da construção do PHEQ e a declaração de utilidade pública do projeto criaram expectativas, as pessoas conversam e discutem sobre se vendem ou não, eu pessoalmente não tenho nada pra vender e não quero sair da vereda. Escutei das propostas de emprego na construção do projeto, mas só é por um período de tempo muito curto, o futuro é o que nos preocupa, por isso este trabalho não me interessa, meu trabalho é o trabalho da terra. As expectativas criadas pelo projeto começam a afetar a estabilidade de meu direito ao trabalho rural, muitas propriedades são vendidas e os mayordomos, jornaleiros, arrendatários e partijeros ficam sem emprego e o que oferecem não tem nada a ver com minhas técnicas e saberes, desconheço até hoje os termos de minha compensação individual, toda vez que o projeto de construção avança, e ainda não fui vinculada a nenhum projeto que implique compensações às minhas atividades que estão sendo atingidas. (Carta de camponesa da área. Garzón, Huila 16/04/2011. ANLA, Arq. 4090, pasta 32, p. 6851, tradução nossa).

A expedição da Licencia Ambiental (Resolución nº899 de maio de 2009 do Ministério de Meio Ambiente) designou as compensações sociais para os diferentes “grupos populacionais” “atingidos” pelo projeto hidrelétrico El Quimbo. Isto, por seu turno, levou à reorganização social e econômica das diferentes populações que moravam e/ou dependiam economicamente da área, bem como gerou uma série de rupturas e conflitos nelas.

Entre os critérios classificatórios empregados na designação de compensações pela Emgesa, destacam-se os de “proprietário”, “poseedor”, “residente não proprietário”, “não

residente com atividade econômica”. Essas classificações definem e delimitam a população cadastrada nos censos da Emgesa em grupos.

Dentre aqueles que têm direito a compensação em terra, encontra-se o grupo de “proprietários”, definidos como “aqueles que têm o direito real de domínio absoluto, exclusivo e perpétuo, sobre a terra na qual moram”, e o grupo de “poseedores”, definidos como “todo aquele que exerce papel de senhor e dono de uma propriedade suscetível de apropriação/titulação, durante o termo assinalado pela lei para que seja configurada a prescrição aquisitiva do domínio.” (EMGESA-ICA nº8; 2013a).

Por outro lado, há o grupo para o qual foi determinada uma compensação monetária. Neste grupo se inserem os “não residentes” – aqueles que geram recursos em propriedades localizadas na Área de Influência Direta (AID) do Projeto Hidroelétrico El Quimbo – e os “residentes não proprietários”, definidos como:

A população que habita e deriva seu sustento de terras da AID e não são proprietários nem “poseedores” das propriedades com vocação agropecuária, que trabalham ou realizam suas atividades econômicas, comerciais ou de serviços em propriedades localizadas na AID (Avances Pescadores, Anexo 1, Actas de Concertación, Informe de Cumplimiento Ambiental-ICA nº 8, mar. a ago. 2013, tradução nossa).

Assim, no que tange a essas compensações e classificações, o gerente da Emgesa Lucio Rubio classificou os “atingidos” pelo projeto em dois grandes grupos: os “residentes” e os “não residentes”, como declarou em uma entrevista realizada em junho de 2011:

Na licença ambiental existem dois tipos de compensações, uma para o que se denomina de população residente e outra compensação distinta para a população não residente. A população residente, que basicamente são proprietários de terra, o que a licença contempla é a compensação de uma casa e cinco hectares para todos aqueles que tivessem casa e menos de cinco hectares. Para a população não residente, o que temos feito é ver que tipo de população é, e efetivamente comprovamos que existe população camponesa como mayordomos, jornaleros, partijeros, e também outro tipo de população como os pescadores, paleros [trabalhador da areia], volqueteros [caminhoneiro], existe uma multiplicidade de pessoas e ofícios. Para esse conjunto de pessoas, que chegam a 1.272 pessoas, que assim estão cadastradas nos censos, a obrigação que está na licença ambiental é criar emprego, procurar uma atividade produtiva e proporcionar a eles um emprego (Entrevista realizada com Lucio Rubio, contida no documentário “El Gigante”, 2012, tradução nossa).

As classificações foram formadas durante a realização dos censos de 2007, 2008 e 2009. O resultado desses censos possibilitou a efetivação das compensações conforme o grupo no qual cada pessoa dependente da área foi classificada. Assim, como mostra o quadro 3, em 2007 a Emgesa identificou 1.466 pessoas “residentes” que correspondiam a 362 “famílias”. Em 2009, essa cifra aumentou para 1.764 pessoas distribuídas em 458 famílias. Por outro lado, os “não residentes”, que possuem alguma relação com a área apesar de não morar nela, foram contabilizados em 1.801 pessoas.

Quadro 3. Dados dos Censos de 2007 e 2009.

Ano do Censo	Proprietários			Residentes (proprietários/ “poseedores” e “não proprietários”)	Não residentes (proprietários/ “poseedores” e “não proprietários”)
	Tamanho (Ha.)	Propriedades	Área (Ha.)		
2007	Menor que 5	561	743,28	1.466, distribuídos em 362 famílias.	Não foram registrados
	De 5 a 50	176	3281,72		
	Maior que 50	72	15.950		
	Total	809*	19.974		
2009	Desde o censo de 2007, tem-se que, para o total das 809 propriedades, há 1.275 proprietários/ “poseedores” (EIA,2008; p. 659).			1.764 distribuídos em 458 famílias.	1.577 (censo 2009) + 35 (comerciantes) + 189 (novos cadastrados**) = 1.801

* Das 809 propriedades, 489 são propriedade privada individual e 320 pertencem ou pertenceram às empresas comunitárias (EIA, 2008; p. 666).

** Incluídos entre janeiro e setembro de 2010

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos censos 2007 e 2009, do Informe da Contraloría General de la Nación (CGN) sobre os censos (2012), EIA (2008; p. 659, 660, 666) e Escritura Pública nº1804 de 2010, Notaria Primera de Garzón, Huila.

Ademais, a compensação dada a todos os “residentes” se deu por meio do “grupo familiar” (Resolución nº899, art.10, nº 3.3.3.), isto é, todas as pessoas consideradas pertencentes a um mesmo “grupo familiar” receberam uma única compensação. Isso impôs

uma nova hierarquia e distribuição dos recursos dentro das famílias (o que é descrito nos Capítulos 6 e 7), diferentemente dos “não residentes”, para os quais foi designada uma compensação individual.

Para designar as compensações, os proprietários ou “poseedores” foram divididos em três: os “pequenos”, com menos de 5 hectares (561 propriedades); os “médios”, entre 5 e 50 hectares (176 propriedades); os “grandes”, com mais de 50 hectares (72 propriedades). Nas 809 propriedades que compunham a AID, havia um total de 1.275 pessoas que eram proprietários ou “poseedores” (EIA, 2008; p. 659), sendo 466 “poseedores” que frequentemente tinham somente a casa ou pequenos lotes e conseguiram comprovar com recibos de serviços públicos sua ocupação por mais de 5 anos antes da declaração de utilidade pública em setembro de 2008, a qual paralisou e impossibilitou qualquer modificação no cadastro das propriedades da área atingida.

Os “pequenos proprietários” ou “pequenos poseedores” aumentaram seu patrimônio como resultado do “critério de vulnerabilidade”, com a designação de 5 hectares de terra ou o preço equivalente (120 milhões de pesos ou 120 mil reais). Os “médios proprietários” ficaram *sujeitos* ao reassentamento para uma quantidade de terra equivalente à que tinham (não necessariamente de melhor qualidade), ou aceitar o que constava no “manual de preços” para suas terras (Resolución nº180480 de 23 de março de 2010 do Ministerio de Minas y Energía). Por último, encontram-se os “grandes proprietários”, os quais ficaram submetidos a negociar sua propriedade em dinheiro acorde ao “manual de preços” sem direito a reassentamento.

Já os “pequenos” e “médios” proprietários/“poseedores” tiveram a possibilidade de escolher entre terra ou dinheiro. Para aqueles que optaram pela terra, a Licencia Ambiental contemplou tanto o reassentamento individual quanto o coletivo. Aqueles que escolheram o dinheiro, por sua vez, ficaram submetidos ao “manual de preços”, que foi produto de uma Comissão Tripartite composta por um representante dos proprietários da área alagada, um da Emgesa e um do Instituto Geográfico Agustín Codazzi⁸² (IGAC). Muitos dos proprietários, principalmente os “médios” proprietários, protestaram pelos preços impostos,

⁸² Na Colômbia, o IGAC é a entidade encarregada de sistematizar dados da cartografia do país.

visto que na comissão tripartite estavam em desvantagem na sua composição, pois eram minoritários diante dos representantes do governo (IGAC) e da multinacional.

Por outro lado, a Resolución designou para os “não proprietários/poseedores” “planos de restituição econômica das diferentes atividades produtivas que garantam o restabelecimento das condições socioeconômicas das famílias atingidas.” (Resolución nº899, art. 10, nº3.3.1. p. 246). Para os “residentes com atividade econômica” foi designada uma compensação monetária correspondente a: 1) assistência a um curso de educação técnica de seis meses na chamada “Escuela de Desarrollo Sostenible”, pertencente à Emgesa, realizado em conjunto com o Servicio Nacional de Aprendizaje (SENA), e um “auxílio” de 500 mil pesos (500 reais) mensais; 2) o pagamento de um “capital semente”, dinheiro que é dado à pessoa que conclui o curso, distribuídos em três valores diferentes: 25 milhões de pesos (25 mil reais) para aqueles que declararam no cadastro dos censos o ganho de menos de três salários mínimos; 32 milhões de pesos (32 mil reais) àqueles declararam ganhar mais de um salário mínimo; 40 milhões de pesos (40 mil reais) para os que afirmaram ganhar mais de três salários mínimos.

Além disso, nas mesas de concertação se prometeu aos “residentes não proprietários” que eles seriam objeto de um programa de reforma agrária, de forma a terem acesso a terra. Contudo, esse tipo de compensação foi reproduzido pela Emgesa para os “grupos familiares” cadastrados, visto que na prática do desenvolvimento do projeto a empresa tem argumentado que a compra de terra para essa população é responsabilidade do Estado, como o diretor do projeto respondeu em uma carta a um dos camponeses da área:

Em relação à compensação para as famílias residentes não proprietárias, informamos para você que está sujeita aos 2.700 hectares que, nas mesas de concertação entre Emgesa, o governo de Huila, o Ministério de Minas, de Agricultura, e os municípios da AID, foi combinado que o Ministério de Agricultura compraria e entregaria para um programa de reforma agraria. A Emgesa neste caso garantiria a irrigação destas terras. No entanto, na medida em que esta opção não possa ocorrer, a Emgesa estuda a possibilidade de implantar uma compensação através da Escuela de Desarrollo Sustentable, na qual é oferecido um processo de capacitação integral, com auxílio educativo e capital semente para a elaboração e o desenvolvimento de projetos produtivos. Isto deve ser submetido a uma aprovação e modificação da licença ambiental por parte da ANLA. Uma vez aprovada a medida de compensação, vamos informar os beneficiários. (Carta assinada por Julio Santafé Ramos, diretor do projeto, em resposta a uma pergunta de um camponês “residente não proprietário” da área, no dia 19/11/2012, ANLA, arq. 4090, pasta 84, p.19474, tradução nossa).

Em meio a esse contexto, a Emgesa iniciou em 2010 a entrega das compensações para os diferentes “grupos populacionais”. Em relação ao número de pessoas classificadas como proprietários ou “poseedores”, não existe uma informação consolidada nos Informes de Cumplimiento Ambiental (ICA’s) de outubro de 2013 – os quais devem ser entregues ao Ministério de Ambiente pela Emgesa –, pois muitos casos estão em negociação.

Assim, há camponeses proprietários ou “poseedores” que aceitaram o reassentamento individual ou coletivo (este em processo em 2014). Destes, a presente pesquisa buscou se aprofundar naqueles que em dezembro de 2013 ainda se encontravam em suas *veredas* (San José de Belén, La Escalereta, Veracruz) e queriam o reassentamento coletivo, assim como foram analisados os “residentes não proprietários” que não aceitaram a compensação oferecida. Além disso, cabe ressaltar que esses planos de reassentamento criaram novos impactos e novos *atingidos*, como foi denunciado publicamente pela organização Asoquimbo em agosto de 2013:

A Contraloría General de la Nación (CGN) tem informação no sentido de que se busca reassentar comunidades atingidas em áreas produtivas, e com isso não se estaria restituindo as áreas e atividades produtivas atingidas pelo alagamento, mas sua substituição. Isso contraria a seriedade da empresa Emgesa S.A. em dar cumprimento a suas obrigações. Esta situação está gerando conflitos entre as comunidades e divisões entre as mesmas, com a consequente ruptura do tecido social, tanto das que queriam o reassentamento quanto das que seriam substituídas pelos reassentamentos das primeiras. (ASOQUIMBO, 4 de agosto de 2013, tradução nossa)⁸³.

Isto é, os reassentamentos dos camponeses “atingidos” foram direcionados a áreas produtivas, o que gerou novos *atingidos* e deslocamentos das terras compradas pela empresa. Destes novos *atingidos*, muitos não foram reconhecidos como “atingidos” porque a compra dessas propriedades se deu posteriormente aos cadastros dos censos. Ao lado disso, um grupo dentro dos proprietários ou “poseedores” que têm direito a reassentamento resistiu-se até o final da culminação do projeto a aceitar qualquer opção oferecida pela Emgesa. Assim, da totalidade de propriedades/“posiciones” (1.275) restam “150 a 160 que não foi possível negociar com os proprietários”, o que, de acordo com um diretor da

⁸³ Cf. “Secretaría General y de Convivencia Ciudadana del Municipio de Garzón Huila, ampara a Emgesa contra campesinos desplazados de El Quimbo”, Asoquimbo (04/08/2013). Disponível em: <<http://www.quimbo.com.co/2013/08/secretaria-general-y-de-convivencia.html>>. Acesso em 20 mar. 2014.

Emgesa, resultaria do fato de que eles “não querem vender ou pedem quantidades muito altas” (La Nación, 19/01/2014⁸⁴).

Os motivos para não aceitar a negociação deste grupo são múltiplos, entre os quais se podem identificar o não reconhecimento dos “tempos mortos de produção”⁸⁵ (SCOTT, 2009) e a compensação de terras em sucessão. Ou seja, o projeto não designou uma compensação para o tempo entre o deslocamento da área atingida e a retomada da atividade produtiva. Em vista disso, os camponeses expressam sua preocupação sobre seu presente e futuro: “me oferecem restituir a terra, mas não me entregam a terra em produção. Vou ter que começar do zero. Como vou manter a família?” (La Nación, 19/01/2014).

Igualmente, o projeto não reconheceu tradições relacionadas com as sucessões nas famílias de camponeses proprietários. Entre eles não era uma regra a divisão em cartório das propriedades de pais ou avós entre os sucessores. A distribuição era geralmente feita por acordos verbais entre os sucessores e se sustentava pela confiança entre familiares. Por isso, a Emgesa designou em alguns casos uma única compensação para uma mesma propriedade ou “posesión” em sucessão, englobando irmãos e parentes por morarem na mesma terra. Isto, por sua vez, criou problemas com relação à escolha da compensação, dado que os sucessores deviam informar a Emgesa sua decisão quanto à compensação em terra ou dinheiro, o que interferiu nas hierarquias e autonomias que os núcleos familiares de sucessores tinham uns em relação aos outros antes da chegada do projeto.

Por outro lado, os “residentes não proprietários” que não moravam em suas comunidades e eram *nascidos e criados*, contavam com relações de parentesco, amizade e vizinhança com proprietários ou “poseedores”. Dentre eles, um importante grupo se negou a assinar a compensação em dinheiro até os últimos momentos (2014), o que acompanhou,

⁸⁴ Cf. “Crece malestar por expropiación de tierras en el Quimbo”, jornal La Nación (19/01/2014). Disponível em: <http://www.lanacion.com.co/index.php/noticias-regional/huila/item/228781-crece-malestar-por-expropiacion-de-tierras-en-el-quimbo>. Acesso em 20 mar. 2014.

⁸⁵ No Brasil, projetos hidrelétricos reconheceram esse “tempo morto de produção”, como no caso da hidrelétrica de Itaparica no nordeste brasileiro. Neste caso, foi designado um dinheiro para as famílias atingidas enquanto retomavam suas atividades produtivas em seus novos lotes, como uma “verba de manutenção temporária” (VMT) (SCOTT, 2009, p. 30). A prolongação da entrega dos lotes para os camponeses, fez com que muitos perdessem práticas rotineiras e que, além disso, membros familiares se tornassem dependentes do chefe de família, visto que só ele recebia o dinheiro. Desse modo, o pagamento desse valor monetário gerou outros problemas, que no caso aqui estudado não ocorreram, porque este “tempo morto” não foi previsto nas compensações, sendo mais crítica a situação analisada pela presente pesquisa.

no caso de *mayordomos/partijeros*, a recusa de sair das propriedades que seus antigos patrões tinham vendido a Emgesa (Capítulos 6 e 7).

Alguns destes camponeses *nascidos e criados* na área não foram cadastrados nos censos do projeto, sendo excluídos de qualquer compensação, como é descrito por um dos camponeses da área:

Fabio Quimbaya era ordeñador de la finca Garañón, de San Rafael donde Julio Jiménez, mensualero y fue mensualero en Garañón y él no aparece en ninguna parte, no fue censado o lo borraron del censo, que no aparece, que no, que no tiene compensación, que no les dan nada, nacido y criado en el Balseadero [una de las veredas afectadas]. Cuando vino el censo lo encontraban a usted, por ejemplo, en el Tablón [una finca del area] y ahí no lo censaban como jornalero, iban y le decían a usted, no, nosotros lo censamos allá. La trampa que hizo la empresa era que le preguntaran a la mamá donde trabaja su hijo y en el censo quedaba era mi mama no era yo. Y unos no salieron censados, ni en el tablón que trabajaban que era donde el salario ellos, ni donde la mamá, ellos quedaron fuera de la ficha técnica que le llaman ellos.” (Campesino jornalero, residente en San José de Belén, entrevista realizada en noviembre de 2013).

Fabio Quimbaya era ordenhador de Garañon, de San Rafael, onde Julio Jiménez [um patrão da área], *mensualero* e foi *mensualero* em Garañon e ele não aparece em nenhuma parte, não foi cadastrado ou o apagaram do censo, porque não aparece, porque não, não tem compensação, não lhe dão nada, *nascido e criado* em Balseadero [uma das veredas atingidas]. Quando veio o censo, encontravam a você, por exemplo, no Tablón [uma das propriedades da área] e aí não era cadastrado como jornaleiro, iam e diziam a você, não, nós o cadastramos lá. A armadilha que a empresa fez era que perguntavam a mãe o lugar no qual trabalhava seu filho e no cadastro ficava era minha mãe, não era eu. E uns não saíram cadastrados, nem no Tablón onde trabalhavam, que era da onde saía o salário, nem onde a mãe, eles ficaram fora da ficha técnica que eles chamavam. (Camponês jornaleiro, residente de San José de Belén, entrevista realizada em novembro de 2013, tradução nossa).

Este camponês fala de dois problemas que se apresentaram nos censos. Em primeiro lugar, o fato de não reconhecer as pessoas *nascidas e criadas* na área, isto é, vizinhos ou familiares que se conheciam a vida toda e, em segundo lugar, a inclusão dos camponeses da área no mesmo “grupo familiar” de sua mãe ou de familiares próximos, apesar de terem atividades independentes, não sendo reconhecidos como “atingidos” por serem incluídos na compensação de outra pessoa (o que será abordado no Capítulo 7).

Ao mesmo tempo, entre os diferentes grupos que foram formados pelo projeto, foi transversal a queixa de que as mulheres que não foram reconhecidas como atingidas por se considerar que não desempenhavam atividades produtivas. Outros reclamaram ainda

porque eram jovens menores de idade no momento do cadastro e segundo a Emgesa a compensação nestes casos não seria uma prática condizente com as “leis colombianas”⁸⁶.

Esses conflitos nos quais se inserem os camponeses *nascidos e criados* na área serão trabalhados em detalhes nos próximos capítulos. O projeto de pesquisa centrou-se neles, sem que isso signifique o desconhecimento da existência de outros grupos de *atingidos*. Assim sendo, alguns destes grupos e seus conflitos serão descritos a seguir.

Em relação às cifras da Emgesa, a população que tem direito à compensação em “capital semente” é de 1.272 pessoas (dos 1.577 “não residentes” cadastrados no censo de 2009, que incluiu tanto proprietários/ “poseedores” quanto “não proprietários”). Essas pessoas foram distribuídas em sete grupos de “não residentes”: “agropecuários”, como *arrendatarios* ou *partijeros* que não residiam na área (159 pessoas); “jornaleros” (524 pessoas); “mineiros” (51 pessoas); “paleros” (92 pessoas); “pescadores artesanales” (117 pessoas); “serviços” (34 pessoas); e “transporte” (295 pessoas) (EMGESA-ICA, n° 4, 2011). Deste grupo de “residentes não proprietários”, em agosto de 2013, 1.192 assinaram a compensação, bem como 20 “comerciantes de Rioloro” (de 22 cadastrados), 49 pessoas que foram incluídas para a compensação (pessoas que demandaram e comprovaram suas atividades na área) e 23 pessoas que estavam em “seguimento” (EMGESA-ICA, n° 8, 2013b).

Destas pessoas, a Emgesa contabilizou para agosto de 2013 o monitoramento de 1.078 pessoas “não residentes com atividade econômica” (curso no SENA e “capital semente”), dentre as quais 914 pessoas realizaram algum tipo de “investimento” em atividades como: comprar uma casa (39%), um pequeno pedaço de terra (21%), um veículo de transporte (como motocicleta) (19%), gado ou porcos (11%), comércio/serviços/produção (9%), ou estudo (2%) (EMGESA-ICA, n° 8, 2013c).

⁸⁶ Em uma das cartas encaminhadas ao Ministério de Ambiente por uma advogada de alguns *atingidos*, se expõe o caso de camponeses jornaleros cadastrados como menores de idade, que “acompanhados de seus pais começaram a trabalhar neste grupo do agro desempenhando ofícios de acordo com a idade e a capacidade, pois o cultivo [de tabaco] assim o permite. A Emgesa informou para eles que não possuem direito ao pagamento da compensação porque eram menores de idade quando foram cadastrados e que a empresa não contraria as leis. Os jovens estão dispostos a aceitar sua compensação de atingidos como jornaleros, com o pagamento de \$25.000.000 e de \$3.000.000 de auxílio para a capacitação” (Carta de uma advogada de atingidos, Garzón, maio de 2012, ANLA Arq.4090, pasta 60, p.13507).

A entrega das compensações pela Emgesa fez com que na região fossem constantes as fofocas e comentários sobre aquelas pessoas que receberam dinheiro. Os comentários dependem da posição social na qual estavam situados em relação à área e a região. Assim, para alguns patrões, os camponeses “poseedores” de uma casa, com a compensação dos 5 hectares, “ganharam a lotaria”, da mesma forma que aqueles que realizavam trabalhos temporários na área e foram cadastrados e compensados com o projeto. Como diz uma *administradora* de seus irmãos na área:

Yo tengo un amiguito que nos hace oficios ocasionales aquí en el patio, me limpia el andén o cosas así, entonces él me dice que trabajó en la madera y le van a pagar 40 millones [40 mil reais]. Está recibiendo una capacitación en agricultura por seis meses y que ahí le van a dar esa plata. Me han contado, yo no sé, qué en El Agrado ya a gente le han pagado y que han hecho doñas fiestas, doñas borracheras, se han gastado la plata y eso quedara en nada, compraron motos, etc. (Administradora de la propiedad de sus Hermanos, residente en Garzón, entrevista realizada en noviembre de 2013).

Eu tenho um amigo que nos faz trabalhos ocasionais aí no pátio, limpa a calçada ou coisas assim, então ele me fala que trabalhou na madeira e vai receber 40 milhões de pesos [40 mil reais]. Está recebendo uma capacitação em agricultura por seis meses e que aí vai ter esse dinheiro. Me contaram, eu não sei, que em Agrado pessoas receberam o dinheiro e tem feito grandes festas, grandes bebedeiras, gastaram a grana e ficaram sem nada, compraram motos, etc. (Administradora da propriedade de seus irmãos, residente de Garzón, entrevista realizada em novembro de 2013, tradução nossa).

Dentre os habitantes da região que tinham alguma relação com a área, o Ministerio de Ambiente recebeu uma grande quantidade de cartas de camponeses que não foram cadastrados. Nelas expõem e argumentam que desempenhavam alguma atividade na área atingida, tendo sido até então: processadores e comercializadores de peixe⁸⁷; gravilleros⁸⁸; pescadores artesanais; amarradores de tabaco (atividade realizada por mulheres); horneros⁸⁹; braseros⁹⁰; donos ou trabalhadores de lojas de maquinaria e de lojas de insumos agrícolas; comercializadores de cacau⁹¹; comerciantes de gado e de leite; jarreadores⁹²;

⁸⁷ Uma pescadora artesanal expõe em uma carta encaminhada a Emgesa: “Rubiela Pérez, vendedora de peixe na praça de mercado deste município faz 28 anos [...] entre as propriedades requeridas para a barragem estão os pescadores artesanais, que são meus principais fornecedores e desde o início da execução do projeto, meus recursos tem sido afetados.” (Carta de uma expendedora de peixe do município de Gigante ao Ministerio de Trabajo Ministerio de Trabajo, Gigante 13/09/2012, remetida ao Ministerio de Ambiente. Em: ANLA. Arq.4090, pasta 75, p. 17225, tradução nossa).

⁸⁸ Gravillero é a pessoa que trabalha com uma máquina que tritura pedras para a construção.

⁸⁹ Horneros são aqueles que têm fornos usados para secar o tabaco que é coletado para poder fazer o fumo.

⁹⁰ Braseros são as pessoas que carregam em pacotes os diferentes produtos nos caminhos, como o tabaco e o arroz.

⁹¹ Os comercializadores de cacau compram o cacau dos produtores e o vendem nas casas de armazenamento nos municípios de Gigante, Garzón e Agrado.

⁹² Jarreador é quem vende leite nos povoados e municípios próximos em jarras de leite.

ganaderos al mayor valor⁹³; processadores de leite; apicultores⁹⁴; aserradores⁹⁵; marceneiros (ebanistas); paleros⁹⁶; volqueteros⁹⁷; taxistas; trituradores de material; construtores; transportadores de produtos agrícolas (como o carregamento de arroz e de tabaco), pecuários (o gado), de material de construção e de passageiros; engenheiros agrícolas; topógrafos⁹⁸; veterinários etc.

Em toda essa heterogeneidade de atividades com as quais se identificam os habitantes da região, existe uma diversidade de situações que dependem de como o projeto, com o alagamento e as compensações, altera as posições e oposições sociais nas quais cada habitante e grupo se encontravam em relação a si mesmos e aos demais. Assim, há muitos casos de pessoas que se identificam perante a empresa Emgesa e o Ministerio de Ambiente como um “grupo populacional” de “pescadores”, “jornaleros”, “comerciantes”, “paleros” e “transportadores”.

No caso dos *pescadores* que moravam em pequenos núcleos dispersos ao longo do rio Magdalena, houve numerosos conflitos e formas de resistência. Eles foram classificados nos cadastros como “residentes não proprietários” ou “não residentes com atividade econômica”, pertencendo ao “grupo populacional” de “pescadores”. Todos eles foram obrigados a aceitar a compensação em dinheiro, somando-se, em agosto de 2013, 11 “pescadores” que aceitaram a compensação (EMGESA-ICA, n° 8, 2013 d).

Os ciclos de produção de peixe estavam claramente distribuídos: em fevereiro, março e abril era a melhor época para pescar (a desova), enquanto que em maio começava a

⁹³ Um *ganadero al mayor valor* é uma pessoa que está imersa em uma relação que consiste no acordo entre duas pessoas: uma tem pasto e cuida do gado (*tenedor*) e a outra é dona do gado. O *tenedor* está encarregado de responder pelo capital, fornecendo comida ao gado (pastos, sal, erva daninha, etc.), além de remédios necessários (purgante, controle de *nunches*-carrapatos-aftosa etc.), até que se atinja o peso ideal para a comercialização com o abate. Da venda é extraído o capital inicial e se dividem os lucros de acordo com a porcentagem acordada entre as partes.

⁹⁴ Apicultor é o criador de abelhas para a produção de mel.

⁹⁵ Os aserradores são aqueles que cortam as árvores para a produção de madeira, a qual é armazenada principalmente em Garzón e vendida a marceneiros que fazem moveis.

⁹⁶ Paleros são aqueles que vivem de extrair material de construção das beiras do rio Magdalena com suas pás. Esse material é jogado nos caminhões e utilizado nos municípios próximos para construção.

⁹⁷ Os *volqueteros* (caminhoneiros) e *paleros* foram atingidos pela redução dos pontos onde extraíam material de construção na praia do rio, uma vez que passaram de 27 pontos para 3, sendo fechados pela Emgesa 24 pontos. Cf. Procuraduría General de la Nación (2012). Actuación preventiva. Informe de finalización. Em: ANLA, Arq.4090, pasta 57, p. 12824-12900.

⁹⁸ Os topógrafos são técnicos que se dedicam a trabalhar na nivelção dos terrenos para o cultivo do arroz, de forma que seu nivelamento permita a irrigação.

diminuir o peixe, sendo junho, julho e agosto “tempos críticos” (com pouco peixe), recuperando-se a produção em setembro, outubro e novembro e reduzindo-se novamente em dezembro e janeiro (Tobías, pescador das águas abaixo das obras da barragem de El Quimbo, entrevista realizada em novembro 2013). Desse modo, alguns *pescadores* do rio Magdalena costumavam morar permanentemente nas beiras, construindo seus *cambuches* (um tipo de moradia construída com plásticos e palma) e pescando todos os dias, enquanto outros moravam nas beiras do rio por determinadas épocas do ano. Os últimos pescavam nos períodos de abundância e, em outros meses do ano, *jornaleabam* nas propriedades que precisavam de trabalhadores ou se dedicavam a atividades como a mineração artesanal⁹⁹, procurando retirar pedrinhas de ouro com uma bandeja que revolviam nas beiras do rio¹⁰⁰.

Com o projeto hidrelétrico e a destruição do rio foi colocada em risco a continuidade de suas formas de reprodução devido à impossibilidade de restituir o rio e seus tempos. Portanto, *pescadores* que constituíam suas vidas nas beiras do rio, conformando seu mundo social e seus laços familiares, de amizade e de vizinhança estão sendo *expropriados* de seu modo tradicional de produção. Isto remete ao caso estudado por Borralho (1988) dos pescadores do rio São Francisco atingidos pela barragem de Sobradinho, cuja análise demonstra como se rompeu a organização dos seus tempos e espaços, assim como as suas tradições de trabalho relacionadas com o rio.

As dinâmicas próprias dos *pescadores*, caracterizadas pela permanência/temporalidade, fizeram com que muitos não constassem nos cadastros dos censos de “atingidos” pelo projeto. Assim, tanto os cadastrados que estavam inconformados com a compensação em dinheiro, quanto os *pescadores* excluídos de qualquer compensação, manifestaram-se conjuntamente em numerosas ações de protestos contra a construção da barragem.

⁹⁹ Em uma carta encaminhada ao Ministério de Ambiente por um grupo de comerciantes de ouro, se afirma que: “seis pessoas relacionadas com este ofício, todas elas maiores de idade, cinco delas residentes do município de Garzón e uma de Gigante, compram ouro extraído das diferentes praias do rio Magdalena, canos ou riachos, esse elemento precioso é comprado dos mineiros artesanais que trabalham na areia e semanalmente o vendem aos joalheiros, e que comercializam em Neiva ou Bogotá” (Carta da advogada de atingidos, Garzón, mayo de 2012. Em: ANLA, Arq.4090, pasta 61, p.13829, tradução nossa).

¹⁰⁰ Havia associações de pescadores e de mineiros, como o Grupo Asociativo de Trabajo y Compromiso los Amigos del Futuro, criado em 2002 com “62 afiliados entre pescadores e mineiros artesanais” (Sentencia Consejo de Estado, 05/09/2013, tradução nossa).

Dentre os protestos, destacam-se os realizados como resultado do início das obras do projeto na *vereda* de Puerto Seco¹⁰¹, onde um grupo de *pescadores* provenientes de diferentes partes do rio decidiu acampar, interrompendo parcialmente as obras de junho de 2011 a fevereiro de 2012, quando foram expulsos violentamente pelo ESMAD. Mesmo com a expulsão grupos de *pescadores* têm organizado novos bloqueios aos funcionários da Emgesa em outras *veredas* da área em 2013.

Além dos *pescadores*, grupos de camponeses que *jornaleabam* na área em determinadas épocas do ano tinham um ciclo anual de atividades. Eles foram classificados como “não residentes com atividade econômica” (554 “jornaleros” no censo de 2009) e comumente eram camponeses que trabalhavam *jornaleando* de propriedade em propriedade, tanto nas partes altas de montanha (com predominância do cultivo de café), quanto nas partes baixas, próximas ao rio como *pescadores*.

Em alguns momentos, esses camponeses tinham pequenas propriedades fora da área alagada, “posiciones” ou alugavam terras e *jornaleabam* na área atingida para complementar sua renda. A Emgesa determinou uma compensação em dinheiro para aqueles que foram cadastrados dentro das atividades anteriores, ao passo em que outros camponeses demandaram ser incluídos como “atingidos” pelas atividades que desenvolviam. O não reconhecimento pelos cadastros da Emgesa de uma parte destes camponeses que *jornaleabam*, fez com que alguns deles reconvertessem suas atividades anteriores:

¹⁰¹ Quando teve início o bloqueio realizado por parte dos *pescadores* da *vereda* de Puerto Seco em junho de 2011, apresentou-se um processo de disputa entre a Emgesa, os *pescadores* e a Asoquimbo. Diante das pressões e da recusa da Asoquimbo à negociação, em 29 de setembro de 2011 trinta *pescadores* cadastrados nos censos e dezenove não cadastrados negociaram diretamente com a Emgesa (sem Asoquimbo) e assinaram uma ata com a empresa. Deles, 11 pescadores receberam de compensação um “bono de auxilio” por 3 Salários Mínimos Legales Vigentes (SMLV) – \$ 1’606.800 (1.606 Reais) –, 19 pescadores receberam um “bono auxilio” para compra de alimentos por 2 SMLV – \$ 1’071.200 –, enquanto que para os pescadores não cadastrados (19 pessoas), impôs-se um monitoramento por 90 dias para verificar se pertenciam à área de influência do projeto (Programa Presidencial de DDHH y DIH (2012). “Seguimiento de Impactos Proyecto Hidroeléctrico El Quimbo”. Em: Arq.4090, pasta 65, p. 14882). No entanto, ao mesmo tempo, esses pescadores de Puerto Seco se mantiveram nas beiras do rio e encaminharam conjuntamente com a Asoquimbo cartas de direitos de petição ao Ministerio de Ambiente, exigindo o restabelecimento das atividades dos pescadores (Asoquimbo y La Asociacion de Pescadores de Hobo, municipio de Hobo, 03/09/2011. Em: ANLA. Arch.4090, carpeta 38, p. 8113) e convocatórias de manifestações públicas como as de 18 de setembro de 2011 (ASOQUIMBO. Poblado de Rioloro-Gigante, 18/09/2011. Em: ANLA. Arq.4090, pasta 38, p. 8119).

Yo era un obrero cogiendo algodón, arroz, paleando, sembrando maíz, ayudante de tractor, lo que saliera. Y desde cuando los patrones aflojaron por la represa, nosotros quedamos borraos. Nos dijeron que no había nada qué hacer, porque la represa impedía el trabajo. Me conseguí una motico vieja para conseguir cualquier sustento (Campesino Rómulo Cediel, El Agrado, entrevista concedida al Jornal La Nación, 19/01/2014¹⁰²).

Eu era um operário colhendo algodão, arroz, paleando [para nivelar a terra do cultivo de arroz], ajudante de trator, o que fosse. E desde quando os patrões enfraqueceram por causa da barragem, nós ficamos apagados. Nos disseram que não tínhamos nada a fazer, porque a barragem impedia o trabalho. Eu tive que conseguir uma motocicleta velha para conseguir qualquer sustento (Campones Rómulo Cediel, El Agrado, entrevista concedida ao Jornal La Nación, 19/01/2014, tradução nossa).

Outro grupo que se manifestou foi o dos “comerciantes”, que conta com uma importante diversidade em seu interior. Dos “comerciantes” foi reconhecido pelo cadastro um grupo no povoado de Rioloro (35 pessoas no censo de 2009), constituído principalmente por habitantes que tinham uma pequena loja na qual vendiam pão, biscoitos, refrigerante etc. ou transportavam produtos para as galerias próximas. Assim, o projeto previu a diminuição de suas vendas frente ao alagamento das terras, tendo sido incluídos no grupo “não residentes com atividade econômica”.

Entretanto, nas *veredas* da área, além das lojas que existiam nos povoados e em suas proximidades, os habitantes se inseriam nas cadeias de comercialização e, com isso, compunham seus recursos diários ou parte deles. Isto é, dedicavam-se a atividades como transportar diariamente o leite¹⁰³ para os centros de armazenamento para sua refrigeração e posterior distribuição, ou ainda para que outros camponeses se encarregassem de produzir queijo, que vendiam na beira das estradas. Além disso, havia habitantes da área conhecidos

¹⁰² Disponível em: <<http://www.lanacion.com.co/index.php/noticias-regional/huila/item/228781-crece-malestar-por-expropiacion-de-tierras-en-el-quimbo>>. Acesso em 20 mar. 2014.

¹⁰³ Em uma carta encaminhada ao Ministério de Ambiente pelo Grupo Asociativo de lácteos del centro del Huila LANCENHUILA, é exposto o seu objetivo principal, que é ser: “produtor, transportador e comercializador de leite bovino, desde a produção até o consumidor final. A partir do primeiro trimestre do ano 2011, se apresenta uma queda notável nos saldos financeiros e agora tem uma diminuição de 45%. Fazendo o monitoramento laboral e financeiro, comprovou-se que o motivo deste catastrófico resultado é o término de todos os projetos de gado leiteiro da área onde se compra leite, devido a venda forçada das propriedades, localizadas na Área de Influencia Directa do Proyecto Hidroeléctrico el Quimbo. Lamentavelmente, a empresa dona deste projeto, os senhores da EMGESA S.A. ESP, querem ignorar por completo o grande dano laboral e financeiro que o projeto ocasiona ao grupo associativo; que, se bem tem se mantido passivos frente a toda a discussão do Quimbo, não significa que não sejam identificados e que não se reconheça seu nível de impacto, mais quando gera emprego, dinamiza a economia da área e é modelo a se seguir como formadores de empresa regional.” (Carta de LANCENHUILA ao Ministerio de Ambiente, Garzón, mayo 2012. Em: ANLA. Arq.4090, pasta 60, p. 13494, tradução nossa).

como *jarreadores*, que transportavam grandes jaras de leite e as vendiam de casa em casa nos povoados e cabeceras municipais¹⁰⁴ a clientes e horários fixos durante a semana.

Ademais, dentre os habitantes da região havia pequenos comerciantes de cacau. Em nome destes, a Federación Nacional de Cacaoteros (FEDECACAO)¹⁰⁵ se pronunciou e pediu, em 2010, a intervenção na negociação das compensações para os produtores de cacau atingidos, advertindo que com a perda dessa terra o departamento de Huila deixaria de ser o segundo produtor de cacau do país. Na área, muitos dos patrões em decadência decidiram vender rapidamente suas terras, enquanto *partijeros* ou *mayordomos* que estavam encarregados do cultivo do cacau resistiram (Capítulo 6), bem como camponeses pequenos proprietários de terras, os quais há gerações mantinham uma *labranza* que trabalhavam com suas famílias.

Alguns produtores de cacau vendiam diretamente o grão nos centros de armazenamento, enquanto que em outros casos, habitantes dos municípios próximos se encarregavam de negociar com os produtores e de transportar o grão até os municípios. Com a destruição dessas cadeias, pessoas que se identificavam como “comerciantes” deste produto sentiram-se como *atingidos* e a sua não inclusão nos cadastros piorou a situação, como expõe uma advogada dos *atingidos* em uma das cartas encaminhadas ao Ministerio de Ambiente:

En Garzón cerraron una de las compras más antiguas de cacao, la situación no les dio para más, el señor [...] es otro gran afectado de los compradores de cacao, con deudas en el banco que lo están llevando a una situación inmanejable financieramente. Y la afectación no es solo para el grupo de comerciantes, recordemos que ellos generan empleos directos e indirectos que también serán afectados, al igual que las cooperativas

Em Garzon fecharam uma das compras mais antigas de cacau, a situação não deu para mais, o senhor [...] é outro atingido dos compradores de cacau, com dividas no banco que o estão levando a uma situação incontrolável financeiramente. E o impacto não é só para o grupo de comerciantes, lembremos que eles geram empregos diretos e indiretos que também vão ser impactados, igualmente às cooperativas existentes na área, os

¹⁰⁴ Este termo é geralmente utilizado nos municípios de médio porte, como a prefeitura e o conselho, uma vez que em alguns deles existem várias vilas e povoados, que estão em sua jurisdição.

¹⁰⁵ Na carta de FEDECACAO, enviada ao Ministerio de Ambiente em outubro de 2010, a federação afirmou que: “não estamos na contramão do desenvolvimento, progresso e riqueza que podem ser gerados por um projeto desta envergadura; no entanto, estamos preocupados que possa se repetir a situação ocorrida quando foi construída a barragem de Betania, já que foram muitos os prejuízos causados, não só aos agricultores da área, mas especialmente aos produtores de cacau, sem que fossem plenamente reparados. O departamento de Huila passaria de segundo produtor de cacau a posições intermediárias, prejudicando ostensivamente a distribuição de recursos da quota de fomento cacaueiro, o que é feito de acordo com a produção de grão, diminuindo assim o investimento na região.” (Carta da FEDECACAO para Lucio Rubio (diretor de Emgesa), Bogotá, 04/10/2010. In: ANLA. Arq.4090, pasta 22, p. 4870, tradução nossa).

existentes en la zona, los transportadores, braceros, etc.” (Carta de abogada de afectados, Garzón, mayo de 2012. Em: ANLA, Arch. 4090, carpeta 61, p.13890).

transportadores, os braceros etc. (Carta de uma advogada de atingidos, Garzón, maio de 2012. Em: ANLA, Arq.4090, pasta 61, p.13890, tradução nossa).

Outro grupo que tem se manifestado contra a hidrelétrica é constituído pelos *paleros*, os quais se dedicavam a extrair terra das beiras do rio e somam, segundo o cadastro feito em 2009, 92 “*paleros*”. Os *paleros* têm se manifestado desde o momento em que o projeto proibiu a extração de material pétreo das praias do rio, o qual era utilizado na construção civil nos municípios da região. Grupos de *paleros* pedem para serem reconhecidos e compensados de modo igual aos demais que exerciam a mesma atividade e foram excluídos dos cadastros:

Las [seis] personas relacionadas en este documento [...] laboran como paleros cargando volquetas con materiales pétreos de las Playas del río Magdalena; playas que serían inundadas por el embalse del Quimbo desapareciendo por completo los lugares donde estas personas laboran diariamente, su economía familiar ha dependido de la actividad que por muchos años han desarrollado. La gran preocupación de estas personas y de sus familias es el hecho de no contar con el reconocimiento de Emgesa S.A. como población afectada laboral, económica y familiarmente con el PHQ; reconocimiento que si tienen la mayoría de los compañeros de labor, de ahí que no se entiende por qué ellos no están vinculados y registrados en el documento que los señores de Emgesa S.A. [por ejemplo] El señor [...] de 51 años de edad, residente en Garzón, palero desde hace 28 años de legado familiar, fue censado con su hermano y otros compañeros que si aparecen censados, pero él no. (Carta de seis paleros de Garzón al Ministerio de Ambiente, Garzón, mayo 2012. Em: ANLA. Arch. 4090, carpeta 63, p. 14251).

As [seis] pessoas relacionadas neste documento [...] trabalham como paleros carregando caminhões com materiais pétreos das praias do rio Magdalena, praias que seriam alagadas pelo reservatório de Quimbo, desaparecendo por completo os lugares nos quais essas pessoas trabalhavam diariamente, sua economia familiar dependia da atividade que por muitos anos têm desenvolvido. A grande preocupação destas pessoas e de suas famílias é o fato de não contar com o reconhecimento da Emgesa S.A. como população atingida laboral, econômica e familiarmente com o PHEQ; reconhecimento conferido à maioria dos companheiros de trabalho, por isso que não se entende porque eles não estão vinculados e registrados no documento que os senhores da Emgesa S.A. [por exemplo] o senhor [...] de 51 anos de idade, residente de Garzón, palero faz 28 anos por tradição familiar, foi registrado no censo com seu irmão e outros companheiros que aparecem cadastrados, mas ele não. (Carta de seis paleros de Garzón ao Ministerio de Ambiente, Garzón, maio 2012. Em: ANLA. Arq. 4090, pasta 63, p. 14251, tradução nossa).

Paleros se agruparam para solicitar diferentes compensações à empresa Emgesa. No município de Garzón, um desses agrupamentos criou uma associação que se identificava pela sua atividade e se diferenciava de outros grupos, exigindo repetidas vezes uma soma de dinheiro para todos seus afiliados:

La Asociación de Paleros de Garzón, quiere dejar

A Associação de Paleros de Garzón quer deixar

clarificado que nosotros somos paleros y no agricultores ni piscicultores, de esto último no tenemos el más mínimo conocimiento. [...]. La asociación pide una indemnización de tres mil doscientos millones de pesos que es la compensación que estamos seguros nos merecemos (Carta de la Asociación de Paleros de Garzón, Garzón, 02/09/2011. Em: ANLA. Arch. 4090, carpeta 38. p. 8266).

claro que nós somos paleros e não agricultores, nem piscicultores, disto não temos o mínimo conhecimento [...]. A associação pede uma indenização de três bilhões, duzentos milhões de pesos, que é a compensação que nós temos certeza que merecemos. (Carta da Asociación de Paleros de Garzón, Garzón, 02/09/2011. Em: ANLA. Arq. 4090, pasta 38. p. 8266, tradução nossa).

Entre os *paleros*, a Emgesa comumente compensou diferentemente alguns grupos. Isto se deve ao fato de que, nos cadastros realizados pela empresa, alguns *paleros* registraram rendas menores do que outros, o que alterou o cálculo realizado pela empresa para determinar as compensações e gerou valores diferenciados. Grupos de *paleros* costumavam comparar sua situação com seus iguais, ou seja, com quem desenvolve a mesma atividade, evidenciando assim as desigualdades entre eles, como um desses grupos de *paleros* de Garzón que receberam mais dinheiro que os *paleros* de Gigante, tal como foi escrita em uma carta ao Ministerio de Ambiente:

Solicitamos una revisión [...] a nuestras compensaciones, ya que consideramos que se nos negó el derecho a tener la misma compensación, como lo tuvieron otros afectados paleros del vecino municipio de Garzón, a los cuales les cancelaron la suma de 32 millones de pesos [y a ellos 25 millones]. Donde en la licencia ambiental se dice que al pertenecer al mismo grupo poblacional y a la misma categoría deberá ser compensado de igual forma [...]. (Carta de un grupo de paleros al Ministerio de Ambiente, Gigante-Huila, abril de 2013. Em: ANLA, Arch. 4090, carpeta 97, p. 23021).

Solicitamos uma revisão [...] de nossas compensações, já que consideramos que se negou o direito de termos a mesma compensação, como o tiveram outros atingidos paleros do município vizinho de Garzón, dos quais depositaram a soma de 32 milhões de pesos [e a eles 25 milhões]. Na licença ambiental se diz que, ao pertencer ao mesmo grupo populacional e a mesma categoria, deverá ser compensado de forma igual [...]. (Carta de um grupo de paleros ao Ministerio de Ambiente, Gigante-Huila, abril de 2013. Em: ANLA, Arq. 4090, pasta 97, p. 23021, tradução nossa).

Finalmente, outro grupo criado pelo projeto foi o de “transportadores” de materiais, produtos agrícolas ou pessoas. Alguns deles tinham relações com os “comerciantes” de modo a transportar milho, cacau, tabaco, arroz e tomate para sua venda nas *galerias*. Também havia “transportadores” de material que tinham relações de trabalho tanto com os *paleros* que enchiam de areia seus caminhões quanto com transportadores de pessoas. Dos “transportadores”, um grupo foi incluído nos cadastros e, conseqüentemente, recebeu a compensação (295 pessoas do censo de 2009), enquanto outros demandam sua inclusão no registro como seus iguais:

Estas personas [grupo de taxistas] laboran en la zona de inundación y por lo tanto son afectados por este proyecto en su actividad y economía. De hecho en el registro que presentan los señores de Emgesa [...] lo que no se entiende es porque reconocen a unas personas y a otras las desconocen por completo en afectación y en derechos; si trabajan las mismas zonas o sectores prestando el mismo servicio (Carta de abogada de afectados al Ministerio de Ambiente para solicitud de vinculación de conductores de taxis de servicio público individual del municipio de Garzón. Garzón, mayo de 2012. Em: ANLA. Arch. 4090, carpeta 62, p. 13966).

Estas pessoas [grupo de taxistas] trabalham na área de alagamento e, portanto, são impactados por esse projeto em sua atividade e economia. De fato, no registro que apresentam os senhores da Emgesa [...] o que não se entende é por que reconhecem umas pessoas e outras as ignoram por completo em relação ao impacto e aos direitos; se trabalham nas mesmas áreas ou setores fazendo o mesmo serviço. (Carta da advogada de atingidos ao Ministério de Ambiente para solicitação de vinculação de condutores de táxis de serviço público individual do município de Garzón, Garzón, maio de 2012. Em: ANLA. Arq. 4090, pasta 62, p. 13966, tradução nossa).

As ações realizadas por cada um dos grupos descritos perante o projeto apresentaram tempos e formas pertinentes para o aprofundamento em pesquisas posteriores. Assim, poder-se-ia trabalhar sobre as formas e razões pelas quais esses pequenos grupos fizeram ou não parte de ações conjuntas mais amplas em protestos e demandas.

Dentro da multiplicidade de grupos que encaminharam petições e exigências à empresa Emgesa, guardam importância as reclamações referentes à não inclusão nos cadastros de “atingidos” da região. Em números, no dia 9 de julho de 2013 foram feitas à Emgesa 10.496 solicitações para a inclusão no censo de “atingidos”¹⁰⁶. Em virtude disso, as falhas nos cadastros têm sido denunciadas por instituições do Estado como a Contraloría Departamental del Huila¹⁰⁷ a qual, no que tange aos problemas de aplicação dos censos, concluiu que:

[...] o desenho, a metodologia e a concepção do censo aplicado pela Emgesa contém fragilidades e falhas que conduzem inevitavelmente a uma distorção de seus resultados. A concepção das perguntas incluídas no cadastro é confusa, desnecessariamente extensa, contraditória, imprecisa e em muitos casos deixa lacunas sobre a realidade socioeconômica da população; a etapa de aplicação do cadastro evidencia falhas notáveis, pois não abrange a totalidade da área envolvida, a citação e informação a comunidade previamente ao cadastro não é apropriada, o que resulta em uma informação parcial e incompleta [...]; sobre os resultados e definições o censo carece da universalidade e eficácia requerida para conseguir determinar com critérios técnicos a compensação e indenização à população [...]; é um fato que a companhia Emgesa aplicou três censos diferentes

¹⁰⁶ Cf. “Contraloría se reunió con Asoquimbo y tierra digna” (16/02/2014). Disponível em: <<http://millerdussan.blogia.com/2014/021601-contraloria-se-reunio-con-asquimbo-y-tierra-digna.php>>. Acesso em 20 mar. 2014.

¹⁰⁷ A Contraloría General de la Nación (CGN) e suas subdivisões departamentais se encarregam de exercer controle e vigiar a gestão fiscal da administração e dos particulares ou entidades que gerenciam fundos ou bens da nação.

[...] com resultados dissimilares... (CONTRALORIA GENERAL DE LA NACIÓN, 2012, denúncia de Participación Ciudadana, Censo de afectados, 23/08/2012, tradução nossa).

As solicitações para a inclusão nos cadastros ocorreram ao mesmo tempo em que as demandas judiciais. Uma destas demandas foi feita por uma das associações de pescadores e mineiros artesanais, a associação Amigos del futuro, que possui 62 afiliados e conseguiu com uma sentença do Consejo de Estado (após ser negada no tribunal de Gigante e no tribunal administrativo de Huila) a inclusão de todos seus afiliados no cadastro, com base na justificativa de que têm sido vítimas de:

Efeitos nocivos, tais como a destruição da atividade produtiva e dos projetos de vida dos pescadores e mineiros artesanais [...] sendo reduzidos seus recursos sem obter recompensa alguma por parte da Emgesa¹⁰⁸. (Sentencia Consejo de Estado, 05/09/2013, tradução nossa).

Igualmente, outra instituição judicial colombiana, a Corte Constitucional, sentenciou positivamente um grupo de “pescadores artesanales, paleros, transportadores de carga y maestros de construcción” por meio da sentença T-135 de 2013¹⁰⁹, o que obrigou a inclusão de sete pessoas no cadastro pela Engesa com o “mínimo vital básico” e a sua reabertura para estudar a inserção de novos “atingidos” pelo projeto hidrelétrico. Isto, por seu turno, contradisse o que o Ministerio de Ambiente tinha declarado em 2012, de que “frente ao tema do cadastro, é importante precisar que já está fechado e não vai ser objeto de abertura” (Derecho de petición ILSA, 26/09/2012. Em: ANLA, arq. 4090, pasta 87, p. 20224-20233, tradução nossa). Dessa forma, a partir desta decisão, a Emgesa recebeu mais de 13.000 solicitações de “atingidos” para sua inclusão no cadastro no período compreendido entre 6 de maio e 6 de junho de 2014¹¹⁰.

Essas solicitações de inclusão têm sido feitas ao mesmo tempo em que foram realizadas diversas ações de protesto pelos *atingidos* pelo projeto (Capítulo 8). Portanto,

¹⁰⁸ No dia 5 de setembro de 2013, o Consejo de Estado declarou-se a favor desse grupo de *atingidos* pelo projeto, que incluía mineiros e pescadores artesanais, depois de seu pedido ter sido negado pelo tribunal de Gigante e pelo tribunal administrativo de Huila. O reconhecimento destas pessoas como atingidas abriu a possibilidade de outros grupos empreenderem as mesmas ações jurídicas contra a empresa ao buscar a concessão de uma compensação.

¹⁰⁹ Cf. “Sentencia T-135/13 Corte Constitucional colombiana”, Bogotá, D.C. (13/03/2013). Disponível em: <<http://www.corteconstitucional.gov.co/relatoria/2013/T-135-13.htm>>. Acesso em 20 mar. 2014.

¹¹⁰ Cf. “Emgesa recibió 13.000 solicitudes para el censo” (jornal La Nación, 18/07/2014). Disponível em: <[http://www.lanacion.com.co/index.php/noticias-regional/huila/item/238126-emgesa-recibio-13->](http://www.lanacion.com.co/index.php/noticias-regional/huila/item/238126-emgesa-recibio-13-)>. Acesso em 20 mar. 2014.

por meio da comparação entre iguais ou diferentes em relação a suas posições sociais prévias, é possível observar uma reorganização na construção de suas relações. Cada um dos grupos apresentou tempos de resistência e de negociação. Por um lado, houve a resistência mediante petições e demandas jurídicas direcionadas à empresa Emgesa ou através de protestos e bloqueios e, por outro lado, houve negociação ou tentativas de negociação com a empresa tendo em vista a obtenção de uma compensação – podendo ficar em uma situação melhor que a anterior ou, por receber uma compensação que não restitui nem melhora suas condições de vida anteriores, em uma situação "menos ruim" da que enfrentariam sem a compensação.

6 OS CONFLITOS DE PATRÕES E TRABALHADORES

Desde que o “manual de preços” foi expedido em 2010, a Emgesa deu início ao processo de compra das propriedades. Dentre os proprietários, encontravam-se os patrões e alguns deles se beneficiaram com a venda de suas terras: 1) aqueles que tinham as propriedades de maior extensão, estratégicas para que a empresa conseguisse uma área maior e, ao mesmo tempo, neutralizasse uma importante quantidade de trabalhadores, pressionados a aceitar qualquer compensação na situação em que se encontravam; 2) os patrões cujas propriedades se situavam somente em *lomas*, isto é, pequenas montanhas improdutivas ocupadas geralmente por gado, tendo assim um valor comercial baixo; 3) aqueles que estavam endividados; e 4) aqueles para os quais a terra representava apenas uma pequena renda, e era trabalhada por *arrendatários*, *partijeros* ou *mayordomos*.

Dessa forma, patrões com propriedades de gado (que reúnem várias destas condições) venderam-nas rapidamente. Este foi o caso do representante dos “grandes proprietários” nas mesas de concertação, Lucas Pacheco, um *hacendatario* da área que estava em dificuldades econômicas, percebendo assim o projeto hidrelétrico como algo que “o salvou”.

No entanto, nem todos os patrões venderam as propriedades ao mesmo tempo e um grupo resistiu e se opôs às imposições implicadas pelo projeto hidrelétrico. Alguns se mostraram apegados às terras que tinham sido de suas famílias durante gerações¹¹¹, sentindo falta do que se perdia. Ademais, a partir dos critérios estabelecidos pela Licencia Ambiental, muitos patrões se inseriam na categoria de “médios proprietários” (5 a 50 hectares). Este foi o caso daqueles cuja terra era produto de sucessões das antigas grandes *haciendas* (com gado e cacau), que contavam com um *mayordomo* ou um *partijero*, e que

¹¹¹ Segundo uma proprietária e *administradora* da propriedade de seus irmãos, a perda das terras de sua família envolve também um valor sentimental: “pois a gente tem um profundo enraizamento camponês, porque tem sido por gerações, já nossos filhos, é como o avô Miguel, o papai, nós, os filhos e já são netos, cinco gerações deslocadas. E qual é a proposta do governo para o campo? [silêncio] [mostra fotos de sua família] e ficamos devendo com esses preços que nos dão pelas terras e as exigências que nos fazem”/ “pues nosotros tenemos un profundo arraigo campesino, porque ha sido por generaciones ya nuestros hijos, es como el abuelo Miguel, el papa, nosotros, los hijos y ya son los nietos, cinco generaciones desplazados. ¿Y cuál es la propuesta del gobierno para el campo? [silêncio] [muestra fotos de su familia] y les quedamos debiendo con esos precios que nos dan por las tierras y las demandas que nos ponen” (Administradora da propriedade de seus irmãos, residente de Garzón, entrevista realizada em novembro de 2013, tradução nossa).

no passado foram obrigados a se associar com os demais herdeiros ou a sair da região (Parte I).

Com uma extensão de terra similar aos padrões acima mencionados, se encontrava grande parte do grupo de *empresários agropecuários*. Estes, por seu turno, estavam ligados aos períodos de prosperidade econômica que se apresentaram na região, plantando arroz, alugando a terra para a produção de tabaco, construindo piscícolas em lagoas artificiais e/ou se dedicando à suinocultura, contratando trabalhadores temporários nas épocas em que eram necessários, ou contratando de forma permanente (como na suinocultura) um *administrador* que trabalhasse em suas terras com seu núcleo familiar.

Além disso, com a chegada do projeto hidrelétrico, foi gerado um aumento no preço da terra, resultado de sua alta demanda e da escassez de terras disponíveis, seja devido aos reassentamentos¹¹², seja porque as pessoas que aceitaram dinheiro como compensação passaram a procurar novas terras. Neste sentido, entre as denúncias feitas ao “manual de preços” pela Asoquimbo, destaca-se que a “valorização das propriedades e moradias tem se dado a partir de um critério cadastral e não comercial” (Asoquimbo, 06/10/2011, ANLA, Arq.4090, pasta 40, p. 8598, tradução nossa), isto é, que com o dinheiro da compensação não podem ser compradas terras que possuam as mesmas qualidades e quantidades das que se tinha anteriormente. Desse modo, o que foi oferecido a um grupo de padrões estava abaixo das expectativas que eles tinham para vender suas propriedades:

A mí por mi casa me dan 37 millones, por ejemplo yo tengo un laguito, me lo avaluaron por 200 mil pesos, pero para ellos eso se llama reservorio. Una hectárea de tierra sin ningún cultivo por riego por gravedad vale entre 30 y 40 millones de pesos sin nada, pregúntele usted a un arrocero y ahí se la están pagando a menos de veinte, eso fue por los manuales de precios (Administradora de la

Pela casa me oferecem 37 milhões, por exemplo, eu tenho um laguinho, eles o avaliaram por 200 mil, mas para eles isso é um reservatório. Um hectare de terra sem nenhum cultivo por irrigação por gravidade tem um valor entre 30 e 40 milhões de pesos sem nada, pode perguntar para um produtor de arroz e ali estão pagando menos de 20, isso foi pelos manuais de preços

¹¹² Segundo uma carta encaminhada pela Personera Municipal (procuradora municipal) de Agrado ao Ministério de Ambiente: “devido à chegada do projeto hidrelétrico El Quimbo, o custo das terras tanto em nosso município quanto na área central do departamento, tem aumentado de uma maneira transbordante, visto que as terras de reassentamento são poucas, então cada um dos proprietários que não vão ser reassentados e tem compensação monetária pelo projeto, o que procuram é o recurso econômico investido na compra de terras para seguir realizando suas atividades. Além disso, neste momento se encontram famílias que não estão incluídas nos censos realizados pela EMGESA, portanto não têm direito a compensação monetária ou ao reassentamento”. (Carta da procuradora municipal de El Agrado, 23/07/2012, ANLA, Arq.4090, pasta 68, p. 15462, tradução nossa).

propiedad de sus hermanos, residente en Garzón, entrevista realizada en noviembre de 2013).

(Administradora da propriedade de seus irmãos, residente de Garzón, entrevista realizada em novembro de 2013, tradução nossa).

Assim sendo, padrões tentaram negociar com a empresa pedindo constantes revisões¹¹³ para conseguir melhorar o preço de suas terras. No “manual de preços” não foram considerados elementos como a quantidade de água disponível na propriedade, fundamental para a produção de produtos como o cacau e o arroz e a criação de peixe em lagoas artificiais. Portanto, o custo da terra aumenta dependendo da quantidade de água disponível, como foi exposto por um dos *empresários agropecuários* da área entrevistados em 2010. Ele se opôs de forma radical à construção do projeto hidrelétrico (até ceder à negociação com a Emgesa em 2011), queixando-se dos injustos preços contidos no “manual de preços”, que estimou em 20 milhões pesos (20 mil reais) o valor máximo por hectare:

¿Dónde va a conseguir usted tierras iguales con las mismas calidades de agua, con las mismas calidades de tierras? En ninguna parte usted la consigue, están ofreciendo hectáreas con riego por gravedad por 15 o 16 millones. [...]. Ellos saben que por la zona no hay tierras con la misma calidad, pero como tienen el apoyo y todas las garantías del gobierno. Yo siempre me he opuesto a ese proyecto, mi papa lleva más de 70 años en esta región en una territa y fuimos trabajando y formamos la empresa y ya nos van a sacar así, porque esto es de utilidad pública y venden a las buenas o venden a las malas pero van pa' fuera. [...] lo máximo con todos los puntos que ellos dicen [en el manual de precios] es a 20 millones y mínimo a 2 millones [pero usted] consigue por acá una hectárea a 20 millones pero sin agua. (Luis

Onde você vai conseguir terras iguais com as mesmas qualidades de água, com a mesma qualidade de terras? Em nenhuma parte você consegue isto, estão [Emgesa] oferecendo hectares com irrigação por gravidade por 15 ou 16 milhões [...]. Eles sabem que na área não tem terras com a mesma qualidade, mas como tem o apoio e todas as garantias do governo. Eu sempre me opus a esse projeto, meu pai tem mais de 70 anos nesta região em uma terrinha e fomos trabalhando e formamos a empresa e agora vão nos jogar fora assim, porque isto é de utilidade pública e vendem às boas ou vendem por mal, mas a gente tem que sair [...]. O máximo que estipula o manual de preços é de 20 milhões e o mínimo de 2 milhões, mas você somente consegue por aqui um hectare de 20 milhões mas sem água (Luis Quintero,

¹¹³ Segundo uma proprietária e administradora de seus irmãos entrevistada, o preço da terra tem variado conforme as constantes petições feitas a Emgesa: “eu negocieei um potreiro [parcela de terra] de minha irmã, ofereceram-me 85 milhões e pedi uma revisão e foi uma arquiteta ver, depende da época que eles estejam lá, porque era época de chuvas e ainda tinha bastante erva, então o preço subiu para 115 milhões, se existe uma diferença de 30 milhões é porque o preço não era justo, e ainda hoje não é justo, eu esperava que me pagassem 150 milhões [pelos 45 hectares]. Tem pessoas que venderam muito bem [...], a minha parte negocieei dois hectares por 43 milhões mais ou menos e agora por cinco hectares me ofereceram 104 milhões com a casa, lago e tudo, e a melhor parte da labranza para restauração [o anel ao redor da barragem]. Para um de meus irmãos que mora nos Estados Unidos, oferecem 230 milhões porque tem espécies nativas, e a parte só de mato, então eles precisam para restauração [...]. Isto não é negociação, é imposição, assim é a negociação com a Emgesa.” (Administradora da propriedade de seus irmãos, residente de Garzón, entrevista realizada em novembro de 2013, tradução nossa).

Quintero, empresa piscícola. Veredas Rioloro y Veracruz, entrevista realizada en abril de 2010).

empresa piscícola, veredas Rioloro e Veracruz, entrevista realizada em abril de 2010, tradução nossa).

Ademais, desde a declaração de utilidade pública, muitos dos patrões começaram a investir¹¹⁴ em suas propriedades, gerando “lucros cessantes” devido à falta de empréstimos de entidades financeiras. Esse inconformismo fez com que alguns dos patrões decidissem apoiar as ações de resistência da Asoquimbo, financiando parte da alimentação necessária nas manifestações, assembleias, ou nos transportes necessários para conseguir mobilizar os *atingidos*. No entanto, o apoio a essas ações por um grupo de patrões, foi-se diluindo na medida em que iam aderindo à negociação com a Emgesa e aceitando a compensação oferecida, isolando-se dos processos de resistência ou sendo deslegitimados por outros *atingidos*.

Ainda assim, a declaração de utilidade pública e a venda das propriedades atingiram camponeses, os quais deixaram de ser contratados nas propriedades dos patrões ou foram expulsos delas. As relações entre patrões e camponeses mudaram devido à paralização das atividades produtivas. Portanto, diante de sua iminente expulsão, os camponeses expressaram sua preocupação pela situação enfrentada por meio de cartas ao Ministério:

Vivo en el Jagualito hace más de 10 años y desde hace 40 años aproximadamente me dedico a las labores agrarias, al trabajo rural y a la producción agropecuaria como mayordomo. Vivo con mi esposa y tengo 4 hijos que trabajan en la labor agraria en esta zona y que también son afectados. Fui mayordomo de la finca la vega, (...) en la cual producíamos Tabaco, arroz, maracuyá, maíz, cacao, cultivos de pancoger y ganado. He trabajado en diversas fincas en la región que certifican mi actividad en ese periodo de tiempo,

Moro em Jagualito há mais de 10 anos e faz 40 anos aproximadamente que me dedico às atividades agrárias, ao trabalho rural e à produção agropecuária como mayordomo. Moro com minha esposa e tenho 4 filhos que trabalham na atividade agrária nesta área e que também são atingidos. Fui mayordomo na propriedade La Veja [...] na qual produzíamos tabaco, arroz, maracujá, milho, cacau, cultivos de subsistência e gado. Trabalhei em diversas propriedades da região que atestam minha atividade nesse período de tempo, tais

¹¹⁴ Um dos *empresários agropecuários* que se resistiu à venda de suas terras encaminhou como titular de sua empresa de peixes cartas ao Ministério de Ambiente, na qual expunham sua preocupação pela declaratória de utilidade pública e a contração dos investimentos: os preços localizados na inspeção de Rioloro do município de Gigante, tem se obtido empréstimos anualmente com o Banco Agrário, linha FINAGRO com o incentivo à capitalização rural, para aumentar a capacidade instalada e consequentemente a produção, o que foi cancelado a partir do ano 2008, quando os créditos foram cancelados” (Carta Agropeces Lda. Garzón, 23/06/2011, ANLA. Arq.4090, pasta 34; p. 7271, tradução nossa). E em outra carta expõem: “estamos cansados e golpeados duramente, pela intransigência da empresa proprietária do projeto, que como estratégia de negociação tem vendido, dilatando permanentemente as concertações, com o que tem nos causado enormes e permanentes prejuízos, sem aceitar que todos temos direito a fazer empresa.” (Carta Agropeces, Neiva, 22/06/2012. ANLA. Arq.4090, pasta 65, p. 14841, tradução nossa).

tales como Garañón, la Pantoja, San Francisco, la Escalereta y demás. Yo me siento afectado, pues ya vino EMGESA, con el señor Julio Santafé e hizo una reunión yo le pregunté que como nos iba a compensar a nosotros los mayordomos y él dijo que a nosotros no nos correspondía compensación. Lo que él dijo me parece muy grave pues en la región ya no hay trabajo, a los jornaleros los están sacando, con cada finca que venden dejan de haber plazas de trabajo y así mismo pues empieza a haber más pobreza e inseguridad. (Carta de Mayordomo vereda jagualito, Garzón Huila, 16/04/2011, ANLA Arch.4090, carpeta 29, p. 6863).

como Garañón, la Pantoja, San Francisco, La Escalereta e outras. Eu me sinto atingido, pois veio a EMGESA, com o senhor Julio Santafé e fez uma reunião, eu o perguntei que como ia nos compensar, os mayordomos, e ele falou que a gente não tem compensação. O que ele falou é muito grave, pois na região já não existe trabalho, estão jogando fora os jornaleros, com cada propriedade que vendem, deixa de haver lugares de trabalho e também começa a ter mais pobreza e insegurança. (Carta de Mayordomo, vereda jagualito, Garzón Huila, 16/04/2011, ANLA Arq. 4090, pasta 29, p. 6863, tradução nossa).

A venda de terra para a Emgesa e a expulsão permanente de camponeses, resultou no envio de cartas e denúncias ao Ministerio de Ambiente feitas tanto por camponeses da área, quanto pela Asoquimbo. Esse processo foi acompanhado por protestos organizados por camponeses e pescadores na área (ver Capítulo 8), o que levou à expedição da Resolución nº1096 de junho de 2011 pelo Ministerio de Ambiente, a qual obrigou que a Emgesa paralisasse as obras e as negociações de propriedades, de modo a frear os “impactos não previstos” do projeto.

Os empregos de numerosos partijeros, mayordomos, arrendatarios e jornaleros, estão sendo perdidos e não existe evidência de uma ação imediata por parte da empresa que procure manter ou melhorar as condições econômicas destes trabalhadores que estão sendo deslocados pelo projeto [...]. A falta de uma concepção integral do projeto pela Emgesa está deixando de lado os efeitos socioeconômicos que estão se gerando com o avanço do projeto. (Resolución nº1096 de 2011, Ministerio de Ambiente, p. 46, tradução nossa).

Diante da paralização das obras e da pressão exercida tanto pela Emgesa quanto por alguns proprietários para dar continuidade às negociações de compra de propriedades, o Ministério expediu a Resolución nº123 de 29 de novembro de 2011, que revogou as restrições para a negociação de propriedades pela Emgesa e criou o instrumento dos “comodatos reestruturados”. Através deste instrumento, a Emgesa, enquanto dona das propriedades compradas, passava a ceder sua propriedade a um terceiro para que usufruísse a terra com contratos de seis meses a um ano de duração, freando assim a demissão massiva de trabalhadores. Com isso, se procurava “evitar a alteração socioeconômica das comunidades envolvidas, através da produção agropecuária e da mão de obra envolvida

nessa produção, como parte do programa de restituição de emprego” (Resolución nº123 de 2011, Ministério de Ambiente, p. 52, tradução nossa).

Os comodatos foram concedidos principalmente a pecuaristas, *empresários agropecuários*, e a alguns camponeses produtores de arroz (como os que pertenciam às *empresas comunitárias*). Assim, de acordo com dados de julho de 2013 (EMGESA-ICA nº8; 2013 e; p. 13) existia na área uma utilização total do solo de 1.187,98 hectares agrícolas e 5.604,72 hectares de pastos, dos quais a Emgesa tinha comprado 6.649,96 hectares, com 148 propriedades em comodatos que ocupavam uma área de 6.573,34 hectares e contavam com 466 trabalhadores (sendo que em 2009 haviam apenas 247 cadastrados). O acréscimo no número de trabalhadores registrados em 2013 comparado com o censo de 2009 mostra um desequilíbrio referente aos camponeses que trabalhavam e não foram cadastrados previamente, uma vez que as propriedades que estavam em comodato mantiveram o uso de mão de obra existente antes da presença da Emgesa.

Desse modo, os comodatos tentaram mitigar os efeitos dos “tempos mortos” de produção. A Emgesa tomou legalmente o controle das terras e as entregou em comodato aos antigos patrões, que com isso conseguiram tanto uma renda quanto um período mais longo para explorar sua terra e para pensar sobre o destino do dinheiro recebido. Portanto, os comodatos consistiram em uma medida que buscou estabelecer uma transição, tendo em vista conter as expulsões massivas, possibilitando que diferentes produtores mantivessem a produção nas terras vendidas.

No entanto, os comodatos não resolveram a desorganização ocorrida na área atingida. Os comodatários subalugaram as propriedades de forma a receber uma renda. Os antigos patrões, com o dinheiro da venda, se isentaram de suas obrigações para com os trabalhadores. Como resultado, novas pessoas (muitas vezes amigos dos comodatários) se inseriram na direção do processo produtivo, alterando as regras e as atividades da propriedade e modificando os laços de confiança e a regularidade de pagamento aos seus subordinados, como é relatado por um camponês *mensualero* da *hacienda* Garañon:

Antes tuvimos un problema con eso [con los comodatos]. Ellos ya tenían la plata en el bolsillo y lo ha seguido subarrendando y tiene la renta ahí. La finca se la dejaron al mismo patrón, y el patrón

Antes tivemos um problema com isso [com os comodatos]. Eles já tinham o dinheiro no bolso e têm continuado a subalugar e tem a renda aí. A propriedade a deixaram ao mesmo patrão e o

que hizo, buscó un amigo y se la arrendó y que siembre lo que se le dé la gana. Y entonces consiguió otro amigo, y le dijo le doy el ganao a una persona. Así hizo el patrón le entregó ese ganado para otro señor y nosotros estamos trabajando para otro señor y ese otro no nos está pagando, y a veces completamos dos, tres meses y no nos ha pagado y ni conoce al ganado. Y nosotros no nos hemos ido de aquí de esta vereda por berracos, no nos han podido sacar todavía, porque eso hizo la empresa que mata la cabeza entonces todos salen (Campesino mensualero, San José de Belén, entrevista realizada en noviembre de 2013).

patrão o que fez, procurou um amigo e alugou para ele e semeou o que queria. E então conseguiu outro amigo e falou para ele que dava gado para ele. Assim fez o patrão, entregou esse gado para outro senhor e nós estamos trabalhando para outro senhor, e esse outro não está pagando, e às vezes completamos dois, três meses e não paga o dinheiro e ele nem conhece o gado. E nós não fomos embora daqui porque somos fortes, eles ainda não conseguiram nos expulsar, porque a empresa achou que comprando as grandes propriedades todo mundo saía daqui. (Camponês mensalero, San José de Belén, entrevista realizada em novembro de 2013, tradução nossa).

A instabilidade na área foi acompanhada da recusa de grupos de camponeses em aceitar a compensação oferecida pela Emgesa. Dentre os camponeses cadastrados como “residentes não proprietários”, um grupo aceitou o dinheiro e foi embora da área, enquanto outro grupo decidiu ficar nessas propriedades e resistiu a aceitar a compensação oferecida. Os “residentes não proprietários” foram organizados e compensados segundo “grupos familiares”, conforme foi estabelecido pela Licencia Ambiental, sendo que a Emgesa contabilizou 209 “grupos familiares” cadastrados que são “residentes não proprietários” (EMGESA-ICA n°8, 2013 b, p 13), dos quais 109 assinaram a compensação, enquanto 100 não aceitaram a compensação oferecida (em agosto de 2013).

As tradições constituídas durante décadas na área, a impossibilidade ou dificuldade de conseguir terra com o dinheiro oferecido, assim como a separação de membros das comunidades que eram proprietários ou “poseedores” (Capítulo 7), fizeram com que um grupo de “residentes não proprietários” recusasse a compensação da Emgesa até os últimos momentos antes do alagamento. Para esses camponeses *nascidos e criados* na área, os outros camponeses aceitaram a compensação porque eram procedentes de outros municípios do país onde tinham suas relações familiares. Por isso, a compensação tinha sido como uma “indenização”, a qual era paga pelo patrão quando demitia um de seus trabalhadores sem justa causa.

Son personas que llegaban a trabajar, mayordomos que llegaron a trabajar y estuvieron de buenas porque llegaron en la época del censo y ellos no vivían prácticamente acá. Entonces el patrón

São pessoas que chegavam a trabalhar, mayordomos que chegavam a trabalhar e estiveram com sorte, porque chegaram na época do cadastro do censo e eles praticamente não

vendió ahí, los llamaron y que firme por los 25 millones [por la compensación], que claro es como una liquidación. Vivían en la región porque tenían su trabajo, pero si el patrón le decía no hay más trabajo, ellos tenían que ir a donde quedarse. En cambio los que hemos estado haciendo resistencia somos nosotros en este momento. Yo que no quiero firmar [la compensación], es porque si yo me voy de ahí [de la propiedad del patrón], a donde vengo a parar: aquí, [a su comunidad en San José de Belén] y aquí lo van a inundar, entonces yo pa' donde agarro, en cambio los otros que ya firmaron si tenían. Nosotros perdemos la casa, los vecinos de toda la vida, la tranquilidad que ya no conseguimos en ninguna parte (Campesino administrador, San José de Belén, entrevista realizada en noviembre de 2013).

moravam na área. Então o patrão vendeu sua terra, ligaram aos trabalhadores para assinar pelos 25 milhões [pela compensação], que claro é como uma liquidação. Moravam na região porque tinham seu trabalho, mas se o patrão lhe dizia não tem mais trabalho, eles tinham um lugar onde ficar. Diferentemente deles, os que estivemos fazendo resistência somos nós neste momento. Eu não quero assinar [a compensação], é porque se eu saio daqui, para onde eu vou? Aqui vão inundar. Diferentemente das pessoas que assinaram, que tinham para onde ir. Nós perdemos a casa, os vizinhos da vida toda, a tranquilidade que já não conseguimos em nenhuma parte (Camponês administrador, San José de Belén, entrevista realizada em novembro de 2013, tradução nossa).

Além disso, o não reconhecimento de determinados camponeses nos cadastros de “atingidos” foi outro fator que motivou a constituição de grupos que incluíam *mayordomos*, *arrendatarios*, *partijeros*, *jornaleros* etc., os quais exigiam a restituição de suas atividades, por meio de ações conjuntas como mobilizações e ocupações de terras ou de cartas endereçadas ao Ministerio de Ambiente.

Em geral, os camponeses compartilhavam laços familiares, de vizinhança ou de amizade antes da chegada da barragem e adotaram as diversas classificações da Licencia Ambiental como suas próprias. No mesmo sentido, grupos de camponeses procuraram ajuda de advogados que moravam nos municípios próximos para escrever as cartas ao Ministério, prometendo que se eles fossem compensados, uma parte iria para o advogado. Assim, em uma carta, uma advogada dos *atingidos* incluiu diferentes camponeses *atingidos*, com base nas situações que eles compartilham perante o projeto:

Este grupo de personas entre arrendatarios, mayordomos, caudillos¹¹⁵, jornaleros y propietarios de maquinaria agrícola, que laboran la agricultura en su gran mayoría como legado familiar, son mayores de edad, padres de familia, madres cabeza de hogar e incluso adultos mayores, residentes en diferentes sectores del municipio de Garzón. Con la construcción del PHQ se inundan las tierras que por años este

Este grupo de pessoas entre arrendatarios, mayordomos, caudillos, jornaleros e proprietários de maquinaria agrícola, que trabalham na agricultura em sua grande maioria como legado familiar, são maiores de idade, pais de família, mães chefe de família e inclusive adultos maiores, residentes em diferentes setores do município de Garzon. Com a construção do PHQ se inundam as terras que por anos este grupo de pessoas arou,

¹¹⁵ Caudillos são aqueles empregados ocasionalmente por arrendatários ou administradores (de grandes extensões de terra) para que procurem trabalhadores quando estes se esgotam na área.

grupo de personas han arado, preparándolas para siembra de cultivos [...]. La situación de ellos es preocupante pues no fueron vinculados en registro que Emgesa S.A. ESP. presentó ante el Ministerio del Medio Ambiente [es decir, no están en el censo] [...]. Tienen los documentos, como el caso de los arrendatarios [quienes tienen contratos escritos] que a su vez generan los empleos directos de los caudillos o contratantes para la ejecución de las labores de siembra y de jornaleros que realizan las labores de apolcado, fumigación y recolección de cultivos. Este grupo hace parte de la cadena agrícola [...]. Señores del Ministerio la economía familiar de estas personas depende en un 100% de la actividad agrícola que han desarrollado en la zona, muchos de ellos no saben ningún otro oficio y desafortunadamente en la región la generación de trabajo es mínima, por lo tanto la oportunidad de nuevas fuentes de trabajo es igualmente mínima (carta de la abogada de afectados, firman 36 personas, Garzón, mayo de 2012, ANLA, Arch.4090, carpeta 63, p. 14277).

preparando-as para semear cultivos [...]. A situação deles é preocupante, pois não foram vinculados no registro que a Emgesa S.S. ESP apresentou ao Ministério del Medio Ambiente [não estão cadastrados] [...]. Têm os documentos, como no caso dos arrendatários [que têm contratos escritos] que, por sua vez, geram os empregos diretos dos caudillos ou contratantes para a execução das atividades de semeadura e de jornaleros que realizam as atividades de apolcado [fazer pequenos montículos de terra para tapar as sementes quando são cultivadas], fumigação e coleta de cultivos. Este grupo faz parte da cadeia agrícola [...]. Senhores do Ministério, a economia familiar destas pessoas depende 100% da atividade agrícola que desenvolveram na área, muitos deles não sabem nenhum outro ofício e infelizmente na região a geração de trabalho é mínima, portanto a oportunidade de novas fontes de trabalho é igualmente mínima. (Carta de advogada de atingidos, assinam 36 personas, Garzón, maio de 2012, ANLA, Arq. 4090, pasta 63, p. 14277, tradução nossa).

Enquanto uns procuravam ajuda com advogados da área, essas mesmas pessoas podiam fazer parte de outros grupos que decidiram empreender ações de ocupação das propriedades que foram compradas pela Emgesa. A Asoquimbo apoiou e impulsionou este tipo de ação, argumentando em seu discurso a necessidade de se construir uma Zona de Reserva Campesina Agroalimentaria (ZRC) na área como modelo que se opusesse à construção da barragem. Essa posição foi apoiada por grupos que viveram por gerações na área (como *mayordomos e partijeros*) e se viram impossibilitados de se reproduzir socialmente pelas novas condições impostas pela barragem. Assim, nestas “recuperações de terras”, participaram tanto “residentes não proprietários” quanto camponeses que não foram cadastrados.

As ações da Asoquimbo encontraram legitimidade em grupos de camponeses, como consequência das promessas não cumpridas por parte do Estado e da Emgesa. Dentre essas promessas, pode-se destacar a compensação em terra para todos os camponeses que dependiam da área e não tinham propriedades ou “posesiones”, o que constava na Licencia Ambiental e foi confirmada por um decreto oficial “por el cual se establece un programa especial de Dotación de Tierras” (Decreto 1277 de junho de 2013; ver Capítulo 8).

Entretanto, este decreto é atualmente “letra morta” (agosto 2014), deixando os camponeses na incerteza:

Los patronos nos dicen que la empresa les obligan a vender y que porque “los obligan” son ellos los que nos deben compensar y la empresa nos dice que el gobierno va a adquirir unas hectáreas para reasentarnos y que la empresa va a adecuar las viviendas y los cultivos pero ¿dónde están esas hectáreas? (Entrevista a mayordomo, en la vereda El Pedernal, realizada en diciembre de 2012. En: Fundación Codesarrollo-ICA n°7, 2013, p. 62).

Os patrões nos dizem que a empresa os obriga a vender e que, porque “os obrigam”, são eles que nos devem compensar e a empresa nos diz que o governo vai adquirir uns hectares para nos reasentar e que a empresa vai adequar as moradias e os cultivos, mas onde estão esses hectares? (Entrevista a um mayordomo, na vereda El Pedernal, realizada em dezembro de 2012. Em: Fundación Codesarrollo-ICA n°7, 2013, p. 62, tradução nossa).

Dessa forma, diante desta situação, grupos de camponeses resistiram a deixar as propriedades nas quais trabalhavam e a receber a compensação oferecida. Famílias de *mayordomos*, *partijeros* e *jornaleros* não reconhecidos como “atingidos” se juntaram às ocupações, exigindo terra como compensação ao rejeitarem o dinheiro oferecido ou ainda procurando ser incluídos nos cadastros de “atingidos” para receber uma compensação monetária¹¹⁶. A ação foi qualificada pela Emgesa como “invasão de suas propriedades”, pressionando constantemente sua expulsão com “amparos policiais” e reclamações aos antigos patrões.

Isto pode ser ilustrado com o caso das propriedades da vereda la Honda (município de Gigante), onde camponeses *mayordomos* e *partijeros* comandaram a “recuperação de terras” e receberam o apoio de famílias de *jornaleros* que se assentaram por aproximadamente um ano na área. Esses grupos começaram a cultivar a terra, exigindo

¹¹⁶ Um dos líderes das ocupações, que era *partijero*, comentou a divisão existente entre as pessoas que faziam parte dessas ações: “mas existe algo como uma separação entre as pessoas, porque assim como existem pessoas que defendem e amam seu território a capa e espada [com unhas e dentes] e não querem a destruição e não querem a construção do projeto, tem outros que aceitam um modelo compensatório econômico que os permita ter acesso a uma quantidade mínima [...], porque vítima do engano, vítima das situações calamitosas às que são submetidos quando tiram suas atividades produtivas, suas fontes de emprego, então entram em uma condição infra-humana, na qual são completamente vulneráveis a qualquer tipo de oferta, que por menor que fosse por parte da empresa como compensação a essas pessoas.” (líder da vereda La Honda, entrevista realizada em novembro de 2012, tradução nossa). / “Pero hay como una disyuntiva en la gente porque así como hay quienes defienden y aman su territorio a capa y espada y no quieren la destrucción y no quieren la construcción del proyecto, hay otros que se acogen a un modelo compensatorio económico que les permita acceder a una cantidad mínima [...] Porque víctima del engaño, víctima de las situaciones calamitosas a las que se somete cuando le quitan sus actividades productivas, sus fuentes de empleo entonces se entra en una condición infrahumana, en la que se es completamente vulnerable a cualquier tipo de oferta, por pírrica que sea por parte de la empresa como compensación a las personas” (líder de la vereda La Honda, entrevista realizada en noviembre 2012).

terra ou dinheiro e exercendo pressão contra ao projeto, até que por meio de negociações com a Emgesa e a pressão do ESMAD, todos foram expulsos das propriedades entre outubro e dezembro de 2013. A situação vivida por estes camponeses foi exposta por autoridades locais:

No lugar denominado de vereda La Honda, jurisdição do município de Gigante, desde o mês de setembro do ano passado [2011] estão assentadas mais de cem famílias que não foram incluídas nos cadastros de atingidos realizados, os quais expressam ter o direito a uma compensação visto que, segundo eles, eram trabalhadores nas propriedades desta área, especialmente em temas relacionados com a cadeia produtiva do cacau, frutas, gado, cultivos de subsistência e a mineração artesanal (Carta do Alcalde de Gigante ao presidente da República, Gigante, 30/10/2012, ANLA, Arq. 4090, pasta 91, p. 21283, tradução nossa).

Igualmente, dentre das ações de “recuperação de terras” impulsionadas pela Asoquimbo, cabe mencionar o caso dos camponeses deslocados das propriedades compradas pela Emgesa para reassentar os deslocados pelo projeto. Eles não foram reconhecidos como “atingidos” e estavam situados nas *haciendas* Santiago e Palacios, la Virginia e La Guipa e encabeçaram ocupações destas propriedades, onde duraram seis meses (março a outubro de 2013) até sua expulsão (Capítulo 8 e ANEXO 3).

A instabilidade na área gerou temor entre patrões com relação à expansão da ação de *mayordomos*, *partijeros* e *jornaleros* sobre outras propriedades. Os comodatos não conseguiram estabilizar a situação na área e patrões que resistiram à venda de suas terras encontraram hostilidade e mudanças no entorno de suas propriedades. Isso se deve ao fato de que os trabalhadores que têm sido expulsos de suas terras de trabalho tentaram tomar o controle de propriedades da área, procurando pressionar tanto a Emgesa quanto os patrões para serem reconhecidos como “atingidos”. Ao mesmo tempo, a Emgesa pressionou os proprietários a expulsarem os trabalhadores de suas antigas propriedades por meio de demandas jurídicas ou de ameaças de não pagamento por suas terras enquanto houvesse camponeses em suas propriedades, como é narrado pela seguinte administradora de seus irmãos:

P: ¿y cómo ha sido el proceso de los comodatos?

R: Ha surgido un problema los comodatos, algunas fincas las dieron en comodato y pues han dejado a otras personas. Y se me metían allá [a la finca] y se cogían los plátanos, iban con 20

P: e como tem sido o processo dos comodatos?

R: Tem surgido um problema com os comodatos, algumas propriedades as deram em comodatos e assim deixaram para outras pessoas. E em minha propriedade pessoas entravam e pegavam bananas,

[personas] a mi finca, otros se metían con caballos a sacar ganado, ¿no ve que es un predio privado? ósea ha sido un cambio muy tremendo. Ahora en este último año han sido trabajadores “no, es que este predio es de Emgesa. Venimos a trabajar aquí, a tomar posesión”. De pronto con la esperanza de sacarle plata a Emgesa. Un caos, nos han hecho invivible la vida, así fuera menos el precio venderíamos. El ganao lo tuve que vender porque se estaba perdiendo y yo no veo que Emgesa nos vaya a indemnizar por los daños que nos ha causado, en daños emergentes e inversiones que hemos dejado de hacer. Ahora yo estoy haciendo todo el esfuerzo para que ese muchacho (su mayordomo) me acompañe y tenga lo suyo (su compensación), pero van otros vecinos de la asociación Asoquimbo y van y le dicen usted se va arrancar aquí y no sé qué, armarle al pobre muchacho entonces tampoco estoy de acuerdo con eso.

P: ¿le dicen no se salga de ahí?

R: si, no se salga de ahí, entonces el problema es para mí porque Emgesa me dice entrégue me eso desocupado para yo negociar, eso son los de Asoquimbo, entonces estamos entre la espada y la pared. Si el muchacho no se sale de ahí entonces voy a tener problemas porque Emgesa no me va a pagar por la tierra. (Administradora de la propiedad de sus hermanos, residente en Garzón, entrevista realizada en noviembre de 2013).

iam com 20 pessoas para a minha propriedade, outros entravam com cavalos para roubar gado, não sabe que isso é uma propriedade privada? Ou seja, foi uma mudança muito grande. Agora neste último ano foram trabalhadores “não, este prédio é de Emgesa e viemos trabalhar aqui, a tomar posesión”. Talvez, com a esperança de tirar dinheiro da Emgesa. Um caos, nossa vida agora é impossível de se viver, assim, se fosse menor o preço a gente venderia. O gado eu tive que vender porque estava perdendo e eu não acho que a Emgesa esteja pensando em nos indemnizar pelos danos que eles nos causaram, em danos emergentes e investimentos que deixamos de fazer. Agora eu estou fazendo todo o esforço para que esse rapaz [seu mayordomo] me acompanhe e tenha a sua [compensação], mas outros vizinhos da associação Asoquimbo vão e dizem a ele, você tem que ficar aqui e não sei que, dar ideias ao pobre rapaz, então eu também não estou de acordo com isso.

P: eles falam não saia daí?

R: sim, não saia daí, então o problema é para mim porque a Emgesa me diz me entregue isso sem ninguém para eu negociar, isso são os de Asoquimbo, então estamos entre a espada e a parede. Se o rapaz não sair daí então eu vou ter problemas porque a Emgesa não vai me pagar pela terra. (Administradora da propriedade de seus irmãos, residente de Garzón, entrevista realizada em novembro de 2013, tradução nossa).

Assim, tanto camponeses como patrões procuraram preservar seus interesses e reagiram em diferentes tempos e espaços. Por um lado, proprietários pressionados a vender procuraram ter o melhor preço por suas terras e por outro lado, grupos de camponeses rejeitaram a construção da barragem e ocuparam as terras de seus antigos patrões. A Asoquimbo tem procurado representar os diferentes grupos que se opuseram à construção da barragem, de um lado os patrões inconformados com o projeto, e de outro lado, impulsionando as ações de camponeses para ocupar terra. Porém, seus integrantes têm mudado com o tempo, da mesma forma que as negociações que a Emgesa estabelece com cada grupo.

Ademais, o reacomodamento de grupos e de suas relações gera constantes comparações e acusações entre grupos de *atingidos*. É comum na área que uns acusem outros que estão sendo compensados “injustamente”, patrões em decadência afirmam que camponeses que trabalhavam para eles ganharam na “loteria” “altas somas de dinheiro”, o que mostra uma subversão ou pelo menos uma modificação da ordem que existia anteriormente. Proprietários se comparam com seus vizinhos para saber se o preço oferecido foi “justo”, camponeses se comparam com as demais pessoas de suas comunidades, e assim são criados ou acentuados conflitos a partir da reorganização de seus membros (Capítulo 7). Portanto, apresenta-se um reacomodamento de grupos e de suas relações a partir da mudança de suas condições e as de seu entorno.

7 AS COMUNIDADES EM CONFLITO

Eso es lo que duele, que la empresa haiga reventado todo, esos lazos familiares, cuando uno no tenía comida entonces de otra casa le llegaba la comida, que el que estaba enfermo, el que no podía trabajar, de cualquier situación le llegaba y ahora la empresa [Emgesa] lo acabó, ya uno de eso no consigue (Campesino jornalero, residente en San José de Belén, entrevista realizada en noviembre de 2013).

Isto é o que dói, que a empresa tenha arreventado tudo, esses laços familiares, quando uma pessoa não tinha comida então de outra casa chegava a comida, a pessoa que estava doente, a pessoa que não podia trabalhar, de qualquer situação chegavam as coisas, e agora a empresa [Emgesa] acabou com isso, já não existe isso (Camponês jornalero, residente de San José de Belén, entrevista realizada em novembro de 2013, tradução nossa).

7.1. DIVISÃO ENTRE AS COMUNIDADES E CONFLITOS FAMILIARES

As comunidades assentadas na área eram constituídas por camponeses que estavam em diferentes momentos do ciclo de vida e, portanto, desenvolviam diversas atividades dependendo de suas capacidades e condições. Assim, havia nessas comunidades camponeses *jornaleros*, *mayordomos*, *administradores*, *mensualeros*, *patijeros*, pequenos proprietários, “poseedores”, que trabalhavam e compartilhavam laços familiares, de amizade e de vizinhança. Assim sendo, dependiam em diferentes graus das terras dos patrões e das terras que existiam em suas comunidades.

Para os camponeses cadastrados como “residentes” nos censos, as compensações do projeto foram dadas de uma só vez ao “grupo familiar”, sendo que este podia pertencer somente a um “grupo poblacional”. Isto reagrupou os membros das comunidades em “grupos familiares” de proprietários/“poseedores” e não proprietários/“poseedores”, o que modificou os laços de sociabilidade entre os membros da área e alterou regras, hierarquias e tradições que organizavam estas comunidades.

Os camponeses que conseguiram comprovar que tinham propriedade ou “posesión” tiveram uma compensação por “grupo familiar” em terra ou seu preço equivalente, enquanto os “residentes não proprietários” que eram *jornaleros*, *mayordomos*, *administradores*, *partijeros* e *mensualeros* foram compensados por “grupo familiar” em

dinheiro. No que se refere aos *jornaleros* e *mensualeros*, muitos foram incluídos na compensação do “grupo familiar” da casa onde moravam.

O caso da *vereda* de San José de Belén é representativo das divisões que se geraram em virtude das classificações do projeto. Neste local no momento do último cadastro foram registradas “275 residentes que correspondem a 70 famílias”, das quais “31 famílias tem direito a compensação pelo projeto” (Resposta da ANLA à carta de Personera Municipal de Agrado, Bogotá, 23/07/2012. In: ANLA, Arq. 4090, pasta 68, p. 15462). Isso fez com que para uns camponeses fosse designada a compensação em terra ou seu preço equivalente, ao passo em que a outros se oferecia o valor do “capital semente” ou a compensação por “grupos familiares”, o que provocou disputas e quebrou práticas entre familiares, amigos e vizinhos:

Yo creo que la empresa quería de ponerlo a pelear a uno, entonces yo le doy a este y al otro no le doy y ese queda por fuera. Entonces usted ya dice, pero porque meten a Jeremías [el hermano], por ejemplo en el caso de Chucho, hijo de Beatriz, porque le dan compensación y a otros no. Porque los que estábamos haciendo paro [bloqueo de vías para que los funcionarios Emgesa no entrara a la vereda], la mayoría éramos los Bravo, entonces arreglemos la familia de ella, entonces se quedó Adriana la hija de Edgar, se quedaron las hijas de Pura por fuera y entonces dijo porque le dan a unos y no a otros. Yo no sé cómo los metió la empresa, porque aparecieron por ahí con la ficha [realizada en el censo], que ellos le llamaron ficha que es donde ellos aparecen trabajando. Y eso forma dentro de la familia conflictos, de porque entró usted si era igual trabajador que yo y yo no (Campeño jornalero, residente en San José de Belén, entrevista realizada en noviembre de 2013).

Eu acho que a empresa queria que a gente brigasse, então eu dou para ele e ao outro não dou, e ele fica por fora. Então você já diz, mas por que Jeremias [o irmão] está dentro? Por que o filho da Beatriz [e de Jeremias, cadastrado e compensado como *jornaleiro*] recebe compensação e outros não? Por que os que estávamos fazendo paro [bloqueio de vias para que os funcionários de Emgesa não entrassem na vereda], a maioria éramos da família Bravo, então conseguimos a família dela, então ficou Adriana filha do Edgar, mas ficaram as filhas de Pura por fora, e então por que dão para uns e não dão para outros. Eu não sei como a empresa os inseriu, por que apareceram por aí com a ficha [realizada no censo], que eles chamaram ficha que é onde as pessoas aparecem trabalhando. E isso forma conflitos nas famílias, de por que entrou você se era trabalhador da mesma forma que eu e eu não (Camponês jornalero, residente de San José de Belén, entrevista realizada em novembro de 2013, tradução nossa).

A reorganização imposta às comunidades era evidente nas reuniões realizadas nos diferentes povoados por parte de funcionários da Emgesa (nas escolas *veredales* ou no salão da JAC). Depois das primeiras reuniões que resultaram na expedição da Licença Ambiental, a Emgesa deu início às reuniões que tinham por objetivo a divulgação das compensações para os camponeses de cada vereda, o que antecedia a concertação e a assinatura das compensações. Nestas últimas reuniões, os funcionários da empresa –

advogados, engenheiros e assistentes sociais – tratavam cada integrante da comunidade de forma diferenciada de acordo com seu “grupo populacional” e sua posição no “grupo familiar”. Essas reuniões mudaram antes e depois da expedição da Licença Ambiental, como testemunhou um camponês entrevistado por um funcionário do Ministério de Ambiente:

R: En octubre de 2008, después de que salió la declaratoria de zona de utilidad pública, vinieron con abogados, casa por casa, le consultaban a uno si se tenía título, que documento, en base a eso solo registraban los abogados para decirle usted tiene derecho a compensación o usted no. Viene después la lista, está por aquí, viene como finalizando el 2009, y aquí también, en un computador consultaban, el Sr. va a tener una compensación porque tiene un proyecto productivo por decir algo, y vienen el viernes ahora otra vez, y ya el señor no tiene derecho porque no tiene la posesión de cinco años anteriores a la utilidad pública.

Funcionario del Ministerio (FM): ¿Pero son personas de acá que tienen trayectoria acá, que nacieron acá?

R: Pues claro son todos los familiares nativos” (Entrevista a habitante de San José de Belén. Anexo testimonios, concepto técnico de seguimiento No. 879, 13 de junio de 2011. In: ANLA, Arch.4090, carpeta 32, p. 6981-6991).

R: Em outubro de 2008, depois que saiu a declaração da área de utilidade pública, vieram com advogados, e de casa em casa consultavam as pessoas se tinham título, que documento, baseados nisso os advogados registravam para dizer que você tem direito a compensação e você não. Veio depois a lista, como finalizando em 2009, e aqui também, eles consultavam em um computador, o Sr. vai ter uma compensação porque tem um projeto produtivo por dizer alguma coisa, e vieram na sexta outra vez, e já o senhor não tem direito porque não tem posesión de cinco anos anteriores à utilidade pública.

FM: mas eram pessoas daqui que tem trajetória daqui, que nasceram aqui?

R: Pois claro, são todos os familiares nativos. (Entrevista a habitante de San José de Belén. Anexo testimonios, concepto técnico de seguimiento No. 879, 13 de junio de 2011. In: ANLA, Arq.4090, pasta 32, p. 6981-6991, tradução nossa).

Após a expedição da Licença Ambiental, nas reuniões realizadas por funcionários da Emgesa nas *veredas*, eram separadas as pessoas conforme seus “grupos poblacionales”. Assim, integrantes das mesmas comunidades “não tinham direito” e não eram reconhecidos para falar ou opinar sobre alguns assuntos. Este é o caso, das reuniões que tratavam do reassentamento coletivo, nas quais somente podiam intervir os “proprietários ou poseedores” que elegeram essa opção, enquanto os membros das comunidades que não conseguiram comprovar sua condição de “poseedor” foram incluídos na compensação de um “grupo familiar”, ou foram apartados das discussões ou “concertações” pelos funcionários de Emgesa porque “criavam conflitos”.

Neste sentido, embora a Emgesa convocasse para as reuniões aqueles que receberiam determinada compensação, comumente a comunidade como um todo se sentia

no direito de assistir. Desse modo, era frequente a expressão de “se eu fui *nascido e criado* aqui, por que vão me impedir de dar minha opinião?”. Alguns camponeses assistiam essas reuniões por temerem ficar sem compensação ou porque era melhor “ter de amigo” os funcionários da multinacional. Contudo, também foi comum que, diante da desilusão do projeto e como forma de resistência, membros das comunidades não comparecessem às reuniões convocadas pela Emgesa ou fossem somente para se informar sobre como estava o andamento do projeto, mas não assinavam as listas de assistência, por sentirem que com as primeiras assinaturas e assistências viabilizariam a realização do projeto.

Com a construção da barragem e a perda das terras das comunidades, camponeses perderam o lugar que garantia um refúgio para os tempos de crise, tendo que enfrentar dificuldades para planejar seu futuro. Assim, os camponeses que trabalhavam ao *jornal* ou ao *mensual*, ou ainda aqueles que formavam novos núcleos familiares como *mayordomos* ou *administradores*, tinham frequentemente o amparo de suas comunidades.

As compensações direcionadas aos “grupos familiares” incluíram em uma mesma compensação todos os membros cadastrados que estavam em casas, “posiciones” ou propriedades. Os integrantes destes “grupos familiares” contavam com uma série de autonomias que organizavam suas vidas: esposas que trabalhavam ao *jornal*, na *partija* em algumas épocas do ano ou em terras cedidas pelos patrões; filhos jovens que se dedicavam a *jornalear* ou a *mensualear* e levavam dinheiro para casa; filhos mais velhos que ficaram solteiros ou tinham conformado núcleos familiares e moravam na casa dos pais; agregados (familiares com alguma relação de afinidade familiar, sem terem descendência comum) que trabalhavam como *jornaleros*.

Foram frequentes os conflitos gerados no interior das casas como resultado da compensação. Em alguns casos, foram incluídos em um mesmo “grupo familiar” vários núcleos familiares, e em casos extremos apresentaram-se disputas judiciais entre diferentes membros da mesma família que reclamavam o direito a “posesión”. A Emgesa incentivou as brigas entre familiares, visto que, para conseguir dar a compensação ao “grupo familiar”, a propriedade/”posesión” devia estar desocupada. Por isso, forçava a expulsão de seus residentes para efetivar a destruição da casa, deixando sem casa os familiares ou núcleos familiares que residiam no local:

Ellos no están viniendo por familia sino por casa, y yo creo que eso estaba muy mal hecho, eso tiene que ser por núcleo familiar tengan o no tengan casa, porque que pasa, porque aquí en esta vereda los que van a ir a compensación son muy poquitos la mayoría se van a quedar por fuera. Por ejemplo mi casa tiene tres cuartos y hay tres núcleos familiares. (Habitante de San José de Belén. Entrevista a habitante de San José de Belén. Anexo testimonios, concepto técnico de seguimiento No. 879, 13 de junio de 2011. In: ANLA, Arch.4090, carpeta 32, p. 6981-6991).

Eles não estão registrando por família, mas por casa, e eu acho que isso estava muito mal feito, isso tem que ser por núcleo familiar tenham ou não tenham casa, porque o que acontece é que aqui nesta vereda, os que vão para a compensação são muito poucos, a maioria vai ficar fora. Por exemplo, minha casa tem três quartos e tem três núcleos familiares. (Habitante de San José de Belén. Entrevista a habitante de San José de Belén. Anexo testimonios, concepto técnico de seguimiento No. 879, 13 de junio de 2011. In: ANLA, Arq.4090, pasta 32, p. 6981-6991, tradução nossa).

As compensações fizeram com que integrantes do “grupo familiar” ficassem *sujeitos*¹¹⁷ ao titular da terra ou a quem recebeu a compensação. No caso de proprietários ou “poseedores”, a compensação foi dada ao titular da terra, ao passo em que aos *mayordomos/partijeros* ou camponeses que não conseguiram comprovar seu direito a “posesión” (apesar de terem casa) se impôs a compensação monetária, concedida ao chefe do “grupo familiar”.

Isso, por seu turno, suscitou preocupação e disputa entre parentes próximos (filhos), agregados e/ou núcleos familiares que moravam na mesma terra. Dentre os “grupos familiares”, comumente os pais demonstraram preocupação por seus filhos que não recebiam compensação, uma vez que eles se tornavam dependentes novamente dos pais: “a empresa quer que nossos filhos sejam mantidos pela vida toda” (camponês “poseedor” e *jornalero*, San José de Belén, entrevista realizada em novembro de 2013). Ao lado disso, por se preocuparem pelo seu presente e futuro, os filhos pressionaram seus pais a não aceitarem a compensação em dinheiro, já que com ela ficariam desprotegidos para continuar seu ciclo de vida tradicional.

¹¹⁷ Isso remete aos conceitos trabalhados por GARCIA JR (1988) sobre trabalhadores *libertos e sujetos* em sua pesquisa com camponeses do nordeste brasileiro. Esses conceitos davam conta da diferença das relações existentes entre moradores e patrões e entre pequenos proprietários e patrões, sendo que os primeiros eram *sujeitos* ao patrão e os segundos eram *libertos* dele. Apesar de terem implicações diferentes das relações aqui trabalhadas, esses conceitos ajudam a pensar as relações existentes no interior dos núcleos familiares de camponeses que estão sendo atingidos pelo projeto. Assim, na esfera doméstica, cada um tinha relativa autonomia do chefe de família, a qual era conquistada com o trabalho nas grandes propriedades ou com as atividades em suas comunidades, o que levava a um constante jogo de mudanças de papéis sociais. A perda dessas autonomias, decorrente dos critérios da Licencia Ambiental aplicados pela Emgesa, engendrou conflitos entre e dentro das diferentes famílias que conformavam estas comunidades.

Filhos cadastrados como pertencentes a “grupos familiares” que desenvolviam alguma atividade na área apresentaram numerosas petições e queixas por meio de cartas ao Ministerio de Ambiente. No entanto, em suas respostas às cartas encaminhadas por camponeses que *jornaleabam* a ANLA argumentou que:

[...] quem pertence a um grupo familiar que vai ser objeto de compensação, não é viável que a empresa conceda de maneira independente uma compensação pela atividade produtiva como jornalero, visto que vai ser compensado por grupo familiar.” (Carta da ANLA em resposta a um jornalero de Gigante, Bogotá, 23/07/2012. ANLA, Arq. 4090, pasta 67, p. 15386, tradução nossa).

O processo de perda de autonomias entre os integrantes das famílias era gerado em diferentes relações, como a existente entre as mulheres e seus maridos. As mulheres contavam com um grau de autonomia de seus maridos. Porém, as compensações concedidas pelo projeto não as reconheciam como atingida, perdendo com isso sua autonomia e ficando sujeitas às decisões de seu marido. Na região, as fofocas sobre quem foi forçado a aceitar dinheiro são frequentes e estão vinculadas a desmembração de núcleos familiares e às disputas engendradas em seu interior:

Mis mayordomos, cuando escucharon que a ellos les iban a pagar 40 millones por ser residentes no propietarios, entonces empezaron los conflictos familiares. Porque la esposa no quería que la parte de ella se la pagaran al esposo, con la sola noticia. Un ingeniero de Emgesa me decía que se han acabado matrimonios, que al viejo le pagaran la plata, que él autorizo a la señora pa’ que cobrara la plata y ella cobro la plata y se voló con el novio, eso me han contado. Pero lo que me decían los mayordomos, era que ellos querían su plata por aparte. (Administradora de la propiedad de sus hermanos residente en Garzón, entrevista realizada en noviembre de 2013).

Meus mayordomos ,quando escutaram que eles iam receber 40 milhões por ser residentes não proprietários, então começaram os conflitos familiares. Porque a esposa não queria que a parte dela fosse paga a seu esposo, com a única noticia. Um engenheiro da Emgesa me dizia que acabaram matrimônios, que ao esposo deram o dinheiro, que ele autorizou à senhora para que cobrasse o dinheiro e ela cobrou o dinheiro e foi embora com o namorado, isso me contaram. Mas o que me diziam os mayordomos era que eles queriam seu dinheiro à parte. (Administradora da propriedade de seus irmãos residente de Garzón, entrevista realizada em novembro de 2013, tradução nossa).

No que tange aos *mayordomos* ou administradores, quando o núcleo familiar não se desintegrava, procuraram conjuntamente a sorte em outras regiões, propriedades ou atividades. Por outro lado, no caso de serem filhos de pequenos proprietários que *jornaleabam*, se viram obrigados a trabalhar nas terras concedidas a seus pais e ao mesmo tempo, a buscar novos lugares para poder *jornalear* ou trabalhar ao *mensual*.

Além disso, dentre os camponeses “residentes não proprietários”, alguns resistiram aceitar a compensação oferecida (Capítulo 6) devido à dificuldade de conseguirem terras com o dinheiro oferecido e à perda das terras de suas comunidades – as quais serviam de refúgio em tempos de crise –, uma vez que isso dificulta sua reprodução social.

Os integrantes das comunidades foram submetidos a um tempo de regulamentação e a alguns requisitos para ter acesso à “posesion”. Isso foi exposto em uma entrevista realizada a uma camponesa da área por um membro do Ministerio de Ambiente, na qual se mostra que conforme os tempos dos camponeses da área, primeiro se constituía o núcleo familiar e depois, se as circunstâncias o permitia, podiam construir uma casa:

Dr. ellos dicen que no es el tiempo que uno lleve viviendo aquí, ellos dicen que es el tiempo de la vivienda y que el culpable es el Ministerio, nos lo dijo aquí el doctor Julio Santafé [director del Proyecto], en varias reuniones [...]. Porque en la licencia ambiental, dijo que tenía que tener una posesión de la vivienda o del predio mayor de cinco años. Entonces que si yo vivo aquí en la vereda, o sea, yo por lo menos tengo 36 años, nací aquí, nunca me he ido y no tengo derecho a la compensación porque mi vivienda de pronto no lleva los cinco años. Es que el error del ser humano, perdóneme, es que nosotros nos preocupamos primero, nosotras las mujeres por conseguir marido e hijos que aun la vivienda, y lo mismo los hombres consiguen primero mujer y los hijos y después y remotamente buscamos como conseguir la vivienda. Entonces ese es el error de nosotros, mas no quiere decir que no hemos vivido aquí, y eso es lo que no nos da derecho a nosotros (Habitante de San José de Belén. Concepto técnico de seguimiento No. 879, 13 de junio de 2011. In: ANLA, Arch.4090, carpeta 32, p. 6906 e ss.).

Dr. eles dizem que não é tempo que as pessoas passem morando aqui, eles dizem que é o tempo da moradia e que o culpado é o Ministerio, nos disse aqui o doutor Julio Santafé [diretor do projeto] em várias reuniões [...]. Porque na licença ambiental diz que tinha que ter uma posesion da moradia ou da propriedade maior que cinco anos. Então se eu moro aqui, na vereda, ou seja, eu pelo menos tenho 36 anos, nasci aqui e nunca saí daqui, e eu não tenho direito à compensação porque minha moradia não tem os cinco anos. É que o erro do ser humano, me perdoe, é que nós nos preocupamos primeiro, nós as mulheres, em conseguir marido e filhos, e mesmo os homens conseguem primeiro mulher e filhos para depois e remotamente buscarmos como conseguir a moradia. Então esse é o nosso erro, porém, não quer dizer que não morávamos aqui, e isso é o que não nos dá direito (Habitante de San José de Belén. Concepto técnico de seguimiento No. 879, 13 de junio de 2011. In: ANLA, Arq.4090, pasta 32, p. 6906 e ss, tradução nossa).

Desse modo, teve origem a ruptura dos tempos dos camponeses e o protesto constante de quem era *nascido e criado* na área. Neste sentido, nessas dinâmicas estava em jogo o pertencimento e o seu desenvolvimento em suas comunidades. A imposição dos tempos de “posesión” fez com que núcleos familiares fossem classificados como “residentes não proprietários”, tendo por isso que se separar de suas comunidades anteriores, impossibilitando-os de planejarem a mudança para um reassentamento coletivo com suas comunidades, o que poderia dar um grau de continuidade a suas práticas de vida.

Entretanto, apesar da existência desses conflitos familiares, também ocorreram atos de solidariedade entre seus membros em protestos contra o projeto. Assim, embora pessoas fossem compensadas como “poseedores” ou proprietários, elas participaram em algumas das manifestações públicas – bloqueio de vias, expulsão de funcionários de Emgesa e paralizações – junto com seus filhos, familiares ou membros de suas comunidades que não tinham direito a nenhuma compensação (Capítulo 8).

Em meio aos protestos, surgiram lutas pelo reconhecimento das atividades e modos de vida dos camponeses da área. Em alguns casos, familiares conseguiram demonstrar a Emgesa que não eram filhos(as) da casa onde moravam (caso dos *agregados*) e que, ao mesmo tempo, tinham uma atividade independente, como o *jornaleo* em propriedades próximas ou ainda, no caso de algumas mulheres que não estavam em nenhum “grupo familiar”, conseguiram comprovar a obtenção de recursos por lavar roupa ou cozinhar para os patrões em alguma propriedade da área. Com isso, receberam uma compensação monetária pelo projeto (como “residentes não proprietários”).

Ademais, em meio ao processo de expulsão tendo em vista o esvaziamento da área de alojamento, grupos de camponeses continuam exercendo práticas tradicionais próprias de seus ciclos de vida: ao lado de seus pais, crianças começaram a trabalhar em atividades como o *jornal* ou a *partija*; jovens cadastrados como estudantes eram *jornaleiros* que, com o tempo, atingiram a maioridade (18 anos)¹¹⁸; ocorreram novos nascimentos; novos núcleos familiares foram constituídos, dos quais alguns construíram suas casas. Esta continuidade se manteve enquanto o projeto avançava, como foi narrado por camponês da área em 2011:

R: Aquí hay unos casos de unas viviendas nuevas, pero o sea hay gente que tiene un lotecito y construyó después de la declaratoria de utilidad pública. Y entonces ellos dicen [los de Emgesa] que esas personas no tienen derecho a dicha compensación y pues supuestamente pierden hasta la inversión, porque él dice que después de la declaratoria no se podía construir nada. Y un día le

R: Aqui há uns casos de umas moradias novas, mas o que acontece é que as pessoas tem um lotezinho e construiu depois da declaração de utilidade pública. E então eles dizem [os funcionários de Emgesa] que essas pessoas não tem direito a compensação e pois supostamente perdem até o investimento, porque ele diz que após a declaração não podia se construir nada. E um dia eu disse ao Dr. Julio Santafé, mas se

¹¹⁸ Segundo um apartado do “Concepto Técnico de Seguimiento” No. 879 realizado pelo Ministério de Ambiente em 2011, estimou dentro de suas observações “os menores de idade que ficaram no censo, atualmente são maiores de idade e a manifestação de Emgesa é que não os indeniza porque eram menores de idade e não tinham licencia para trabalhar e eles respeitam as leis colombianas.” (Entrevista a habitante de San José de Belén. Anexo testimonios, concepto técnico de seguimiento, 13 de junio de 2011. In: ANLA, Arq.4090, pasta 32, p. 6981-6991).

dije al Dr. Julio pero si Ud. ha comprado esto, como le va a impedir a la gente que construya. Entonces por ejemplo yo un día le dije: yo tengo una hermana, ella tiene tres niños, ella vive allí y se iban a vivir a la orilla del río en un cambuche porque no tenían donde meterse. Entonces un señor que es el patrón del esposo de mi hermana le dijo no hágase un rancho [una casita] dijo, yo le regalo un pedacito, le dio un poco de terreno, un poco debajo de donde vive mi mamá y mi hermana, construyó un ranchito en madera que mando cerrar e hizo su rancho bien. Le dije a la Dra. [la funcionaria de Emgesa] entonces que va a pasar con mi hermana y con las personas que construyeron casas nuevas, dijo: no ellos no tienen derecho, porque lo hicieron después de la declaratoria, entonces yo le dije pero o sea que en el caso de mi hermana con ese ranchito de bahareque, con el que tiene material se lo pagaran. Y me dijo tú le das un pedacito del tuyo para que construya, entonces yo le dije Ud. Le dice váyase a la calle a vivir quien sabe dónde con tres niños

FM: ¿y es habitante de aquí?

R: Si claro hace parte de la comunidad y vive, trabaja aquí” (habitante de la vereda Veracruz, Entrevista a habitante de San José de Belén. Anexo testimonios, concepto técnico de seguimiento No. 879, 13 de junio de 2011. In: ANLA, Arch.4090, carpeta 32, p. 6981-6991).

você comprou isso, como você vai impedir que as pessoas construam. Então por exemplo eu um dia disse: eu tenho uma irmã, ela tem três filhos, ela mora ali e iam morar na beira do rio em um *cambuche* porque não tinham para onde ir. Então um senhor que é o patrão do esposo de minha irmã lhe disse não faça um rancho [uma casa], eu dou para você um pedacinho, lhe deu um pouco de terreno, um pouco abaixo da onde vive minha mãe e minha irmã construiu um *ranchito* em madeira que mandou fazer e fez o *rancho* muito bem. Eu falei com a Dra. [funcionaria da Emgesa] então que vai passar com minha irmã e com as pessoas que construíram casas novas, e falou: não eles não tem direito, porque o fizeram depois da declaratória, então eu lhe disse mas no caso de minha irmã com esse *ranchito* de bahareque [material de que é feita a casa], que pelo menos pagaram o material da casa. E ela me disse que eu desse para ela um pedacinho de minha terra para que ela construísse, então eu falei, você está dizendo que ela tem que ir morar na rua, quem sabe onde com três crianças.

FM: e você é habitante daqui?

R: Sim claro, faz parte da comunidade e mora, trabalha aqui. (habitante da vereda Veracruz, Entrevista a habitante de San José de Belén. Anexo testimonios, concepto técnico de seguimiento No. 879, 13 de junio de 2011. In: ANLA, Arq.4090, pasta 32, p. 6981-6991, tradução nossa).

Desse modo, a Emgesa congelou as compensações com os cadastros realizados e tentou não reconhecer novas pessoas como “atingidos”, sendo obrigada a acrescentar as compensações somente com as ações jurídicas ganhas pelos *atingidos*. No entanto, grupos de camponeses se defrontaram com a ameaça de perderem a possibilidade de restabelecer suas condições de produção e ficaram impossibilitados de dar continuidade às suas vidas, sendo *expropriados* de suas condições anteriores, tornando-se *sujeitos* a familiares ou se vendo forçados a se dedicarem a atividades diversas.

7.2. A ALTERAÇÃO NA TRANSMISSÃO DO PATRIMÔNIO

As sucessões não podiam se resumir na simples transmissão do patrimônio de uma geração para outra. Elas eram resultado de um sistema de solidariedade e de intercâmbio

que tornava essa transmissão possível. Assim, o cuidado dos idosos por parte de filhos e membros das comunidades era um costume que criava entre as gerações um pacto moral que permitia a reprodução social destes camponeses.

Deste modo, na medida em que os pais das famílias iam ficando mais velhos, eles eram ajudados em maior grau pelos membros de suas comunidades. Assim, quando os pais ou familiares idosos tivessem uma *manga*, que por meio do trabalho produzisse para sua reprodução, seus filhos os ajudavam a trabalhar e a administrar a propriedade onde moravam. Dessa forma, existia um sistema de trocas: os idosos obtinham o que precisassem em suas cotidianidades, cuidado diário, dinheiro e sua *remesa* semanal, e os familiares que cuidavam deles tinham a garantia de terem sua casa e o direito de ter acesso à terra de sua família na seguinte geração.

Tradicionalmente, no momento em que os donos de uma terra morriam, esta era repartida entre os sucessores que moravam e trabalhavam na área, perdendo esse direito aqueles que abandonavam a região. Ao mesmo tempo, os diferentes sucessores tinham o direito de construir sua casa nestas terras.

No entanto, a determinação do “grupo familiar” fez com que herdeiros fossem incluídos na compensação de seus pais. Assim, alguns filhos ficaram em desvantagem em relação a seus irmãos que receberam compensação, visto que se tornaram *sujeitos* a seus pais em seu trabalho e em uma sucessão futura (quando seus pais morressem), pois a terra da compensação seria repartida entre os sucessores. Com isso, alterou-se o planejamento das sucessões futuras entre os membros familiares.

O argumento da Emgesa para incluir camponeses *jornaleros* no “grupo familiar” de suas famílias foi que eles trabalhariam nas terras da compensação (no caso de optarem pela terra) e nelas teriam a restituição de sua atividade produtiva. Entretanto, os sucessores e familiares que são incluídos no “grupo familiar” enfrentam incerteza em relação a uma futura sucessão, ainda mais quando são filhos solteiros que, por sua idade, dificilmente podem “buscar a sorte” em outras atividades e regiões. No momento em que os donos morrem, os familiares que cuidavam deles ficariam sem o lugar onde trabalhavam, ou ainda poderiam ficar, mas submetidos aos diferentes herdeiros. Isso mostra uma mudança nas

relações entre os integrantes das comunidades, gerada pela imposição de uma nova distribuição dos recursos:

A nosotros en el núcleo familiar no nos están dando nada porque eso es prácticamente mi mamá que es la que tiene el título de la casa, a ella es la que le entregan las cinco hectáreas. Y cuando mi mamá muera o pase algo, entonces automáticamente queda en sucesión, en manos de 13 hijos, y así yo haiga trabajado 5, 6, 10, o 20 años más, o 30 años más, no sé cuántos años le dará mi Dios a mi mamá, todo ese tiempo que yo haiga trabajado ganándome lo que yo coja, y yo quede sin compensación, porque la tierra se parte por igual a todos los hermanos (Campesino jornalero residente en la vereda de San José de Belén, entrevista realizada em novembro de 2013).

Para nós no núcleo familiar não nos estão dando nada, porque isso é praticamente minha mãe que é quem tem o título da casa, é a ela que entregam os cinco hectares. E quando minha mãe morrer ou aconteça algo, então automaticamente fica em sucessão, em mãos de 13 filhos e mesmo que eu tenha trabalhado 5, 6, 10 ou 20 anos a mais, ou 30 anos a mais, não sei quantos anos Deus dará a minha mãe, todo esse tempo que eu tenha trabalhado ganhando o que eu trabalhe, e eu fico sem compensação, porque a terra vai ser dividida por igual entre todos os irmãos. (Camponês jornalero residente da vereda de San José de Belén, entrevista realizada em novembro 2013, tradução nossa).

Nos casos dos idosos decidirem escolher dinheiro como compensação, herdeiros e familiares que dependiam deles ficavam na incerteza. Dificilmente podem dar continuidade a suas práticas de vida, uma vez que nenhuma compensação foi concedida a eles. Essa situação é descrita em uma carta encaminhada ao Ministério de Ambiente por uma mãe cabeça de família, divorciada, que regressou com seus filhos à casa de seus pais procurando refúgio. Ela foi cadastrada, mas incluída na compensação de seus pais, que optaram pelo dinheiro por sua terra:

Mi señora madre, tenía en la vereda La Honda, un predio cacaotero de 4 hectáreas, en donde tenían su casa y residencia. En el año 2002, tenía fijada mi residencia en el municipio de Hobo, Huila, en donde residía con mi esposo y dos hijas y por cuestiones de problemas personales nos separamos con la persona que era mi marido y por ello tuve la necesidad de trasladar mi residencia a la vereda La Honda a la propiedad de mi señora madre. Por la discapacidad de mi padre además de la avanzada edad de ambos [80 años], en la finca se le tenía una señora, quien era la encargada de hacerles de comer y por ello se le tenía un sueldo mensual permanente y ante mi llegada a la finca, con todo mi trasteo y mis dos hijas, entre a ocupar las funciones que

Minha mãe tinha na vereda La Honda uma propriedade de cacau de 4 hectares, onde tinham sua casa e residência. No ano 2002, eu tinha minha residência fixada no município de Hobo-Huila, onde residia com meu esposo e minhas duas filhas, e por questões de problemas pessoais nos separamos com a pessoa que era meu marido, e por isso tive a necessidade de trasladar minha residência à vereda La Honda, à propriedade de minha mãe. Pela deficiência de meu pai e a avançada idade de ambos [80 anos], a propriedade tinha uma senhora que era encarregada de fazê-los comer e, por isso, tinha um salário mensal permanente e perante minha chegada à propriedade, com minha mudança e minhas duas filhas, entre

venía desempeñando dicha señora y además desde esa misma fecha entre con la función de estar al frente de dicha finca, es decir, trabajadora permanente de esa finca, con una asignación mensual de lo equivalente a un sueldo mínimo mensual. Dentro de mis funciones estaba la de hacer la comida para mis señores padres, prestar mis servicios en el mantenimiento de la finca, como era el riego cada 15 días de labranzas, la recolección del cacao, picada, secado y venta de este producto [cacao], el cual desde 2002, lo hice en la COOPERATIVA COOINCAHUILA. En época de cosecha, se tenía la necesidad de contratar los servicios de un trabajador, el cual prestaba los servicios por espacio de 3 a 4 meses. Es de anotar que dicho trabajador que trabaja este espacio de tiempo anual, quedó con derecho a una indemnización dentro del censo socioeconómico levantado por EMGESA. En la realización del censo socioeconómico [...], fui encuestada [...] junto con mis dos padres, como grupo familiar, cuando [...] como debe de constar en las fichas del censo, allí se estipuló que yo era trabajadora residente, pues tengo un núcleo familiar muy aparte de mis señores padres. En el mes de mayo de 2011, murió mi padre, razón por la cual mi madre, inició negociación directa con la empresa EMGESA y les manifestó que [...] [le] dieran [la compensación] en dinero y fue así como en el mes de junio se finiquitó dicha venta. Para finiquitar lo de la venta, se me hizo firmar por parte de la empresa EMGESA un documento en donde se me incluía en la compensación de la finca cacaotera de mis padres. En la reunión realizada el pasado 19 de Julio, Santafé manifestó que las personas censadas en las fincas como residentes no tenían derecho a indemnización alguna, en razón a que se tomaba como una sola indemnización en cabeza del propietario del predio y es ahí en donde me pregunto, ¿cómo es posible que una persona que escasamente trabaja de 3 a 4 meses en la recolección de cacao en una finca [época de cosecha], queda incluida como persona a indemnizar y las personas que trabajamos todos los días del año, como es mi caso, dizque no, ¿por residir en la finca de mi señora madre?, cuando cuento con 55 años de edad, con núcleo familiar aparte [mi persona y dos hijas] a quien tengo que mantener y por el solo hecho de ser hija de la

ocupar as funções que estava fazendo essa senhora e ademais desde essa mesma data eu entrei com a função de estar à frente da propriedade, isto é, trabalhadora permanente desta propriedade, com uma designação mensal do que equivale a um salário mínimo mensal. Dentre minhas funções se inseriam a de fazer a comida para meus senhores pais, prestar meus serviços de manutenção da propriedade, como era a irrigação a cada 15 dias de labranzas, a colheita de cacau, picada, secado e venda deste produto, o que fiz na COOPERATIVA COOINCAHUILA desde 2002. Em época de colheita, tinha-se a necessidade de contratar os serviços de um trabalhador, o qual prestava os serviços num espaço de 3 a 4 meses. Deve-se ressaltar que esse trabalhador que trabalha este espaço de tempo anual, ficou com o direito a uma indenização no censo socioeconômico feito pela EMGESA. Na realização do cadastro, fui incluída junto a meus pais, como grupo familiar, quando como deve constar nas fichas do cadastro, ali se estipulou que eu era trabalhadora residente, pois tenho um núcleo familiar muito diferenciado de meus pais. No mês de maio de 2011 morreu meu pai, razão pela qual, minha mãe iniciou negociação direta com a empresa EMGESA e manifestou a eles que lhe deram a compensação em dinheiro, e foi assim que no mês de junho foi realizada a venda. Para a venda, a empresa EMGESA me fez assinar um documento no qual era incluída na compensação da propriedade de cacau de meus pais. Na reunião realizada no último dia 19 de julho, Santafé manifestou que as pessoas cadastradas nas propriedades como residentes não tinham direito a indenização alguma, pela razão de que se tomava como uma indenização só, para a cabeça do proprietário da propriedade e é aí que eu me pergunto: como é possível que uma pessoa que escassamente trabalha por 3 ou 4 meses na colheita de cacau em uma propriedade, fica incluída como pessoa a ser indenizada e as pessoas que trabalhamos todos os dias do ano, como é meu caso, não, por residir na propriedade de minha senhora mãe? Quando conto com 55 anos de idade, com núcleo familiar próprio [eu e duas filhas] o qual preciso manter e pelo único fato de ser filha da proprietária da propriedade. (Carta para o Ministerio de Ambiente de uma camponesa de Gigante. Gigante, 22/08/2012. ANLA, Arq. 4090,

propietaria de la finca (Carta para el Ministerio de Ambiente de campesina de Gigante. Gigante, 22/08/2012. ANLA, Arch. 4090, carpeta 70, p. 15962).

Portanto, com a chegada do projeto, as pessoas encarregadas do cuidado dos idosos foram submetidas a duas situações. Quando não eram reconhecidas como “atingidos”, a compensação oferecida ao dono da propriedade/”posesión”, fez com que os seus familiares e núcleos familiares independentes (sem compensação) ficassem *sujeitos* às decisões de quem recebe a compensação; na escolha entre dinheiro ou terra, era mais crítica para suas famílias a primeira opção.

Por outro lado, aqueles que conseguiram comprovar sua “posesion” ou situação de *jorneleros(as)* foram obrigados pela Emgesa a deixarem a área para receberem a compensação em dinheiro. Isso significa que tiveram que deixar seus familiares que dependiam de seu cuidado para sobreviverem, como expressou uma camponesa: “se eu aceito a compensação, quem vai cuidar meu tio? Quem vai trabalhar a terra? Quem vai mantê-lo?” (camponesa de San José de Belén, entrevista realizada em novembro de 2013). Assim, estas unidades encarregadas do cuidado dos idosos se romperam, ainda mais quando alguns dos idosos proprietários resistiram à venda de suas terras por terem sido “o único bem que seus antepassados deixaram”.

Apresentaram-se ainda disputas entre irmãos e entre pais e filhos quando a propriedade não estava dividida formalmente. Quando não havia documentos para conceder compensações separadas, a Emgesa deixou que as próprias famílias resolvessem seus problemas internamente, tendo que decidir se queriam terra ou dinheiro. Em algumas sucessões, esta situação atraiu herdeiros que não viviam na área e que, segundo as regras tradicionais, não tinham direito a terra. Além disso, alguns herdeiros preferiram a compensação em dinheiro e outros em terra, sendo difícil obter uma solução comum para a família.

Ao lado disso, conforme as tradições de repartição de terra entre herdeiros, esta se realizava a partir da confiança de seus membros e o direito conferido a quem morava na área. Portanto, não era necessária sua validação em cartório. Igualmente, o congelamento das sucessões com a Declaratória de Utilidad Pública gerou conflitos relacionados com as

“sucessões ilíquidas”, que é o tempo estimado entre “a data do falecimento da pessoa até a data em que se execute a sentença judicial que aprove a repartição e a adjudicação dos bens aos herdeiros, ou quando se autorize a escritura pública” (Asoquimbo. Solicitud Audiencia Pública, Bogotá, 23/01/2012, ANLA, Arq. 4090, pasta 46 p. 10203, tradução nossa). Assim, o projeto impôs a legalização das sucessões, que devia ser realizada em cartório antes de setembro de 2008¹¹⁹, momento em que as pessoas ainda tinham expectativas pelo projeto ou não sabiam suas implicações.

Em determinados casos, a apropriação conjunta entre herdeiros dificultou que integrantes das comunidades conseguissem demonstrar sua “posesión”. Ademais, embora camponeses vivessem no local por gerações e pudessem comprovar seu direito de “posesión”, muitos não tinham recursos financeiros para conseguir contratar um advogado que os ajudassem em sua defesa.

Assim, filhos que moram em terras em sucessão não são reconhecidos como “atingidos” particulares e foram incluídos nas compensações com familiares da mesma linha de sucessão, como tios, pais e primos. Isto porque ao não se legalizar a divisão da terra, as casas construídas nestas terras dificilmente são reconhecidas:

P: Y usted donde tiene construida su casa?

R: Eso es de una sucesión de mi mamá y la empresa dice que se lo paga es a la sucesión. La carta que yo tengo la empresa dice que yo no alcanzo a tener compensación porque no alcanzo a tener los 5 años de posesión, dice que no que no. Y como no tengo como demostrarle a la empresa que pago impuestos, lo único que tengo es el recibo de luz. Entonces la empresa dice que, demuéstreme que eso es suyo, pero yo como hago que pago impuestos si esto estaba en sucesión. Eso estaba a nombre de mi abuela (Campesino mensualero, residente en la vereda de San José de Belén, entrevista realizada en

P: e você onde tem construída sua casa?

R: isso é da sucessão de minha mãe e a empresa [Emgesa] diz que isso se paga é a sucessão. A carta que eu tenho a empresa diz que eu não consigo compensação porque não alcanço os 5 anos de posesión, diz que não e que não. E como não tenho como demonstrar à empresa que pago impostos, o único que tenho é o recibo da luz. Então a empresa diz para demonstrar que isso é meu, mas como eu faço pra mostrar que pago impostos se isso estava em sucessão, isso estava em nome de minha avó (Camponês mensualero, residente da vereda de San José de Belén, entrevista realizada em novembro de

¹¹⁹ A Emgesa e o Ministério de Ambiente se protegeram ao reiterarem que estão cumprindo a lei. Apesar disso, a Asoquimbo fez a denúncia de que a “Emgesa não cumpriu com o prazo estabelecido na Lei nº56 para o fechamento dos ofícios uma vez que fosse expedida a Resolución nº321, afetando o prazo estipulado para a execução e repartição dos bens mediante sentença judicial para efeitos da aplicação das medidas de relocação em igualdade de condições para cada um dos herdeiros” (Solicitud Audiencia Pública, Asoquimbo, Bogotá, 23/01/2012. ANLA, Arq. 4090, pasta 46, p. 10203, tradução nossa).

noviembre de 2013).

2013, tradução nossa).

Dessa maneira, a forma tradicional da organização da vida dos camponeses em torno destas terras entrou em tensão com os critérios impostos pelo projeto hidrelétrico. Irmãos com seus núcleos familiares independentes consolidados a partir do casamento trabalhavam independentemente em uma porção da terra que era de seus pais. No entanto, eles foram incluídos na mesma compensação. Como é relatado em uma carta encaminhada ao Ministerio de Ambiente por um camponês da área atingida:

Yo [...] de la Jagua estoy casado con la señora [...], que fruto del matrimonio tenemos tres hijos, formando así un núcleo familiar independiente e individual al de nuestros padres y hermanos desde el momento mismo de nuestro matrimonio. Que mi actividad económica y nuestro sustento familiar, ha sido de la agricultura, el cual llevo ejerciendo por más de treinta años, principalmente en un terreno que adquirí por el proceso de posesión de un predio ubicado a orillas del río Magdalena, en la isla San José, frente a la desembocadura de la quebrada cucha, inspección de la Jagua, el cual fue cedido por mi padre [...]. Mi actividad como agricultor ha sido independiente e individual de la de mi padre y hermanos [...]. [Por lo cual], pedimos y exigimos nos reconozcan y califiquen como núcleos familiares individuales e independientes al de nuestros hermanos y nuestro padre. Si ustedes no nos dan ese reconocimiento o calificativo, estaríamos recibiendo el beneficio o compensación como un solo grupo familiar, para repartir o dividir en cinco partes, cuando en verdad son realmente cinco los núcleos familiares independientes e individuales” (Carta para el Ministerio de Ambiente de campesino del área. La Jagua, 10/04/2012. ANLA, Arch.4090, carpeta 66, p. 15401).

Eu [...] de Jagua estou casado com a senhora [...], que fruto do matrimonio temos três filhos, formando assim um núcleo familiar independente e individual ao de nossos pais e irmãos desde o momento mesmo de nosso matrimonio. Que minha atividade econômica e nosso sustento familiar tem sido da agricultura, o que estou exercendo por mais de trinta anos, principalmente em um terreno que adquiri pelo processo de “posesión” de uma propriedade localizada nas beiras do rio Magdalena, na ilha San José, frente à desembocadura do riacho cucha, jurisdição da Jagua, a qual foi cedida por meu pai [...]. Minha atividade como agricultor foi independente e individual da de meu pai e irmãos [...]. [Portanto], pedimos e exigimos que sejamos reconhecidos e nos qualifiquem como núcleos familiares individuais e independentes ao de nossos irmãos e nosso pai. Se vocês não dão esse reconhecimento ou qualificação, estaríamos recebendo o benefício ou compensação como um só grupo familiar, para repartir ou dividir em cinco partes, quando na verdade são realmente cinco núcleos familiares independentes e individuais. (Carta para o Ministerio de Ambiente de camponês da área, La Jagua, 10/04/2012 (fotocópia). ANLA, Arq. 4090, pasta 66, p. 15401, tradução nossa).

Contudo, embora camponeses por meio do processo tradicional de trabalho e de sucessão guardassem uma autonomia e independência dos outros, eles foram incluídos em uma única compensação pela Emgesa. Em resposta à carta encaminhada por este camponês, a ANLA justificou os tempos e os métodos nos quais esses irmãos foram incluídos como um conjunto unificado e argumentou que:

Consequentemente, para acessar a petição por vocês encaminhada, devem demonstrar mediante documentos legalmente, que são poseedores individuais regulares de cada uma das propriedades registradas no momento do cadastro do censo realizado pela Empresa. (Resposta da ANLA a camponês da área, Bogotá, 23/07/2012. ANLA, Arq. 4090, pasta 67, p. 15381, tradução nossa).

Ao mesmo tempo, os critérios do projeto colocaram em risco o patrimônio familiar. Conforme a lógica dos camponeses da área, os herdeiros que possuem independência dos demais procuram ser compensados de forma independente dos outros, a partir do direito conferido por suas tradições. Essa situação se fez mais crítica entre “médios proprietários”, visto que, segundo os camponeses da área, não é possível conseguir terras de igual qualidade para restituir a mesma quantidade de terra que tinham, pois o preço oferecido com base no “manual de preços” não era suficiente para comprar propriedades iguais às aquelas que estão perdendo:

Guillermo Sierra Chaux, Predio LA AURORA y el CARDO, son 29 hectáreas, son 5 los herederos, Emgesa paga 300 millones x las 29 hectáreas, le correspondería un valor de \$60 millones, solicita reasentamiento en tanto que considera quedaría en la calle porque devenga la totalidad de sus sustento en ello y tal como se manifestó anteriormente, los precios para la adquisición de predios es elevada convirtiéndose en incomparables. (Carta de Personera del Municipio del Agrado al Ministerio de Ambiente. Agrado. Agosto 29 de 2011. ANLA, Archivo 4090, carpeta 40, folio 8844).

Guillermo Sierra Chaux, propriedade LA AURORA e o CARDO, são 29 hectares, são 5 os herdeiros, a Emgesa paga 300 milhões pelos 29 hectares, o que corresponderia ao valor de \$60 milhões, solicita reassentamento, pois considera que ficaria na rua porque recebe a totalidade de seu sustento disso e tal como se manifestou anteriormente, os preços para a aquisição de propriedades é elevada, convertendo-se em incomparáveis. (Carta de Personera do município de Agrado ao Ministerio de Ambiente, Agrado, 29/08/2011. ANLA, Arq. 4090, pasta 40, p.8844, tradução nossa).

Portanto, o projeto hidrelétrico chegou em diferentes momentos dos ciclos de vida dos camponeses da área, o que determinou a compensação concedida e os conflitos em suas famílias e comunidades com relação a sucessões presentes e futuras. Em alguns casos, filhos *jornaleros* foram incluídos nos “grupos familiares” e ficaram *sujeitos* à decisão de seus pais (opção pela terra ou pelo dinheiro), embora fossem os filhos mais velhos que ajudavam a seus pais, alterando-se assim as relações tradicionais com seus pais e as simetrias que existiam com outros sucessores que conseguiram compensação pelo projeto. Além disso, em alguns casos, irmãos não dividiram suas propriedades de acordo com os tempos impostos pela Emgesa, e procuraram justificar perante o Ministério suas diferenças e autonomias frente aos seus irmãos para conseguir comprovar a existência de seus próprios

“grupos familiares”. Por último, a fragmentação ou a unificação imposta pelo projeto, materializada nas compensações, alterou práticas de cuidado dos idosos (dos quais estavam encarregados seus sucessores) e ao mesmo tempo modificou o planejamento das sucessões futuras.

7.3. CÁLCULOS, *EXPROPRIAÇÕES* E REASSENTAMENTOS

A incerteza resultante das compensações aos *atingidos*, fez com que o conjunto dos habitantes realizasse um cálculo¹²⁰ diante das opções apresentadas pelo projeto. O cálculo variou segundo cada habitante, dependendo tanto das condições sociais anteriores, como das novas condições impostas pelo projeto. Assim, uns se viram impossibilitados de planejar seu futuro de acordo com suas tradições, sendo *expropriados* de suas condições de vida prévias, enquanto outros tiveram a possibilidade de eleger entre o reassentamento coletivo ou individual, ou ainda a venda de suas terras segundo o “manual de preços”.

Na pesquisa aqui apresentada, o processo de *expropriação* foi entendido como a impossibilidade de conseguir reproduzir com as compensações concedidas suas práticas tradicionais no futuro. No entanto, ainda que esse futuro esteja em processo, a *expropriação* se manifesta na preocupação e impotência que os camponeses sentem pelo que está acontecendo em suas comunidades e, da mesma forma que outros autores tem apontado sobre a *expropriação* (MARTINS COSTA, 1988; HEREDIA, 1989¹²¹), existem sentimentos de tristeza e de saudade pela perda de algo que percebem que não vão conseguir recuperar.

¹²⁰ Como o artigo “Em torno de Pesos, Medidas y Cálculos” (HEREDIA; PALMEIRA, 2005) demonstra, a análise das unidades de medida que os pequenos agricultores empregam para realizar seus cálculos permite aprofundar e compreender o profundo conhecimento que eles têm de seus locais de vida. No caso da presente pesquisa, o termo “cálculo” não será usado para aprofundar a diversidade de unidades de medida que esses camponeses empregavam em suas práticas cotidianas, uma vez que a diversidade de medidas que eles utilizam supera os objetivos aqui propostos. Portanto, o cálculo será trabalhado com relação à compensação imposta para cada um dos grupos de camponeses e, seguindo-se a linha analítica de SIGAUD (1995), procura-se neste trabalho estudar os camponeses a partir de suas diferenças, crenças e interesses frente à imposição de deslocamentos compulsórios por grandes projetos hidrelétricos.

¹²¹ Nessa tese de doutorado se mostra o processo de *expropriação* do qual foram objeto os pequenos produtores que moravam nas propriedades dos patrões em terras consideradas inférteis (tabuleiros), e serviam de mão de obra para os *engenhos*. Como consequência das políticas estatais de modernização, esses pequenos produtores e suas famílias saíram do seu lugar anterior de trabalho e ficaram *sujeitos* a uma nova série de relações sociais comandadas pela *usina* (HEREDIA, 1989).

Nesse sentido, embora os camponeses não sejam *expropriados* de suas condições de produção devido ao restabelecimento parcial das mesmas, a preocupação de que suas condições irão piorar faz parte de suas cotidianidades. Filhos *jornaleros* que antes tinham a garantia do trabalho nas terras da área se viram obrigados a trabalhar para seus pais, ou no caso de camponeses produtores de arroz¹²², há o sentimento de impotência pelo não reconhecimento dos “tempos mortos de produção”, bem como pela impossibilidade de manter a produção prévia com a terra oferecida pela Emgesa.

O projeto hidrelétrico não reconheceu a diversidade de atividades que faziam parte de seu mundo social e econômico, obrigando-os a se identificarem somente com um “grupo poblacional” (Resolución nº899 de 15 de maio de 2009, art. 10, nº3.3.3.), no caso daqueles considerados “residentes” nos censos. Assim, antes do projeto, camponeses sentiam a liberdade de se depararem com uma diversidade de opções, como pescar, *jornalear*, trabalhar na *partija*, alugar ou ter uma pequena propriedade ou “posesión”.

Dentre os classificados como “residentes não proprietários”, muitos eram *nascidos e criados* que se dedicavam a trabalhar como *mayordomos*, *administradores* ou *partijeros* de algum patrão, ou desenvolviam diversas atividades na área, e com isso ajudavam seus pais idosos e mantinham contato com suas comunidades. A implantação do projeto impossibilitou que planejassem seu futuro de acordo com as regras tradicionais, sendo submetidos à perda do meio no qual realizavam seus cálculos e forjavam suas relações com amigos, vizinhos, familiares e patrões. A compensação oferecida a este grupo em dinheiro, cujo valor é de 25 a 40 milhões de pesos (25 e 40 mil reais), dificilmente é suficiente para comprar em 2014 uma casa nas cabeceiras municipais próximas ou uma parcela de terra, o que limita o mundo de possibilidades no qual estavam imersos:

Porque hay familias que, por ejemplo, a usted le van a dar los 25 o 28 millones, que eso es lo que le

Porque tem famílias que, por exemplo, para você vão dar os 25 ou 28 milhões, que isso é o que é

¹²² Na *vereda* de Veracruz havia camponeses produtores de arroz com pequenas propriedades, que podiam ser maiores de 5 hectares. A terra para o cultivo de arroz precisa ser plana e ter fonte d'água. Contudo, ao invés do reassentamento oferecido pela Emgesa, foi oferecida a reativação econômica com cacau em terras que não possuem as mesmas condições do que as que foram perdidas – apesar de terem a mesma área de terra. Assim, neste recorte estabelecido pela Licencia Ambiental referente aos “médios proprietários”, apresenta-se a dificuldade da Emgesa restituir a propriedade nas mesmas condições anteriores. Diante dessa impossibilidade, grande parte desses proprietários resistiu a aceitar a restituição da propriedade e o preço oferecido pelo “manual de preços”, o qual não garantia a compra da mesma propriedade, portanto, como se costuma dizer os camponeses produtores de arroz a terra oferecida “não é igual à que tinham.

paga no más 2 años o 3 años acaso de salario, de lo que uno gana uno normal acá, y uno se gana o 4 años no sé cuántos años, y le queda el resto de la vida usted, que ya vendió su tierra, ya no tiene nada que hacer (Campesino jornalero residente en la vereda de San José de Belén, entrevista realizada en noviembre de 2013).

pago por 2 ou 3 anos de salário, do que a gente ganha normal aqui, e as pessoas ganham isso ou em 4 anos, não sei quantos anos, e você que já vendeu sua terra fica o resto da vida, já não tem nada que fazer. (Camponês jornalero residente da vereda de San José de Belén, entrevista realizada em novembro de 2013, tradução nossa).

O dinheiro que ganhavam trabalhando na terra era gasto mensalmente: quando eram jovens, era usado para seus gastos pessoais e para contribuir nos gastos da casa de seus pais e, quando mais velhos, para contribuir com sua casa de origem e manter a própria casa. Dentre os camponeses que aceitaram a compensação, muitos decidiram realizar negócios como comprar gado ou uma pequena casa para morar ou alugar nas cabeceiras municipais próximas, ficando suscetíveis a fazer uma “boa escolha” com o dinheiro concedido. Assim, a situação dos camponeses que fizeram “negócios ruins”, bem como a de seu núcleo familiar¹²³, está se agravando. De qualquer forma, tenham feito negócios ou não com esse dinheiro, seus cálculos de investimento/poupança foram alterados, perdendo o meio pelo qual ganhavam seus recursos.

No que tange aos “grupos familiares” de proprietários/”poseedores”, a compensação foi calculada a partir da soma de todas as propriedades dos membros do “grupo familiar” cadastrado, que foi compensado conforme a quantidade de terra que tivesse em seu conjunto. Com base nisso, foram divididos em dois grupos: os “grupos familiares” com menos de 5 hectares, classificados como “pequenos”; e os “grupos familiares” que tinham entre 5 e 50 hectares, classificados como “médios”. Como é explicado em uma troca de cartas entre um camponês da área e a ANLA:

Pregunta de campesino: ¿Mi esposa y yo somos propietarios de dos fincas independientes y

Pregunta do camponês: Minha esposa e eu somos proprietários de duas propriedades independentes

¹²³ Segundo um camponês *jornalero* da área entrevistado por antropólogos da empresa Codesarrollo que fizeram uma consultoria para a empresa Emgesa, contida no ICA nº8: “em termos gerais, teve pessoas que não estavam com capacidade de administrar o dinheiro oriundo da compensação e viraram consumidores, porque compravam e compravam; de outro lado, teve pessoas que aproveitaram sua capacidade para administrar: compraram e construíram moradia própria, outros remodelaram suas casas; e outros compraram gado e se puseram a cultivar. Acho que a medida de mitigação do impacto foi inadequada devido a prontidão nos tempos da formação educacional para a administração do dinheiro. E que a perda do trabalho na *hacienda* Bilbao representava para nós estabilidade econômica no futuro, por isso, para 25 milhões que nos deram foi pouco” (Jornalero da Finca Bilbao, agora de propriedade do projeto, fev. 2013. “Estudio etnográfico sobre la población del área de influencia directa (AID) municipio El Agrado”. In: Fundación Codesarrollo-Emgesa-ICA nº 8; 2013, p. 84).

pertenecemos a un mismo grupo familiar, porque se da como una sola propiedad y se niega la compensación de manera independiente? ¿Cuál es el sustento legal existente en la licencia ambiental? (Carta de campesino pequeño propietario al Ministerio de Ambiente. Enero 5 de 2013. In: ANLA, Arch.4090, carpeta 86, p. 201230).

Respuesta del ANLA: [...] para determinar [...] el grupo poblacional afectado, según el tamaño del predio, se tomará la sumatoria del área de todos los predios pertenecientes a un mismo propietario o poseedor. (Respuesta de la ANLA a campesino pequeño propietario. Enero 14 de 2013. In: ANLA, Arch.4090, carpeta 86, p. 20459).

e pertencemos ao mesmo grupo familiar, por que estão dando como se fosse uma propriedade só e está sendo negada a compensação de maneira independente? Qual é o suporte legal existente na licença ambiental? (Carta de camponês pequeno proprietário ao Ministerio de Ambiente. 05/01/2013. In: ANLA, Arq. 4090, pasta 86, p. 201230).

Resposta da ANLA: [...] para determinar [...] o grupo poblacional atingido, segundo o tamanho da propriedade, será tomada a somatória da área de todas as propriedades pertencentes a um mesmo proprietário ou poseedor. (Resposta da ANLA ao camponês pequeno proprietário, 14/01/2013, In: ANLA, Arq.4090, pasta 86, p. 20459, tradução nossa).

Desse modo, em famílias de proprietários, tanto o homem quanto a mulher conseguiram no passado manter autonomias de patrimônio, embora fossem casados. Entretanto, ao juntar propriedades que na prática tradicional eram independentes, o projeto criou conflitos familiares, uma vez que a compensação era entregue ao chefe do “grupo familiar” devido ao casamento entre os proprietários. Ademais, a separação das propriedades entre membros da família, podia ser uma estratégia dos camponeses para conseguir ter acesso a mais terra do que tinham naquele momento, o que foi inviabilizado com a junção criada pelo “grupo familiar”.

Ao lado disso, uma grande quantidade de proprietários/”poseedores” realizavam atividades secundárias que ajudavam a complementar sua renda, que dependiam da quantidade de terra e os ciclos de produção. Assim, vários camponeses proprietários da área realizavam ocasionalmente outras atividades tanto dentro quanto fora da área. Essa situação era comum entre os camponeses que integravam algumas das *empresas comunitárias*. Eles foram situados na categoria de “médios proprietários”¹²⁴, logo, a compensação correspondente impôs sua inserção em um “grupo poblacional” e, pela quantidade de terra que possuíam, não conseguiram aumentar seu patrimônio em quantidade de terra, sendo

¹²⁴ Estes camponeses compartilhavam com alguns patrões a classificação de “médios proprietários”, bem como a contestação dos preços estabelecidos no “manual de preços” e do não reconhecimento dos “tempos mortos” de produção. No entanto, suas diferenças eram notáveis. Não foram reconhecidas práticas desses camponeses que nenhum patrão tinha, como a diversidade de atividades que desenvolviam e a construção de casas em suas terras pelos filhos ou familiares que formavam seu próprio núcleo familiar.

restituída a mesma quantidade (e não a qualidade) de terra sem que suas outras atividades produtivas fossem reconhecidas:

Resido en el área de influencia del PHQ en la vereda Rioloro en Gigante. Soy propietario de 35 hectáreas que he trabajado como parcelero por 16 años, en la empresa comunitaria los Remolinos [...]. En todos mis años he adelantado trabajo agropecuario en otros predios, como jornalero; como todos aquellos que tienen predios vecinos y el trabajo rural, es la única actividad que he hecho y es la que espero poder seguir realizando. (Carta de campesino pequeño propietario y jornalero. Gigante Huila 23/02/2011. In: ANLA, Arch.4090, carpeta 27, p. 5748).

Moro na área de influencia do PHQ na vereda Rioloro, em Gigante. Sou proprietário de 35 hectares que trabalhei como parcelero [trabalhar em uma parcela de terra] por 16 anos, na empresa comunitária os Remolinos [...]. Em todos meus anos fiz trabalho agropecuário em outras propriedades, como jornalero, como todos aqueles que têm propriedades vizinhas e trabalho rural, é a única atividade que tenho feito e é a que espero continuar realizando. (Carta de campesino pequeno proprietário e jornalero., Gigante, Huila 23/02/2011. In: ANLA, Arq. 4090, pasta 27, p. 574, tradução nossa).

Com a entrega das compensações para os proprietários/”poseedores”, uma grande parte de suas mulheres e filhos ficaram *sujeitos* a seus pais e esposos, visto que perderam o lugar de trabalho, onde construíam seu próprio patrimônio. E quando o “grupo familiar” tinha um *agregado*, comumente este foi expulso da moradia e deixado a sua própria sorte.

As alterações nas posições e oposições sociais desses camponeses se manifestavam nas constantes comparações entre membros das mesmas comunidades: camponeses “médios proprietários” não se sentiam conformados porque os camponeses que tinham “posesión” da casa (e que dependiam em grande parte do trabalho para os patrões) saíram compensados com os 5 hectares (ou o dinheiro equivalente), e os *nascidos e criados* classificados como “residentes não proprietários” consideravam injusto que aos “poseedores” foram oferecidos 5 hectares e a eles não, já que entre eles não existiam diferenças sociais antes da chegada da barragem.

A reorganização social nas comunidades da área não se expressou em todos os casos da mesma forma. A decisão em relação à compensação pela cabeça do “grupo familiar” pôs em jogo a continuidade de práticas por todos os membros da família que viviam sobre o mesmo teto. O chefe do “grupo familiar” devia tentar reacomodar as relações em seu interior e, no caso de “fazer uma escolha ruim”, colocava em risco a continuidade do núcleo familiar. Assim, foi comum que tanto filhos ou familiares que não foram reconhecidos como “atingidos”, quanto seus pais que foram compensados, se

manifestassem em conjunto através de protestos públicos, porque os pais se preocupavam pelo fato de seus filhos não terem sido compensados.

No entanto, ainda que o protesto fosse comum como forma de expressão contra o projeto, estas ações foram neutralizadas em algumas famílias (Capítulo 8), pois por vezes os filhos conseguiram que a Emgesa reconhecesse seu direito de “posesión”, sendo compensados tanto pais quanto filhos. Esta situação ocorreu na *empresa comunitária* La Escalereta, a qual embora inicialmente fosse foco de protestos realizados por parte de seus integrantes, com o tempo foi parcialmente neutralizada, visto que em várias famílias filhos e pais receberam compensação. Assim, apesar da maioria dos proprietários desta vereda ter mais de 5 hectares – com o que não aumentaram seu patrimônio –, muitos de seus filhos tiveram o reconhecimento da “posesión”.

Portanto, embora o projeto induzisse que os camponeses fizessem uma escolha individual de sua compensação, os cálculos e as reações dos integrantes destas comunidades, não podem se reduzir ao nível individual, já que no processo de cálculo fizeram parte aqueles que estavam em seu entorno. Dessa forma, alguns grupos foram neutralizados, porque eles ou seus filhos melhoraram de condição, enquanto outros protestaram em suas comunidades diante do conflito provocado pelo novo ordenamento ao qual foram submetidos, bloqueando estradas ou rejeitando a presença dos funcionários da Emgesa em suas veredas (Capítulo 8).

Além disso, os camponeses que tinham direito a reassentamento estavam submetidos a uma permanente pressão por parte da Emgesa para que escolhessem a venda direta ao invés da terra. A escassez de terra disponível na região e seus altos preços, assim como os custos implicados no reassentamento e na adequação de terras, fez com que a Emgesa pressionasse todos os proprietários que tinham direito a terra para que aceitassem a venda direta. Várias denúncias foram feitas com relação a isso, pois na formalidade da Licencia Ambiental, a prioridade era a opção de terra, e não a negociação direta da propriedade¹²⁵.

¹²⁵ Segundo a Licencia Ambiental, “como segunda opção e unicamente na ocasião do grupo familiar manifestar expressamente que não deseja ser objeto do programa de reassentamento poderá se fazer uma compra direta.” (Resolución nº 899 de 2009, art. 10, nº3.3.4.).

A empresa havia declarado que para propriedades menores de 5 hectares não haveria a opção de compra, mas que seria feito o reassentamento com compensações de 5 hectares, posteriormente, chegou a opção de compra, praticamente os obrigando à negociação, se eximindo da opção de reassentamento, a qual foi estipulada em reuniões anteriores pela Empresa a cada uma das comunidades atingidas. (Carta da Personera Municipal de El Agrado ao Ministerio de Ambiente, 23/07/2012, In: ANLA, Arq. 4090, pasta 68, p.15462, tradução nossa).

Os “poseedores” atingidos ainda não sabem qual foi a oferta que Emgesa fez ao INCODER pelas terras e a resposta deste organismo, devido que a Licencia Ambiental plantea como primeira opção a restituição de prédios de 5 a 50 hectares. Nunca se informou diretamente aos poseedores essa primeira opção (...). (ASOQUIMBO. Solicitud de Audiencia Pública Ambiental para el proyecto hidroeléctrico El Quimbo. Bogotá, 23/01/2012. In: ANLA, Arq. 4090, pasta 46, p. 10203, tradução nossa).

Desse modo, perante a pressão e as situações nas quais se encontravam, camponeses proprietários/“poseedores” que tinham menos de 5 hectares aceitaram a compensação em dinheiro (150 milhões de pesos, ou 150 mil reais), enquanto aqueles que tinham entre 5 e 50 hectares aceitaram o valor do “manual de preços”. Eles realizaram uma variedade de investimentos: comprar gado e deixar na *partija* com um proprietário de terra; tentar a sorte comprando terra em outra região devido aos elevados custos da terra na área alagada; fazer “algum negócio”, como comprar duas casas, aproveitando a quantidade de dinheiro em circulação e a especulação imobiliária na área com a chegada de trabalhadores de construção para a implantação do projeto¹²⁶, conseguindo assim “uma casa para a renda e outra para morar”.

Contudo, apesar da pressão sofrida, uma parte dos camponeses se manteve na opção de reassentamento, o que assegurava a continuidade de suas práticas de vida a partir da garantia da terra. Neste sentido, é pertinente o trabalho realizado por Daou (1988), que defende a tese de que em meio a ambientes hostis e autoritários, é possível que princípios de organização camponesa possam agir, direcionando escolhas. Portanto, para os camponeses estudados que elegeram o reassentamento, a dedicação a atividades rentistas, como comprar duas casas aproveitando a inflação dos preços dos alugueis, é um cálculo a curto prazo, “e quando acabar o projeto, para quem vão alugar?” (camponês “poseedor” e jornalero, entrevista realizada em novembro de 2013, tradução nossa).

¹²⁶ A implantação do projeto fez com que, nos municípios de influência do projeto, os alugueis aumentassem como consequência da chegada de trabalhadores e a circulação do dinheiro na área. Por isso, pessoas que aceitaram a compensação em dinheiro decidiram comprar duas casas: uma para morar e outra para alugar, aproveitando-se a situação dada.

Assim, persistir na opção da compensação em terra é uma busca para amenizar a incerteza entre os camponeses. A ameaça de perder a terra e o patrimônio representa perder o lugar no qual um familiar tinha a possibilidade de construir uma casa, a poupança familiar quando alguém tinha uma dificuldade econômica. Desse modo, a escolha pela restituição da terra possibilita dar certa continuidade a suas práticas de vida e permite que seus filhos e netos possam ter um patrimônio para trabalhar e morar no campo, embora eles fiquem *sujeitos* a seus pais.

Dentre aqueles que optaram pelo reassentamento individual, a decisão foi resultado de fatores combinados, como a melhora substancial de suas condições anteriores e as disputas geradas em suas comunidades. Este foi o caso da ex-presidenta da JAC de Veracruz, que tinha uma casa localizada ao lado das vias públicas da vereda, e a quem a Emgesa deu o direito de “posesión” e comprou para ela e sua família uma propriedade que produzia café, com qualidade superior às oferecidas para o restante de sua comunidade, o que provocou inveja e inimizades. Assim, segundo um testemunho apresentado em informe da consultora Codesarrollo, para o ICA nº 8, a ex-presidenta da JAC de Veracruz, foi compensada com 5 hectares de terra de forma individual:

Estamos muy contentos porque la ilusión nuestra siempre fue tener una casa cómoda y bonita y uno ve un sueño hecho realidad, el Proyecto ha cumplido con nosotros en todo lo que la Licencia estipula, lo que faltaba era la casa y esperamos convertir esta finca en una experiencia demostrativa para otras familias en proceso de Reasentamiento (Relato, vereda La Palma, Gigante, 26 de abril de 2013, Primer informe de Seguimiento etnográfico municipio de Gigante. Fundación Codesarrollo presentado a EMGESA-ICA nº 8).

Estamos muito contentes porque o nosso sonho sempre foi ter uma casa cômoda e bonita e eu vejo o sonho se transformar em realidade, o Projeto cumpriu conosco em tudo o que a licença estipula, o que faltava era a casa e esperamos que esta propriedade seja uma experiência demonstrativa para outras famílias em processo de reassentamento. (Relato, vereda La Palma, Gigante, 26 de abril de 2013, Primer informe de Seguimiento etnográfico municipio de Gigante. Fundación Codesarrollo presentado a EMGESA-ICA nº 8, tradução nossa).

Por outro lado, grupos que escolheram em suas comunidades o “reassentamento coletivo”, procuram reconstruir um circuito de vizinhança entre os camponeses que em geral fazem parte de famílias extensas. O restabelecimento desses circuitos permite que grupos de pessoas (que tinham propriedade ou “posesión”) estivessem próximos de antigos familiares e vizinhos, garantindo que eles tivessem um ambiente propício para realizarem a *partija*, ajudar um familiar ou vizinho no trabalho, cuidar dos idosos quando tivessem

dificuldades, ou ainda ter um lugar para construir a casa de um familiar. A contestação inicial e os primeiros protestos contra o projeto tiveram em sua origem a ameaça de desintegração das comunidades, como foi descrito por uma integrante da empresa comunitária La Escalereta entrevistada em 2010:

La primera reunión que vino la empresa se recibió aquí con total negativa a El Quimbo, con pancartas, todo el mundo en contra, la niñez, la juventud, los adultos mayores, todos, entonces hubo representación de todos los sectores, de la escuela, de la guardería, nosotros nos hicimos presentes allá, y en vos de que nosotros no queríamos la desintegración de la comunidad como tal y es lo que no queremos y es lo que hasta el momento le hemos exigido a Emgesa que si ya por obligación tenemos que irnos nos tienen que reubicar a todos puesto que nosotros somos una empresa comunitaria, donde todos nosotros somos familia y nosotros nos hemos mantenido en que somos una familia grande que somos aproximadamente unas 500 personas entrelazadas con todas las personas (Doña Estela, miembro de la empresa comunitaria La Escalereta, campesina hija de un miembro fundador da empresa comunitária, entrevista realizada em abril de 2010).

A primeira reunião que a empresa veio se recebeu aqui El Quimbo com total recusa, com cartazes, todo mundo contra, as crianças, a juventude, os adultos maiores, todos. Então teve representação de todos os setores, da escola, da creche, nós nos fizemos presentes lá, e em voz, que nós não queríamos a desintegração da comunidade como tal e é o que não queremos e é o que até o momento temos exigido da Emgesa, que se por obrigação já temos que sair, têm que nos reassentar a todos, pois nós somos uma empresa comunitária, onde todos nós somos uma família e nós sustentamos que somos uma família grande, que somos aproximadamente 500 pessoas entrelaçadas com todas as pessoas. (Doña Estela, membro da empresa comunitária La Escalereta, camponesa filha de um membro fundador da empresa comunitária, entrevista realizada em abril de 2010, tradução nossa).

Desses “reassentamentos coletivos” participaram tanto “médios proprietários”, quanto aqueles que só tinham uma casa e um *solar*. Isso motivou uma reorganização entre os membros desses reassentamentos. Por um lado, uns não aumentaram seu patrimônio e inclusive pioraram suas condições anteriores – como os pequenos produtores de arroz, a quem não se está dando uma terra melhor da que tinham –, e outros conseguiram expandir seu patrimônio em terra. Assim, no melhor dos casos, famílias conseguiram que tanto filhos “poseedores” quanto seus pais fossem compensados em conjunto, ao passo em que outros filhos ficaram *sujeitos* a seus pais ou familiares.

O “reassentamento coletivo” permitiu que grupos de camponeses mantivessem e cuidassem de um patrimônio construído com parentes e vizinhos, o qual vai além da propriedade ou da “posesión” da terra e se expressa em uma série de práticas comuns (como a *partija* e o cuidado de idosos e uma geração para outra). Assim sendo, somente com um lugar comum podia ser garantida parcialmente a continuidade da forma de vida

que levavam antes da chegada da barragem. Portanto, o “reassentamento coletivo” garante também o cuidado coletivo das propriedades pela comunidade. Isso é apontado por um dos habitantes que não perdeu sua casa, mas sim suas terras, passando a exigir que estas fossem realocadas para onde as demais pessoas de sua comunidade se deslocassem:

En el caso de la comunidad del centro poblado de Rioloro, la mayoría de afectados por la construcción del proyecto hidroeléctrico el Quimbo, tiene sus predios ubicados en el área de inundación en la vereda de Veracruz, sin embargo estos predios tienen actividad agropecuaria sin vivienda. El ser reubicados en sitio lejano a nuestras viviendas, permitirá incrementar los costos económicos por desplazamiento, rompimiento del tejido social, ya que nuestra familia se encuentra ubicada en Rioloro. [Por lo cual], solicitamos que nuestro sitio de reubicación como medida de compensación establecida [...], sea destinada en la hacienda Montea, jurisdicción del corregimiento de Rioloro, municipio de Gigante Huila, por cercanía a nuestras viviendas. (campesina pequeña propietaria. Rioloro, 05/02/2013. In: ANLA, Arch.4090, carpeta 89, p. 21088).

No caso da comunidade do centro do povoado de Rioloro, a maioria de atingidos pela construção do projeto El Quimbo têm suas propriedades localizadas na área de alagamento na vereda de Veracruz, porém essas propriedades têm atividade agropecuária, sem moradia. Ser reassentados em um lugar longe de nossas casas vai aumentar os custos econômicos do deslocamento, rompendo o tecido social, já que nossa família está localizada em Rioloro. [Por isso], solicitamos que nosso lugar de reassentamento como medida de compensação estabelecida [...], seja concedida na *hacienda* Montea, jurisdição de Rioloro, município de Gigante, pela proximidade de nossas moradias. (Camponesa pequena proprietária. Rioloro, 05/022013. In: ANLA, Arq. 4090, pasta 89, p. 21088, tradução nossa).

Assim, a exigência de “reassentamento coletivo” se manteve até o final entre os núcleos de camponeses na Escalereta (reassentados em Llanos de la Virgen, município de Altamira), San José de Belén (para a vereda La Galda), Balseadero (para a *hacienda* Santiago e Palacios) e Veracruz (para a *hacienda* Montea). E, por outro lado, os “reassentamentos individuais” se dispersaram pela região. Em alguns casos, o reassentamento coletivo foi impulsionado e organizado por líderes que atuaram como intermediários da Emgesa (como na Escalereta). E em outros casos, a opção não foi mediada por nenhum líder, devido ao inconformismo perante o projeto, o transtorno e o constrangimento que implicava ser um intermediário – logo, praticamente um funcionário – da multinacional nas comunidades (como em San José de Belén)

Finalmente, as opções impostas pelo projeto fizeram com que as comunidades, da maneira como estavam construídas, se rompessem, além de ter reorganizado suas posições em relação aos outros membros da comunidade e as hierarquias internas às famílias. As divisões resultantes disso levaram grupos de “residentes não proprietários” a aceitar

dinheiro, com o qual tentaram investir em alguma atividade que permitisse seu sustento. Porém, com o desaparecimento de seus lugares de refúgio e de trabalho, muitos têm resistido a aceitar a compensação oferecida pelo projeto, aguardando o decorrer dos acontecimentos e as decisões dos integrantes de suas comunidades.

Ao lado disso, alguns escolheram a venda da terra, procurando investir o dinheiro em atividades diversas, enquanto outros optaram pelo reassentamento individual, procurando manter práticas relacionadas com a terra, embora estivessem separados de suas comunidades anteriores. Por último, outros grupos procuraram o “reassentamento coletivo” – ainda que as posições entre seus membros mudem: de “poseedor” de uma casa a um pequeno proprietário; de produtor de arroz “médio proprietário” a produtor de cacau (que é menos rentável e as terras não são da mesma qualidade do que as anteriores) –, conseguem manter os círculos de vizinhança e a segurança de poder compartilhar laços de confiança entre si.

8 PROTESTOS, LÍDERES E DISPUTAS PELA REPRESENTAÇÃO DOS ATINGIDOS

8.1. AS DISPUTAS PELA REPRESENTAÇÃO DOS ATINGIDOS

A representação dos *atingidos* esteve sob constante disputa entre diferentes grupos e organizações. Por um lado, tiveram um importante papel as Juntas de Acción Comunal (JAC), que apresentaram posicionamentos diversos: se articularam com a Asoquimbo, que tem se oposto radicalmente ao projeto¹²⁷; se



Fotografia 6: Passeata convocada por Asoquimbo na área (outubro 2013)

Fonte: Asoquimbo

articularam com a Emgesa, que procurou líderes locais para neutralizarem a contestação e agilizaram trâmites com as pessoas que têm direito a compensação; ou, por ultimo, se mantiveram isolados dos “atores externos”, deixando que cada membro de suas comunidades negociasse diretamente com a empresa. Por outro lado, encontram-se os grupos que se constituíram em torno dos “grupos poblacionales”, sendo que alguns deles se aproximaram da Asoquimbo, mas também procuraram negociar as compensações com a Emgesa, se desfazendo enquanto grupo com o tempo.

Como resultado das compensações do projeto hidrelétrico, grande parte dos líderes das JAC e dos diferentes grupos criados pelo projeto, afastou-se de suas comunidades. No caso das JAC, alguns fizeram parte dos “beneficiados” e aumentaram seu patrimônio, como ocorreu com os líderes que eram “poseedores” de uma casa e foram compensados com 5 hectares. Além disso, desde o início do projeto a Emgesa mostrou ter um tratamento diferencial com os líderes: deu-lhes conselhos, como dividir suas propriedades entre seus

¹²⁷ Em uma de suas primeiras assembleias, a organização rejeitou a implantação do projeto, visto que, segundo o professor da USCO e líder da Asoquimbo, Miller Dussan: “sendo coerentes com seus propósitos, a Asoquimbo declarou a resistência e a desobediência civil permanente, porque para nós não existia nenhuma possibilidade e não seria ético entrar em uma negociação com a empresa transnacional” (Entrevista concedida pelo professor Miller membro e líder da Asoquimbo, em nov. 2013).

filhos ou legalizar suas “posesiones”; ofereceu-lhes aulas de “capacitação”; ou entregou suas compensações mais rápido do que aos demais membros de suas comunidades¹²⁸. Com isso, os organismos de representação local como as JAC, fragmentados pelas compensações, não conseguiram representar os interesses de suas comunidades.

O problema da representação em meio aos conflitos do projeto não tem sido uma questão exclusiva das *veredas* e das JAC, mas também surgiu a partir da criação de diversos grupos (descritos brevemente no Capítulo 5) que construíram lideranças através dos protestos. Os múltiplos grupos que surgiram em torno do projeto tiveram diferentes tempos de reação e espaços de mobilização. Os grupos estiveram em uma permanente disputa tanto em seu interior quanto com aqueles que procuram representar ou neutralizar para defenderem seus interesses de representação.

Ao lado disso, em todos esses grupos surgiu a tensão resistência/negociação, e quando a negociação não foi possível, o Estado utilizou a violência por meio do ESMAD. À vista disso, os grupos que geraram lideranças frequentemente cederam diante das pressões de negociação da Emgesa e da violência.

Em meio à disputa em torno da representação e à fragmentação dessas organizações, pode-se destacar o caso da JAC da *vereda* Escalereta, cujo presidente, apesar da forte oposição da comunidade ao projeto, impediu que organizações como a Asoquimbo se fizessem presentes em seus espaços *veredales*. Esse presidente da JAC foi compensado pela “posesión” de sua casa com 5 hectares de terra e se tornou um facilitador de Emgesa em sua comunidade. Esta relação de colaboração com a empresa foi manifestada em vários momentos, confrontando-se tanto com membros de sua comunidade quanto com outras comunidades que tem freado o processo de reassentamento.

Nesta vereda foram feitos protestos por seus integrantes em 2008 com a chegada do projeto e, depois disso, em 2012 e 2013, durante o processo de compensações. Nos últimos protestos, famílias de camponeses *nascidos e criados* protestaram, seja porque os filhos ou agregados foram incluídos nas compensações de um “grupo familiar”, seja por serem “residentes não proprietários”, pois a compensação não era suficiente para a compra de

¹²⁸ Como a ex-presidenta da JAC de Veracruz, que foi reassentada individualmente devido a diferenças com sua comunidade.

terras. Em 2012 e 2013, esses grupos impediram repetidas vezes o acesso de funcionários da Emgesa a suas *veredas*, frente ao qual o presidente da JAC ajudou a empresa nos trâmites necessários, como foi relatado em um dos documentos do ICA nº 8 entregues pela empresa ao Ministério de Ambiente:

Durante a visita a casa modelo com as famílias que têm direito a reassentamento da Escalereta, surgiu a necessidade que cada uma das famílias escolhessem o modelo de moradia; porém, por essa época a comunidade da Escalereta estava bloqueada pelos residentes não proprietários, e por conseguinte, o Presidente da JAC convocou e reuniu as famílias com direito a reassentamento no dia 8 de novembro de 2012, quando a maioria das famílias assinou uma folha escolhendo o modelo de moradia entre os seis (6) modelos propostos pela empresa. (EMGESA - ICA 8; 2013 f, p. 20).

Seguindo a mesma posição que adotou com membros de sua comunidade que impediam a entrada de funcionários de Emgesa, o presidente da JAC da Escalereta, como representante de seu grupo, agiu contra as ocupações de terras levadas a cabo por parte de camponeses afiliados à Asoquimbo que foram impactados pela compra das terras (ver o seguinte item). O presidente da JAC solicitou em uma carta encaminhada a Emgesa a expulsão daqueles que estavam “invadindo” suas propriedades, e por meio disso buscou agilizar o reassentamento (nos Llanos de La Virgen, no município de Altamira) daqueles que tinham este direito em sua comunidade:

Solicitamos se realice el desalojo de los invasores de terreno para el reasentamiento de la comunidad y se entreguen las parcelas a las familias con derecho a reasentamiento y reubicación. (Carta enviada a Emgesa del presidente de JAC La Escalereta, Agrado, 22/08/2013. Arch. 4090, ICA 8, Anexo 1, avances reasentamientos, conflictos sociales).

Solicitamos que se realize a expulsão dos invasores do terreno para o reassentamento da comunidade e que se entreguem as terras às famílias com direito a reassentamento e realocação (Carta enviada a Emgesa pelo presidente de JAC La Escalereta, Agrado, 22/08/2013. Arq. 4090, ICA 8, Anexo 1, avances reasentamientos, conflictos sociales, tradução nossa).

Portanto, o presidente da JAC da Escalereta deixou de ser representante de sua comunidade. Em vez disso, virou um representante e defensor dos interesses do grupo dos que têm direito a reassentamento conforme o censo e a Licencia Ambiental, enfrentando-se assim com membros de sua antiga comunidade e com outros grupos que obstruíam o processo de reassentamento. Desse modo, a JAC como espaço tradicional no qual a comunidade delegava o poder a seus líderes deixou de funcionar como anteriormente o fazia.

Assim, no caso da Escalereta, as estruturas tradicionais de representação como as JAC, não representam mais o conjunto dos interesses da comunidade. Os líderes já não são aquelas pessoas que, pertencendo a suas comunidades, cumpriam a função de representante perante as diversas autoridades ou organizações. Neste sentido, rompeu-se com a delegação do poder pelos grupos, para que seus líderes representassem seus interesses (BOURDIEU, 2004; p. 189).

Paralelamente a isso, a reorganização das comunidades a partir das compensações, fez com que tanto a Emgesa quanto os grupos ou pessoas atingidas tentassem fazer a negociação direta. Em vários grupos da área seus líderes negociaram suas condições particulares e, por esse motivo, os habitantes da área passaram a desconfiar na delegação de seus direitos a qualquer pessoa. Os camponeses agora pensavam que ninguém mais, somente eles mesmos, podiam negociar sua compensação.

A desconfiança dos camponeses em qualquer tipo de representação se deu por sentirem que, ao delegar o poder de negociação à outra pessoa, esta poderia lhes enganar ou submetê-los a sua vontade, para ser beneficiada pela Emgesa. Essa desconfiança se deu em relação a “atores externos” a suas comunidades como a Emgesa, e também sobre a Asoquimbo, visto que sentem que se alguma pessoa ou grupo externo negocia por eles, podem ser enganados. Porém, no caso de Asoquimbo, ser classificado como um “ator externo” é relativo, pois sua presidenta foi de uma vereda por quatro anos (2009-2012) e, após sua renúncia, camponeses das diferentes *veredas* da área se identificaram nas assembleias com a postura da Asoquimbo de defesa da criação de uma ZRC e da oposição radical ao projeto, apesar de serem constantes as fofocas contra a organização nas diferentes veredas. Em relação aos líderes que se articularam com a Emgesa, um dos camponeses de San José de Belén discorreu em entrevista sobre a “manipulação” da qual foram objeto na *vereda* vizinha da Escalereta:

Es que también hay una manipulación de algunas veredas como esa de la Escalereta que es donde el único que puede hablar con la empresa es el presidente [de la JAC] y están en un error pero ni el verraco, porque usted no puede negociar lo mío. Y la empresa [Emgesa] va y le dice, “no, eso es con el presidente con el que tengo que hablar, no es con usted” [...]. Pero es que así no se puede, así sea

É que também tem uma manipulação de algumas veredas como essa da Escalerata, que é onde o único que pode falar com a empresa é o presidente [da JAC] e estão cometendo um erro muito grande, porque você não pode negociar o meu. E a empresa [Emgesa] vai e diz para você “não, isso é com o presidente, com ele que eu preciso falar, não com você” [...]. Mas é que assim não se pode, assim seja

quien sea no puede negociar las parcelas, los derechos de una persona, eso es trampa (Campesino jornalero, residente de la vereda de San José de Belén. Entrevista realizada en noviembre de 2013).

quem for, não pode negociar as terras, os direitos de uma pessoa, isso é enganação. (Campesino jornalero, residente da vereda de San José de Belén, entrevista realizada em novembro de 2013, tradução nossa).

Portanto, algumas JAC preferiram não se articular diretamente com nenhum ator, tentando assim, como no caso da JAC de San José de Belén, que seus líderes não se articulassem com a Emgesa. Nestes locais, a presidenta da JAC compartilhava com sua família extensa certos problemas como filhos incluídos na compensação de seu “grupo familiar” ou o não reconhecimento do direito de “posesión” de irmãos, classificados como “residentes não proprietários”. Dessa forma, até o momento do reassentamento coletivo, ela manteve-se junto a sua comunidade e apoiou as manifestações locais contra a empresa que surgiram em sua comunidade, como será abordado no item seguinte.

Isto posto, em meio ao conflito e as progressivas ameaças de desintegração das JAC, a Asoquimbo, constituída por membros da Universidad Surcolombiana (USCO) e camponeses *atingidos* pelo projeto, levantou questões importantes acerca de quem representa os *atingidos*. Desde sua fundação em junho de 2009, a organização se fez presente em tempos e lugares diferentes. Ao longo dos anos, construiu espaços que permitiram a sua articulação com camponeses da área atingida e a legitimação de suas ações de protesto, como: a USCO como local de organização de eventos na cidade de Neiva, tendo em vista tornar a universidade em um espaço que organizava e difundia o problema para um público mais amplo que os habitantes da área; e espaços locais voltados para a realização de assembleias, reuniões e protestos na área, como ocorreu em um primeiro momento, com o apoio da JAC, em Rioloro (2009-2012) e, em um segundo momento, no povoado da Jagua e na *vereda* La Honda (2012-2014)

Para a Asoquimbo, no processo de “exteriorização” do problema tem sido importante a ação de um grupo de graduados da faculdade de Comunicação da USCO, que fundaram a Comunicación para el Desarrollo Social (Com-Unidad), uma organização que se dedica a difundir diferentes problemas sociais em Huila. No caso de Quimbo, esta organização apoiou a Asoquimbo na difusão para a “opinião pública” – principalmente

através da internet¹²⁹, de documentários, vídeos e comunicados – dos diferentes conflitos e impactos dos habitantes da área. Isso fez com que os meios de comunicação locais (Diario del Huila e Diario La Nación) se vissem na obrigação de noticiar parte desses problemas, diante das evidências de conflito.

Ademais, o funcionamento desta organização não depende de financiamento externo. Seus integrantes estão vinculados à USCO ou trabalham em atividades como vídeos e documentários. Isto é, não existem membros desta organização que ganhem recursos por sua militância na Asoquimbo e as contribuições doadas para seu funcionamento são entregues a título pessoal (por exemplo, para comida e transporte, de forma a viabilizar as manifestações públicas de protesto).

Nesse contexto, a nível local, a representação pela Asoquimbo se manteve a partir do apoio da JAC de Rioloro, composta predominantemente por uma única família de “pequenos proprietários” (que têm menos de 5 hectares). Nesta vereda, a presidenta da Asoquimbo estava vinculada a sua JAC por laços familiares. Por isso, foi possível que se abrissem lugares físicos para a organização, como o “salón comunal”, onde se realizaram várias assembleias e concentrações de camponeses da região e da área atingida. Uma parte dessa família continuou contrária ao projeto por aproximadamente 5 anos (2008-2012), procurando representar o interesse coletivo contra a barragem para que a comunidade não fosse fragmentada, de modo a defender seus vínculos de vizinhança, amizade e família, construídos com o povoado de Veracruz, que vai desaparecer com o alagamento.

No entanto, nesta família se apresentaram divergências com relação ao projeto e ao voto para as eleições locais. Da mesma forma que nos outros povoados, em Rioloro e Veracruz fundamentava-se o voto nas relações de amizade e parentesco existentes na comunidade. Antes da implantação do projeto, apoiaram uma familiar da presidente da JAC para o conselho municipal de Gigante. Para o mandato de 2007-2011, ela foi eleita para concejal, com o aval de um partido tradicional (Cambio Radical)¹³⁰. Com a chegada do

¹²⁹ Dentre as formas de divulgação do problema encontram-se vídeos, exposições de fotos e documentários sobre o que está acontecendo com os atingidos pelo megaprojeto, com o objetivo de “resgatar a memória dos idosos e das mulheres” (Conversa com comunicadora social integrante de Asoquimbo, novembro de 2013).

¹³⁰ Embora o partido Cambio Radical seja um partido novo que foi fundado em 2010, seus dirigentes fazem parte principalmente do Partido Liberal Colombiano, dirigido por German Vargas Lleras, familiar de dois ex-

projeto, essa concejal eleita por sua comunidade estava resignada a construção da barragem, enquanto outros membros da mesma família se opuseram à sua realização.

Para o mesmo período, foi eleito para concejal em Gigante, pelo partido de esquerda Polo Democratico, um comunicador social da USCO e integrante da organização Comunidad. Este concejal de esquerda passou a estar presente nas manifestações dos *atingidos* pelo projeto, gerando uma empatia por uma parte dos habitantes impactados. Com isso, o voto se dividiu nas *veredas* de Rioloro e Veracruz para as eleições do conselho para o período 2011-2015¹³¹.

Essa divisão fez com que os membros da Asoquimbo apoiassem o candidato do Polo Democratico, ao passo em que a candidata do Cambo Radical recebia votos da outra parte da comunidade e era apoiada por outro segmento da mesma família. Isso resultou na divisão do voto entre os dois e na eleição de nenhum deles ao conselho de Gigante. A ex-concejal da *vereda* perdeu votos em relação à eleição anterior (de 133 para 103 votos) e o candidato do Polo não foi eleito como consequência da concentração de sua campanha em locais onde o voto estava dividido (obtendo apenas 124 votos), sem ter buscado votos em outras *veredas* do município.

Ao mesmo tempo em que a Asoquimbo se fazia presente nos povoados de Rioloro e Veracruz, a organização apoiou outros protestos, como os dos pescadores de Puerto Seco, na *vereda* de Domingo Arias (Gigante). Os pescadores de Puerto Seco começaram a se manifestar a partir do início das obras (fevereiro de 2011) e o despejo de lixo (materiais de construção) no rio, o que atingiu a pesca. Esses pescadores passaram a participar da Asoquimbo desde junho de 2011, quando decidiram ocupar a beira esquerda do rio, onde se

presidentes da Colômbia pelo Partido Liberal: Alberto Lleras Camargo (1945-1946; 1958-1962) e Carlos Lleras Restrepo (1966-1970).

¹³¹ Além disso, a divisão e o deslocamento de comunidades impuseram problemas referentes à perda de votos para alguns políticos cujo reduto para entrarem no conselho se concentrava nessas *veredas*. O concejal do município de Agrado, Jairo Fernandez, que chegou ao conselho por meio de votos da *vereda* la Escalereta, foi compensado com 5 hectares de terra por ter direito a “posesión” de sua casa. Desde o início, Fernandez impulsionou a construção da barragem, porém, depois de saber o lugar de reassentamento, manifestou-se contrário à obra, pois o deslocamento da comunidade para o município vizinho de Altamira (propriedade “La Virginia” e “Guipa”, na *vereda* Llanos de la Virgen) resultaria na perda de seus votos. Ao lado disso, a divisão da comunidade levou à aversão às instituições do Estado por parte de seus habitantes e, nas eleições seguintes, passava a não existir uma coesão interna para elegê-lo, nem a mesma quantidade de pessoas que antes estavam na *vereda*.

situavam as obras do projeto¹³². A partir desta ação, se apresentou no local uma forte disputa pela representação e pela negociação com os *atingidos*. A ocupação das beiras do rio por parte dos pescadores forçou a Emgesa a negociar, procurando em vista disso, isolar os membros de Asoquimbo por obstruírem o projeto, tendo em vista a negociação direta com os pescadores:

Vários membros da comunidade de pescadores manifestaram seu objetivo de querer conversar diretamente com a empresa, com as diferentes autoridades e com o acompanhamento da Defensoria del Pueblo para discutir possíveis alternativas de solução em torno do avanço do projeto. Assim, foi exposto no dia 30 de agosto em uma reunião realizada com os pescadores na vereda Domingo Arias, onde a Defensoria del Pueblo recebeu uma relação de cinco pessoas, pescadores todos, que seriam os porta-vozes dos pescadores, e se esclareceu que a Asoquimbo ou qualquer outra pessoa ou associação pode acompanhar o processo quando eles o consideraram pertinente. Em uma reunião a alguns dias com a Emgesa, o Ministerio de Ambiente e a funcionária da Defensoria del Pueblo manifestaram seu interesse de ser diretamente aqueles que participam e definem as discussões e possíveis acordos a que se possa chegar. (Declaración de la Defensoría de Pueblo, Bogotá, 14/09/2011 Ministerio Público. ANLA, Arq. 4090, pasta 39, p. 8360, tradução nossa).

Desse modo, alguns pescadores negociaram e a Emgesa lhes entregou um valor monetário¹³³, incluindo-os em “planos de seguimento” (ver Capítulo 5). No entanto, outro grupo de pescadores continuou mobilizado nas beiras do rio, e foi convocada a participação de outros grupos de *atingidos* (ASOQUIMBO, Convocatoria a manifestación. In: ANLA, Arq.4090, pasta 38, p. 8119). Assim, as negociações não tiveram fim com a ocupação dos pescadores, que só acabou com a sua violenta expulsão pelo ESMAD em fevereiro de 2012,

¹³² Comunicado de Asoquimbo acerca dos pescadores: “hoje, 7 de junho de 2011, a partir das duas da tarde, pescadores artesanais deslocados pelo Estado e pela transnacional Emgesa da área de El Quimbo se mobilizaram em canoas pelo rio Magdalena até se concentrar na área rural de Puerto Seco do município de Gigante, lugar onde se vem construindo o túnel para o desvio do rio e onde a Emgesa vem executando cargas explosivas que colocam em alto risco sua vida [...]. Um dos problemas evidenciados é o deslocamento dos pescadores artesanais da área de El Quimbo. São 136 pescadores que foram registrados no censo feito pela Emgesa como população a compensar, mas perderam sua fonte de trabalho devido ao deslocamento ilegal de seus lugares de pesca, às cargas explosivas no túnel, o trânsito de motores de alta potência no rio e a contaminação pelo depósito de toneladas de escombros de terra no rio Magdalena, espantando os peixes. O Ministerio de Ambiente permitiu que isso ocorresse sem exigir a Emgesa o cumprimento de suas obrigações para com todas as populações vulneráveis. Esse é um motivo para suspender a licença” (Plataforma Sur de Organizaciones Sociales y Asoquimbo. Pescadores artesanales desplazados por el Estado en desobediencia y resistencia civil. ANLA, Arq.4090, pasta 32, p. 6839).

¹³³ Sabe-se que um antigo líder dos pescadores que simpatizou com a Asoquimbo foi compensado, comprou uma casa e colocou um negocio de fotocópias no povoado de Rioloro, onde tem relações de compadrio com alguns habitantes. Desde que aceitou a compensação, ele rompeu laços com a Asoquimbo e, desde então, falou mal da organização. Ademais, em 2013, ele incentivou sua esposa, que se dedica a pesca e ao *jornal*, a participar de alguns protestos *veredales* tendo em vista o recebimento de alguma compensação.

quando teve início o desvio do rio Magdalena para o início da construção do dique em março de 2012.

Frente ao avanço do projeto, a Asoquimbo modificou a composição de seus integrantes. Em 2012, a presidenta da organização decidiu renunciar à presidência da Asoquimbo em um contexto caracterizado pelo recebimento das compensações por seus vizinhos e familiares, pela violência policial do ESMAD exercida na expulsão dos pescadores em fevereiro de 2012, e pelo início das obras do muro da barragem nesse momento, o que, em conjunto, mostrava a intenção do Estado de implantar o projeto independentemente das resistências que tentavam impedir a construção do projeto.

Com sua renúncia, a ex-presidenta da Asoquimbo se afastou dos processos de resistência e membros de sua família começaram a receber a compensação em dinheiro – com o qual consertaram suas casas – ou em terra, que está até agora em processo de adjudicação. A JAC de Rioloro virou representante de interesses familiares (pedindo para a Emgesa trabalho para familiares ou amigos) e fechou os espaços físicos de organização nessa *vereda*. Apesar disso, uma importante parte dos habitantes de Rioloro e Veracruz continuou na organização de resistência.

Depois disso, a Asoquimbo mudou para dois locais onde encontrou respaldo a suas propostas e aspirações: 1) a *vereda* la Honda, no município de Gigante, onde famílias de *mayordomos* e *partijeros* mantinham ocupações nas terras vendidas pelos seus patrões; e 2) o povoado La Jagua, no município de Garzón, no qual se encontrava um significativo número de *atingidos* pela compra de propriedades para reassentamento, os quais abriram espaços em sua comunidade para a organização de assembleias e passeatas. No último local, os líderes mudaram seus posicionamentos iniciais diante de situações de pressão por meio de negociação e violência.

Esse foi o caso dos camponeses que ocuparam várias *haciendas* compradas para o programa de reassentamento, pelo qual surgiram novos *atingidos* que se afiliaram a Asoquimbo. Essas ocupações foram realizadas nas *haciendas* Virginia e Guipa (Altamira), que se mantiveram desde finais de 2012 até sua expulsão em outubro de 2013 – com a

ameaça de “expulsão iminente”¹³⁴ pelo ESMAD –, bem como nas *haciendas* Santiago e Palacios¹³⁵ (Garzón), cujas ocupações persistiram de finais de 2012 até novembro de 2013.

Além disso, a desvinculação de líderes dos processos de resistência não tem sido exclusiva aos membros da Asoquimbo, ocorrendo também em numerosos grupos criados com a implantação do projeto na área. No caso de grupos que realizavam alguma atividade na área, uma de suas exigências foi a de serem incluídos no censo como outras pessoas vistas por eles como seus iguais, tendo em vista o recebimento de uma compensação da Emgesa. Seus líderes, apesar de pertencerem a um grupo, eram compensados mais rapidamente do que os demais membros do grupo, o que desarticulou as organizações.

Das 23 pessoas que integram o grêmio [grupo de pessoas que desempenham a mesma atividade] INFORMAL DE TRANSPORTADORES, 7 foram compensados pela multinacional EMGESA e as 16 restantes, entre as quais me encontro, nunca recebemos nenhuma classe de compensação, nem tem se dado cumprimento aos acordos pactuados. No transcurso do ano fui eleito como representante legal do GREMIO DE TRANSPORTADORES INFORMALES, pois o antigo representante legal que nos representava foi compensado, motivo pelo qual ele não continuou com a queixa. Isso é uma clara demonstração da irregularidade que cometeram com nosso grêmio ao compensar alguns e outros não, como é meu caso. (Carta dos transportadores informales. Gigante, 15/11/2012, ANLA, Arq. 4090, pasta 80, p.18632, tradução nossa).

Na Asoquimbo, se apresentou uma permanente tensão entre a resistência e a negociação de seus integrantes. Isso foi evidente no interior dos grupos que se uniram a essa organização a partir das classificações estabelecidas pela Licencia Ambiental. Assim, apesar da Asoquimbo ter propósitos e objetivos claros, em sua maioria seus membros não têm sido fixos e variaram com o tempo. O posicionamento da Asoquimbo de “defesa do território” e de recusa à negociação, as tradições dos diferentes grupos de *atingidos*, e os

¹³⁴ Segundo o jornal La Nación em reportagem sobre o “despejo voluntário”, este se deu sob “a coordenação de técnicos e diretores da Emgesa, com todo o pessoal de assistência social, a polícia e as autoridades do respectivo município, neste caso com a prefeitura de Garzon, para cumprir a desocupação destas propriedades que são requeridas para fazer a repartição do que corresponde a cada uma das famílias a reassentar” (“Mañana inician desalojos en El Quimbo”, jornal La Nación, 06/11/2013).

¹³⁵ Conforme relatos, o líder dessa ocupação era um antigo *mayordomo* dessa *hacienda* que assinou, diante da ameaça do ESMAD, um “despejo voluntário”, documento no qual a Emgesa propôs o pagamento pela sua colheita com a condição de que ele saísse em bons termos. Os delegados da Emgesa perguntaram ao *mayordomo* quantas pessoas faziam parte da ocupação e ele respondeu que os 12 eram seus familiares. Com isso, salvou a sua família e permaneceram desconhecidas as demais pessoas que faziam parte da ação de recuperação de propriedades dessas haciendas.

tempos de impacto e de negociação com a Emgesa marcaram sua formação. Esse processo de mudanças constantes entre os integrantes da Asoquimbo é interpretado da seguinte forma por um de seus principais líderes e professor da USCO, Miller Dussan, em entrevista:

O problema da hidrelétrica é cada vez mais complexo e cada dia você tem que abordar nessa complexidade, se se destroem as cadeias produtivas então passam a participar os que antes não participavam e dizem, “eu quero ser de Asoquimbo”, e as pessoas chegavam a dizer como eu posso me afiliar a Asoquimbo. Nós nem sequer fazemos esse trabalho das pessoas fazerem inscrições particulares, nós dizemos, a única coisa que nos interessa é que as pessoas se identifiquem com o ideário e isso é suficiente, mas as pessoas querem assinar para dizer que sou, e nós não fazemos isso porque nosso problema não é formal, o problema não é contar quantos afiliados temos, tem gente que me pergunta, “bom em termos de representação quantos são?” e eu falo para eles que não sei. (Miller Dussan, professor da USCO e membro da Asoquimbo, entrevista realizada em 6 de novembro de 2013, tradução nossa).

Ainda que o professor tenha falado sobre a complexidade do problema, para muitos camponeses é importante a inscrição e sentir que pertencem a algum grupo no qual tenham influência. Ademais, embora o professor só fale da entrada constante de grupos na organização, o processo de formação da Asoquimbo teve um duplo fenômeno. Por um lado, com as pressões da Emgesa, grupos ou seus líderes passaram a negociar com a empresa, se afastando da Asoquimbo. Por outro lado, com o avanço do projeto e o surgimento de novos *atingidos*, muitos ingressaram na Asoquimbo, procurando através da organização visibilizar sua situação para o Estado e a Emgesa. Portanto, a relação entre o discurso da Asoquimbo e as necessidades dos camponeses pressionados pela negociação não tem sido direta, mas houve convergências de interesses em momentos e espaços específicos.

Cronologicamente, a Asoquimbo inicialmente representou pequenos proprietários e alguns *empresários agropecuários* (em 2009) impactados pela declaração de utilidade pública (em 2008) e pelos baixos preços oferecidos por suas terras (em 2010). Assim, com sua fundação passou a participar a JAC de Rioloro, cujos integrantes não queriam a desintegração de sua comunidade constituída em conjunto com a *vereda* Veracruz. Depois, com o início das obras pela Emgesa em fevereiro de 2011 e a poluição do rio Magdalena, os pescadores ingressaram na Asoquimbo, paralisando as obras em junho de 2011, até serem expulsos pelo ESMAD em fevereiro de 2012.

Ao mesmo tempo, diante da pressão a presidenta da Asoquimbo renunciou e a proposta de se criar na área uma Zona de Reserva Campesina (ZRC) foi apoiada desde 2011 por grupos de camponeses *mayordomos*, *partijeros* e *jornaleiros atingidos* com a venda de terras pelos seus patrões (principalmente na *vereda* La Honda). Por último, com essa proposta da ZRC e com a compra de terras para reassentamento, passaram a participar (desde 2011 e 2012) da Asoquimbo os novos *atingidos* que não foram reconhecidos nos cadastros de “atingidos” da empresa e que decidiram ocupar e cultivar essas terras até sua expulsão (em novembro 2013).

Portanto, não foi possível aglomerar os *atingidos* pelo projeto em torno de um único interesse, o que foi demonstrado com a fragmentação da representação. Somente um grupo conseguiu permanecer na Asoquimbo do início (2008) ao final do projeto (2014), tendo por objetivo a construção de uma ZRC. Esse grupo era integrado por pessoas atingidas pela sua inclusão em “grupos familiares” e por serem “residentes não proprietários”, camponeses “médios proprietários”. Eles participaram constantemente dos protestos ou eventos da organização e estavam dispersos pelas *veredas* da área.

8.2. OS PROTESTOS E A CRIAÇÃO DOS ESPAÇOS DE INTERLOCUÇÃO PELOS ATINGIDOS

A mudança das condições existentes, à qual se submeteram as comunidades camponesas estudadas, rompeu com uma série de práticas, valores e regras que as uniam e conformavam o que THOMPSON (1998) denomina de economia moral. Os diversos conflitos se expressavam na participação ou na organização de protestos que tinham por finalidade manifestar os interesses dos *atingidos*.

Os protestos nas comunidades da área consistiram em diferentes ações denominadas de *paros*, que se basearam na: expulsão ou impedimento da entrada de funcionários da Emgesa em suas *veredas*; participação nas manifestações organizadas pela associação Asoquimbo; e/ou o bloqueio e impedimento do desenvolvimento previsto de alguma obra do projeto, quando se morava perto das áreas de execução da obra¹³⁶.

¹³⁶ Neste sentido, tem-se como importante referência o trabalho realizado por Vianna (2012) sobre a *prisão* de um funcionário da empresa ELECTROSUL, em Lajeado Pepino, um pequeno povoado que seria impactado

Os protestos foram realizados por diferentes grupos, em distintos momentos e lugares, dentre os quais cabe ressaltar:

- a) a ocupação das beiras do rio Magdalena, ao lado das obras (entre junho de 2011 e fevereiro de 2012), pelos *pescadores* de Puerto Seco, na *vereda* de Domingo Arias, impedindo assim seu desenvolvimento previsto;
- b) a ação na *vereda* La Honda, comandada por *mayordomos*, *partijeros* e famílias de *jornaleros*, os quais resistiram a sair das propriedades vendidas pelos seus patrões até serem expulsos em novembro de 2013 (Capítulo 6);
- c) os protestos realizados por grupos de camponeses que compartilhavam alguma das seguintes características: “residentes não proprietários” cujo direito de “posesión” não foi reconhecido, camponeses que não foram compensados porque foram incluídos em “grupos familiares”, camponeses que não foram incluídos nos cadastros dos censos; ou camponeses que eram menores de idade no momento da realização dos censos. Essas manifestações tiveram diferentes efeitos e foram realizadas em diferentes *veredas* da área, como na La Escalereta entre julho e março de 2012, em Rioloro-Veracruz entre agosto e novembro de 2013 e em San José de Belén entre abril e maio de 2013, e depois entre agosto e outubro de 2013; e
- d) a ocupação de terras no transcurso de 2012 e 2013 por parte dos camponeses *atingidos* pela compra de terras para reassentamento, os quais não foram reconhecidos como “atingidos” nos cadastros de Emgesa e se mantiveram nestas terras até sua expulsão entre outubro e dezembro de 2013.

Ademais, apesar dos protestos serem expressão dos efeitos das compensações, os impactos sobre o desenvolvimento do projeto, assim como as motivações dos diferentes grupos e o número de camponeses em cada uma destas manifestações têm variado. Nem todas tiveram o mesmo sentido, intensidade e efeitos, fatores que dependeram tanto do grupo ao qual se pertencia e de quem o representava quanto dos níveis de pressão sofridos em momentos específicos para a implantação do projeto.

pela barragem de Machadinho (no sul do Brasil). Em sua análise, Vianna mostra as diversas motivações que os habitantes tiveram para realizar a *prisão* e como este fato constituiu uma ação social que abriu espaços de negociação. Assim, a partir da confluência de diferentes atores com crenças e interesses diferenciados, foi assinado um acordo entre o movimento social Comissão de Barragens (CRAB) e a empresa de energia, que paralisou parte das obras deste empreendimento.

Houve *paros* que geraram um grande impacto na mídia, como o Paro Cívico Regional que bloqueou as vias de acesso ao projeto e foi convocado pela Asoquimbo desde o dia 2 de janeiro de 2012, quando as autoridades locais e departamentais foram empossadas. Este *paro* teve a participação de camponeses de toda a região, contou com o apoio de *pescadores* que estavam nas beiras do rio Magdalena e durou até o dia 17 de janeiro de 2012, quando se conseguiu abrir espaços de negociação com o governo nacional.

Outros *paros* foram realizados sem atores “externos” – como os camponeses da área se sentiam em relação à Asoquimbo –, sendo integrados por membros das mesmas comunidades. Destes *paros*, uns se basearam no impedimento do acesso de funcionários da Emgesa a suas *veredas* sem obstaculizar nenhuma obra, como os realizados por membros das *veredas* Rioloro-Veracruz entre agosto e novembro de 2013, ou ainda na *vereda* La Escalereta entre julho e março de 2012. Estes *paros*, por seu turno, não tiveram um grande impacto no desenvolvimento do projeto e não conseguiram abrir canais de diálogo nem com a Emgesa, nem com o Estado, apesar de terem durado um longo período de tempo.

Por outro lado, apresentaram-se *paros* como o realizado na *vereda* San José de Belén entre agosto e outubro de 2013, que não contou com uma grande quantidade de camponeses, nem com a participação de atores “externos”, mas conseguiu abrir canais de interlocução e diálogo com a Emgesa. Este *paro* buscou impedir o desenvolvimento das obras de construção do viaduto que irá comunicar os municípios de Garzón e Agrado sobre as águas do lago artificial (com a participação de aproximadamente 30 camponeses da comunidade), cuja conclusão era obrigatória para a Emgesa antes do início da cheia ao final do ano 2014.

Os diferentes protestos se realizaram em meio a divisões nas comunidades, que expressaram seus conflitos e dificuldades para se mobilizar, e eram mais evidentes em alguns lugares do que em outros. O medo dos camponeses com relação à Emgesa era um denominador comum dos camponeses que pensavam na empresa como superior, que poderia tirar ou dar compensações para os diferentes habitantes *atingidos*: “se alguém protesta a empresa tira”, mas “se a gente se comporta bem, a empresa não tira”. Em última instância, a Emgesa é o principal alvo de suas petições e não o Estado, o que reforçou sua onipresença, como expõe um camponês da área:

Pues a pesar de que fuéramos familia y muchas veces hermanos, hubo hermanos que pensaron y hay unos que piensan, que si uno hace un paro, hace una huelga en contra de la empresa, la empresa no le va a dar la compensación, no le va a dar lo que dice la licencia. De pronto no le entregan la compensación completa, o le quitan la compensación. [...]. Entonces hay gente que cree que no, que hay que tenerlo en la palma de la mano, como amigo con la persona (Campesino jornalero, residente en la vereda de San José de Belén, entrevista realizada en noviembre de 2013).

Pois apesar de termos sido uma família e muitas vezes irmãos, houve irmãos que acharam e uns que acham, que se as pessoas fazem um paro, fazem uma greve contra a empresa, a empresa não vai dar a compensação, não vai dar o que diz a licença. Talvez não entreguem a compensação completa ou tirem a compensação [...]. Então tem gente que acredita que não, que tem que ter a Emgesa na palma da mão, como amigo com a gente (Campesino jornaleiro, residente da vereda de San José de Belén, entrevista realizada em novembro de 2013, tradução nossa).

A divisão das comunidades ocorreu geralmente entre aqueles que receberam a compensação, como os proprietários e “poseedores”, em detrimento dos “residentes não proprietários” ou dos camponeses incluídos no “grupo familiar” de algum “residente”. Esta divisão foi acompanhada pela oscilação entre a negociação e a resistência existente nos diferentes grupos de camponeses. Estas tensões são expressas por um dos camponeses atingidos que encaminhou uma carta ao Ministerio de Ambiente, em cujo início escreveu “não estou de acordo com a realização da barragem El Quimbo”, mas ao final disse “aceito de maneira total a restituição de minha propriedade em igual, ou melhor, condição, como diz a Licencia Ambiental” (carta de camponês da área, Agrado, Huila, 5/04/2011. In: ANLA Arq. 4090, pasta 29, p. 6167, tradução nossa).

Tendo por base esse contexto, serão descritos a seguir vários protestos gerados na área, dos quais participaram diferentes grupos, dependendo do momento e da posição na qual estavam situados com relação ao avanço do projeto. Assim, os canais de interlocução descritos neste capítulo entre as autoridades e os *atingidos*, deram-se a partir de ciclos e tempos de surgimento, auge, negociação e declínio ou eliminação violenta do protesto. Portanto, as reuniões criadas por estes protestos tiveram conteúdos, objetivos e alcances diferentes das reuniões convocadas e encabeçadas pela Emgesa, as quais serviram primeiramente para que a empresa expusesse o projeto para os habitantes das diferentes *veredas* (em 2007 e 2009) e, após a expedição da Licencia Ambiental, para que fossem divulgadas as compensações correspondentes a cada “grupo poblacional” (entre 2009 e 2014) descritas no Capítulo 4.

A Asoquimbo realizou numerosas ações na área, como assembleias, passeatas, *paros* com bloqueio de estradas na área de influência do projeto, apoio aos *paros* locais –

como os dos pescadores na *vereda* de Domingo Arias e dos *mayordomos*, *partijeros* e *jornaleros* na *vereda* La Honda –, eventos na USCO, envio de cartas ao Ministerio de Ambiente, e incentivo às jornadas de “recuperação de terras” com os camponeses *atingidos* pela compra de terras que procuravam ser incluídos nos cadastros ou, ainda, pressionar o Estado e a Emgesa para a construção de uma Zona de Reserva Campesina (ZRC). Esta organização difundiu o problema e abriu uma disputa jurídica para defender os *atingidos* e demandar a Licencia Ambiental, processo apoiado temporariamente pela ONG Instituto Latinoamericano para una Sociedad y un Derecho Alternativo (ILSA)¹³⁷ através de um de seus advogados¹³⁸.

Os protestos encabeçados pela Asoquimbo conseguiram modificar algumas das condições impostas pelo Estado às populações da área, como a criação dos “comodatos” (novembro de 2011) e a abertura de canais de diálogo entre o Ministério de Ambiente e a Asoquimbo (janeiro de 2012).

A origem dos comodatos na área estudada se deu como resultado da ação permanente da Asoquimbo, que por meio de comunicados e cartas ao Ministerio de Ambiente, contestava a expulsão de trabalhadores decorrente da venda de propriedades. Em repetidas ocasiões, membros do ILSA se reuniram com o funcionário que no Ministério de Ambiente realizava os “Informes Técnicos de Seguimiento” do projeto – base para serem emitidos os “Actos Administrativos de seguimiento”, os quais procuram corrigir os “problemas” de qualquer projeto de infraestrutura exigido pela Licencia Ambiental. As reuniões tiveram como cerne o intercâmbio de informação sobre os impactos causados pelo avanço do projeto sobre os diferentes “grupos poblacionales”. Nestas reuniões, foi redigido o Informe Técnico nº879 de 13 de junho de 2011¹³⁹, que descrevia os “impactos não

¹³⁷ A homepage da ONG está disponível em: <<http://ilsa.org.co:81/node/2>>. Acesso em 20 fev. 2014.

¹³⁸ No entanto, as dificuldades de ordem econômica e de formação de profissionais que conseguissem desde o campo do direito enfrentar o projeto, levaram à inexistência de advogados permanentes na organização para as diferentes ações que poderiam ser realizadas contra o projeto. Essa falta de pessoal para realizar uma “disputa jurídica” tornou decretos em “letra morta”, como o decreto nº1277 do Ministerio de Agricultura de junho de 2013, “por el cual se establece un programa especial de Dotación de Tierras” (reforma agrária para os atingidos não proprietários pelo projeto hidrelétrico El Quimbo).

¹³⁹ Após esse fato, o funcionário do Ministerio encarregado dos “Informes técnicos de seguimiento” foi transferido para outro escritório do Ministerio e os “informes técnicos” seguintes não implicaram maiores dificuldades para o desenvolvimento do projeto hidrelétrico..

previstos” do projeto, relacionados à venda e à expulsão dos “trabalhadores” das propriedades.

Assim, em meio ao protesto dos *pescadores* que se concentraram¹⁴⁰ desde o dia 7 de junho de 2011 na beira do rio e que denunciaram a descarga de materiais tóxicos no rio, o Ministerio de Ambiente expediu a Resolución nº1096 de junho de 2011, que paralisou as obras e reconheceu os “impactos não previstos” do projeto. Esta Resolución determinou a interrupção da negociação de propriedades e a paralisação parcial das obras de modo a frear o impacto do avanço do projeto sobre os *pescadores* artesanais e sobre as pessoas que foram deslocadas pela compra de propriedades, sem serem reconhecidas como atingidas nos cadastros ou sendo consideradas “residentes não proprietárias” pela Emgesa.

A interrupção das obras e das negociações de propriedades foi contestada tanto pela Emgesa, preocupada em continuar a negociação de propriedades e as obras, quanto por grupos de proprietários que começaram este processo. Para um dos *empresários agropecuários* que em um primeiro momento se opôs à realização do projeto e apoiou a Asoquimbo nas primeiras ações de protesto (ver entrevista no Capítulo 6), a negociação de sua terra com a Emgesa teve início depois de um ano e, por isso, defendeu a possibilidade de vender sua propriedade de forma a evitar “maiores danos”, solicitando ao Ministerio de Ambiente a revogação da Resolución nº1096:

Las negociaciones que venían adelantándose con Emgesa, estaban en su recta final, veníamos encontrando soluciones a las objeciones interpuestas por las partes. Siempre ha quedado como exigencia el continuar haciendo uso de los predios hasta que el desarrollo de las obras del proyecto nos lo permitan. En paralelo debíamos haber no solamente ya cerrado negocio de adquisición de tierras como iniciado las obras que nos permitan continuar con un proceso productivo que como lo dice el ministerio en su resolución mitigue los efectos negativos del desarrollo del proyecto en nuestra actividad productiva. Sin

As negociações que vinham sendo realizadas com a Emgesa estavam em sua reta final, estávamos encontrando soluções às objeções apresentadas pelas partes. Sempre ficou como exigência continuar fazendo uso das propriedades até o desenvolvimento das obras do projeto nos permitir. Paralelamente a isso, devíamos ter não somente já fechado o negócio de aquisição de terras como iniciado as obras que nos permitissem continuar com um processo produtivo que, como diz o ministério em sua resolução, mitigue os efeitos negativos do desenvolvimento do projeto em nossa atividade produtiva. No entanto, é precisamente sua

¹⁴⁰ Segundo o professor e líder da Asoquimbo Miller Dussán, em relação a este momento “com os pescadores, uma vez me falaram que iam tomar as obras e às vezes o setor externo [os estudantes] me falavam, ‘o que vai fazer professor, vai autorizar ou não, isso é um risco’, alguns diziam dentro da lógica do estudante, ‘isso é como anarquismo, não tem se organizado bem’. E eu perguntei para os pescadores, ‘vocês estão seguros do que vão fazer?’, e eles me falaram ‘sim estamos seguros’, ‘então pronto façam isso, eu os apoio’. Até a mesma equipe [da Asoquimbo] me dizia, ‘não professor’, e essa resistência durou 7 meses” (Entrevista Miller Dussán, realizada em novembro de 2013).

embargo, es precisamente su decisión de suspender las negociaciones las que en este momento generan nuevamente una incertidumbre, daños, prejuicios y ponen nuevamente en peligro nuestro interés y derecho constitucional de desarrollar empresa. Pues está claro que entre más tarde el proceso de negociación más tardaremos nosotros también en reubicarnos y reconstruir nuestra empresa, lo que generaría un lapso de tiempo improductivo entre la fecha que tengamos que entregar y la fecha en que podamos reiniciar actividades productivas en otra parte, perjudicando así todos los trabajadores de la sociedad y aumentando el lucro cesante al no tener ingresos por producción y desde luego utilidades” (Carta de Agropeces Ltda. al Ministerio de Ambiente. Garzón 23 de junio de 2011. In: ANLA, Arch.4090, carpeta 34, p. 7271).

decisão de suspender as negociações, as quais neste momento geram novamente incerteza, danos, prejuízos, e colocam novamente em perigo nosso interesse e direito constitucional de desenvolver a empresa. Pois está claro que quanto mais tarde entre o processo de negociação, mais tardaremos nós também em nos realocar e reconstruir nossa empresa, o que geraria um lapso de tempo improductivo entre a data em que tenhamos que entregar e a data em que possamos reiniciar as atividades produtivas em outra parte, prejudicando assim todos os trabalhadores da sociedade e aumentando o lucro cessante ao não ter receitas por produção e, desde cedo, utilidades. (Carta de Agropeces Ltda. ao Ministerio de Ambiente, Garzón, 23/06/2011. In: ANLA, Arq. 4090, pasta 34, p. 7271, tradução nossa).

Diante dessas pressões, o Ministerio de Ambiente decidiu “levantar as medidas preventivas” por meio da Resolución nº1826 de setembro de 2011, que anulou a Resolución anterior e, com isso, se iniciou novamente a negociação de propriedades, dando-se continuidade à expulsão de camponeses decorrente dessas vendas, assim como foi impulsionada a expulsão dos pescadores que ainda ocupavam as beiras do rio em frente às obras da barragem. Perante essa situação, foi expedida a Resolución nº123 de 29 de novembro de 2011, na qual a principal medida tomada para mitigar os impactos foi a criação dos “comodatos reestructurados” que visaram frear a expulsão dos camponeses das terras dos patrões, mas não conseguiram dar estabilidade à área frente ao avanço do projeto, como foi demonstrado no Capítulo 6.

Em seguida a estes fatos, a Asoquimbo buscou criar espaços de interlocução direta com o governo nacional, para que este convocasse uma nova “Audiência Pública Ambiental” acerca dos novos impactos do projeto. A organização convocou um Paro Cívico Regional no dia 2 de janeiro de 2012, em meio à posse das autoridades locais e departamentais, bloqueando as vias de acesso às obras da hidrelétrica na via que comunica Hobo com La Plata e o Departamento de Cauca a oeste do Departamento de Huila. Ao mesmo tempo, os pescadores se mantinham nas margens do rio.

Para este *paro* regional, a Asoquimbo impulsionou o Comité Cívico por la Defensa del Territorio y las Comunidades del Centro y Suroccidente del Huila, convocando tanto camponeses da área atingida pela barragem quanto os *atingidos* por outros problemas

surgidos por conta das empresas multinacionais nesta região. Como exemplo, pode-se citar os *atingidos* pela exploração petroleira da Emerald Energy¹⁴¹ nas áreas de montanha de Gigante e Garzón, além dos *atingidos* pela destruição com maquinaria pesada da ponte do “Paso del Colegio” – localizado sob o rio Magdalena do lado das obras do projeto –, ficando sem funcionamento por seis meses, o que ocasionou a interdição da comunicação entre Huila, o ocidente do Departamento e o Cauca¹⁴² e motivou a participação de “transportadores e comerciantes” dos municípios de La Plata, Paicol, Nátaga, Tesalia e La Argentina¹⁴³ (localizados na parte ocidental de Huila).

A convocação foi tomada por Asoquimbo e participaram diferentes grupos que incluíam habitantes que superavam os da área estudada. Dentre os camponeses da área, participaram os das *veredas* La Honda – como *mayordomos*, *partijeros*, famílias de *jornaleros* – e das *veredas* de Rioloro, Vecracruz, Balseadero, la Escalereta, San José de Belén – onde participaram integrantes das *empresas comunitárias* Libertad e Escalereta (produtores de arroz) –, Los Cocos e Remolinos, assim como os “residentes não proprietários” e famílias preocupadas pela inclusão em “grupos familiares”. Além destes, também se teve a presença daqueles impactados pela compra de propriedades para reassentamento, os quais “invadiram” as terras compradas pelo projeto e as cultivaram a partir de suas próprias dinâmicas, como proposto pela Asoquimbo. Destes grupos, alguns camponeses concordaram com os propósitos da Asoquimbo e com a proposta de construir uma ZRC na área.

¹⁴¹ De acordo com um comunicado expedido pelo professor Miller Dussan em relação à exploração petroleira na área, se aponta que “a Resolución nº1609 de 9 de agosto de 2011 do Ministério de Ambiente outorgou licencia à empresa Emerald Energy Pic Sucursal para a instalação de cinco plataformas e três poços petroleiros, em uma região que faz parte da reserva Florestal da Amazônia e é rica em café, lulo (fruta), banana, laranja granadilla, e outros produtos agrícolas. Os habitantes de Umbria, Lejandria, Cedral, Villa Rica, Alto Colosal, Ventanas, Estación, El Vergel, Silvania, Tres Esquinas, La Vega, entre outras *veredas* de Gigante presentes, expressaram sua indignação por não terem sido consultados e porque a licencia está autorizando a destruição do riacho Rioloro, do paramo de Miraflores e da atividade agroalimentária da área”. (“Crisis humanitaria causada por las transnacionales Endesa Emgesa y Emerald Energy y audiencia pública ambiental” (07/02/2012)). Disponível em: <<http://millerdussan.blogia.com/2012/020701-crisis-humanitaria-causada-por-las-transnacionales-endesa-emgesa-y-emerald-energ.php>>. Acesso em 15 jul. 2014.

¹⁴² Cf. “Hoy inicia paro cívico en el occidente del Huila” (02/01/2012). Disponível em: <<http://www.lanacion.com.co/index.php/noticias-judicial/item/121195-hoy-inicia-paro-civico-en-el-occidente-del-huila>>. Acesso em 15 jul. 2014)

¹⁴³ Segundo o jornal de circulação nacional El Tiempo, o *paro* regional contava no dia 3 de janeiro com a presença de 250 pessoas na área e, naquele momento, conforme o professor Miller Dussan “vinha um grupo da Plata e seis *chivas* [caminhão para transportar pessoas] com pessoas dos municípios próximos”. In: “Problemas viales y ambientales generan paro en el Huila” (03/01/2012). Disponível em: <<http://www.eltiempo.com/archivo/documento/CMS-10933687>>. Acesso em mar. 2014.

No momento da posse das autoridades regionais, não foi ordenada a repressão policial inicialmente, e a nova governadora decidiu apoiar a petição da Asoquimbo ao Ministerio de Ambiente, que buscava convocar uma “Audiência Pública” pelos impactos não previstos do projeto e na qual todos os *atingidos* poderiam participar publicamente. Com quinze dias do *paro* que bloqueou o acesso às obras e com a petição realizada pela autoridade departamental, realizou-se uma reunião no dia 17 de janeiro de 2012 entre o Ministerio de Ambiente, a Autoridad Nacional de Licencias Ambientales (ANLA), a presidenta da Asoquimbo, o professor da USCO Miller Dussan, a advogada do ILSA, a governadora de Huila, o senador do Polo Democrático Alexander López, e um representante dos *jornaleiros* que participou dos bloqueios.

Desse modo, a manifestação criou a possibilidade da reunião entre o movimento social e as autoridades do Estado. Na mesa foi acordada a criação de “mesas de seguimento” e a convocação a uma audiência pública. Entretanto, após a desmobilização e o fim do *paro* que bloqueava as vias de acesso às obras, o governo não participou das “mesas de seguimento”, nem convocou a audiência¹⁴⁴, argumentando que:

Como é bem conhecido, todos os grandes empreendimentos geram impactos previstos e não previstos, por tal razão, quando se analisa a pertinência de se outorgar uma Licencia Ambiental, contempladas as medidas de manejo, para prevenir, mitigar, corrigir ou compensar os danos ocasionados, não se pode fingir que não se gerem efeitos sobre a área de desenvolvimento do projeto, nesta ordem de ideias é pertinente esclarecer que durante a fase de construção é normal que se apresentem mudanças nas licenças ambientais, com a finalidade de ajustar os parâmetros que as conformam e de uma ou outra forma garantir que as mudanças sejam as mais adaptadas possíveis às necessidades requeridas (Resposta da ANLA à petição da Asoquimbo de Audiencia Pública Ambiental, Bogotá, 30/05/2012. In: ANLA, Arq.4090, pasta 61, p. 13673, tradução nossa).

Depois de um mês de *paro* da Asoquimbo sobre as vias, os *pescadores* que se mantinham nas beiras do rio foram expulsos violentamente pelo ESMAD nos dias 14 e 15 de fevereiro de 2012¹⁴⁵. O objetivo disso foi conseguir desviar o rio para a construção do muro da barragem, iniciado em março do mesmo ano. Após o despejo, vários *pescadores*

¹⁴⁴ Cf. “Minambiente Incumple acuerdos pactados con Asoquimbo” (17/01/2012). Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=ZJ1XB6CoqwU>>. Acesso em 20 mar. 2014.

¹⁴⁵ Segundo uma das cartas encaminhadas ao Ministério de Ambiente “resultaram feridas três pessoas incluindo Luis Carlos Trujillo Obregón, que perdeu seu olho direito, onde está a origem da ordem de despejo do segundo dia da vereda la Honda? Já que no primeiro dia foi emitida pelo prefeito de Paicol e o prefeito de Gigante negou ser quem ordenou o despejo? Por acaso foi o presidente da CODENSA [afiliada à Emgesa] é José Antonio Vargas Lleras, irmão do ministro do interior German Vargas Lleras” (Carta de “Diáspora Colombia conciente” al ministério de Ambiente, Miami, 29/02/2012. ANLA, Arq.4090, pasta 51, p. 11766).

que se encontravam no local se recolheram em casas de familiares. Alguns foram compensados com dinheiro e outros não foram reconhecidos nos cadastros e nas compensações da Emgesa como “atingidos”¹⁴⁶ (Capítulo 5).

A Asoquimbo publicou um vídeo sobre o despejo violento do ESMAD que foi bastante difundido na internet¹⁴⁷ e mobilizou setores da opinião pública (imprensa e televisão). No entanto, perante a evidência de excesso do uso da força policial, o presidente da república declarou “que fique claro que o Governo vai exercer o princípio da autoridade no lugar que o tenha que fazer. Não vamos deixar que uns poucos impeçam que o interesse geral predomine”¹⁴⁸.

Diante disso, a Procuraduría General de la Nación (PGN) fez uma “Acción preventiva” (entregue no dia 24 de março de 2012), relatório que expunha diferentes conflitos que se apresentaram naquele momento, elaborado a partir de reuniões realizadas nas cabeceiras municipais de todos os municípios da área atingida. Dentre os motivos da realização desta intervenção a Procuraduría, estipulou que:

A área do projeto se tornou um lugar de conflito, confrontação e desordem pública, que requer a ação imediata de alguma autoridade que verifique sua origem e proponha uma ação imediata de alguma autoridade que verifique sua origem e proponha uma imediata solução antes que exploda o conflito que se vislumbra. Já o ESMAD da policia nacional despejou pela força um grupo de famílias invasoras das beiras do rio Magdalena próxima à barragem, com resultados amplamente difundidos pela rádio e a televisão. (Actuación Preventiva, Procuraduría regional del Huila, 24 de março de 2012. In: ANLA Arq. 4090, pasta 57, p. 12824, tradução nossa).

Ademais, o informe realizado pela Procuraduría relatou conflitos como o “bloqueio das vias públicas”, “solicitudes de revocatória da licencia ambiental”, “abundantes queixas pelo incumprimento ou violação da licencia ambiental por Emgesa, que provem diariamente por Asoquimbo, os prefeitos e a população atingida” (PGN-Huila, 2012). Nas

¹⁴⁶ Assim, após o violento despejo, a representação da Asoquimbo sobre os *pescadores* desapareceu. Eles realizaram novas manifestações dispersas bloqueando vias *veredales* para impedir a entrada de funcionários da Emgesa, sem ter os mesmos efeitos de pressão para abrir canais de negociação. Cf. “Pescadores taponan vía a El Quimbo”, jornal La Nación, 26/03/2014. Disponível em: <<http://www.lanacion.com.co/index.php/actualidad-lanacion/item/232383-pescadores-taponan-via-a-el-quimbo>>. Acesso em 10 abr. 2014.

¹⁴⁷ Cf. “¡ÉL VÍDEO QUE EL GOBIERNO COLOMBIANO NO QUIERE QUE VEAMOS!” 20/02/2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BFv4HG8ALeA>>. Acesso em 20 mar. 2014.

¹⁴⁸ Cf. “Presidente asegura que en el desalojo de El Quimbo no hubo exceso de fuerza”, revista Semana, 27/02/2012. Disponível em: <<http://www.semana.com/nacion/articulo/presidente-asegura-desalojo-el-quimbo-no-hubo-exceso-fuerza/254105-3>>. Acesso em 10 mar. 2014.

‘mesas temáticas’ convocadas pela governadora de Huila no dia 25 de janeiro de 2012 para discutir a problemática da situação instaurada, apresentaram-se “em Garzón e em Gigante, tumultos de pessoas inconformadas, com queixas desordenadas, sem interlocução, que impediram a realização desta e das outras mesas temáticas convocadas pela governação” (PGN-Huila, 2012).

Posteriormente a essas ações realizadas por instituições do Estado que provocaram numerosas manifestações, o governo nacional expediu no dia 21 de junho de 2013 o decreto nº1277 de 2013 "por el cual se establece un programa especial de Dotación de Tierras"¹⁴⁹ através do Ministerio de Agricultura y Desarrollo Rural, o que permite a expropriação de terras pelo Instituto Colombiano para el Desarrollo Rural (INCODER) para entregá-las “às pessoas vulneráveis da área de execução do projeto hidrelétrico El Quimbo no Departamento de Huila que não forem proprietárias de terras e sejam sujeitos da reforma agrária” (Decreto nº1277, 2013, tradução nossa). Apesar da expedição do decreto, a reforma agrária para todos os “residentes não proprietários” ou “residentes com atividade econômica” que foram cadastrados, não foi concretizada.

A expedição deste decreto obedeceu a dois grandes fatores: a resistência e a visibilidade dada pela Asoquimbo à “opinião pública”, que fez com que funcionários de várias instituições do Estado estivessem presentes na área e que se realizassem as negociações de paz entre o governo nacional e a guerrilha das FARC¹⁵⁰ em Havana, Cuba – iniciadas em 2012 e que tinha como um dos pontos de negociação a criação de novas ZRC no território nacional.

Ao mesmo tempo, muitas das propriedades da área foram “invadidas” por grupos de camponeses, chegando a 38 propriedades que eram de sua propriedade em setembro de 2013, segundo informação da Emgesa (Emgesa S.A., ICA 8, “Conflictos Sociales”, set.

¹⁴⁹ Disponible em:

<<http://wsp.presidencia.gov.co/Normativa/Decretos/2013/Documents/JUNIO/21/DECRETO%201277%20DEL%2021%20DE%20JUNIO%20DE%202013.pdf>>. Acesso em mar. 2014.

¹⁵⁰ No discurso de inauguração das negociações entre o governo nacional e as FARC, o principal comandante da guerrilha presente na negociação mencionou em seu discurso a situação problemática da barragem de El Quimbo e seus impactos sobre os camponeses da área. Cf. “Intervención del Comandante de la FARC EP, Iván Márquez”, 18/10/2012. Disponível em: <<http://www.humanas.org.co/archivos/intervencioncomandantefarc18oct.pdf>>. Acesso em 20 nov. 2013.

2013). A empresa, por meio de assistentes sociais que observaram alguns destes grupos de “invasores”, delineou três grandes grupos:

1) um grupo de habitantes, especialmente não cadastrado e/ou residentes não proprietários, que tomaram áreas ou não entregam propriedades como uma forma de pressão para que sejam vinculados ao cadastro do censo ou que se inicie o processo da Escuela de Desarrollo Sustentable; com esse grupo de população se pode chegar a acordos; 2) de invasores que tomam as propriedades para aproveitar economicamente as mesmas, mediante a criação de gado ou a semeadura de cultivos, sem autorização da empresa, em alguns casos ao serem notificados das solicitações de amparo policial, chegam a acordos e entregam a propriedade voluntariamente; e 3) invasores que tomam as propriedades para fazer pressão sobre a construção do projeto e que estão respaldadas por uma das organizações que tem se manifestado contra sua construção; com este grupo de pressão não existe opção de concertação ou de se chegar a acordos de entrega já que suas solicitações excedem as condições da Licencia, este grupo de pressão foi o que tomou as propriedades nas quais vão ser feitos reassentamentos coletivos de Llanos de la Virgen e Santiago Palacio (EMGESA-ICA, nº8, 2013 g)

Este último grupo caracterizado pela Emgesa era integrado por aqueles que tomaram as propriedades compradas para reassentamento que pertenciam à Asoquimbo. Estes camponeses conseguiram administrar a terra e realizar várias colheitas com seu trabalho. As propriedades La Guipa e La Virginia (Llanos de la Virgen, Altamira) foram ocupadas no dia 14 de abril de 2013 por 150 camponeses, enquanto nas *haciendas* Santiago e Palacios a ocupação foi realizada em finais de 2012 por aproximadamente 200 camponeses.

A Emgesa exerceu pressão constante, solicitando às autoridades locais os “amparos policiais” para expulsar os “invasores” e muitos desses despejos atrasaram devido a outros protestos camponeses¹⁵¹ que estavam acontecendo na mesma região e que precisavam de contingentes do ESMAD para sua contenção. No entanto, perante a recusa de negociação por estes camponeses foi empregada a violência e eles foram expulsos dessas terras entre outubro e novembro de 2013.

A partir desses protestos nos quais a Asoquimbo teve um importante papel, geraram-se outros protestos na área que não tiveram sua intermediação. Destes últimos,

¹⁵¹ Em 2013, ocorreu na Colômbia um “paro nacional agrário” que paralisou grande parte do território nacional entre os dias 19 de agosto e 12 de setembro de 2013. No departamento de Huila esse *paro* foi especialmente forte pela participação de produtores de café. Estas condições fizeram com que a Emgesa declarasse que “as condições do paro agrário nacional não permitiram a disponibilidade da força pública. Este fator foi determinante para não tornar efetivos os lançamentos [dos despejos violentos], já que para o caso dos reassentamentos coletivos [das propriedades ocupadas] se requer um bom número de policiais porque são espaços muito amplos” (EMGESA-ICA, nº8, 2013 g).

participaram grupos de camponeses que sofriam as mesmas imposições que os já mencionados, isto é, serem “residentes não proprietários”, estarem incluídos em “grupos familiares”, não terem sido cadastrados no censo, ou ainda terem sido cadastrados como menores de idade.

Dentre estes protestos, alguns não criaram canais de interlocução com a empresa e os *paros* terminaram pelas mesmas tensões e diferenciações criadas nas comunidades. Este foi o caso do *paro* levado a cabo nas *veredas* de Rioloro e Veracruz, onde grupos de camponeses *atingidos* que não se identificavam com os protestos da Asoquimbo bloquearam o acesso de funcionários da Emgesa a suas *veredas* entre agosto e novembro de 2013 e procuraram ser compensados de forma individual como *jornaleiros(as)*.

Enquanto o tempo passava e o bloqueio aos funcionários da Emgesa não proporcionava nenhum canal de interlocução com a empresa, outros camponeses que estavam sob a modalidade do comodato (como os produtores de arroz), começaram a pressionar aqueles que realizavam o *paro*, visto que precisavam de uma revisão periódica dos funcionários de Emgesa para que os comodatos fossem renovados. Camponeses da mesma comunidade passaram a pedir que o *paro* terminasse, o que instaurou inimizades entre vizinhos e, após dois meses, o *paro* teve que acabar, deixando os manifestantes na mesma situação anterior.

A Emgesa esclareceu para os manifestantes que o cadastro estava fechado, pelo qual, aqueles que tinham atingido a maioria, que tivessem formado novos núcleos familiares, ou pessoas que não comprovaram o direito de “posesión” de suas casas, não tinham direito a compensação. Em alguns casos, o protesto contribuiu para que, por meio dos canais de comunicação conquistados com a Emgesa, camponeses comprovassem o direito a compensação independente dos “grupos familiares” (como os *agregados* das casas cadastradas). Além disso, se manteve a determinação de não compensar os filhos incluídos na compensação dos “grupos familiares” de seus pais.

Por outro lado, dentre esses “protestos locais”, encontram-se os realizados pelos camponeses de San José de Belén. Nesta *vereda* foram feitos dois *paros* durante o ano 2013. Primeiramente, foi realizado o “paro invisível” que consistiu em não deixar entrar ou até expulsar os funcionários da Emgesa da *vereda* (abril e maio de 2013). Segundo os

habitantes da *vereda*, ele foi resultado do mal-estar que existia na comunidade depois que a empresa levou as mulheres da comunidade para que vissem as propriedades de realocação da comunidade na *vereda* La Galda (município de Agrado), no momento em que os homens estavam trabalhando, aproveitando a ocasião para pedir a elas a assinatura de um documento pelo qual aceitariam o reassentamento. A assinatura deste documento gerou indignação na comunidade, pois essas mulheres só teriam ido “olhar”, mas acabaram “assinando o deslocamento”.

No entanto, o que os camponeses desta *vereda* chamaram de “paro invisível”, baseado na expulsão dos funcionários da Emgesa, teve fim porque membros da mesma comunidade começaram a solicitar os serviços sociais de Emgesa, como afirma um de seus habitantes:

Ya una tarde el paro se terminó porque la gente empezó a quejarse, que ellos que necesitaban de los servicios de la camioneta [de Emgesa], que porque los enfermos, los abuelitos, la psicóloga. ‘Mire, cuando aquí no había la empresa aquí ni había enfermos, ni sufrían de reumatismo, ni tenían camionetas, ni psicólogos para cargar niños ni nada’ les dije yo. Solo ahorita, ustedes si se dejan lavar la cabeza, habían más, entonces nos tocó levantar el paro ese (Campesino jornalero residente en la vereda de San José de Belén, entrevista realizada en Noviembre de 2013)

Já uma tarde, o paro acabou porque as pessoas começaram a se queixar, que eles precisavam dos serviços da caminhonete [da Emgesa], que porque os doentes, os avós, a psicóloga. ‘Olhe, quando não estava aqui a empresa, aqui nem doente existia, nem sofriam de reumatismo, nem tinham caminhonetes, nem psicólogos para carregar crianças, nem nada’, eu disse para eles. Só agora, vocês se deixam se lavar a cabeça, eram mais, então nos deu de acabar com esse paro. (Campesino jornalero, residente da vereda de San José de Belén, entrevista realizada em novembro de 2013, tradução nossa).

Depois disso, ocorreu o segundo *paro* de 28 de agosto a 16 de outubro de 2013, que foi criado quando do início da construção do viaduto que vai comunicar os municípios de Garzón e Agrado, forçando a abertura de canais de diálogo com a Emgesa. A empresa procurou esclarecer as diferentes situações aos membros de comunidades da área como: a) camponeses *jornaleros* que atingiram maioria, mas foram cadastrados quando eram menores de idade; b) filhos e *agregados* que moravam na mesma casa e foram incluídos em um “grupo familiar”, c) habitantes da área sem direito a “posesión” de suas casas, por não ter o tempo requerido ou os comprovantes, d) familiares preocupados pelo cuidado dos idosos. Assim, participou também deste *paro* um grupo de proprietários e “poseedores” que se mantiveram na opção de “reassentamento coletivo” e que estavam preocupados por seus familiares que não tinham o direito a reassentamento em iguais condições.

Esse segundo *paro* surgiu em meio a uma conversa entre amigos do povoado, que tinham reparado no início das obras do viaduto. As tensões existentes na comunidade, somadas à indignação pelo projeto, resultaram, a partir da ação de dois amigos, na mobilização conjunta de camponeses de toda a comunidade no *paro* devido aos conflitos derivados das compensações. Esta pressão levou à abertura de canais de comunicação de um grupo de atingidos com a Emgesa:

Lo del *paro* de que salimos a la pavimentada una vez venia Zapallo [un jornalero habitante del área] pa' acá y yo andaba por allá por la carretera y me dijo, “¿vamos a hacer paro?” “Listo vamos a hacer. Si usted va, yo voy” y lo acompaño y nos vamos. [...]. Nos fuimos los dos empezamos a armar eso, cuando al rato llego la Mosca [otro poblador de la vereda], llegaron unos trabajadores que mandó Don Willian Cedeño [el arrendatario del Tablón, una de las fincas productoras de peces, puercos, y ganado]. Entonces nos estuvimos esa tarde, el viernes y como al otro día, era día de mercado y entonces nos preguntaban “¿y que está haciendo?” ¡un paro! ahí le notificamos a Neldy [la presidenta de la JAC de San José] que si quería que fuera, que si no quería no la necesitábamos. [...]. Entonces salimos y al otro día llego Neldy, pues que los acompaño y pues mucho mejor, no hay problema y ya empezaron a llegar toda la gente con sus ollas, con sus calderos, las mujeres hacían la comida y los hombres nos la pasábamos volteando que corra pa' arriba pa' la playa detrás de esa gente [para expulsar a los funcionarios de Emgesa] (Campesino jornalero residente en la vereda de San José de Belén, entrevista realizada en noviembre de 2013)

A questão do *paro* que saímos na pavimentada [a estrada principal], uma vez vinha Zapallo [um *jornalero*, habitante da *vereda*] aqui e eu andava pela estrada e me disse “vamos fazer paro?” “Pronto, vamos fazer. Se você vai eu vou”, e a gente foi [...], Nós dois começamos a arrumar isso, quando no momento chegou a Mosca [outro habitante *jornalero* da *vereda*], chegaram uns trabalhadores que mandou Don Willian Cedeño [o *arrendatário* da propriedade do Tablón, uma das propriedades produtoras de peixe, suinocultura e gado]. Então nós estivemos esta tarde, a sexta e como no outro dia era dia de feira e então nos perguntavam “e que estão fazendo?”, “!Um paro!” Aí a gente notificou a Neldy [a presidenta da JAC de San José] que se queria que fosse, que se não queria não precisávamos dela [...]. Então saímos e no outro dia chegou a Neldy, pois que os acompanhou e, pois muito melhor, não tem problema e já começaram a chegar todas as pessoas com suas panelas, com suas caldeiras, as mulheres faziam a comida e os homens estávamos correndo para todo lado para jogar essa gente [para expulsar aos funcionários de Emgesa] (Camponês jornaleiro, residente da vereda San José de Belén, entrevista realizada em novembro de 2013, tradução nossa).

No *paro* se reproduziram práticas e divisões na região: as mulheres faziam a comida e os homens se encarregavam da construção dos acampamentos, da expulsão dos funcionários da Emgesa, ou ainda da compra de comida para manter a ocupação. Depois de transcorridos vários dias de protesto, as pessoas que estavam no *paro* começaram a receber ajuda de outros grupos de *atingidos* e de pessoas que se aproximavam para fazer perguntas ou para se unir a eles. O arrendatário do Tablón, que não está nos cadastros de “atingidos” e que maneja piscicultura e suinocultura, ajudou os manifestantes com um mercado semanal de arroz, carne e ovos. Além disso, contaram com o apoio da presidenta da JAC – parente dos que iniciaram o *paro* –, que tinha “posesión” e cujos filhos estavam incluídos em seu

“grupo familiar”, tendo sido inserida com a “posesión” de seu esposo na mesma compensação de 5 hectares por “grupo familiar”.

Durante o protesto, funcionários da empresa foram ao local do *paro* com assistentes sociais que já conheciam a comunidade desde antes do protesto e travaram contato com os manifestantes, que exigiam a presença de alguém com mais autoridade da Emgesa. Diante disso, foi realizada uma reunião no local do *paro* com um advogado da Emgesa e o Procurador Agrário (como agente do Estado). A comunidade que fez parte do *paro* elegeu sete pessoas que falaram sobre os diversos conflitos instaurados com a imposição da Licencia Ambiental¹⁵² e o cadastro: um falava pelos estudantes que eram *jornaleros*, outros sobre o reconhecimento do direito de “posesión”, outro dos *jornaleros* incluídos em “grupos familiares”, da questão dos idosos, etc.¹⁵³. Cada um deles falava, mas por ser uma reunião aberta, todas as pessoas que compartilhavam as mesmas situações escutavam e controlavam seus representantes:

P: ¿Y quiénes hacían parte del paro?

R: Estaba la Mosca que como hacía para frenar al papa pa’ que no vendiera [y lo dejara en la calle]. Estaba Elías que tiene una casa en los lotes de mi mamá, entonces a él también no le dan y a Pepe [Pedro Nel] le da lo mismo, él como tiene una casa

P: e quem fazia parte do paro?

R: estava a Mosca, que estava para frear o pai para que não vendesse [e o deixara na rua], estava o Elias que tem uma casa em lotes de minha mãe, então ele também não tem direito a nada, e Pepe [Pedro Nel, um *mensualero* que mora em uma casa

¹⁵² Segundo um dos camponeses jornaleiros entrevistado em novembro de 2013 “então começamos a negociação. E falamos para a empresa que nós vimos a um paro, mas não vamos fazer o mesmo que aconteceu na Escalereta, na qual a mesma empresa falou quem ia negociar. Não aqui nós elegemos e os que vamos a eleger tem que negociar embaixo desse plástico [do acampamento] ou não temos negociação, que eles têm que vir e assim foi” (Campeño jornalero residente en la vereda de San José de Belén, entrevista realizada em novembro de 2013, tradução nossa).

¹⁵³ Dentro dos 16 pontos do protesto que a comunidade exigia a Emgesa estavam os seguintes “-Exigimos uma medida de compensação para os maiores de 18 anos que aparecem dentro dos censos em núcleos familiares já que sabemos que em outras comunidades os estão tendo em conta, - Exigimos uma medida de compensação para o grupo populacional que no momento do cadastro do censo estava estudando e hoje são jornaleiros maiores de idade, alguns com núcleos familiares formados, -Exigimos uma medida de compensação de 5 hectares e uma vivenda para o senhor Mario Bravo que aparece como poseedor de uma vivenda, - Exigimos a re-localização com a comunidade de Jeremias Bravo, já que ele não deseja quebrar seus vínculos familiares; - Exigimos medida de compensação de 5 hectares e uma vivenda para o senhor Pedro Nel Bravo, poseedor de uma casa;- Exigimos compensação de cinco hectares para o senhor Orlando Losada, quem tem escritura de um prédio menor de 5 hectares; - Exigimos compensação para o senhor Salomón Bravo já que até o momento Emgesa não oferece nada para ele; - Exigimos a inclusão no cadastro do censo ao senhor William Cedeño; - Exigimos que a re-localização da sucessão da senhora Rosa Vargas seja em prédios da vereda la Galda, lugar que vai ser realocizada a comunidade; - Exigimos para a terceira idade a medida de compensação correspondente e se informe em que consiste; - Exigimos nos informem que pessoas ou famílias saíram como vulneráveis em nossa comunidade.”(Derecho de Petición para Emgesa de comunidad de San José de Belén, Garzón 2/09/2013, tradução nossa).

en el lote de la mamá, de la sucesión, porque no es ni de la mamá, es de una sucesión, entonces que ellos no le dan la casa. A Mario Bravo y a Janeth esas personas llevan 30 o 40 años viviendo ahí, prácticamente abandonados por el papá y la mamá, la mamá no le reconoce que ellos tienen la posesión de la casa, ni la empresa tampoco, entonces ellos van a quedar abandonados, a pesar que son discapacitados, o descoordinados de la cabeza [son personas con trastornos psiquiátricos que cuida la comunidad]. Entonces ese era uno de los casos que tenía Pepe, de hablar de los hermanos, hablar de Elías [a quienes no les reconocen la posesión]. El de Zapallo, el caso de los núcleos de familias, como yo [que lo incluyen en la compensación de la mamá solamente porque es su hijo soltero], que me daban el proyecto productivo con mi mamá, por ejemplo tenía que averiguar porque en el núcleo familiar me habían metido a mí si yo era un jornalero, porque yo jornaleaba, mi mamá no me alimentaba a mí, yo era alimentaba a mi mamá, yo tenía que ver por mi mamá por lo de la casa y eso era lo que tenía que averiguar Zapallo. Y dentro de esos está él, si porque él era agregado a una familia, ósea la mamá murió y él quedo como con el padrastro y era como una tercera persona. Ósea ahora que aclaro la empresa, porque eso tampoco lo sabíamos, es uno o dos salarios mínimos y si hay dos o tres más o núcleos extensos que llaman ellos, que van tres o cuatro personas en un solo núcleo entonces los iban a sacar de ahí y Zapallo era otro, ósea le van a dar la compensación [como jornalero]. Pero lo que es Tirson, la Mosca, la hermana, que trabajaban ahí en el Tablón no les quieren dar. [...]. También estaba Nelson era de los estudiantes, que eran estudiantes y jornaleros, tenían que averiguar eso [los que cumplieron mayoría de edad después del Censo] (Camposino jornalero residente en la vereda de San José de Belén, entrevista realizada en Noviembre de 2013).

construída em terras em sucessão] da o mesmo, ele como tem uma casa no lote da mãe, é de uma sucessão porque não é nem da mãe, é da sucessão, então eles não dão a casa. Mario Bravo e a Janeth, essas pessoas levam 30 ou 40 anos morando aí, praticamente abandonados pelo pai e a mãe, a mãe não reconhece que eles têm a posesión da casa, nem a empresa, então eles vão ficar abandonados, apesar de serem deficientes ou descoordenados da cabeça [pessoas com transtornos psiquiátricos de quem a comunidade cuida]. Então esse era um dos casos que tinha Pepe, de falar dos irmãos, falar de Elías [a quem não se reconhece o direito de “posesión”]. O Zapallo, o caso dos núcleos familiares, como eu [incluído na compensação da mãe somente porque é seu filho solteiro], que me davam o projeto produtivo com minha mãe, por exemplo, tinha que averiguar por que tinham me introduzido no núcleo familiar se eu era um jornalero, porque eu jornaleaba, minha mãe não me alimentava, eu era quem alimentava a minha mãe, eu tinha que cuidar da casa por minha mãe, e Zapallo tinha que averiguar isso. E dentro destes está ele [Zapallo], porque ele era *agregado* a uma família, isto é, a mãe morreu e ele ficou com o padrasto e era como uma terceira pessoa. Ou seja, agora que a empresa esclareceu, porque isso também não sabíamos, é um ou dois salários mínimos e se existem dois ou três núcleos extensos como eles chamam, que vão três ou quatro pessoas em um núcleo só, então tiraram daí e Zapallo era outro, ou seja, lhe vão dar compensação [como jornaleiro]. Mas o que é Tirson, a Mosca e a irmã que trabalhavam aí no Tablón não querem dar nada. [...] Também estava Nelson, era dos estudantes, que eram estudantes e jornaleros, tinham que averiguar isso [atingiram maioridade após o cadastro]. (Camponês jornalero residente da vereda San José de Belén, entrevista realizada em novembro de 2013, tradução nossa).

Na reunião realizada, a Emgesa explicou a situação de cada um dos *atingidos* que faziam parte do *paro*, e dela participaram camponeses de outras *veredas* vizinhas atingidas para tentar saber qual era a compensação que lhe correspondia. Com o *paro*, alguns camponeses conseguiram comprovar para o advogado da empresa que eram *agregados* e saíram com compensação independente do “grupo familiar”.

À medida que a Emgesa expunha a compensação que correspondia a cada um dos “atingidos” “segundo a Licencia”, o *paro* foi perdendo força. Com o tempo e a negociação, pessoas foram se apartando da manifestação, algumas receberam respostas da empresa ou

foram reconhecidas como “atingidos”, enquanto outras ficaram na mesma situação anterior. Até que as pessoas deixaram de ir e ficaram somente aquelas que iniciaram o *paro*, decidindo assim dar fim a ele:

Y en el paro pues ya a la gente que le fueron dando. Por ejemplo a los que les dijeron “mire usted tiene derecho a una compensación, pues como que se fueron despreocupando del paro, uno iba sintiendo se iba disminuyendo y unos se iban yendo, y a medida que les fueran llegando eso como que se iban y quedamos prácticamente Zapallo y yo. Y se nos fue agotando hasta la ropa porque uno muele mucha ropa, que cargando los palos, y sin gasolina ya pa’la moto, entonces nos tocó levantar el paro (Camposino jornalero, residente en la vereda de San José de Belén, entrevista realizada em novembro de 2013).

E no paro, pois já as pessoas foram dando respostas. Por exemplo, aos que falaram “olhe você tem direito a uma compensação”, como que foram se despreocupando do paro, já sentíamos que ia diminuindo e uns iam embora, e à medida que lhes foram chegando isso de como estavam-se indo, e ficamos praticamente Zapallo e eu. E foi se esgotando até a roupa porque a roupa se gasta muito, que carregando os paus [do acampamento] e sem gasolina já para a motocicleta, então decidimos dar fim ao paro. (Camponês jornalero, residente da vereda San José de Belén, entrevista realizada em novembro de 2013, tradução nossa).

Desse modo, os diferentes *paros* tiveram tempos, espaços e sentidos diferentes. Por um lado, os protestos locais pelos quais os camponeses procuraram solucionar os conflitos derivados das compensações em suas famílias, grupos e comunidades, e cujo objetivo era exercer alguma pressão sobre uma obra, conseguiram abrir o diálogo com a Emgesa. Por outro lado, houve protestos que embora locais, foram exteriorizadas pela Asoquimbo, os quais frequentemente impediam o desenvolvimento previsto do projeto, conseguindo abrir espaços de disputa com o Estado. Ademais, o número de participantes não foi um fator determinante em todos os protestos, mas sim a pressão realizada sobre alguma das obras para criar espaços de interlocução. Ao lado disso, pode-se observar que em geral somente uma parte dos *atingidos* participou ativamente dos *paros*, visto que os demais membros das comunidades se mantinham em seus trabalhos e em suas dinâmicas cotidianas.

Assim, como foi analisado, existem posições diferenciadas em relação ao projeto e as formas de agir e de negociar dependem dos tempos do impacto, bem como das alianças e das negociações que cada um dos grupos descritos estabeleceu. Finalmente, nos casos em que os obstáculos interpostos pelos camponeses ao projeto não eram passíveis de resolução por meio de negociação, foi ativado o uso da violência ou da ameaça da violência para assim se dar fim aos *paros*.

CONCLUSÃO

Este trabalho procurou realizar uma análise sobre o modo como o projeto hidrelétrico El Quimbo e suas compensações geraram diversos conflitos nas comunidades camponesas que moravam com suas famílias em pequenas propriedades ou nas propriedades de seus patrões. Isto foi feito a partir da análise da organização social e política destas populações antes da chegada da barragem para que, deste modo, se pudesse entender a forma pela qual a nova ordem imposta pelo projeto criou uma série de tensões e rupturas nas relações sociais de seus integrantes.

Com a análise da organização tradicional destas comunidades, viu-se como elas estavam imersas e eram constitutivas de um sistema de hierarquias, formas de trabalho, autonomias, eleições, regras e instituições. Para isso, tomou-se como referência uma série de autores que trabalharam sobre o conceito de comunidade e a divisão de tarefas em unidades camponesas (GERTZ, 1965; CHAYANOV, 1966; BOURDIEU, 1970; HEREDIA, 1979). Os dados expostos demonstraram os modos de vida dessas populações, que é interrompida pela chegada da barragem, que impõe novos critérios para que elas fossem reorganizadas.

A implantação do projeto hidrelétrico fez com que todas essas comunidades perdessem práticas sociais que desenvolviam em suas vidas cotidianas, como: a organização doméstica-familiar, a amizade com os vizinhos, o trabalho na terra de patrões e familiares, a pesca, a caça, assim como o uso medicinal de árvores e plantas que desaparecerão com o alagamento. Camponeses sentem-se preocupados e impotentes pelo que está acontecendo em suas comunidades e mostram sentimentos de tristeza e saudade pela perda de seus hábitos sociais, que sentem que não vão conseguir recuperar.

Nesse contexto, o Ministerio de Ambiente concedeu compensações originadas a partir do Estudio de Impacto Ambiental (EIA, 2008), que classificou os “atingidos” em diferentes categorias de “grupos poblacionales” e determinou que os proprietários ou “poseedores” de terra ou de casa tinham mais direito do que os demais habitantes da região quanto às compensações.

A efetivação destas ordens criou uma série de conflitos com a alteração das tradições, dos costumes e acordos prévios destas comunidades. Aqueles que são

classificados como “residentes não proprietários” e são *nascidos e criados* foram obrigados a aceitar um valor monetário como compensação, sendo assim *expropriados* de suas condições tradicionais de vida. Ao mesmo tempo, outros membros das comunidades, ao serem proprietários ou “poseedores”, tiveram a possibilidade de escolher entre várias opções dadas pelo projeto: dinheiro, reassentamento individual ou reassentamento coletivo.

A imposição de uma nova distribuição dos recursos no interior das comunidades fez com que o futuro fosse incerto em relação a como organizar suas vidas e as de suas famílias. Isto pode ser evidenciado com o caso das sucessões, visto que perante a perda de suas terras de trabalho e as compensações concedidas, a redistribuição e transmissão do patrimônio foram drasticamente alteradas.

Ao lado disso, ser classificado em cada grupo estipulado pela Licencia Ambiental, gerou perguntas entre os membros das comunidades como: “por que se todos somos iguais e *nascidos e criados* aqui, uns tem direito e outros não?”, “por que razão a gente tinha que ter o direito a “posesión” 5 anos antes da utilidade pública, se em 2003 ninguém sabia que o projeto ia chegar?”. Isto é, por um lado se compararam com aqueles que consideravam seus iguais e faziam parte do mesmo grupo social, e por outro lado, apontaram a falta de lógica do critério que designa o direito de “posesión”, considerado uma *loteria* que “beneficia” uns e “prejudica” outros.

Assim, a ideia de *loteria* é comum entre os habitantes da área. Nesta expressão está presente algo que foge da lógica e critérios tradicionais, assim como dos costumes e das distinções sociais estabelecidas na área anteriores à barragem. Portanto, os camponeses *nascidos e criados* têm critérios para definir quem é *atingido*, havendo os *beneficiados* e os *prejudicados*. Por exemplo, uma mulher *nascida e criada* na área que não conseguiu comprovar que construiu sua casa 5 anos antes da utilidade pública se diferencia dos camponeses *jornaleros* de “fora” que conseguiram ser incluídos na categoria de “atingidos” da Emgesa.

Como foi argumentado, outro critério que gerou conflito foi o de compensar em conjunto o “grupo familiar”. Isso resultou em conflitos entre parentes que moravam nas mesmas casas, provocando uma tensão de *autonomia/ sujeição*. As compensações geraram a perda de autonomias entre os membros das famílias, os filhos e a mulher ficaram *sujeitos*

ao chefe de família que era proprietário ou “poseedor” da propriedade, ao passo em que os *agregados* que moravam nessas casas geralmente foram expulsos para que o chefe de família pudesse receber sua compensação da Emgesa.

Já as pessoas que optaram pelo dinheiro como compensação por sua terra, se viram obrigadas a realizar um “bom investimento”, o que coloca em jogo a continuidade de práticas que constituíam suas unidades anteriores. Além disso, o fato de aceitarem dinheiro os divide em um primeiro momento de suas comunidades anteriores.

Outros grupos de camponeses nessas comunidades se mantiveram na opção de reassentamento individual ou coletivo. O reassentamento garante a segurança conferida pela terra para o futuro de suas práticas, bem como para ter um lugar onde os filhos e netos consigam construir suas casas e herdar seu patrimônio. No caso do reassentamento coletivo, se permite a reconstrução de um circuito de vizinhança que possibilita maiores facilidades no cuidado dos idosos, no trabalho conjunto entre familiares, e na constituição de uma poupança que possa ajudar algum de seus membros em momentos de dificuldade ou crise. Ou seja, a família e a terra poderiam ainda ser o refúgio dos integrantes das comunidades.

Neste sentido, mostrou-se como a imposição das compensações criou novos grupos e disputas nas comunidades. Os conflitos estiveram presentes em seus órgãos de representação política. Anteriormente, a legitimidade da representação dos interesses da comunidade residia nas JAC, que estavam imersas em uma série de relações familiares, de vizinhança e de amizade. No entanto, na medida em que as comunidades foram fragmentadas e os grupos negociavam, aceitavam as compensações ou protestavam, os organismos de representação se tornaram representantes de interesses de grupo¹⁵⁴ ou se isolaram dos processos de representação, deixando de cumprir sua função tradicional.

Desse modo, como outros autores assinalam quanto aos efeitos da imposição de grandes projetos sobre comunidades rurais, as relações dos camponeses com a empresa não

¹⁵⁴ O caso mais evidente dessa situação se apresentou na Escalereta, onde ao mesmo tempo em que camponeses *atingidos* protestavam tentando impedir a entrada dos funcionários da Emgesa, o presidente da JAC tentava agilizar as questões relacionadas com seu grupo compensado. Além disso, em outras comunidades, alguns grupos protestavam, enquanto seus vizinhos negociavam suas compensações e outros aceitavam de forma resignada que seus vizinhos fossem morar em outro lugar. A desconfiança generalizada entre os membros das comunidades em seus representantes se dava porque eles podiam aceitar em qualquer momento a compensação concedida e, com isso, se desvincular moralmente de seu grupo anterior de *atingidos*.

é uma questão derivada somente de um problema pedagógico ou de comunicação por parte dos diversos “atores externos”¹⁵⁵, mas envolvem todo um sistema de representações e práticas sociais, no qual estas comunidades estavam imersas (MARTINS COSTA, 1988; VIANNA 2004).

Assim, se demonstrou como os camponeses não protestavam pela chegada da barragem em uma relação causa-efeito, mas que as mobilizações foram produto de motivações, interesses e pretensões sociais diferenciadas. Eles puderam em determinado momento formar grupos maiores e se expressaram em protestos conjuntos: o pai preocupado pelo filho que não reconheceram como *jornalero* “atingido”; o filho ou a esposa que não queria que seu chefe de família vendesse a terra; o “médio proprietário” que não aumenta seu patrimônio; o novo núcleo familiar formado após o cadastro do censo; aquele que não tem os papéis para comprovar sua “posesión”; o *agregado* incluído na compensação da casa onde morava; aquele que foi cadastrado como estudante menor de idade; os familiares preocupados com o cuidado dos idosos; ou ainda aqueles que não receberam pelos “tempos mortos” de produção para o reassentamento.

Nesse conflito, a organização Asoquimbo, oposta radicalmente à realização do projeto e coordenada por integrantes da Universidad Surcolombiana (USCO), gerou um espaço de representação de diferentes *atingidos* e abriu um espaço de disputa permanente com as instituições do Estado para dialogar sobre o projeto. Seus integrantes variaram com o tempo devido à tensão permanente entre *resistência/negociação*. Isto é, frente à diversidade de interesses e crenças dos camponeses, a oposição radical ao projeto enquanto este avançava fez com que grupos que se opunham inicialmente decidissem negociar, ficando nesta organização somente grupos de pessoas que se negam a assinar a compensação ou que são novos *atingidos* e não estão incluídos nas compensações do projeto. Esses tempos de *negociação/resistência* têm estado constantemente submetidos a instrumentos da Emgesa como as ameaças de expropriação da terra, a negociação com

¹⁵⁵ Uma monografia de graduação da Universidad Javeriana (Bogotá) realizada por Macías Amaya (2013) sobre Asoquimbo, que sistematiza as propostas e ações de resistência desenvolvidas por esta organização desde sua fundação em 2009, argumenta que nessa área estudada existe uma “resistência civil organizada”, comandada pela Asoquimbo. Porém, como se demonstrou na presente dissertação, desde o desenvolvimento dos mesmos fatos essa resistência organizada não existe, pois as ações dos grupos de camponeses *atingidos* não foram produto de uma “vanguarda” externa, mas na verdade, como foi comprovado e analisado, existe uma diversidade de interesses que organizam e reorganizam estas populações que se mobilizam, aliam ou desmobilizam, não sendo esta uma relação de causa-efeito.

lideranças, os “amparos policiais” e o apoio do Estado, o que dividiu grupos e obrigou os que resistiram a negociar ou a ficar na mesma situação anterior.

De igual modo, a dissertação procurou demonstrar a permanente disputa existente em relação à categoria de atingido, o que revela os interesses e as posições e oposições sociais nas quais cada um dos grupos se encontrava em determinados momentos. Mostrou-se ainda que há os “atingidos” cadastrados pela Emgesa que recebem as diferentes compensações, e há os *atingidos* como um grupo muito mais amplo que inclui os camponeses das comunidades da área e os que participaram das manifestações da Asoquimbo – contando com diferenças dependendo do lugar e grupo pelo qual cada *atingido* agiu. Destes *atingidos*, uns procuraram ser reconhecidos nos cadastros e compensados, ou veem como injusta sua compensação (da mesma forma que os *nascidos e criados*), ou ainda não queriam que o projeto fosse realizado de modo a formar na área uma ZRC. Portanto, só uma parte dos *atingidos* foi considerada pela Emgesa e os que não são “atingidos” são classificados em outras categorias, como a de “invasores”.

Por fim, este trabalho, centrado em compreender os diferentes conflitos nestas comunidades, pode ser um ponto de partida para a análise, em outro momento, das formas como os camponeses tentam se reacomodar e se reproduzirem como grupo social. Os diferentes *atingidos* não foram passivos e, além de manifestações e demandas a instâncias judiciais, buscaram espaços para conseguir dar continuidade a suas práticas e vínculos com suas comunidades anteriores. Suas escolhas tentam reconfigurar novamente suas famílias e comunidades em meio a um contexto de dificuldades e conflitos, no qual muitos de seus integrantes foram forçados a “procurar a sorte” em outras atividades ou regiões do país.

REFERÊNCIAS

AUTORIDAD NACIONAL DE LICENCIAS AMBIENTALES (ANLA). Archivo 4090, **Proyecto Hidroeléctrico El Quimbo**. Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible. Bogotá-Colombia, 107 pastas, 25.365 p., out. 2013.

BOHANNAN, Paul. Africa's Land. In: Dalton, G. (ed.) **Tribal and Peasant Economies**. New York, The Natural History Press, 1967, pp. 51-60.

BORRALHO MARTINS-COSTA, A. L. **Uma retirada insólita**: A representação camponesa sobre a formação do lago de Sobradinho; Dissertação de Mestrado em Antropologia Social/UFRJ, Rio de Janeiro, 1988.

BOURDIEU, P. La Maison Kabile ou le Monde Renversé. In: Pouillon, J. & Maranda, Pierre (eds.) **Echanges et Communications. Mélanges offertes à C. Lévi-Strauss à l'occasion de son 60e. anniversaire**. Paris, La Haye, Mouton, 1970, pp. 739-758

_____. **Coisas ditas**. Tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim; revisão técnica Paula Montero. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRAVO, A. M. **Zonas de Reserva Campesina**: Un análisis desde el Magdalena Medio. El Espectador, set. 2010. Seção Política. Disponível em: <<http://www.elespectador.com/impreso/politica/articuloimpreso-222582-zonas-de-reserva-campesina>>. Acesso em 20 mar. 2014.

CHAYANOV, A. V. On the Theory of Non-Capitalist Economic Systems. In: **The Theory of Peasant Economy**. Homewood, Illinois: The American Economic Association/Richard Irwin, 1966, pp. 1-28.

CINEP/ Programa por la Paz. **Minería, conflictos sociales y violación de derechos humanos en Colombia**, out. de 2012.

CONGRESO DE LA REPÚBLICA DE COLOMBIA. **Ley 143 de 1994**. Por la cual se establece el régimen para la generación, interconexión, transmisión, distribución y comercialización de electricidad en el territorio nacional.

CONTRALORIA GENERAL DE LA REPÚBLICA. Gerencia Departamental Huila. **Denuncia de Participación Ciudadana**. Censo Desarrollado por Emgesa sobre los beneficiarios del Proyecto Hidroeléctrico El Quimbo. Agosto 23 de 2012.

EMGESA-ICA, nº 4. (2011). Proyecto de reactivación productiva no residentes. Anexo 28. In: **Informe de Cumplimiento Ambiental-ICA**, nº 4, mar. a ago. 2011.

EMGESA-ICA n°8. (2013a). Actas de Concertación, 2013. Avances Reasentamientos. In: **Informe de Cumplimiento Ambiental-ICA**, n°8, mar. a ago. 2013.

_____. (2013b). Programa de restitución de empleo. In: **Informe de Cumplimiento Ambiental-ICA**, n° 8. mar. a ago. 2013

_____. (2013c). Resultados seguimiento al capital semilla población no residente, resultados generales. In: **Informe de Cumplimiento Ambiental-ICA**, n° 8, mar. a ago. 2013

_____. (2013 d). Informe 7.4.14. Programa de atención pescadores localizados en Puerto seco y Jagua. In: **Informe de Cumplimiento Ambiental-ICA**, n°8, mar. a ago. 2013.

_____. (2013 e). Informe ejecutivo de seguimiento a la actividad productiva de predios en comodato julio 2013”. Proyecto hidroeléctrico El Quimbo. Unidad de gestión socioambiental -unidad económica julio 2013. In: **Informe de Cumplimiento Ambiental-ICA**, n° 8, mar. a ago. 2013.

_____. (2013 f). Informe de avance en reasentamientos colectivos. Programa de reasentamiento. Anexo 1. In: **Informe de Cumplimiento Ambiental-ICA**, n° 8, mar a ago. 2013.

_____. (2013 g). Conflictos Sociales. Proyecto Hidroeléctrico El Quimbo Unidad de Gestión Socio Ambiental-Grupo de gestión social. In: **Informe de Cumplimiento Ambiental-ICA**, n° 8, mar. a ago. 2013.

FAJARDO Montaña, D. A. **Territorios de la agricultura colombiana**. Bogotá: Universidad Externado de Colombia: Centro de Investigaciones sobre Dinámica Social, 2009.

FALS BORDA, Orlando. **Campesinos de los Andes**: Estudio sociológico de Saucío. Monografías sociológicas. Facultad de Sociología de la Universidad Nacional. Bogotá, Colombia, 1961.

_____. **Historia doble de la Costa** – 1. Mompo y Loba, 2. ed. Universidad Nacional de Colombia, Banco de la República, El Áncora Editores, Bogotá, 2002.

_____. **Historia doble de la Costa** – 3. Resistencia en el San Jorge. 2. ed Universidad Nacional de Colombia, Banco de la República, El Áncora Editores, Bogotá, 2002

FUNDACIÓN CODESARROLLO-ICA n°7. Estudio Etnográfico sobre la población del Área de Influencia Directa (AID) Municipio El Agrado. Proyecto Hidroeléctrico El

Quimbo. Presentado a Emgesa. Garzón, 5 de marzo de 2013. In: **Informe de Cumplimiento Ambiental. ICA 7**, 2013.

_____. **Primer informe de Seguimiento etnográfico municipio de Gigante**. Presentado a EMGESA Garzón, 30 de julio de 2013. Informe de Cumplimiento Ambiental ICA 8. Anexo 4.

GARCIA Jr., A. R. **Terra de Trabalho**: Trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Libertos e sujeitos**. Sobre a transição para trabalhadores livres do nordeste. **ANPOCS**, 1988.

_____. **O Sul: caminho do roçado**: Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Ed. Marco Zero; Ed. UNB, e CNPq, 1990.

GEERTZ, Clifford. Form and Variation in Balinese Village Structure. In: (Org. POTTER et. al), **Peasant Society: a Reader**, 1965. p.255-278.

GOBIERNO NACIONAL DE COLOMBIA. **Decreto Nacional 1575 del 14 de mayo de 2011**. Por el cual se establece el procedimiento de amparo policivo para las Empresas de Servicios Públicos y se dictan otras disposiciones.

HEREDIA, B. M. A. **A Morada da Vida**: trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Formas de dominação e espaço social**: A modernização da agroindústria Canavieira em Alagoas. São Paulo: Marco Zero [Brasília, DF]: MTC/CNPq, 1988.

HEREDIA, B. M. A; PALMEIRA Moacir. Em torno de pesos, medidas e cálculos. In: **Colóquio Quantificação e Temporalidade**, 24 a 26 de Agosto 2005. Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2005.

Instituto Geográfico Agustín Codazzi (IGAC) y Corporación colombiana de investigación agropecuaria (CORPOICA). Cobertura y uso actual de las tierras de Colombia. In: **Zonificación de los conflictos de uso de las tierras en Colombia**; Bogotá, D.C., 2002.

INGETEC S.A. **Estudio de impacto ambiental**. Ingetec, Medio Socioeconómico Biótico del proyecto hidroeléctrico el Quimbo, out. 2008. 663 p.

KALMANOVITZ, S.; LÓPEZ, E. **La agricultura colombiana en el siglo XX**. Fondo de Cultura Económica, banco de la Republica, Bogotá, 2006.

LIMA DAOU, A. M. **Políticas de Estado e organização social camponesa: A barragem de Sobradinho.** Dissertação de Mestrado em Antropologia Social/UFRJ, Rio de Janeiro, 1988.

LÓPEZ DE MESA, L. **De cómo se ha formado la nación colombiana.** Imp. del Depto., Bogotá, 1934.

MACHADO, A. De la reforma agraria a la reforma rural. In: **Colombia Tierra y Paz.** Instituto Colombiano de la Reforma Agraria. Ministerio de Agricultura y Desarrollo Rural, Bogotá, 2002.

MACÍAS AMAYA, C. **Desde la acción colectiva, Asoquimbo:** expresión de resistencia y construcción desde el territorio. Trabajo de grado para optar al título de Politóloga. Pontificia Universidad Javeriana, 2013.

MINISTERIO DE AGRICULTURA Y DESARROLLO RURAL. **Decreto 1277 de 21 de junio de 2013.** Por el cual se establece un programa especial de Dotación de Tierras.

MINISTERIO DE AMBIENTE, VIVIENDA Y DESARROLLO TERRITORIAL (MAVDT). **Resolución 899 de 2009 del Ministerio de Ambiente.** Por la cual se otorga la licencia ambiental para el proyecto hidroeléctrico “El Quimbo” y se toman otras determinaciones.

_____. **Resolución 1096 de 14 de junio de 2011.** Por la cual se imponen unas medidas preventivas.

MINISTERIO DE AMBIENTE, VIVIENDA Y DESARROLLO TERRITORIAL-ANLA (2011), Anexo testimonios. Concepto técnico de seguimiento No. 87913 de junio de 2011. In: **ANLA**, Arch.4090, carpeta 32, p. 6981-6991

MINISTERIO DE MINAS Y ENERGÍA. **Resolución 180480 de 23 de Mayo de 2010.** Por la cual se aprueba el Manual de Precios Unitarios de los predios del Proyecto Hidroeléctrico El Quimbo.

_____. **Resolución 321 de 1 de septiembre de 2008.** Por la cual se declara de utilidad pública e interés social los terrenos necesarios para la construcción y operación del proyecto hidroeléctrico el Quimbo.

_____. **Resolución 328 de 1 de septiembre de 2011.** Por la cual se modifica la Resolución ejecutiva 321 de 2008, declarando de utilidad pública e interés social zonas adicionales necesarias para el Proyecto Hidroeléctrico EL Quimbo y se dictan otras disposiciones.

_____. **Resolución 003 de 20 de enero de 2012.** Por la cual se adiciona la resolución Ejecutiva 321 de 2008, modificada por la Resolución Ejecutiva 328

de 2011, declarando e utilidad pública e interés social zonas adicionales necesarias para el Proyecto Hidroeléctrico El Quimbo y se dictan otras disposiciones.

MONDRAGÓN, H. Ante el fracaso del mercado subsidiado de tierras. In: **El mercado de tierras en Colombia: ¿una alternativa viable?** Santa Fe de Bogotá: CEGA, IICA, TM Editores, 1999.

PALMEIRA, M.; HEREDIA, B. M. A. Os comícios e a política de facções. In: **Anuário Antropológico**, Tempo Brasil, 1994.

PROCURADURÍA REGIONAL DEL HUILA. Actuación Preventiva. Informe de finalización, 24 de mar. de 2012. In: **ANLA**, Arch.4090, carpeta 57, p. 1282, 2012.

REDFIELD, R. **The Little Community and Peasant Society and Culture**. Chicago: University of Chicago Press, 1965.

_____. The Little Community as a Whole. In: **The Little Community and Peasant Society and Culture**. Chicago: The University of Chicago Press. 1965, pp. 1-16

ROA AVENDAÑO T.; DUARTE ABADÍA B. **Aguas represadas**: El caso del proyecto Hidrosogamoso en Colombia. Censat Agua Viva. Colombia: Amigos de la Tierra, 2012.

SALCEDO MONTERO, C. **Negociaciones y Coaliciones de Política**: El caso de la Hidroeléctrica El Quimbo (2007-2010). Trabajo de graduación en Ciencia Política. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2010.

SCOTT, P. **Negociações e resistências persistentes: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

SHANIN, T. **The Awkward Class**: Political Sociology of Peasantry in a Developing Society. Rusia 1910-1925. London: Oxford University, 1972.

SIGAUD, L. O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais: o caso das grandes barragens. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.7, n.18, Rio de Janeiro, fev. 1992.

_____. Croyances et intérêts: pour une sociologie des conduites face aux transplantations forcées. In: **Information sur les Sciences Sociales**. London: Thons Oaks, 1995.

STIRLING, P. **Turkish village**. New York: Science Edition, 1965.

THOMPSON, E. P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOVAR ZAMBRANO, B. La Economía Huilense entre la Tradición y la Modernidad (1900 -1960). In: **Historia general del Huila**, v. 5. Huila: Instituto Huilense de Cultura, 1996.

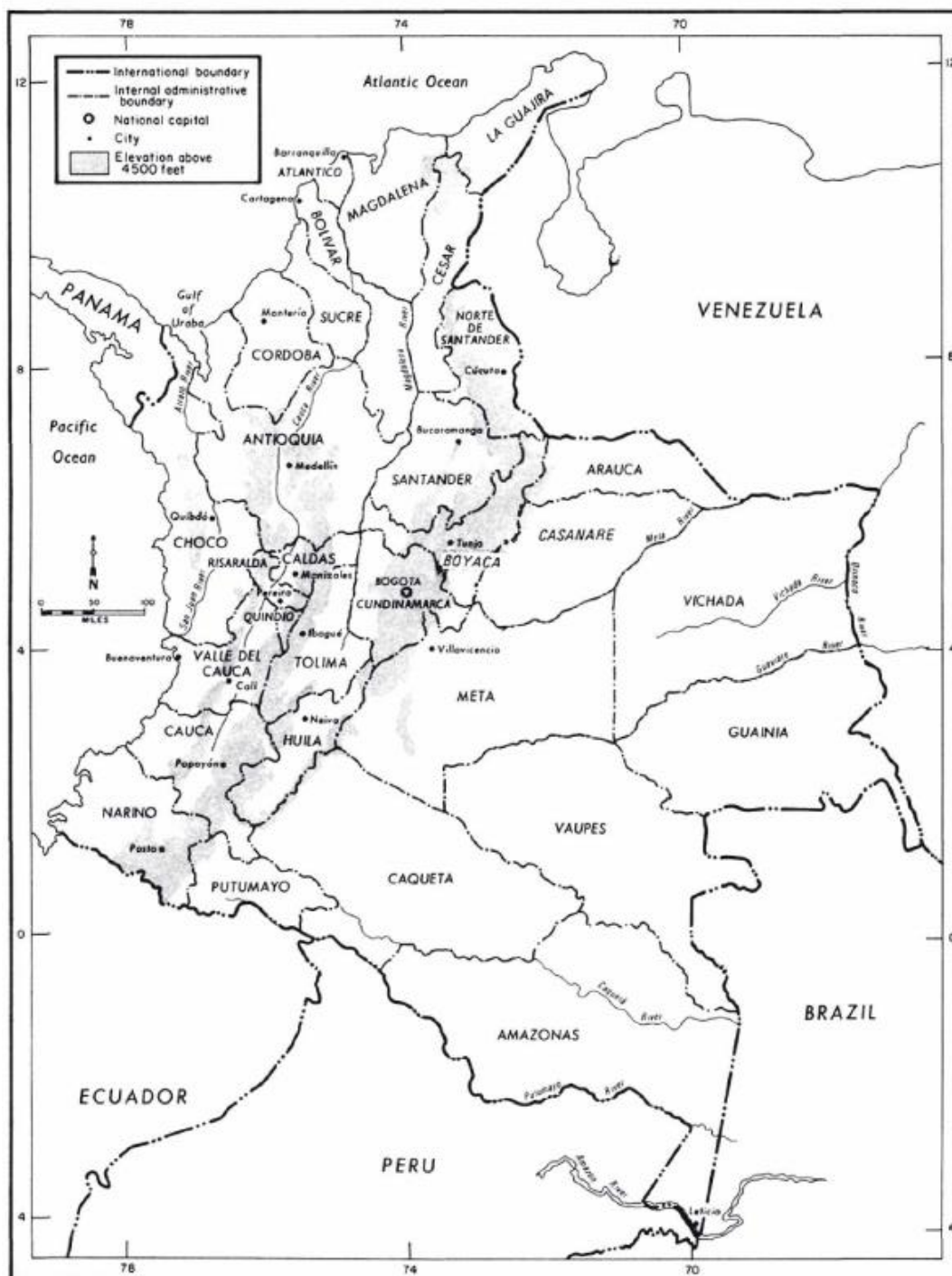
TORO PEREZ, C. **Minería, Territorio y Conflicto**. Bogotá: Antropos Ltda, 2012.

VIANNA JUNIOR A. **Prisão em Lajeado Pepino**: uma ação social contra a barragem de Machadinho. Rio de Janeiro: Casa 8, 2012.

ZAMOSC, L. **The agrarian question and the peasant movement in Colombia**: Struggles of the National Peasant Association 1967-1981. New York: Cambridge University Press and United Nations Research Institute for Social Development, 1986.

ANEXOS

Anexo 1- Mapa da República da Colômbia com Departamentos



Fonte: Zamocs (1986).

